



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 31

II Sessão Legislativa

Horta, Terça-feira, 28 de Novembro de 1997

Presidente: Deputado Dionísio de Sousa

Secretários: Deputados Guilherme Pinto e João Cunha *(em substituição do Deputado José Ramos Aguiar)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.00 horas)

No Período de Antes da Ordem do Dia, procedeu-se à leitura da correspondência entrada na Mesa da ALRA.

Posteriormente, e já no Período da Ordem do Dia, continuou-se com a discussão das Propostas de Resolução sobre o "Plano de Médio Prazo 97/2000" e "Plano para 1998" e da Proposta de Decreto Legislativo Regional "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1998".

Usaram da palavra os Srs. Deputados Jaime Medeiros *(PSD)*, Natividade Luz *(PS)*, Norberto Messias *(PS)*, Paulo Valadão *(PCP)*, Herberto Rosa *(PS)*, Ana Carolina *(PSD)*, José Monjardino *(PP)*, Vasco Cordeiro *(PS)*, José Ramos Aguiar *(PSD)*, José Nascimento Ávila *(PS)*, Fátima Sousa *(PS)*, João Carlos Macedo *(PS)*, Manuel Brasil

(PSD), António Gomes (PS), Luís Resendes (PS), Madruga da Costa (PSD), Rui Pedro Ávila (PS), Francisco Oliveira (PS), Alvarino Pinheiro (PP), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), para prestar esclarecimentos.

Para proferir intervenções finais, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), José Monjardino (PP), Victor Cruz (PSD), Fernando Menezes (PS) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Em seguida, passou-se à votação dos documentos mencionados tendo sido o PMP rejeitado por maioria e o Plano e Orçamento para 1998 aprovados por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), José Monjardino (PP), Fernando Menezes (PS) e Victor Cruz (PSD).

Terminadas as votações, foram ainda apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

— **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que "altera o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1997"**, o qual foi aprovado por unanimidade.

— **Proposta de Decreto Legislativo Regional que "altera o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1997"**.

A apresentação da respectiva proposta coube ao Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), manifestando ainda posições sobre este assunto os Srs. Deputados José Monjardino (PP), Berta Cabral (PSD) e Augusto Elavai (PS).

A proposta mencionada foi aprovada por maioria.

— **Proposta de Decreto Legislativo Regional que "altera o Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro - Regime Jurídico de Autonomia das Escolas"**.

Procedeu à sua apresentação o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), tendo ainda proferido intervenções os Srs. Deputados Aurélio da Fonseca (PSD), Francisco Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP), José Monjardino (PP), Jorge Valadão (PSD) e Alvarino Pinheiro (PP).

O diploma supramencionado foi aprovado, tanto na generalidade como na especialidade, por maioria.

— **Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Criação da direcção administrativa e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico"**, a qual foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade, com excepção do artigo 8.º que foi aprovado por maioria.

Emitiram opiniões os Srs. Deputados Aurélio da Fonseca (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), António Meneses (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), José Monjardino (*PP*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Usou ainda da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*).

— **Proposta de Resolução — "Constituição de Comissão de Inquérito"**.

A proposta mencionada foi aprovada por unanimidade, tendo proferido intervenções os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

— **Proposta de Resolução que "declara findo o período legislativo de Novembro"**.

A proposta supramencionada foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 3.30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para iniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 10.10 horas)

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PS - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, João Carlos Macedo, João Forjaz

Sampaio, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila; Vasco Cordeiro; PSD - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime Carvalho de Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PP - João Greves; PCP — Paulo Valadão)

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com uma rápida leitura de correspondência que existe.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Grupo Parlamentar do Partido Popular, uma Proposta de Resolução para constituição de uma comissão de inquérito.

Presidente: Terminada a leitura da correspondência vamos retomar a apreciação dos 3 documentos que estão em análise: Plano de Médio Prazo 1997/2000, Plano para 1998 e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1998.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

A proposta de plano e investimentos para 1998 e do Plano a Médio Prazo 1997/2000 da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, baliza-se por 3 vectores principais:

- uma grande aposta no sector da habitação;
- a melhoria da qualidade nas acessibilidades;
- consolidação e expansão do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores.

Ao apontarmos estes três referenciais do Plano, não secundarizamos projectos e acções intersectoriais cuja coordenação está a cargo da Secretaria Regional da

Habitação e Equipamentos, como sejam as intervenções no âmbito de alguns edifícios públicos ou a participação dos Açores na Expo'98.

Elegemos a qualidade como traço saliente das nossas preocupações como garantia de rentabilizar os investimentos. Porém, a qualidade para ser mais do que um conceito abstracto, deve ser não só o modo como cada dirigente, empresário ou trabalhador desempenham as suas tarefas, mas também o que resulta da aplicação correcta do que está previsto nos procedimentos.

É, por isso, que o enquadramento dos programas, projectos e acções inscritos neste Plano, são mais do que o somatório das parcelas que o compõem, porquanto estão subjacentes a estes documentos, princípios reguladores das exigências contratuais sob os pontos de vista técnicos, de prazos e de custos.

Para nós cada obra é um protótipo com situações particulares que urge considerar com realismo desde a feitura do projecto até à sua consignação e realização de conclusão dos trabalhos.

Todavia, esta flexibilidade significa uma necessidade crescente de rigor na planificação e gestão de cada projecto.

Por outro lado, no mercado açoriano das empresas de construção, à exigência é preciso associar a nossa realidade empresarial. Chegou, pois, o tempo de caminharmos para a qualificação e certificação por etapas das empresas de construção, numa aproximação aos requisitos estruturantes das normas da série ISO 9000. Trata-se de conseguir que cada empreendimento tenha um plano de qualidade específico, ou seja, um esquema director de qualidade da operação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A filosofia de actuação atrás exposta fica bem sintetizada naquilo que Antero de Quental escreveu: "a tolerância não é permissividade e o rigor não é intransigência".

A materialização desta ideia implica o conhecimento dos seus atributos, pelo que sustentamos as seguintes medidas:

I — Melhorar a formação a todos os níveis da fileira da construção;

II — Estimular a inovação tecnológica e organizativa do Laboratório Regional de Engenharia Civil;

III — Assumir na administração regional o papel de pessoa de bem ou de cliente ideal: exigente e cumpridor;

IV — Reforçar a associação e cooperação entre empresas obtendo com estas parcerias na melhor defesa dos seus interesses a par da ajuda de edificação de regras de jogo que sirvam para credibilizar estas mesmas empresas.

Em suma, é preciso introduzir também nos Açores a propensão para construir depressa, barato e com boa qualidade, num quadro permanente de preocupações sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O primeiro vector que no início apontámos foi o da habitação.

A aposta do VII Governo Regional no sector da habitação é inequívoca.

De 1994 a Outubro de 1996, fizeram-se 47 realojamentos no montante de 224 mil contos. De Novembro de 1996 a Novembro de 1997, este Governo fez 50 realojamentos no montante de 190.000 contos. É caso, pois, para dizer que antes se gastava muito e se fazia pouco.

Aliás, a desagregação no programa 28 com a inclusão da acção **realojamentos**, mostra bem a firme convicção que esta é uma linha de actuação a incrementar.

Outrossim, os protocolos estabelecidos com autarquias e com o INH autorizam a construção ou a aquisição de mais de 700 fogos num investimento superior a 5,5 milhões de contos comparticipados em 3 milhões de contos pelo Governo Regional e o restante pelo INH.

Alguns destes protocolos já começaram a ter expressão ainda que diferenciadamente consoante as autarquias, resultando numa resposta positiva a situações de grande precaridade habitacional.

Aquilo que alguns durante esta discussão de Plano e Orçamento abusivamente adjectivaram de "dar casas" querendo com certeza relembrar a sua política de habitação social, nós contrapomos com a nossa política social de habitação. Na verdade, ainda há dias, verificámos que os realojamentos realizados no âmbito de um acordo de colaboração com uma autarquia, que se procedeu a um trabalho prévio de preparação das famílias que foram ocupar as suas novas casas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Às invectivas políticas destituídas de fundamento, nós respondemos com um crescimento sem paralelo no sector habitacional que ultrapassa os 2,7 milhões de contos em 1998, sem contar com os 250 mil contos inscritos no programa calamidades para a habitação.

De resto, em relação ao PMP 93/96, o PMP 97/2000, na área da habitação, tem um crescimento superior a 50%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A política de habitação inscrita no programa do Governo já começou a ser cumprida em 1997.

Com efeito, esta Assembleia em breve apreciará uma proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto, que foi aprovada este mês pelo Governo, onde se dá resposta aos condicionalismos próprios das situações específicas das pessoas portadoras de deficiência.

O ordenamento jurídico regional enriquecerá, deste modo, o direito positivo nacional pelo carácter inovador da proposta de apoios às pessoas portadoras de deficiência no tocante ao acesso e à qualidade da sua habitação. Mais, a revisão que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos já iniciou em relação ao Decreto Legislativo Regional 14/95/A, de 22 de Agosto, levará mesmo à apresentação de um novo edifício legal, em 1998, que quanto a nós responderá às novas exigências da política social de habitação do VII Governo Regional.

Queremos corrigir assimetrias e bloqueios que este diploma tem vindo a colocar no todo regional.

Acresce que a adaptação à Região de decretos-lei abreviadamente designados por RECRIA, REHABITA e RECRIPH permitirá também a canalização de novos financiamentos nacionais para os Açores, ou melhor, para a recuperação do parque habitacional degradado, inclusivamente, dos centros históricos habitacionais, que estão degradados, das nossas cidades, vilas e freguesias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O diálogo e a solidariedade nacional deixaram de ser uma espécie malsã de governar e agora os profetas cochichantes do pessimismo já integram nos seus discursos as virtualidades que este Governo introduziu e comprovou serem metodologias correctas

para melhor se decidir no quadro de maior liberdade e de dessacralização do poder ocorrido após Outubro de 1996.

Quer dizer, assegurar-se 800.000 contos do Governo da República para uma pretensão justa da Região — com participação total dos juros do crédito bonificado — só se conseguiu com um grande entendimento que nos Açores nenhum governo antes tinha conseguido.

É preciso também que se diga nesta Assembleia que no dia 7 de Novembro de 1997, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos assinou um acordo com a Caixa Geral de Depósitos que permitirá a resolução do delicado e grave problema de muitas famílias. Só a vontade política deste Governo e o esforço das negociações que mantivemos com a Caixa Geral de Depósitos durante alguns meses, permitiram alcançar quadros de actuação para os casos de habitações adquiridas pela Caixa Geral de Depósitos em venda judicial, para as dívidas com execuções pendentes ou para os processos em contencioso ou pré-contencioso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda este ano e nos próximos continuaremos a celebrar novos acordos de colaboração com as autarquias, para que esta luta sem tréguas às más condições habitacionais de muitas famílias possa vir a ter êxito.

Deste modo, estamos a cumprir o nosso Programa do Governo sem esquecer as novas possibilidades fiscais que devem ser responsabilmente analisadas após a aprovação da Lei de Finanças Regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em matéria de transportes terrestres, as propostas deste Plano e do PMP inserem-se em linhas estratégias prioritárias:

- a) excelência de projectos;
- b) eficiência administrativa na trajectória de obras e empreitadas;
- c) fiscalização rigorosa;
- d) qualidade dos materiais.

Os 6,5 milhões de contos inscritos em 1998 para o sistema rodoviário e os 2,7 milhões no PMP 97/2000, continuarão a contribuir para a dinamização da economia e para a regulação do mercado de emprego na Região.

Por outra parte, melhorar as acessibilidades é também garantir a construção de novos troços de estradas, reabilitar e manter as existentes é aumentar a segurança rodoviária.

Felizmente, o meio técnico regional começa a sentir necessidade de actualização de conhecimentos e de implementar as qualidades ao nível de projectos da construção e da exploração das redes viárias.

É disso conta a elevada participação de técnicos no 1.º seminário da qualidade da construção rodoviária, feito nos Açores, promovido pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, que demonstrou bem o novo rumo que os Açores começam a trilhar neste sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As taxas de realização de 1997 em matérias de transportes terrestres, são um bom indicador para o trabalho que se desenvolverá no quadro deste Plano e do PMP. O nosso comprazimento é, todavia, no equilíbrio das prioridades que propomos e dos montantes de investimento adequados ao estado das estradas regionais nas diferentes ilhas.

Se, uma parte significativa destes investimentos estão no projecto calamidades — reabilitação de estradas regionais — isto reflecte a atitude responsável do VII Governo Regional em defender os interesses dos Açores com fundos disponibilizados para a Região após os graves estragos directos e indirectos resultantes dos temporais do último ano.

Só a má fé política pensará outra coisa.

De resto, ninguém entenderia se o Governo Regional negligenciasse os mecanismos legais e financeiros que permitirão passar para um patamar mais elevado no sector das redes rodoviárias regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Serviço Regional de Protecção Civil representa a entidade coordenadora de meios, entidades e acções num quadro de prevenção, informação e intervenção em casos de acidentes graves, catástrofe e calamidades.

Desde Novembro de 1996, que este serviço tem sido submetido a frequentes situações que impuseram determinação e articulação de outros serviços na resposta às calamidades que flagelaram os Açores.

Também desde que tomámos posse, o Serviço Regional de Protecção Civil rectificou-se e deu pareceres referentes a planos de emergência de estabelecimentos de ensino, finalizou o manual de protecção civil para as Câmaras Municipais, activou alguns serviços municipais da Protecção Civil e na área do IRBA criámos a secção destacada das Lajes das Flores, para além de terem entrado em funcionamento os quartéis dos Ginetes e das Lajes do Pico.

Na próxima semana vai ser posto a concurso o Quartel de Bombeiros de Ponta Delgada, mais do que uma medida justa é uma promessa cumprida neste curto espaço de um ano.

Mas, aquilo que se sabe ser uma fragilidade, pelo menos desde 1986, são as telecomunicações de emergência e, por isso, como assumimos nesta Assembleia, hoje podemos dizer que já foram adquiridos 52 equipamentos rádio que foram distribuídos por todos os corpos de bombeiros da Região, o que vem melhorar numa primeira fase as comunicações dentro de cada ilha. Sem dúvida, mais importante é o investimento de 325.000 contos inscritos no PMP para telecomunicações de emergência que ajudará a garantir a resolução de um problema capital, ou seja, o estabelecimento de comunicações fiáveis e eficazes dentro e entre as ilhas.

Permitam-me que saliente o trabalho denodado de todos quantos cumpriram com eficácia as tarefas de Protecção Civil nos temporais que durante o primeiro ano de governação tivemos que acorrer.

O esforço do Serviço Regional de Protecção Civil será no sentido da sua expansão e consolidação, mediante um reforço da assessoria científica, bem como das transformações inerentes à sua nova orgânica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A participação dos Açores na Expo'98, está dentro dos prazos propostos para os vários programas de actividade, de acordo com as palavras da Comissão da própria Expo'98.

Após a aprovação de pré-guião em Dezembro de 1996 e do guião em Março de 1997, a Comissão executiva da participação dos Açores na Expo'98 desenvolveu várias acções que permitirão a definição do projecto de conteúdos do pavilhão dos Açores, que está em curso, a decoração da fachada do Pavilhão, a participação na exibição náutica, o programa de animação do dia oficial e o catálogo oficial.

Por outro lado, já adjudicámos a loja do pavilhão dos Açores na Expo'98, e os CTT farão um selo alusivo à participação dos Açores que será lançado no dia da Região — 4 de Agosto de 1998.

A participação dos Açores na Expo'98 é, desta forma, um pólo de atracção de investimentos e que possibilitará à Região estar no futuro com simplicidade, funcionalidade, actividade e dignidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano de investimentos da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos vai precisar de alguns Eugénio dos Santos, Manuel da Maia, e Carlos Mardel como na reconstrução de Lisboa em 1755.

Porém, o Governo já mostrou firmeza nas acções e também nas áreas que somos tutela numa linha estratégica para os Açores que se tem demonstrado e que se vai demonstrar que é possível governar a Região com políticas diferentes.

Assim, o que nos move e comove são os compromissos que assumimos com o povo açoriano e que estamos a cumprir com a convicção de que quem vê ao longe tem razão antes, o que significa para nós servir cada vez melhor os Açores e os açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

O Partido Socialista tem habilidosamente feito crer ao povo dos Açores que as questões sociais estão na primeira linha da frente.

Pura teoria! A realidade é bem diferente.

Analisemos o sector da habitação.

Para isso vou citar algumas medidas contidas no Programa do Governo respeitantes a esta área:

1.^a "Introduzir programas em articulação com as autarquias locais visando o apoio à reconstrução das casas abandonadas e à auto-construção."

Notícias recentes dizem que o Governo não pretende transferir competências para as autarquias.

2.^a "Criar um sistema de apoios especiais que incentive jovens a fixarem-se nas zonas rurais".

No Plano nada consta relativamente a esta matéria.

3.^a "Criação de incentivos fiscais à construção civil de modo a colocar no mercado casas a preços mais acessíveis".

Nada vejo no Plano que conduza a esta medida.

4.^a "Dinamização do mercado de arrendamento, alargando o subsídio de renda para as famílias de menores recursos".

Onde é que isto consta no Plano de Médio Prazo?

Depois de uma cuidadosa e exaustiva análise dos documentos não vem escrito, nem sequer nas entrelinhas, qualquer medida que vise minimizar os custos da construção nos Açores que são superiores aos do Continente em cerca de 20%. Pelo contrário, o que se faz é acabar com programas que já existem de forma — como se diz — a canalizar as verbas para outras áreas.

Em fidelidade com os documentos que aqui estão presentes, verificamos que os valores e as verbas inscritas no Plano de Médio Prazo destinadas à habitação, aquelas que constituem a política específica deste Governo, são inferiores àquelas que constavam do Plano de 1996. E posso citar:

Em 1996, as verbas inscritas no Plano referentes à construção, aquisição de casa própria, SAFIN e realojamentos, eram de 1 milhão 968 mil contos.

Em 1997, o Governo atribuiu 1 milhão, 578 mil contos.

Para 1998 atribuiu 1 milhão, 910 mil contos.

No ano seguinte passou para 1 milhão e 900 mil — até baixa.

E só no ano 2000 é que passa para 2 milhões e 200 mil contos.

Obviamente que aqui, se olharmos bem para o Plano, verificamos que as verbas para a habitação são muito superiores àquelas que vinham anteriormente. Mas há uma habilidade que é preciso desmascarar desde já: é que nas verbas que constam no somatório do Plano, incluem-se aquelas que dizem respeito às bonificações de juros — Decreto-Lei 328/86 — que curiosamente crescem 20% ao ano, de 97 até ao ano 2000, quando o Sr. Secretário sabe e todos nós sabemos, que a duplicação do investimento na imobiliária, na aquisição e construção de casas, não duplica em 4 anos.

Portanto, há aqui uma habilidade de empolar os valores da habitação com verbas que nem o Governo controla, porque isto depende da vontade do cidadão, e em políticas que não são da responsabilidade deste Governo, mas sim do Governo da República que concede os incentivos à bonificação de juros através da Caixa Geral de Depósitos. Esta é uma habilidade muito bem montada, mas infelizmente não cola.

Há ainda mais algumas questões importantes que desde já é preciso ter em atenção.

O investimento per capita, na habitação social das diversas ilhas, é mais baixo em São Miguel e em Santa Maria, ilhas onde se sente mais as carências de habitação.

No quadriénio, em São Miguel é de 26,8 contos por habitante e na Terceira é de 22,6 contos por habitante, contra — sem fazer contas, Sr. Presidente, é bom desmontar desta forma — 35,2 e 43,7 contos por habitante, nas ilhas onde as Câmaras são do Partido Socialista, ou seja, Santa Maria e Faial.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Está enganado!

O Orador: Há mais um dado aqui que é preciso ter em linha de conta.

Na Ilha de São Jorge, com 11 mil habitantes, estão inscritos 156 mil contos para a construção e aquisição de casa própria e 1500 contos para o apoio supletivo a jovens.

Na Ilha do Faial que tem mais 4 mil habitantes, tem 336 mil contos para a construção e aquisição de casa própria e 22 mil e 500 contos para o apoio supletivo a jovens.

Quer isto dizer, muito rapidamente e para quem nos está a ouvir, que em São Jorge só há velhos e no Faial só há jovens.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Eu ontem tinha razão!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Não, há é mais necessidades.

O Orador: Quanto à questão dos realojamentos que o Sr. Secretário disse que fez, dizendo que nós fizemos 47 realojamentos num quadriénio e o Sr. Secretário fez 50 num ano e que os seus custaram menos do que os outros 47, infelizmente Sr. Secretário, não faça uso disso em termos políticos, porque isso só aconteceu porque houve calamidades.

A maioria dos realojamentos que o Sr. fez, fê-los em virtude das calamidades. Adquiriu casas na zona rural onde elas custam menos que nas zonas urbanas.

Se houvesse mais calamidades mais elevada os Srs. punham a bandeira.

Por favor e pelo amor de Deus, rezem para que não hajam mais calamidades!

Se é em virtude de situações como essas que os Srs. fazem mais realojamentos, nós batemos palmas se fizerem menos.

Protocolo com a Caixa Geral de Depósitos.

Sr. Secretário, o Sr. entrou, no jogo, já no prolongamento.

Essa era uma medida e um negócio que já vinha de trás.

Quanto à questão das obras públicas, este sector vinha experimentando desde 1995 um crescimento muito salutar.

O executivo que em 96 exerceu funções, deixou uma carteira de obras adjudicadas ou em vias de adjudicação que não eram mais do que o corolário do Plano de 96.

Não existem obras por cabimentar conforme se fez crer. Atenda-se aos níveis de execução publicados pelo DREPA, que são valores publicados já pelo vosso Governo.

Nestas áreas estava previsto para 1996, um investimento de 4,5 milhões de contos. A realização foi de 80%. Isto significa que ainda haviam 950 mil contos de verbas disponíveis para cabimentos, só que não se pode dizer que haviam obras por cabimentar. Manipulou-se a informação.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Não havia era verba!

O Orador: Em meados de 97 a maioria dos empreendimentos referidos não estavam ainda consignados, causando sérios e graves problemas aos empreiteiros.

Os que até agora foram consignados foram tardiamente e com objectivos meramente eleitorais, como é o caso do complexo desportivo da Ribeira Grande que já estava adjudicado em 96 e foi assinado o contrato pelo Director Regional da Habitação, candidato à Câmara da Ribeira Grande.

Em finais de 97 eu fiz-lhe uma pergunta por escrito, no sentido de saber se era a habitação que fazia complexos desportivos ou se seria as obras públicas.

Até agora, infelizmente não tive resposta.

Aos diversos requerimentos apresentados pelos deputados do PSD solicitando informações sobre alguns dos empreendimentos da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, até ao momento, o Sr. Secretário ainda não respondeu, requerimentos esses que já têm mais de 5 meses.

Das duas uma:

Ou o Sr. Secretário Regional não respeita os órgãos democraticamente eleitos, ou seja, esta Assembleia e os seus Deputados, ou pura e simplesmente não tem respostas.

A primeira é muito grave e indicia comportamentos democraticamente inaceitáveis e a segunda é lamentável e indicia falta de transparência nos procedimentos e menos competência na resolução dos problemas.

Sr. Secretário Regional:

Subir uma ribeira da foz até à nascente, conforme disse publicamente, na sequência de uma enxurrada, visitar rotundas construídas em cooperação com as autarquias sem convidar o Presidente da Câmara, adjudicar obras de 10 mil contos como esta que recentemente foi adjudicada da correcção da estrada do Rei, que dá apenas para corrigir umas curvas, uma estrada que precisa de um investimento superior a meio milhão de contos, talvez tenha sido engano, mas vou alertá-lo para isso.

No meu tempo, ia-se corrigir aquelas curvas apenas pela terra porque alguém precisava dela. Hoje, o Sr. para corrigir as mesmas curvas dá a terra e 10 mil contos e anuncia isto como se fosse uma obra de estado!

Deputado Manuel Brasil (PSD): O que interessa é a fachada!

O Orador: Fazer alarme de tudo isto em frente à televisão, diante das câmaras, anunciar investimentos que não são estratégicos dessa forma pomposa, não são mais

do que o gosto pelo alpinismo, pela aventura, pela exibição, única e exclusivamente, para consumo interno e político-familiar.

Sr. Secretário:

Ao analisar o Plano verificamos que um conjunto de obras de investimento adjudicadas algumas delas e em curso já em 96 com prazos de execução de um ano e meio, de dois anos e outras de dois anos e meio, deslizam no tempo 4 anos.

Já sei o que é que o Sr. vai dizer: "há estradas sem valetas, há valetas sem estradas, há projectos que não cabem, há rampas que não sobem!".

Esta é a desculpa habitual. Já sabemos que é isto que o Sr. vai dizer. Está tudo mal feito, tudo mal feito. Até parece a contra-informação, mas não faz mal.

(Risos da bancada do PSD)

Esta estratégia de fazer distinção no tempo e atirar para o último ano os grandes investimentos sem nestes últimos dois haver uma nova reabilitação de estradas, significa que o emprego vai decrescer e as remunerações complementares vão subir. No último ano o emprego começa a crescer e o Governo diz: "Nós asseguramos "o pão de cada um" com as remunerações complementares apesar do desemprego crescer, mas agora estamos a fazer crescer o emprego, ou seja, este Governo é o melhor para tornar a governar a partir do ano 2000".

Estratégia eleitoral e não estratégia de defesa dos interesses da Região.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Francisco Sousa (PS): E vai dar certo!

O Orador: Quanto ao Plano e algumas obras nele incutidas, algumas não vão ser feitas e até mesmo foram avaliadas de uma forma que nos indicia algo de incorrecto.

As obras que foram avaliadas para serem feitas, ao abrigo do Programa "Calamidades", não vão ser feitas. Cito por exemplo 250 mil contos inscritos no Plano de 1997 ao abrigo desse programa para reparar a estrada Lajes/Santa Cruz, nas Flores, e no ano de 1998, aparecem 50 mil contos para o mesmo fim, ou seja, um investimento de 300 mil contos que pura e simplesmente não vai ser feito, porque o

Sr. Secretário disse-me que tinha feito uma "recuperaçãozinha" e que a estrada agora estava boa.

Também não faz sentido, não tendo começado a obra, só com 50 mil contos em 98, dizer que se vai fazer a mesma, porque ninguém vai acreditar nisso.

Isso indicia algo que não queria levantar aqui relativamente à avaliação dos custos das calamidades, mas é melhor ficarmos por aqui, porque tudo o que vem, vem a bem e se vier para bem serve-nos a todos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto à questão das obras que estão a decorrer e sem cabimento, já lhe citei outro dia, ou seja, a estrada da Vigia das Feteiras/Vista do Rei, obra a decorrer e que não está no Plano.

Mas há outras obras importantíssimas como a estrada da Ribeira Grande 3-1.^a, uma estrada onde o trânsito médio diário é de 7 mil veículos, a segunda estrada com maior tráfego na Região e não há no Plano um escudo para investir.

Contrariamente, faz-se a estrada Portal do Vento/Sete Cidades que é um mero pagamento de uma promessa eleitoral.

Não há estratégia, há interesses eleitorais.

Vou terminar com uma questão que na minha opinião é extremamente importante em relação à postura do Sr. Secretário.

Pessoalmente admiro-o, mas em política o Sr. tem que mudar o seu comportamento, porque logo a seguir às calamidades do ano passado, quando o Governo tomou posse, a primeira vez que o Sr. Secretário veio a esta Assembleia, tinham caído as pontes provisórias nas Flores.

O Sr. disse aqui que já tinha mandado para lá umas manilhas, que ia refazer aquilo rapidamente e que consigo não havia soluções provisórias.

Essa calamidade aconteceu.

Um ano depois, com toda a burocracia que existia relativamente a calamidades — obrigava-nos a percorrer o "calvário" da legislação existente para adjudicar uma obra — a obra estava adjudicada e a arrancar.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Isso foi antecipado!

O Orador: Há um ano atrás a Ponte da Ribeira da Cruz caíu.

Ontem ouvi dizer que ainda se encontra numa situação provisória e com todos os mecanismos e facilidades que o Sr. tem agora ao abrigo das calamidades, ainda não teve tempo nem disponibilidade para arrancar com esse empreendimento.

S. Secretário, há ou não há soluções provisórias consigo também?

Há com toda a gente, mas o Sr. tem que mudar o discurso, não iluda as pessoas com a sua habilidade e com aqueles truques de suspeição.

Enfim, nós já nos estamos habituando e o povo também.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Só uma observação, Sr. Secretário.

Eu tenho outras inscrições antes da sua.

Não sei se quer responder no fim ou se prefere responder parcelarmente.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Prefiro responder agora.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Jaime Medeiros deve ter tido agora uma função mediática, ao contrário do que ele invoca para mim.

(Risos das bancadas do PS e Governo)

Deve ter recebido boas instruções para aproveitar o tempo de antena.

Deputada Berta Cabral (PSD): É porque eles não estão sempre à nossa disposição como estão para o Sr.!

O Orador: ... ao contrário do que ele diz que eu costumo fazer.

Trouxe uma série de situações aqui que para nós só fazem sentido vindo de uma pessoa que teve a maior parte do tempo na Secretaria tapando buracos do seu antecessor!

Deputado Francisco Sousa (PS): Nem todos! Nem todos!

O Orador: Aliás, eu não lhe gabo o gosto, porque passou a maior parte do tempo a tentar endireitar borradas que vinham do seu antecessor, do célebre antecessor e nós estamos ainda a tentar endireitá-las.

Mas não conseguiu, porque deixou-nos meio milhão de contos de dívidas para pagar, duzentos e cinquenta mil contos de despesas sem cabimento para pagar no decurso deste ano e todo um conjunto de obras encravadas que nós tivemos que desencravar. Até mesmo, várias das questões que aqui apresentou, como por exemplo o célebre acordo da Caixa Geral de Depósitos, não passou de uma carta ao Dr. Rui Vilar que nunca mais teve consequências.

Portanto, o Sr. não teve tempo para fazer nada e o tempo que teve foi para "andar às aranhas" a ver se consertava alguma coisa.

Queria dizer-lhe também que em relação ao que apresentou aqui, este Programa do Governo é para cumprir em 4 anos e no primeiro ano todas essas medidas de política de habitação, naturalmente não podiam ter expressão, mas já tiveram bastante e vão ter ainda mais.

Nós não só terminámos aquilo que os Srs. eventualmente iniciaram tarde e a más horas e que nunca tiveram objectivos consequentes nessas situações, como por exemplo o caso dos protocolos com o INH, como já os alargámos por exemplo à Praia da Vitória e até ao final do ano vamos alargá-los a Angra. Por outro lado, a nossa política de habitação, como eu já disse aqui, não tem nada a ver com o "dar casas".

Os realojamentos que nós fazemos e os realojamentos que as próprias câmaras municipais estão a fazer, são precedidos de preparação prévia dessas famílias e isso é uma inovação da política de habitação nos Açores.

As pessoas não vão para as casas com o mesmo tipo de comportamento que tinham antes.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Deve ter lido isso num sítio qualquer.

O Orador: Não li isto em sítio nenhum.

É o Instituto de Acção Social que está a colaborar neste processo como nós anunciámos aqui nesta Câmara.

A nossa política de habitação não tem nada a ver com a vossa política de habitação.

Deputado António Meneses (PSD): Nós já colaborámos!

O Orador: Queria também dizer ao Sr. Deputado Jaime Medeiros, e uma vez que sei que está à despedida, que os incentivos fiscais que aí falou só podem ser contemplados, responsabilmente, quando a Lei de Finanças Regionais tiver a sua expressão prática.

Antes disso, era uma total irresponsabilidade avançar com incentivos fiscais, independentemente do estatuto poder prever a aprovação do Governo Regional e da Assembleia Regional em situações desse tipo, mas era uma irresponsabilidade num novo quadro de financiamento do Orçamento Regional.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): O Plano a Médio Prazo já devia prever isso!

O Orador: E o Plano a Médio Prazo prevê isso sim Sr..

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Eu não vejo!

O Orador: É evidente que prevê e se o Sr. Deputado Jaime Medeiros fez tantas leituras do Plano a Médio Prazo, devia conhecer o esforço de investimento deste Governo na habitação que é superior, sem sombras de dúvidas, àquele que os Srs. fizeram!

Em 1996, os Srs. tinham orçamentados um milhão, novecentos e noventa mil contos, mas só conseguiram processar um milhão e trezentos mil. Retirando daqui os juros que estavam neste programa...

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Não estavam não Sr.! Estavam era na Secretaria das Finanças!

O Orador: Estavam sim, senhor!

Vozes da bancada do PSD: Nas finanças!

O Orador: Estão aqui os dados!

O Sr. tem que retirar nesta Casa os muitos terrenos, a maior parte dos quais que não têm vocação para a habitação, como por exemplo o terreno da Abelheira que foi pago — como eu já disse aqui — sem contrato e sem visto do Tribunal de Contas!

É esta a verdade!

Os Srs. têm que assumir os erros do passado e têm que assumi-los de uma forma coerente e não atirem areia para os olhos dos açorianos dizendo que nós é que falamos mal!

Qual é o partido que ultimamente não tem feito outra coisa se não falar mal do Governo?

Deputado António Meneses (PSD): Dizer a verdade!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Eu não conheço nenhum senão o PSD!

O PSD só sabe criticar!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O PSD não apresenta nenhuma solução.

Quando vem à liça querer apresentar alternativas, nós já avançámos com elas.

Em matéria de alternativas e em matéria de habitação, infelizmente os Srs. não nos ensinaram nada.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Muito!

O Orador: Basta ver que nós temos 15 mil fogos nos Açores e todos eles não têm condições.

Se fôssemos todos muito céleres a resolver problemas e resolvêssemos mil por ano, tínhamos 15 anos, se não aparecessem novos casos.

Já que fala na Terceira e em São Miguel, deixe-me dizer o seguinte:

No caso da Terceira é muito curioso verificar que o número de barracas e de casas abarracadas que existiam em 1980 é o mesmos que nós encontrámos quando tomámos posse.

Não sei para quem é que os Srs. fizeram casas e não sei quem foram os sinistrados da Ilha Terceira.

Deputada Berta Cabral (PSD): O povo sabe!

Deputado Humberto Melo (PSD): Não é o que eles dizem!

O Orador: Queria dizer-lhe também que em relação ao parque desportivo da Ribeira Grande, não fico preocupado, porque o Governo não faz eleições autárquicas.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Não faz, **promove!**

O Orador: Os candidatos é que fazem eleições autárquicas.

Os Srs. estavam habituados à vivência de misturarem situações e agora pensam que nós fazemos o mesmo.

Deputado António Meneses (PSD): Fazem pior!

O Orador: Eu vou provar-lhe como é que estavam habituados a misturarem as coisas:

No dia 12 para 13 de Outubro de 1996, dois altos responsáveis da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos foram à Secretaria às 13.45 horas, buscar o quê...?!

De acordo com a informação do agente de polícia que ficou gravada na acta, foram buscar cadernos eleitorais.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Qual é o problema?!

O Orador: São os Srs. que misturam e misturaram.

Que eu saiba, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos não é a Direcção Regional de Organização e Administração Pública.

Os Srs. é que misturavam para além dos cartazes que eu encontrei lá do Dr. Mota Amaral, mas isso são situações de grande irresponsabilidade que não tem nada a ver com a nossa prática.

Queria dizer-vos também que as estradas de que aqui falou estão perfeitamente controladas, mas já que o Sr. deu o mote de falar em maus projectos, eu provo-lhe desde já o que é um mau projecto.

Nós temos aqui no Faial a envolvente à cidade da Horta.

Sabe como é que foi projectada?

Foi passando por cima de estradas municipais e agora é preciso fazer viadutos no projecto que nós estamos a rectificar.

A estrada pertencente à Cônsul Dabney e ao Bairro do Fomento passava na estrada municipal. São esses os projectos que os Srs. nos deixaram. São esses projectos que precisam de ser rectificadas antes da obra começar, para que depois não aconteça

aquilo que o Sr. andou aí a afirmar, ou seja, que a obra leva muito tempo e custa muito mais.

Pudera! Foi assim na 2.^a circular.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Por culpa dos autarcas do PS!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Oh Sr. Deputado Jaime Medeiros, o PS é que deu orientações políticas para se fazer não sei quantos nós e quantos viadutos?!

O PS é que mandava no Governo?

Não mandava antes nem manda agora!

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Mas deram parecer favorável!

O Orador: Os Srs. é que tomaram uma má orientação política de alterar o projecto...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não manda nem deve mandar!

Deputado Victor Cruz (PSD): O Governo é que deve mandar!

O Orador: Os Srs. é que alteraram o projecto da 2.^a circular "n" vezes para ela chegar ao preço que vai ter, ou seja, mais de um milhão de contos.

Se quer que lhe diga, isso não aconteceu só na 2.^a Circular.

Aconteceu nas Lajes/Santa Bárbara que foi inicialmente projectada para um milhão e cem mil contos.

O outro Secretário disse que só podia fazer a estrada por 500 mil contos, mas quando ela foi adjudicada foi por um milhão e duzentos mil.

Entretanto, esqueceram-se que não era uma obra só para pavimentar, que tinha trabalhos de drenagem para fazer, mas isso aconteceu também com a Nortes/Velas/Relvinha.

Todas essas obras que os Srs. dizem que honrosamente nos deixaram, custam o dobro e o triplo e algumas como no caso de Nortes/Velas/Relvinha, até o troço entre Norte

Grande e Norte Pequeno tem que sair da empreitada perante os trabalhos a mais que lá estão.

São esses os projectos que os Srs. nos deixaram. É essa a herança que o Sr. nos deixou também nessa área!

Deputados Victor Cruz e Berta Cabral (PSD): Pesada!

O Orador: É pesada, porque é uma herança irresponsável de quem não se interessava com o estudo prévio das situações e da planificação rigorosa dos projectos!

Mas há mais!

Em matéria de estradas há muito mais como muito bem deve conhecer.

Quanto ao Parque Desportivo e a uma alusão que fez, a nossa preocupação foi dar à Ribeira Grande uma obra pela qual ela ansiava há muitos anos.

O Sr. Deputado está preocupado com um Director Regional que assina um contrato pelo facto do outro não estar?!

Deputado Mark Marques (PSD): Mas o Sr. tem consciência disso!

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Atrasou um ano!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não atrasou ano nenhum!

O Sr. está preocupado não é que a obra se faça.

O Sr. está preocupado com o acto de divulgação do Governo Regional quando a obra estiver feita. Essa é que é uma grande preocupação que não faz sentido. Essa é que é a mediatização que os Srs. inventam!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os Srs. querem é enganar o povo!

O Orador: Em relação às pontes nas Flores, finalmente temos as pontes a avançar e gostaria de lhe dizer que o que aconteceu na Ponte da Ribeira da Cruz tem uma explicação muito simples, isto é, os Srs. projectaram essa ponte para que ela fosse feita aproveitando a estrutura que lá estava. Depois dos últimos temporais, viu-se que era impossível esse aproveitamento.

Nós já temos um novo projecto para a Ponte da Ribeira da Cruz e ela vai chegar ao fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para perguntar ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos se irá ter lugar nos Açores uma mostra de como irá ser o pavilhão dos Açores na Expo 98?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Eu gostava de colocar-lhe uma dúvida que tenho relativamente aos apoios à habitação previstos no Plano que agora apreciamos.

Essas dúvidas prendem-se com os pareceres dos parceiros sociais que foram trazidos a esta Assembleia, nomeadamente o Parecer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no seu parecer, diz que as verbas contempladas nos apoios à habitação não contemplam o acordo com o INH e que não irá ser possível pôr em prática este projecto de que a Ilha Terceira tão carenciada está, na vertente concreta, o concelho de Angra.

Por outro lado, também gostava que me esclarecesse qual o ponto da situação do processo habitacional da envolvente da Base das Lajes, Base esta que tanta riqueza trouxe aos Açores, mas tanta pobreza tem permanecido à sua volta, porque um projecto inicialmente previsto de reabilitação das populações que a envolvem, inclusivamente chegou a ser construído um bairro nos anos 70, ainda hoje, passados

mais de 20 anos, continua por resolver num processo em que a autarquia tem tido disponibilidade, ao que conhecemos, para aquisição de 140 fogos.

Segundo informação recente, adquiriu 12 e dessas 12 nem todas foram entregues.

Gostaria que nos informasse qual o ponto da situação relativamente a estes dois processos, de acordo com o INH e com as duas Câmaras da Ilha Terceira.

Gostaria também de saber qual o ponto da situação do loteamento da Carreirinha que já leva mais de 17 anos de tentativas de execução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Há pouco referiu a ponte sobre a Ribeira da Cruz como consequência da citação que o Sr. Deputado Jaime Medeiros fez à intervenção que ontem ali proferi.

No entanto, o Sr. Deputado Jaime Medeiros esqueceu-se de citar uma parte.

O que pretendo é que não aconteça na Ribeira da Cruz aquilo que aconteceu na ponte da Ribeira Grande que esteve 30 ou mais anos provisória.

Passaram 4 ou 5 secretários regionais pela Secretaria das Obras Públicas e ela continuou sempre provisória até que a água a levou.

O que penso que é fundamental em relação à Ribeira da Cruz é que se evite que o provisório de facto se eternize. Esta é uma preocupação que tenho.

O Sr. Secretário fez uma referência, porém gostaria de ser esclarecido, ou seja, com aquilo que está consignado para o Plano de Médio Prazo que estamos a discutir, concretamente, aquilo que está consignado em verbas para o ano 1998, vamos começar a ter uma intervenção na ponte sobre a Ribeira da Cruz e haverá a possibilidade de uma correcção em todo aquele bocado de estrada que foi afectado pelos temporais?

Este aspecto eu reputo de muito importante, na medida em que — como referi ontem — neste momento deixaram de me preocupar as outras pontes, porque efectivamente elas estão em andamento e esperemos que brevemente estejam finalizadas.

É esse o nosso desejo.

Um outro aspecto que gostaria de colocar ao Sr. Secretário tem a ver com a repavimentação das estradas.

Já aqui foi referido que para o corrente ano estavam orçados 250 mil contos.

Se fosse possível, gostaria que o Sr. Secretário nos desse uma ideia do que é que está previsto ser gasto até ao fim de Dezembro com as obras de repavimentação e com os possíveis materiais adquiridos para a mesma, no que diz respeito ao projecto calamidades das estradas.

Por outro lado, e em relação ao ano 1998, será que a verba consignada será suficiente para aquilo que ainda há a fazer?

Há muito a fazer no que diz respeito à repavimentação das estradas da Ilha das Flores, em parte, como consequência dos temporais, mas também como consequência da mudança de veículos que transitam hoje naquelas estradas, que quando foram construídas não foram preparadas para transportar os veículos que são necessários hoje devido à existência de um porto acostável, com contentores completamente diferentes e a serem transportados pelas estradas regionais de toda a ilha.

De facto, exerce-se uma pressão nessas estradas que tem levado a consequências que, conjuntamente com os temporais, colocaram as nossas estradas em más condições necessitando agora de uma atenção muito grande e especial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Natividade Luz:

O pavilhão dos Açores na Expo 98, é para nós um ponto de importância capital e gostaria de dar conhecimento a esta Câmara de um pouco do andamento dos trabalhos, uma vez que é motivo importante para todos os açorianos.

O pavilhão está construído. As verbas foram afectadas o ano passado.

Em 96, pagou-se 17.500 contos de aluguer do pavilhão. Nós concordamos com este aluguer, porque pensamos que a Região não deve ser tratada como um país e estamos tentando que o mesmo seja ressarcido.

De qualquer forma, já tivemos que pagar a primeira e a segunda prestação.

Temos um protocolo com o IMAR, ou seja, o Instituto do Mar, porque como sabem o tema do nosso pavilhão é também o mar. Naturalmente que este instituto dá-nos

garantia de poder dar assessoria na feitura de diaporamas, num simulador de clima, nas fotografias do fundo do mar e das aves, numa gaiola para tubarões e naturalmente também temos o grande motivo do pavilhão, ou seja, o cachalote, que vai ser o emblema máximo do conteúdo dentro do pavilhão.

A entrada do pavilhão é de recriação de um ambiente dos Açores. Ao contrário dos outros pavilhões, nós não vamos apostar na alta tecnologia, mas sim vamos apostar na ambiência e na vivência dos Açores.

A entrada vai replicar o ambiente das aves marinhas, os sons das mesmas, e depois há uma outra passagem mais interna nesse pavilhão que tem 588 metros quadrados, onde estão expostos não só o cachalote, mas vários painéis alusivos à fauna e à flora submarina do atlântico e naturalmente à fauna submarina dos Açores.

Há também um espaço para reuniões científicas e um "mezzanino" que servirá para os encontros.

Além disso, nós já adjudicámos a loja do pavilhão dos Açores. Para isso foi feito um concurso público onde ganhou uma empresa regional "A Raiz Quadrada".

Essa loja tem duas componentes, uma componente imposta pela Expo 98 de "merchandising", onde serão expostos produtos que tenham a ver com o tema do pavilhão. Haverá naturalmente uma parte, que está em negociação entre a Secretaria da Economia e a Câmara do Comércio, para a divulgação de produtos regionais e não para a venda desses produtos, porque o espaço não permite isso.

Essa divulgação, de acordo com a proposta da Secretaria da Economia à Câmara do Comércio, irá no sentido dos empresários ou das instituições nos Açores, poderem de uma forma moderna divulgarem os produtos de qualidade dos Açores através de embalagens pequenas e naturalmente que não é um pavilhão para vender morcelas ou outra coisa do género.

(Risos da Câmara)

Era isso que alguns pensavam que essa loja do pavilhão iria servir, por isso gostaria de esclarecer este ponto aqui.

Gostaria de frisar também que no próximo fim de semana vamos ter uma exposição em Ponta Delgada das temáticas e dos conteúdos do pavilhão. Desde já, sem prejuízo do convite formal, os Srs. Deputados estão convidados a assistir a essa exposição que dará conta dos conteúdos do pavilhão.

Sr. Deputado Norberto Messias:

Efectivamente que o problema da Praia da Vitória e de Angra preocupa-nos e é por isso que nós já informámos o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra que estamos autorizados a celebrar um protocolo de 120 fogos com aquela Câmara para que o Instituto Nacional de Habitação, conjuntamente com o Governo Regional, possa ter um primeiro sinal no concelho de Angra que, como sabe, tem ainda muitas situações abarracadas.

No caso da Praia da Vitória já está autorizada a aquisição de 140 fogos e espero que o Sr. Presidente da Câmara Municipal utilize essa aquisição no sentido de realojar aqueles que mais precisam no concelho, mas essa decisão é da Câmara.

De qualquer forma já sei que foram adquiridas 15 habitações. Só estão ocupadas 4, mas espero que ainda durante este mandato se resolvam essas situações, porque é para isso que o investimento regional serve.

Sr. Deputado Paulo Valadão:

Gostaria de lhe dizer que de facto a ponte sobre a Ribeira da Cruz, a qual já tem o projecto assinado, é para ter o mesmo ritmo de andamento, a partir de agora, que as outras estão tendo.

Em relação à pavimentação da estrada das Flores, nós admitimos que o ano passado havia uma verba bastante significativa para isso, mas deparámo-nos com uma única ilha nos Açores em que não haviam estudos topográficos.

Esses estudos já estão sendo feitos — curiosamente nenhuma outra ilha tinha falta — mas enquanto não estiverem prontos, nós vamos fazer o mesmo que tem vindo a ser feito este ano, ou seja, a conservação corrente.

Já gastámos uma verba significativa na conservação corrente na Ilha das Flores, mas admitimos que esta ilha em termos da estrada regional que foi apresentada nesta Câmara, precisa de um tratamento diferente do que aconteceu o ano passado.

Espero que os estudos topográficos estejam resolvidos brevemente.

Gostaria também de dizer que em relação a essa matéria, deparámo-nos com alguma dificuldade, porque todos os gabinetes durante este ano, sobretudo depois dos estragos provocados pelos temporais, tiveram um volume muito grande de trabalho e tivemos muita dificuldade em arranjar gabinetes de topógrafos que quisessem não só deslocar-se, como fazer um trabalho permanente para os projectos que nós tínhamos idealizado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

O Dr. Mota Amaral é um homem que merece e vai ficar na galeria dos notáveis nesta terra.

Os cartazes que o Sr. lá encontrou, tinham por objectivo fazer dois quadros: 1 para pôr no hall de entrada e outro no seu gabinete. Portanto, se não os fez era bom que os fizesse.

(Risos da Câmara)

Quanto à questão dos protocolos de realojamento que V. Exa. falou, que iam ser extensivos à Praia da Vitória e a Angra do Heroísmo, quero-lhe dizer mais uma vez que é preciso ter cuidado com essas afirmações, porque para a Praia da Vitória já estavam.

A única coisa que fizemos foi não construir na Praia da Vitória, esperar e negociar com o Governo da República de então, uma alteração à legislação que permitia a aquisição de casas para realojamento, porque na Praia da Vitória existe um património habitacional bastante degradado e desabitado e era preferível — e como o Sr. disse que nós não damos contributos para ajudar à governação, deixo-lhe este — ao adquirir casas para realojamento, além de conseguir com menos custos, recuperar o património habitacional degradado.

Portanto, já está dado e em vez de fazer de novo faça assim. É um conselho.

Quanto à questão de aquisições de terrenos, esse é um tema que já foi falado aqui, discutido e explicado, mas curiosamente no debate que foi feito na televisão sobre

autarquias, realizado com os candidatos à Câmara da Ribeira Grande, o candidato do PS fez um apelo às juntas de freguesia para que indicassem terrenos para construção. Os terrenos que foram comprados não foram suficientes. O Sr. anda à procura de mais.

Em relação a misturar situações, como o Sr. referiu aqui, eu só queria mencionar um caso: pegar num funcionário da Câmara, colocá-lo na Secretaria, num local onde não há nenhum lugar como perfil, para candidatar esse funcionário à Câmara, não é misturar?

É uma pergunta que fica no ar.

No que diz respeito à estada do Faial, ela passava por cima de uma estrada municipal. Agora, penso que o Sr. vai fazê-la passar por baixo.

O que nós tínhamos projectado eram rotundas de nível. É uma resolução técnica, mas se o Sr. optou por outra, é uma opção sua. Ninguém se enganou. É uma opção diferente que o Sr. tomou, porque há outras: há passagens desniveladas por cima, por baixo, pelo lado, por onde quisermos.

Quanto ao Plano de Habitação, o Sr. Presidente do Governo, aquando da discussão do Programa do Governo, rasgou, simbolicamente, o plano que existia na nossa frente.

O Sr. prometeu que ia fazer um novo Plano de Habitação. Onde é que ele está?

Neste Plano a Médio Prazo, como é que ele se traduz?

Os incentivos que o Sr. falou que vão vir por via da Lei das Finanças Regionais, deviam estar previstos.

O que se constata neste Plano é que a má política de habitação que os Srs. referem dos Governos anteriores, é justamente aquela que os Srs. têm vindo a seguir e é aquela que o Plano a Médio Prazo indica para os próximos 4 anos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jaime Medeiros que esse protocolo foi assinado connosco e por uma razão muito simples: porque o INH só agora é que autorizou que essa aquisição fosse feita conjuntamente com a reparação

das casas que estão degradadas. É uma situação que a nível nacional não estava prevista.

Só depois do INH permitir que se adquirissem os 140 fogos, conjuntamente com a reparação dessas casas — era uma figura que não estava expressa no tipo de financiamento que eles atribuíam — é que o Presidente da Câmara da Praia da Vitória pode começar a realizar essas compras.

De resto, isto não é ensinamento nenhum que o Sr. nos dá, porque nós também achamos que se existiam 140 fogos e isso era política da Câmara Municipal, ela devia ser seguida com esse enquadramento.

Quanto às misturas — e para que a Câmara fique esclarecida — o Sr. levantou aí um problema que para mim não é problema.

A Assembleia Legislativa Regional aprovou, por unanimidade, nesta Casa, as transferências dos funcionários da Administração Local para a Regional. E era o que faltava, fosse quem fosse responsável político nesta Região, que impedisse de um cidadão qualquer, no pleno uso das suas faculdades, de concorrer a uma autarquia. Como também, era o que faltava que o Secretário Regional da Habitação ou outro qualquer, impedisse os seus funcionários de concorrer às autarquias, como aliás acontecia antigamente, mas agora não acontece.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): A gente vai ver!

O Orador: O problema é exactamente ao contrário. Nós temos milhares de funcionários — e ainda bem que os temos, porque é assim que funciona a democracia — da nossa Secretaria, que pertencem a listas de vários partidos, o que no caso da Secretaria Regional das Obras Públicas nunca aconteceu e nós sabemos bem porquê. Portanto, não vale a pena lembrar coisas que toda a gente conhece e que os açorianos e essas pessoas também sabem.

Em relação à envolvente à cidade da Horta, de facto havia um erro no projecto, porque o mesmo não só passava por cima de uma estrada municipal, ou seja, a estrada da Ilha do Pico, como passava por cima da Cônsul Dabney, como já disse há pouco, e daí termos que fazer mais dois viadutos.

Isto não estava no projecto. Foi o actual delegado das Obras Públicas do Faial que quando começou o mesmo, pediu para o projectista vir ao terreno alterar.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Isso são opções!

O Orador: Não são opções!

Não se pode, como aconteceu, fazer um projecto deste tipo sem "dar cavaco" à Câmara Municipal.

A Câmara Municipal não sabia que a estrada passava por cima dela, independentemente das cartas estarem retidas na Delegação das Obras Públicas.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): A Câmara Municipal foi ouvida!

O Orador: Não foi ouvida não senhor!

A nós não nos ensina nada nesta matéria!

Deputado Jaime Medeiros (PSD): O Sr. é que nos vai ensinar!

O Orador: Em relação ao Deputado Norberto Messias, gostaria de dizer que efectivamente essa é nossa preocupação, como esta área é elevada, porque enquanto em 93/96 foram executados 7,5 milhões de contos, a dotação que temos para este Plano são de 11 milhões, 265 mil contos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Algumas questões muito rápidas e espero poder colocar.

Deputado António Meneses (PSD): Pode falar à vontade!

O Orador: Não sei se estou a pecar, porque há aqui umas horas em que se pode falar, outras não, no entanto, vou colocá-las.

Há algum tempo atrás, o Governo manifestou a intenção e, inclusive acordou a cedência de um espaço com a Câmara Municipal das Lajes das Flores, para a instalação de um destacamento da Associação de Bombeiros de Santa Cruz.

A verba para essa adaptação era de 10 mil contos. Porém, eu não consigo encontrá-la no Plano para 98.

Gostaria que o Sr. Secretário me indicasse se isso ainda vai ser feito em 97 ou se eventualmente há alguma alteração de Planos.

Outra questão que gostaria que o Sr. Secretário, de uma vez por todas, me confirmasse e confirmasse também a esta Assembleia, porque o Sr. Deputado Jaime

Medeiros deixou a dúvida e era bom que estas coisas ficassem claras prende-se com as estradas.

O Governo Regional tem ou não a intenção de corrigir e repavimentar com tapete asfáltico as estradas das Flores e nomeadamente a estrada Lajes/Santa Cruz?

Deputada Berta Cabral (PSD): Então não tem?!

O Orador: Terceira e última questão:

Há dias, ouvi o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fazer uma citação — talvez não na qualidade de deputado — em que alguém teria dito que "cimento na mão de algumas autarquias, nomeadamente, nalgumas juntas de freguesia, era como droga na mão de traficantes".

Gostaria de saber se a Secretaria da tutela exerce ou não algum controlo, alguma fiscalização, ou seja, se as juntas têm que dar conta dos dinheiros que lhe são entregues para efeitos de pequenos apoios à habitação degradada.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria congratular-me com esta última pergunta do Sr. Deputado do PS e aguardar por uma resposta, agora no campo sério, do Sr. Secretário Regional. Efectivamente, estas coisas têm que ser muito bem controladas.

Em relação ao meu pedido de intervenção, apenas queria colocar duas questões ao Sr. Secretário Regional.

O Sr. Secretário Regional falou — e é do conhecimento público — nas necessidades e nas dificuldades dos estudos topográficos das Flores.

Segundo creio, a própria Secretaria de Agricultura e Pescas, tem tido esses problemas.

Segundo sei, as autarquias locais, concretamente as Câmaras Municipais, têm esses problemas.

Sr. Secretário, não seria possível haver uma coordenação de esforços, em relação a esta matéria, de todos os serviços públicos — das diversas Secretarias Regionais, das autarquias —, no sentido destes problemas poderem ser resolvidos em conjunto e

colmatarem-se algumas dificuldades que são importantes e que têm tido consequências negativas nas diversas vias da Ilha das Flores?

A segunda questão que queria colocar, é uma questão que no contexto regional pode parecer de somenos importância. No entanto, para as pessoas da Ilha das Flores, ela é muito importante. Eu já coloquei este caso aqui no Período de Antes da Ordem do Dia por diversas vezes, e volto a referi-lo:

A Secretaria da Habitação e Equipamentos tem uma estrada regional no topo sul da pista que entra na Vila de Santa Cruz que nunca foi recebida em definitivo, segundo creio, pela Secretaria Regional. Essa estrada está construída há 4 anos e o ano passado sofreu mais uma remodelação e pelo facto de não ter havido esta recepção por parte da Região, continua a ser uma via normal utilizada pelas pessoas durante o dia e durante a noite e continua às escuras.

Eu já chamei atenção na Comissão para este facto e penso que isto foi mencionado. Em termos regionais poderá parecer de somenos importância, mas para as centenas de pessoas que durante os próximos dias, por ocasião das festas religiosas da Vila de Santa Cruz, terão que passar a pé por essa estrada durante a noite, é um inconveniente grave.

Isto não é apenas um pedido de esclarecimento, é também um apelo ao Sr. Secretário e ao Governo Regional, para que de uma vez por todas recebam aquela estrada, embora com algumas deficiências se ela as tem, para que de uma vez por todas possa haver luz eléctrica naquela rua.

Parecendo que não, para as pessoas que ali vivem isto é muito importante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Eu já tinha anunciado na minha última intervenção que o ponto da situação da repavimentação das estradas das Flores, durante este ano, fundamentalmente, passou pela conservação corrente.

Gostaria de aproveitar para dizer, no âmbito de outra intervenção, que os trabalhos de hidráulica e de drenagem que são feitos junto às estradas regionais, tiveram a intenção e o objectivo de aumentar o calibre dessas drenagens.

Como sabem, nas Flores há muitas ribeiras que atravessam as estradas regionais e os trabalhos que foram feitos, foram no sentido de lhe aumentar o calibre e até de se fazerem drenagens desniveladas para que se uma colmatasse a outra, poderia resolver a situação.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Valadão, de facto, V. Exa. fez uma sugestão que na minha opinião faz algum sentido.

O que nós fizemos foi apenas abrir o tal concurso para os levantamentos topográficos para que, de uma vez por todas, ficasse resolvida a situação da repavimentação e de correcção dos traçados das estradas regionais da Ilha das Flores.

Também fizemos a construção de muros de suporte em várias ribeiras que durante os últimos estragos foram deteriorados.

Gostaria também de dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão, que estão em fase de apreciação os trabalhos de reparação da rede de iluminação da estrada de acesso ao porto das Lajes e do abastecimento de energia eléctrica à organização das Lajes.

No que diz respeito ao aeroporto, essa matéria está a ser dividida com a Secretaria da Economia e o empreiteiro já foi notificado desses problemas que aí indicou.

Naturalmente que está em curso, no âmbito da nossa política, a figura de multiparcial ao incumprimento dos empreiteiros.

Na nossa opinião, esta é uma medida que deve ser tomada a par do cumprimento das obrigações do Governo Regional.

Nós precisamos também de exigir contratualmente, através dos mecanismos legais, as situações que fazem parte do incumprimento dos empreiteiros.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sem isso não há luz?!

O Orador: Por isso mesmo estamos com a Secretaria da Economia a ver se resolvemos a situação.

Presidente: Encerrado este debate, vamos voltar às inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para mim, os princípios orientadores de uma política educativa deverão ser os contidos neste pensamento de Delfim Santos — "O problema da educação, no seu

aspecto ideal, interessado e sério, pretende (...): que o homem seja o que o homem pode ser.

A técnica de que usa deve apenas servir esta finalidade: auxiliar a descobrir o homem e os seus valores ao próprio homem".

Quais os valores que devem inspirar a educação para que o jovem de hoje se possa tornar o cidadão consciente, autónomo e responsável que a vida democrática exige?

Como definir uma política educativa, em sistema democrático, que concilie a valorização do indivíduo, o respeito pelas suas possibilidades e opções, com a forma de organização social e política que pressupõe certos valores, certas capacidades, certos comportamentos?

A montante de quaisquer planos e dotações orçamentais, em meu entender, tem que estar a preocupação séria de dar resposta a estas perguntas.

Todo o processo educativo deve ser norteado pela finalidade de promover o **máximo desenvolvimento** de todas as potencialidades de todos os indivíduos. Embora as potencialidades de cada indivíduo possam ser diferentes em domínios diferentes, o que há que assegurar é que essas encontrem possibilidade de reconhecimento e de desenvolvimento através do sistema educativo.

Por outro lado, uma política integrada de Educação, Juventude, Emprego e Formação Profissional, traduz-se na valorização e qualificação dos recursos humanos da Região, assumidos como instrumento estratégico de desenvolvimento da economia e da sociedade açoriana.

Ao longo dos últimos anos tem-se vindo a proceder à generalização do acesso ao ensino. Este progressivo alargamento, agora em fase de consolidação, continua a exigir mais equipamentos escolares e meios mais qualificados.

As dinâmicas sociais envolventes exigem, cada vez mais, competências duráveis e transversais, potenciadoras de uma empregabilidade mais estável. Assim, é necessário que o acto de educar desenvolva, no educando, desde o princípio, capacidades de auto-aprendizagem, de gestão do esforço pessoal e de trabalho em equipa.

É dado adquirido que a educação não pode ser tarefa exclusiva da escola, mas também de todas as forças vivas da comunidade numa conjugação de esforços

múltiplos, por forma a que se promova a igualdade de oportunidades, a valorização pessoal e a integração social. As famílias e as autarquias deverão ser agentes privilegiados, na definição participada da política educativa.

Neste enquadramento, e reputando como central o papel da escola enquanto factor de inclusão social e de cidadania, o **Governo Regional** elegeu no **P.M.P. 97-2000** o sector da educação como área privilegiada de investimento — **16.472.000** contos correspondente a cerca de 9,4% do investimento total para o quadriénio.

As grandes linhas estratégicas de intervenção sectorial no horizonte da programação a médio prazo procurarão: **a democratização das oportunidades, a construção da qualidade e a humanização da escola.**

Com a dotação de **15.227.000** contos para o Programa “**Desenvolvimento das Infraestruturas Educacionais**”, pretende-se completar o parque escolar, combater a degradação das escolas e melhorar a cobertura da rede de Educação Especial (dispensar-me-ei de indicar aqui as principais metas que se apontam neste programa e que se pretendem atingir até final de 2000, porque elas já foram aqui referidas pelo Sr. Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais e, além disso, encontram-se nos documentos que os Srs. Deputados têm em seu poder).

Fazendo o ponto da situação da execução material deste programa, em 97 e até ao momento, verificamos que já se encontram em curso:

- A construção/ampliação de 5 escolas do EB/JI;
- A construção/ampliação de 6 escolas do ESG/B, 2 delas com ensino artístico;
- A intervenção em 4 escolas de vários graus de ensino, para se fazerem grandes reparações e adaptações funcionais;
- Aprovadas candidaturas de 14 Autarquias tendo em vista a grande reparação/beneficiação e ampliação do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico, visando a obtenção, até finais de 98, de 538 salas de aula, das quais 200 já se encontram concluídas;
- Celebrado o Acordo entre a SREAS e a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, tendo em vista a construção de um Equipamento Social destinado a desenvolver actividades de apoio a crianças e jovens com deficiência.

O programa "**Desenvolvimento do Sistema Educativo**" com a dotação de **1.255.000** contos, contempla projectos que visam a modernização da rede escolar, na perspectiva da aquisição de novos equipamentos para funções pedagógicas específicas, tendo em vista a adequabilidade necessária aos vários graus de ensino.

As acções a desenvolver no âmbito da formação, serão orientadas para a qualificação e abrangerão o pessoal docente e não docente, incidindo também na promoção de incentivos à fixação e na melhoria de mecanismos de concurso para colocação de professores.

Além das responsabilidades de implementação directa, a administração regional procurará celebrar contratos, programas e protocolos com Universidades para apoio à profissionalização de docentes, através de cursos de graduação e pós-graduação; alargar iniciativas de parcerias a empresas, escolas profissionais, IPSS e ensino particular.

Em 1997, a execução material deste programa/projectos conta já com a aquisição de “material de cultura”, “material de informática” e “maquinaria e equipamento” para as Escolas dos ensinos básico e secundário, Conservatórios Regionais, Escolas do ensino especial e CATE, no montante de 190 mil contos. Está em execução o Plano de Formação da DRE destinado a Pessoal Docente e não Docente e assinado o Protocolo com a Universidade dos Açores destinado à formação de Pessoal Docente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da orientação programática do **P.M.P. 97-2000** para o sector da educação e, com o objectivo de contribuir para uma melhor concretização e explicitação das principais metas a atingir, no vector **Desenvolvimento do Sistema Educativo**, passo a sugerir ou a enunciar algumas medidas que, na minha opinião, deverão fazer parte do horizonte programático até ao ano 2000:

— Reforçar as intervenções e programas orientados para a prevenção do abandono e insucesso escolar, no âmbito do ensino básico, através do aprofundamento do trabalho das “Equipas Multidisciplinares de Apoio às Escolas”, na implementação de medidas de diferenciação pedagógica e de currículos alternativos, como aliás, já se começou a fazer através da aplicação do Programa PROFIJ.

- Criação de um programa de difusão e promoção das "boas práticas" educativas nas escolas;
- Dar uma especial atenção à Língua Portuguesa, à Matemática e à História (com realce para a História dos Açores), no âmbito do processo de reflexão e revisão participada dos currículos dos ensino básico e secundário;
- Instituição da carreira de Psicólogo Educacional, como meio efectivo da consolidação da intervenção das “Equipas Multidisciplinares de Apoio às Escolas”, bem como apoiar e desenvolver as intervenções e medidas de apoio sócio-educativo necessárias à construção de um percurso individualizado e bem sucedido de aprendizagem e inserção social;
- Introdução de modelos flexíveis de certificação de competências adquiridas em contexto não escolar, definindo o respectivo sistema de equivalências;
- Apoiar a formação inicial qualificante dos jovens consolidando os sistemas de aprendizagem e de ensino profissional, já existentes na Região, reiterando a estratégia de diversificação de vias alternativas de ensino secundário e instituindo mecanismos regionais de identificação das necessidades de formação e respectivos perfis, de modo a permitir a gestão concertada das ofertas públicas e a eficácia do financiamento público que sustenta as ofertas privadas;
- Melhorar os sistemas de recolha e análise estatística e, promover a realização de estudos prospectivos sobre tendências e necessidades de desenvolvimento do sistema educativo regional;
- Institucionalizar redes de cooperação que associem, nomeadamente, escolas, empresas e a Instituição de Ensino Superior (Universidade dos Açores), de modo a activar o potencial endógeno da Região, a aproximar os perfis terminais de formação das necessidades específicas do sector empresarial, a associar programas de investigação à formação, bem como, a incentivar as empresas a promoverem a crescente qualificação dos seus recursos humanos;
- Promover a prática da educação física e do desporto escolar, nomeadamente através do reforço do investimento em infraestruturas desportivas;
- Reconhecer e incentivar as iniciativas das escolas, nomeadamente nos domínios da disponibilização do saber, da preparação dos seus alunos para a vida activa, num

enquadramento de aprendizagem contínua e da inovação qualitativa do sistema educativo, através da aplicação de Programas que visam o desenvolvimento da cultura científico-tecnológica nas escolas, de que é exemplo o “Programa de ligação da Escola à Internet”, já em aplicação na Região.

— Valorização do exercício docente, através de medidas que apoiem significativamente (atendendo aos custos da insularidade) a formação contínua, adequando-a às necessidades reais (sentidas pelos docentes ou patentes no sistema), e da realização de acções de formação especializada que visam a respectiva qualificação para o exercício de outras funções educativas;

— Criação de "Projectos-Piloto" de formação integrada de pessoal docente e não docente, ao nível dos estabelecimentos de educação e de ensino, potenciando as dinâmicas de participação interna e de abertura da escola ao exterior, apoiando o reforço da sua identidade própria num exercício responsável e consciente do papel central da escola na educação para a cidadania dos seus alunos e no desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Finalmente, adoptar um novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que permita o envolvimento responsável de todos os parceiros, o respeito pelo percurso de cada escola, a afirmação de uma identidade expressa em projecto educativo e por soluções organizativas adequadas — como se pretende com os dois diplomas que irão ser votados durante esta Sessão Legislativa.

Deve a DRE apoiar, no exercício progressivo mais autónomo, a celebração entre a escola e a administração regional de um primeiro "contrato autonomia" que, identificando as condições materiais, profissionais e administrativas necessárias e concretas, permite à escola pela adequação dos recursos e atribuições, a prestação de um serviço educativo orientado pelos princípios da responsabilidade, da equidade e da qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Espero ter dado um modesto contributo para a explicitação da política educativa subjacente aos Programas e Projectos contidos no **PMP 97-2000 e no Plano para 98**, respeitantes ao Sector Educativo.

É minha convicção que, em vez de ocuparmos grande parte do nosso tempo a fazermos meros exercícios académicos com milhões, usando algoritmos matemáticos vários dificilmente apreendidos com rapidez, pela maioria da população Açoriana, deveríamos, antes, avaliar a justeza das propostas contidas nos Planos, comparando-as com a “melhoria da qualidade de vida” que a execução daquelas, começa já a trazer a todos os açorianos.

É dever desta **Assembleia**, porque é para bem dos **Açores**, dotar o **Governo Regional** do seu **P.M.P. 97/2000** e do seu **Plano e Orçamento para 98**, instrumentos de trabalho essenciais à continuação da acção governativa que, mesmo sem ter visto aprovado o seu plano anterior para 97-2000, tem conseguido governar com competência, coragem e inovação.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A dor não tem partido!

O objectivo da minha intervenção não é, pois, o de aproveitamento político da catástrofe que assolou a freguesia da Ribeira Quente, mas tão só de reflexão conjunta, de aprofundamento de algumas questões em nome do futuro, e não de um passado que deixou marcas, mas que deve sobretudo servir de lição para prevenir o que dificilmente se pode remediar.

Não queremos usar o recente passado de sofrimento como pretexto para servir um presente político.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma palavra solidária de conforto aos habitantes da Ribeira Quente, que sentem a saudade dos que partiram, o desalento de não ter lar e o medo, sempre o medo, de que a natureza volte a medir forças com os homens.

Uma palavra de apreço e de reconhecimento a todos os que ajudaram a atenuar o sofrimento e a apagar as marcas de destruição. Aos nossos bombeiros e à exaustão que procuraram eficazmente combater. Aos militares que, debatendo-se com meios escassos, não deixaram de marcar presença.

Aos trabalhadores de várias empresas públicas e privadas pelo empenho e prontidão com que encararam este terrível desafio. Às instituições humanitárias, não podendo aqui deixar de relevar o papel fundamental dos nossos escuteiros. No fundo, a todos aqueles para quem a solidariedade é sinónimo de acção, de prontidão, de apoio.

O esforço, a disponibilidade e a dedicação foram, e continuam a ser, contributos essenciais para que a normalidade se restabeleça. A intenção do programa Protecção Civil deste Plano é a de dotar os intervenientes no sistema dos meios necessários para o correcto e eficaz desempenho da sua missão.

Vivemos numa Região frágil onde a chuva, o relevo e a natureza dos solos conduzem a situações graves cada vez mais frequentes. Esta realidade não pode ser uma desculpa, tem que ser sim uma razão para apostarmos na prevenção, e acautelarmos assim riscos colectivos de catástrofes ou calamidades, atenuando os efeitos e permitindo o socorro rápido e eficaz das pessoas em perigo.

A política de protecção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, devendo todos os órgãos e departamentos promover as condições indispensáveis à sua execução de forma descentralizada. O SRPC é a entidade vocacionada para assegurar a coordenação entre os diversos intervenientes. É necessário e fundamental, numa zona com as características de descontinuidade geográfica dos Açores, sujeitos que estamos a sismos, à actividade vulcânica e a condições climatéricas adversas.

A catástrofe que ocorreu no último dia de Outubro provocou perda de vidas, atingindo gravosamente a população da Ribeira Quente e causando elevados prejuízos materiais.

Hoje, aqui, é preciso dar voz a um sentimento generalizado de que as operações de socorro foram accionadas muito tardiamente e com alguma descoordenação.

Comunicações dificultadas, helicópteros que se atrasam inexplicavelmente, informação que tarda a chegar são algumas das razões que nos levam a perguntar se os responsáveis acham verdadeiramente que tudo correu bem como afirmaram.

Reconhecem ou não que houve atrasos significativos?

Prevêem-se agravamentos na intensidade e frequência destes temporais. Não acham que é necessário repensar o modo como tudo correu e com base na experiência reforçar os cuidados preventivos, adquirir mais meios, procurar novos recursos?

Não podemos evitar o inevitável, mas podemos certamente atenuar os seus efeitos.

Não pretendemos atribuir culpas por interesse político, mas por preocupação com o futuro.

À falta de limpeza de solos e ribeiras, ao alinhamento urbano mal planeado e às habitações pouco seguras, não se pode acrescentar uma protecção civil que não tem meios suficientes e que falha na coordenação das operações.

É preciso rever o papel desta Protecção Civil. Repensar a sua actuação uma vez que não houve capacidade de reacção imediata, houve falhas na avaliação da situação, houve problemas que atrasaram as decisões e houve falta de coordenação eficaz.

A burocracia e a hierarquia não podem tomar conta da decisão, atrasando-a.

A burocracia teima em prevalecer sobre os factos que ocorrem a uma velocidade fatal.

Não pode haver conformismo, nem aceitação.

A Ribeira Quente esteve só com a morte, a dor e a escuridão algum tempo, talvez demais.

Uma exigência prática que resulta da experiência recente é a necessidade de mais meios aéreos, descentralizados e não concentrados numa só Ilha.

Há factos que não podem nem devem ser ignorados. Há lições que devem ser devidamente aprendidas. A dimensão de algumas catástrofes lembra-nos a escassez de meios e recursos que temos e a fragilidade das nossas Ilhas.

É preciso apurar serenamente o que esteve mal, com verdade, sem receios e olhar em frente, preparando a nossa terra e as nossas gentes para o mau tempo que infelizmente não vai deixar-nos.

A hora é de reconstrução, de esperança, de confiança, mas ainda de dor. E é esta dor não esquecida que deve alimentar a denúncia do que está mal e deve exigir que mais e melhor seja feito para o bem de todos. Não está em causa a boa vontade e a solidariedade.

Questionamos sim a capacidade de coordenação e a gestão do tempo.

Só a competência e a dedicação dos operacionais ajudou a que se atenuassem as graves carências e a falta de coordenação.

As decisões de uns reflectem-se na vida de todos.

É preciso ganhar experiência, corrigir estruturas e procedimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não é só na Ribeira Quente que existem zonas populacionais com elevado risco.

Muitas são as fajãs espalhadas por estas ilhas, entaladas entre mar e abruptas arribas.

A natureza voltou a escrever páginas tristes na história regional, ilustradas com imagens de dor e destruição que a memória não deixa apagar.

A solidariedade da ilha, das ilhas e da diáspora falou bem alto.

O tempo sara as feridas da dor, mas deixa as cicatrizes.

O mar pode mover-se, não pode mudar de sítio. A terra pode mexer-se, não vai deixar-nos.

Queremos continuar a ficar na Ilha. Por opção... com gosto... com confiança!

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda bem que este tema da Protecção Civil é trazido a esta Câmara com moderação. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que aquela frase que se utiliza de Vitorino Nemésio de que "a geografia vale tanto como a história", tem um complemento, ou

seja, não é de balde que a nossa história está eivada de relatos de sismos, de vulcões e de inundações.

Isso para nós não é motivo de fatalidade para que as entidades oficiais que têm responsabilidades nesta matéria possam, continuamente, aperfeiçoar, na óptica da prevenção e na óptica da resposta com os novos meios, às situações que entendem, sobretudo em locais críticos nos Açores.

Gostaria de realçar nesta Câmara que o problema das comunicações nos Açores, é demais importante para que se fale em atrasos.

Relativamente a uma situação que tem vindo à baila na Comunicação Social e que tem sido alvo de alguma discórdia, mas também da falta de informação, ou seja, o helicóptero queria deixar aqui, até mesmo pela minha formação de geólogo, duas ou três notas que me parecem importantes.

O deslizamento ou "creeping" daquelas massas de materiais que se deslocaram por aquele talude a mais de 200 km por hora — em termos de lama e de terra e não de pedras — normalmente facilitam as operações de salvamento, até há detectores de escombros que são utilizados para derrocadas de materiais sólidos.

Naturalmente que o isolamento daquela parte da freguesia em relação aos meios existentes na mesma para comunicar com o exterior e a falta de um heliporto que teve que ser construído no mesmo dia, condicionam a avaliação que qualquer pessoa de boa fé pode fazer das operações.

Gostaria de dizer que não se pode pensar na Protecção Civil em termos de "quinto exército". A Protecção Civil é aquilo que, sendo tarefa de todos, não é de alguns e não se pode elogiar as partes integrantes da Protecção Civil, porque é a elas que compete, desde o cidadão até às entidades oficiais, intervir no terreno, para em seguida questionar a Protecção Civil como um serviço que nos Açores tem responsabilidades acrescidas.

O que nós conhecemos nos Açores são zonas críticas que nalguns casos podem ter respostas mais rápidas e noutros casos, por dificuldades de acesso e de meios, essas respostas poderão demorar mais um pouco.

Devo dizer, que no caso de muitas das nossas freguesias que ficam na orla marítima das ilhas e que estão instaladas através dos cinco séculos da nossa história em pontos muito preocupantes, dificultam o trabalho e qualquer tipo de operações.

Neste caso concreto da Ribeira Quente, a própria marinha nem pôde actuar, não só pelas condições do mar, mas pela existência de inúmeros troncos que circundavam a freguesia e que impediam a operacionalidade de qualquer meio em termos de chegada ou partida ao único cais que existe nesta freguesia.

Em relação à Protecção Civil, gostaria também de frisar que a nossa preocupação é de, juntamente com a assessoria técnica que temos permanentemente da Universidade dos Açores, podermos cada vez mais, através de estudos de sismologia e de vulcanologia e com as informações que precisávamos que melhorassem do Instituto de Meteorologia, ter uma vigilância que é reconhecida por todos em termos de sismos e de vulcões.

O Instituto de Meteorologia precisa de melhorar a sua capacidade instrumental, em Ponta Delgada, para não dar leituras vagas da precipitação para outros pontos da Ilha de São Miguel. Este é mais um apelo do que propriamente uma queixa que fazemos a essa entidade.

Gostaria também de dizer nesta Câmara que o Instituto de Meteorologia pode, efectivamente, dar um contributo importante para o fenómeno que aconteceu na Ribeira Quente e que de resto em São Miguel é específico.

Há ilhas como a Martinica que tem registos contínuos da precipitação e que permite, a partir de um determinado montante, poder desencadear meios de prevenção. Isso era importante em muitas zonas dos Açores, não só no Concelho da Povoação, como no Concelho do Nordeste, Mosteiros, Sete Cidades, algumas zonas de Vila Franca e naturalmente nas Flores e nas Fajãs de São Jorge.

Para além disto, estão em curso — e para aqueles que cumpriram o serviço militar — normas de execução permanente, que são importantes os serviços possuírem, no sentido de poderem ter uma resposta categórica e bem documentada no tipo de actuação que terão que prestar nas horas imediatamente a seguir às catástrofes.

Gostaria também de referir que o fenómeno que ocorreu na Povoação tem dois tipos de géneses explicativas:

Por um lado, há uma precipitação anormalmente elevada da meia noite às duas da manhã e outra das três às quatro da manhã.

Por outro lado, os materiais — permitam-me o tecnicismo — piroclásticos que ali existem, que são a pedra-pomes e materiais argilosos, encharcaram e com o peso da vegetação deslizaram por acção gravítica e tiveram o tipo de "land slide" ou avalanche que todos conhecem.

Além disso, as próprias fracturações dos taludes levaram a um encharcamento dos materiais superficiais e mais profundos que deram um tipo de escorregamento extremamente preocupante, que de resto aconteceu em outras localidades de São Miguel, como por exemplo nas Pedras do Galego, com muito maior gravidade.

A questão da Ribeira Quente põe-se numa freguesia que tem um talude muito sobranceiro à plataforma onde está instalada a própria freguesia.

Digo mais:

A própria freguesia está mesmo instalada no meio do delta da ribeira e isso é o resultado de cinco séculos da nossa história que convém prevenir, em termos de prevenção das ribeiras.

Por outro lado, convém ter em atenção as zonas críticas que, quanto a nós, podem ter uma maior prevenção.

Porém, precisamos ter em conta algumas medidas drásticas em termos de ocupação do solo que, no caso da Ribeira Quente, vai passar pela interdição da construção nas zonas que o relatório preliminar da Universidade dos Açores e dos técnicos que avaliaram posteriormente a situação — são inquestionavelmente técnicos de craveira internacional, quer o consultor do Governo Inglês, o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil da Islândia, quer um outro professor universitário da Islândia — elaboraram. É um relatório aprofundado das zonas críticas daquela freguesia.

Equilibrando mesmo o risco de se viver em zonas perigosas e a afectividade de gostarem de viver lá, temos que fornecer esses dados às pessoas e temos que fazer um ordenamento do território.

Gostaria de dizer que a ribeira da Ribeira Quente, estava limpa e exactamente por isso não aconteceram problemas que são tradicionais.

A população e as populações da Ribeira Quente temiam, até àquela data, sempre e mais, a ribeira.

Infelizmente, desta vez o que esteve em causa foi o escorregamento de terras que não era comum acontecer naquela zona.

Toda a costa de São Miguel está cheia de "feridas" desse tipo de situações.

A nossa preocupação com o Serviço Regional de Protecção Civil, será, naturalmente, dotá-lo de comunicações, porque isso é fundamental não só dentro da ilha, como inter-ilhas.

Nós temos situações históricas que estão relatadas e permitem-nos dizer que para além de sensato, é responsável termos esse tipo de atenções.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria gostaria de referir que fico sinceramente satisfeito que esta questão tenha sido abordada da forma como foi, neste Parlamento. Julgo que é um bom exemplo do que devemos fazer.

Gostaria também de fazer aqui uma ou duas considerações, se me permitem, baseado no espírito que foi colocado pelo Sr. Secretário que interpreto do seguinte modo:

Há uma coisa que se aprendeu, por exemplo, quando aconteceu o sismo na Terceira — visto que estava lá e fui sinistrado também —, ou seja, desencadeou-se todo um processo interno na ilha em que as pessoas começaram a analisar o que é que poderiam ter feito de diferente perante aquela situação.

Tipicamente quando temos uma calamidade deste género, três problemas levantam-se e na altura não se podia resolver nenhum.

O primeiro prende-se com os meios e neste aspecto temos que reconhecer muito claramente que, em termos dessa matéria, procedeu-se e entendeu-se que houve um esforço notável que foi feito.

Espantosamente, e por aquilo que algumas pessoas disseram — e é também aquilo que eu entendo — em termos dos grandes meios, conseguiu-se arranjar.

Quantos aos meios pequenos, e nomeadamente no que toca à remoção de cadáveres, faltaram pelo menos duas coisas: um "pé-de-cabra" e um "macaco" cuja falta se fez sentir a dada altura.

Pretendo com isto dizer que às vezes temos uma noção de uma determinada situação, ao fazer a sua análise, mas depois sentimos algumas dificuldades quanto à sua implantação no terreno.

É, portanto, nesse sentido, que eu coloquei aqui a questão, porque é importante fazer-se uma análise à posteriori, no sentido de se derimir certo e determinado tipo de situações.

É óbvio, que por mais que se estude as situações, elas nunca se repetem durante a nossa vida e invariavelmente aparecem sempre coisas novas.

Em relação ao terceiro aspecto, aproveitemos aquilo que aconteceu para que se relance — e isso fez-se durante algum tempo — um determinado aspecto.

É que a memória das pessoas às vezes é curta. Mas eu lembro-me perfeitamente que três ou quatro anos após a catástrofe de Angra, a apetência das pessoas por um processo de informação permanente sobre as acções e actuações que se podem tomar em situações de calamidade, era grande. Só que à medida que o tempo vai passando, e isso é normal, as pessoas esquecem-se e tendem a ter menos apetência por aquilo que eu poderia considerar ser uma atitude pedagógica da Segurança Social junto das populações, atitude essa que deve começar junto dos mais pequenos, pois eles próprios muitas vezes são os que ajudam em casa os pais a desenvolver todo um espírito de colaboração, coordenação e organização, perante a adversidade.

Eu gostaria de relembrar aqui, e talvez possa ser uma das coisas boas que se venha a retirar, que se deve ajudar a criar um novo espírito de atenção, de permeabilidade e pedagogia das populações para este tipo de acções perante situações que acontecem especificamente nos Açores e que infelizmente acontecem quanto menos se espera.

Era só isto que eu queria dizer.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Objectivamente falando, a minha intervenção estará ligeiramente desactualizada em relação à intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Contudo, a importância do tema, parece-me merecedora, pelo menos, salvo melhor opinião, que se conheça a nossa posição sobre essa matéria.

Sr. Presidente Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Hoje, nesta Câmara, discutem-se dois documentos essenciais para a concretização das políticas delineadas pelo Governo e aprovadas pela Assembleia Regional. Com efeito, o Plano para 1998 e o Plano a Médio Prazo 97-2000 constituem instrumentos de trabalho do executivo na prossecução da sua tarefa de promover o desenvolvimento harmonioso da Região e o bem estar das suas populações.

Nessa perspectiva, todas as matérias têm, directa ou indirectamente, influência no resultado imediato de cumprimento do Programa do Governo, e mediato de fazer os Açores avançarem no caminho do desenvolvimento. Aspectos há que se revestem de particular interesse não só por determinadas características sociais ou etárias dos seus destinatários, como também pela sua importância para a valorização das pessoas, ou ainda, pelos seus efeitos na realização pessoal e profissional do indivíduo. Assim acontece em relação às políticas de Juventude, Formação Profissional e Emprego respectivamente.

Iniciando a análise destes dois documentos pela Formação Profissional e Emprego, importa, desde logo localizar, quer no Plano anual quer no PMP, as áreas de que aqui temos vindo a falar.

Desse modo, no Plano para 1998 estas matérias vêm contempladas no Programa 20 com uma dotação global de 663.000 contos, divididos por dois projectos: um exclusivo da Juventude com 142.000 contos e outro relativo ao Emprego e Formação Profissional com 521.000 contos.

Em relação ao Plano a Médio Prazo, temos no já citado Programa 20, 2.669.000 contos e, em cada um dos projectos, 571.000 e 2.098.000 contos respectivamente.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Considerada, e muito bem, pelo VII Governo Regional como um dos meios por excelência de valorização profissional e integração social do indivíduo, a Formação Profissional é, ao longo dos documentos referidos, tratada, e não nos referimos

apenas às verbas a ela afectas, numa forma que denota uma aposta clara na qualificação profissional, pressuposto essencial, mas não certamente único, para uma efectiva diminuição do desemprego. Indício dessa mesma aposta, é o significativo aumento de verbas destinadas ao projecto *Emprego e Formação Profissional* que este ano ascende a mais de 500.000 contos.

Contudo, julgamos não esgotar todo o interesse da análise deste tema, aquela que se limite apenas à quantificação de verbas e que não incida também sobre a forma como esse dinheiro é gasto. É assim, que directamente em relação ao tipo de documentos que aqui analisamos, importa referir os programas, ou melhor, as acções que corporizam a política regional nessa matéria.

Quanto à Formação Profissional, seja-nos permitido destacar desde logo, a acção de Formação e Apoio para Repatriados e do significado de que esta se reveste, especialmente numa perspectiva social de preocupação com o fenómeno daqueles que, inseridos noutra cultura e com outro quadro de referências sociais se vêm repentinamente, passe a expressão, "despejados" noutra meio que não conhecem e que lhes é, na esmagadora maioria dos casos, hostil.

A aposta na Formação Profissional dos repatriados significa, em nosso entender, que este Governo, fiel à sua génese socialista, passe de atitudes de estéril comiseração para a prática dum efectivo e lúcido combate pela recuperação e integração social desses indivíduos. É esta política de contrariar atitudes mais ou menos discriminatórias, e que não raras vezes presenciamos, desde logo ao nível de os fazer arcar com o ónus do aumento dum certo tipo de criminalidade, que merece o mais forte aplauso da bancada do Partido Socialista.

Mas não só em relação a esta acção os Planos, Anual e a Médio Prazo, consubstanciam uma actuação positiva do Governo Regional no que respeita à Formação Profissional e ao Emprego.

Realce também para o Programa Formativo de Inserção de Jovens — PROFIJ — e que visa a qualificação de jovens e respectiva inserção no mundo do trabalho através dum estilo de formação diferente, em que à razão da teoria se aliam as necessidades da prática com a conseqüente melhoria da aptidão dos recém-formados para enfrentarem os desafios do mundo do trabalho. Mais um exemplo de saudável

filosofia de, formando, fazê-lo não como um objectivo em si, mas sim como meio de servir o objectivo último da realização profissional e pessoal do indivíduo.

Se considerarmos o significativo número de jovens desempregados, este Programa assume especial relevância quando integrado na estratégia de médio/longo prazo de combate ao desemprego em geral e, em especial, de combate ao desemprego juvenil. De salientar por último, que os montantes previstos para esse programa de formação profissional, à semelhança do que acontece com outras acções, contabilizam apenas a componente financeira regional que é para 1998, 65.000 contos e no PMP 215.000 contos.

Igualmente de salientar é outro Programa previsto na mesma política, que dá pelo nome de REACTIVAR, sendo destinado à reconversão profissional.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não obstante todos esses programas, pela sua natureza e pelos efeitos que com eles se pretendem alcançar, terem efeitos ao nível do emprego, ou melhor, ao nível do desemprego, as preocupações do Governo Regional com esta questão não se ficam por aqui.

Com uma taxa de desemprego inferior à média nacional e que, segundo dados oficiais, atingiu os 5,4 % no terceiro trimestre de 1997, a Região necessita, em nosso entender, de dois tipos de resposta para esse problema:

Dum lado a aplicação de instrumentos de efeito imediato ou a curto prazo e que minimizem as implicações sociais e económicas do desemprego e, por outro, programas cujos efeitos sejam diferidos no tempo, permitindo assim, em termos globais, a continuidade e coerência no combate ao desemprego.

Importará então ver se, desde logo, em relação ao primeiro tipo de resposta, encontramos alguma medida deste tipo ou se, pelo contrário, o Governo Regional optou pelo caminho de combate ao desemprego com medidas de efeitos a médio/longo prazo.

Pela análise que nos foi dado fazer aos dois documentos, podemos constatar que a opção, em nosso entender a mais correcta, foi a de tratar o problema numa dupla perspectiva. Desde logo, acções como o Programa Ocupacional de Adultos — PROSA — bem como os programas denominados PESCAR e SAZONAL são

medidas cujos objectivos visam uma minimização dos efeitos sociais e económicos do desemprego e têm uma incidência prática imediata ou a curto prazo. Especialmente em relação aos últimos dos programas citados, refira-se a sua aplicação a duas actividades — Agricultura e Pescas — em que o desemprego sazonal assume particular relevância.

Com objectivos que não se restringem à questão laboral, quer o PESCAR quer o SAZONAL assumem assim foros de importantes, embora indirectos, mecanismos de intervenção social.

Com efeito, as áreas a que se destinam, mercê de particulares características, registam períodos de abundante oferta de postos de trabalho com períodos de escassez. Esta situação requer medidas de tratamento desse desemprego sazonal que não se podem resumir a um simples ocupar os indivíduos temporariamente libertos das ocupações da Agricultura e das Pescas, mas aconselha, senão mesmo impõe, o aproveitamento desses períodos de inactividade para a formação e informação dos trabalhadores no sentido do aperfeiçoamento de artes e técnicas e correspondente optimização de resultados produtivos.

E, assim, salutar o entendimento que o Governo tem desses programas no sentido de, não só permitir a ocupação dos trabalhadores, mas de, ao mesmo tempo, prepará-los para novas tarefas com novos meios.

A tudo isso acresce os concretos sectores em que se aposta nessa renovação de conhecimentos: Agricultura e Pescas, duas áreas cuja importância para a economia regional é despiciendo referir e que, pelo tipo de estratos sociais onde vão buscar a sua força laboral, importa actuar, não numa simples perspectiva de resolver um problema de desemprego, mas enveredando por uma actuação enformada também por preocupações sociais.

Ainda dentro da questão do emprego, e em relação a resposta do segundo tipo que há pouco referíamos, saliente-se o Programa de Integração de Desempregados denominado INTEGRA. Ao contrário dos programas referidos anteriormente, este está pensado para produzir efeitos a curto médio/prazo e tem por objectivo a criação efectiva de postos de trabalho nos sectores privado, cooperativo e público

empresarial, instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos.

Sejam eles programas de criação ou efectivação recente como é o caso do PROSA e do INTEGRA, ou então programas que estão em fase de criação, como e o caso dos SAZONAL E PESCAR, os seus impactos só se verão em toda a sua extensão num período não inferior a 9/12 meses. Contudo, em relação aos que já estão em vigor, julgamos de alguma utilidade para o debate, e aqui deixamos já a questão, conhecermos os seus resultados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Passemos agora à chamada Política de Juventude e as medidas que no Plano para 1998 e no Plano a Médio Prazo estão consagradas para a efectivarem.

Comuns já se tornam acções como a Ocupação dos Tempos Livres e Prevenção das Toxicodependências e, apesar disso, importa realçar um ou dois aspectos que julgamos merecedores duma análise mais detalhada.

Assim, em relação à Prevenção das Toxicodependências, gostaríamos de começar por referir os montantes em causa e que são precisamente de 20.000 contos para 98 e de 90.000 contos no PMP.

Consideramos, e já tivemos a oportunidade de o referir nesta Câmara, que os meios financeiros postos ao dispor destas medidas não devem ser considerados como a preocupação primeira na definição da política governamental nesta matéria.

A esse propósito, e para duma forma mais clara deixarmos aqui o nosso entendimento sobre esta questão, citaremos a nossa intervenção realizada imediatamente a seguir ao Plenário Jovem sobre Toxicodependência:

"Podemos discutir dias a fio, podemos afectar a essa questão mundos e fundos, podemos gritar aos quatro ventos que o problema vai ser resolvido, que enquanto não nos deixarmos de atitudes falsamente moralistas e, muitas das vezes, medrosas, nunca conseguiremos encarar o problema de cabeça erguida e assim, partir definitivamente para a sua resolução ou, pelo menos, para a minimização dos seus efeitos." (*fim de citação*).

É claro que as verbas não são irrelevantes, e claro que campanhas eficazes se fazem com dinheiro. Contudo, julgamos nós que, mais importante do que saber se há mais

tostão ou menos tostão, é saber a forma mais eficaz de se gastarem os tostões que temos por certos. E aqui reafirmo mais uma vez, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, a necessidade de, antes de gastarmos dinheiro em campanhas de duvidoso efeito prático, termos uma noção o mais fiel possível daquilo que estamos a falar, o que implica a realização por parte do Governo Regional, dum estudo sobre esta questão que seja profundo, certamente demorado e, mais importante, que tenha uma sólida fundamentação técnica e científica.

Não podemos igualmente deixar de salientar com especial ênfase a previsão do Programa INICIATIVA com uma dotação de 20.000 contos para 1998 e de 70.000 até ao ano 2000.

Destinado principalmente a apoiar grupos informais de jovens, esta medida, enquadrada no regime legal da atribuição de apoios a jovens e suas organizações, vem integrar uma lacuna até há pouco existente e que tornava, no mínimo dúbia, a atribuição de apoios às estruturas informais de juventude.

Igualmente o apoio ao associativismo juvenil merece uma especial referência, até porque agora, clarificadas como estão as regras de atribuição de apoios, mais sentido e importância ganha o apoio às associações de jovens. Repare-se que, conjuntamente com o já referido Programa INICIATIVA, ficam criados sistemas de apoio que vêm cobrir todo o espectro de modalidades da organização de jovens, permitindo a todos apoiar dentro das regras constantes do Decreto Legislativo Regional respectivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Da mesma forma que elogiámos as restantes medidas propostas em sede de política de juventude, não podemos deixar de fazer um reparo àquela que é, em nosso entender, uma omissão que consta da proposta de Plano para 1998 e que urge reparar. No próximo ano terá lugar em Lisboa a última exposição universal deste século, a EXPO'98.

Ponto de encontro por excelência de culturas e de povos, e tendo por tema os Oceanos, temática tão pertinente e actual para os jovens açorianos, este evento assume particular importância e constitui uma oportunidade única para que os jovens açorianos possam, a propósito do mar, libertar-se das barreiras que esse mesmo mar impõe .

A visita dos jovens açorianos à EXPO'98 não pode ser entendida na simples perspectiva do "quem quiser que vá", mas deve ser apoiada e fomentada pelo Governo Regional.

É nesse entendimento que a Juventude Socialista/Açores irá apresentar, por intermédio dos seus deputados e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma proposta de alteração ao Plano para 1998 e que visa precisamente consagrar uma acção autónoma de apoio à deslocação dos jovens açorianos à EXPO'98.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Finda esta nossa caminhada, a conclusão impõe-se:

Em relação às áreas analisadas, o Governo Regional cumpre, não só aquilo a que se comprometeu, mas também, e talvez sobretudo, cumpre com as expectativas que criou. E apesar desse facto não dever servir de anestésico para um permanente acompanhamento da sua actuação, serve seguramente de prova de que o executivo está no bom caminho e que assim deve continuar.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Em termos de imagem, em gíria futebolística, poderei considerar que fui chamado a participar na fase final do campeonato!

Nesta linha de pensamento, diria que fui chamado à final sem ter participado "nos jogos preparatórios".

No entanto, deu para verificar, o que não posso deixar de lamentar, que a minha ilha está praticamente "eliminada desta prova".

Dando seguimento a este raciocínio já expresso, diria que, em termos de imagem, o Plano e Orçamento para 1995 representam quase "zero" para o meu Concelho eleitoral".

Acabei de citar o Senhor Deputado José Nascimento Ávila aquando da sua intervenção na discussão do Plano e Orçamento para o ano de 1995 e estes pensamentos foram proferidos, porque o Plano e Orçamento contemplavam poucas verbas para a nossa ilha.

E eu após a sua intervenção até concordei (e está escrito) com grande parte daquilo que proferiu.

Passado este preâmbulo o Sr. Deputado José Nascimento Ávila continuou dizendo: "— Onde estão programados neste plano, a construção das Lotas nas freguesias da Luz, Praia e Santa Cruz?..."

Estávamos a discutir o Plano de 1995 e devo dizer que quanto à Lota da Praia, o Governo do PSD conseguiu pô-la em funcionamento. Agora o que me espanta é que nem o Plano de 1998, nem o Plano a Médio Prazo 97/2000, da responsabilidade do PS, prevêem qualquer verba para as Lotas de Santa Cruz e Luz.

Afinal o senhor e o seu partido querem ou não que se façam as lotas em causa?

Continuando, o Sr. Deputado José Nascimento Ávila dizia: " — Por que razão o Governo não atribuiu qualquer verba, que se destinasse ao alargamento da rampa de varagem do Porto de Pescas da Praia da Graciosa?"

Agora digo eu: presentemente, a situação é ainda muito mais grave. É que para o Plano de 1997, o PSD propôs e esta Assembleia aprovou, uma proposta de 30 mil contos para o Porto de Pescas da Praia. O Governo Regional Socialista não fez nada e pior que tudo isso não prevê, nem no Plano anual nem no PMP, nenhuma verba para esse fim.

Afinal, Sr. Deputado José Nascimento Ávila e Partido Socialista, onde está a coerência entre o discurso e a acção?

Logo de seguida dizia o Sr. Deputado que venho citando: "Porque persiste o Governo em não consignar nos seus Planos, para satisfazer uma necessidade imperiosa que é a construção do molho de protecção no Porto da Praia da Graciosa?"

Sr. Deputado José Nascimento Ávila, afinal o que se passa consigo e com o seu Partido?

Percorri todo o Plano para 1998 e o PMP e não encontro nenhuma verba para esta sua pretensão e que é uma exigência dos pescadores da nossa ilha e uma obra que poderá

fazer progredir o sector das pescas. Afinal, os senhores já não querem que os pescadores da nossa terra tenham melhor vida do que aquela que têm tido até aqui? Citando mais uma vez o Sr. José Nascimento Ávila, dizia ele: "- Sabida que é a carência na ampliação das actuais instalações da Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa, como se compreende que o Governo não dê qualquer atenção a tão premente necessidade, para facilitar a criação dos 10º e 11º anos do Ensino Secundário?"

Devo relembrar que tenho vindo a citar situações levantadas pelo Sr. Deputado José Nascimento Ávila, em 5 de Dezembro de 1994.

Mas afinal esta última situação deixou de ser vossa preocupação?

Está a acabar o ano de 1997 e ainda nada se fez para começar a resolver esta questão!

Mas aqui gostaria de deixar um esclarecimento e um desabafo:

Esclarecimento: O Governo do PSD criou na Graciosa o 10º e o 11º anos, devido à grande pressão da Associação de Pais e ao grande apoio da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa;

Desabafo: Na altura que se preparava a criação do 10º ano, o presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória da Graciosa, dizia aos microfones da Rádio Graciosa, que era impossível criar aquele grau de ensino com as instalações existentes, só se fosse para dar aulas na rua ou debaixo das árvores e este foi tema de conversa durante muitos dias. Devo lembrar que aquele senhor era o candidato a Presidente da Câmara pelo Partido Socialista.

Em 25 de Abril de 1997, o Governo Regional dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, oficializava o 12º ano na Graciosa. Nós aplaudimos, mas por incrível que pareça, o actual Presidente do Conselho Directivo daquela Escola, não tem feito muito "cavalo de batalha", pelo menos publicamente e é isso que nos interessa, da necessidade de ampliação da mesma.

Será que a escola, pese embora já leccione o 12º ano, sem nunca ter sido aumentada, não necessita já de ser ampliada como em 1994 era reivindicado e, em nosso entender, bem? Ou será que o Presidente do Conselho Directivo não fala, porque é o nº 2 da lista do PS à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas? Ou será que tudo isto são meras coincidências?

Meus senhores não se brinca com coisas sérias!

O que os Deputados do PSD sempre pediram, continuarão a pedir. Espero que todos assumam essa postura e que não mudem de opinião só pelo facto de serem ou não Governo.

Já agora mais uma citação como exemplo de incoerência, falta de rigor e aquilo que foi uma tentativa de enganar o povo da Graciosa.

Dizia o Sr. Deputado José Nascimento Ávila, em 8 de Fevereiro de 1996, quando se discutia o Plano e Orçamento para aquele ano:

"E já que estamos a falar de obras portuárias e de protecção da orla marítima, pergunto ao Governo o porquê da ausência da orçamentação de verba para o reforço do Porto da Praia, que se mostra já bem carenciado nesta matéria, bem como da orla marítima que circunda, parcialmente, a estância balnear do Carapacho, a qual dado a invernias que assolou a ilha, se tal intempérie se repetir ainda este ano, com as mesmas características, originará que não só as piscinas fiquem impraticáveis, bem como se corre o risco da deteriorização da muralha de protecção do edifício das Termas."

Também aqui os Deputados do PSD afirmaram que muitas das preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado José Nascimento Ávila, eram também nossas, e quero evidenciar que todas as citações que fiz se referiam às discussões de Planos anuais.

Neste momento, discutimos um Plano Anual e um PMP, e ... escândalo dos escândalos: aquilo que era preocupação do Sr. Deputado José Nascimento Ávila e do Partido Socialista, deixou de o ser, pois nem um escudo aparece em lado algum para contemplar as obras de protecção da orla marítima, atrás citadas!

Mesmo assim nós, Deputados do PSD, continuamos preocupados com todas as obras que aqui enumerei e continuamos a exigir que elas se façam e espero que o povo veja aquilo que o Sr. Deputado José Nascimento Ávila e o Partido Socialista dizem, o que escrevem e depois aquilo que realmente fazem.

Poderia continuar com muitos mais exemplos, mas refiro apenas mais um: a protecção da orla marítima junto aos Fenais, bem como na Rochela, ambas na Freguesia de S. Mateus, é uma necessidade urgente, até porque já existem casas

habitadas que correm sérios riscos de desmoronamento, bem como a estrada ali existente. Esta é uma preocupação sentida por todos e também o Sr. Deputado José Nascimento Ávila já levou àquele local alguns membros do Governo Regional, saído do Partido Socialista, mas, em termos práticos, o que é que vemos? A resposta é simples: zero escudos no Plano de 1998.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Socorri-me apenas daquilo que eram exigências do Partido Socialista para demonstrar que estes Planos, da responsabilidade do Governo Socialista, agora em análise, são maus e não resolvem os problemas de quem nos elegeu.

Poderia continuar a apresentar outras omissões do PS e também aquilo que são as minhas exigências que me são formuladas pelos nossos eleitores, mas o tempo é curto e como diz o Povo "não vale a pena bater mais no ceguinho."

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Deputado José Nascimento Ávila, francamente!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com tanta citação, ao fim e ao cabo, as preocupações continuam. Só espero é que não levem tantos anos a serem resolvidas.

Mas depois de todas essas citações, acabei por me lembrar de uma citação bíblica em que se diz: "Sobretudo a caridade, ensina-nos que a esperança é sempre possível e com ela é possível sempre".

Como diz São Paulo, "mansos, pacientes, apesar das ofensas recebidas, benignos em corrigir os adversários, com a esperança de que Deus lhe queira conceder a conversão para que reconheçam a verdade e nela meditem."

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): "Perdoai-lhes Senhor, porque eles não sabem o que dizem!"

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar.

Espero que cite o "Antigo Testamento".

(Risos da Câmara)

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando quero ouvir missa, dirijo-me à igreja. Portanto, não vou falar nas suas citações bíblicas.

Porém, a primeira parte da sua intervenção deixa-me alguma preocupação, mas eu já estava à espera dela, ou seja, de que esperam não demorar tanto tempo para resolver os problemas.

Devo dizer ao Sr. Deputado José Nascimento que os sucessivos Governos Regionais do PSD ao longo destes anos, construíram obras naquela ilha, só em termos físicos, — e posso demonstrar-lhe só de memória, mas o tempo não me permite isso — dão em média, mais de uma obra por ano.

Está a acabar o ano de 1997. O Partido Socialista não fez uma única obra naquela terra.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Meus Senhores:

Por este andar, vamos ter que ter muita paciência e esperar muito tempo para vermos fazer alguma coisa.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Paciência bíblica!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi aprovado precisamente há um ano, nesta Assembleia, o Programa do VII Governo Regional dos Açores e o primeiro da responsabilidade do PS.

Na sequência desta aprovação, e sobretudo no que concerne ao âmbito do Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, estamos a percorrer um caminho que considero positivo, baseado na concertação e participação activa dos cidadãos, não só na definição das medidas de política, mas também na ordenação das prioridades de execução das acções previstas, nomeadamente no Plano de 1997, e outras que foram achado oportuno e necessário desenvolver em cada uma das ilhas e que correspondem ao real interesse da maioria dos açorianos.

Não podemos esquecer que, neste primeiro ano de governação da responsabilidade do PS na Região Autónoma dos Açores, a definição e ordenação de algumas das prioridades das acções e medidas a adoptar, foi também marcada pelas intempéries que assolaram fortemente a Região em Dezembro de 1996, Setembro e Outubro passado, esta última como aqui já foi referido, com consequências graves a nível de perdas humanas e materiais e que movimentaram uma onda dinâmica de intervenção solidária na reparação possível, dos prejuízos sociais e económicos por elas causados. Apesar dos imprevistos graves provocados pela força da natureza e que exigiram intervenções sociais rápidas e não previstas no Plano e Orçamento de 1997, considero que foram executadas a bom ritmo e com eficiência a maioria das acções.

Neste sentido, podemos constatar que foi implementado um Projecto de Apoio Social Integrado na Escola, que, em 1996/97, abrangeu quatro escolas e, em 1997/98, será gradualmente generalizado a toda a Região, porque a iniciativa mostrou ser um projecto articulado e positivo, pela intervenção dinâmica implementada, assente no princípio básico do envolvimento dos seus destinatários, e pela mobilização coordenada de vontades e recursos económicos e organizacionais de uma grande diversidade de instituições, tais como Educação, Saúde, Segurança Social, Emprego e Formação Profissional, na busca de uma resposta atempada, global e eficiente na

satisfação crescente das necessidades, aspirações e anseios das famílias, sobretudo das que se confrontam com maiores carências, ajudando-as na integração social na sua própria promoção, por forma a construir uma vida condigna.

Dentro desta linha de política, o Plano para 1998 e o Plano a Médio Prazo 1997/2000, também prevê que a nível da aquisição e recuperação de habitação social, seja reforçada a interligação com o Instituto de Acção Social, no sentido de ser prestado maior apoio neste âmbito, sobretudo, aos estratos da população mais desfavorecida, e entre eles dado destaque às pessoas idosas e aos deficientes, ajudando-os a eliminar situações degradantes de vida, a maior parte das vezes resultantes das desumanas condições de habitabilidade.

Um dos problemas mais sérios que afectam uma parte significativa da população mundial em todos os continentes neste final de século, é a persistência de fenómenos de pobreza e exclusão social, porque põe em causa todo o sentido da evolução da humanidade, situação essa que não é aceitável, tanto em termos de convivência como até em termos do que estamos a legar aos nossos filhos.

Parece ter sido reconhecido, sobretudo a nível da Europa, o problema e a necessidade de introdução de instrumentos de acção solidária que possam minimizar os efeitos da falta de meios necessários à sobrevivência humana, através de uma intervenção de cooperação solidária supra-nacional que possibilite o aproveitamento adequado dos recursos existentes para criar condições ao legítimo acesso a todos os cidadãos ao consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Portugal (e, conseqüentemente a Região Autónoma dos Açores, até há um ano atrás), era um dos poucos países da União Europeia que não garantia a cada cidadão o direito a recursos capazes de assegurarem uma vida em condições de subsistência mínima.

O programa que, em boa hora, instituiu o direito à atribuição do Rendimento Mínimo Garantido e a sua aplicação na Região Autónoma dos Açores, financiado na sua totalidade pelo Orçamento do Estado, constitui um novo e relevante instrumento de combate à pobreza e à exclusão. Deste modo, actua-se também a nível da prevenção de situações de marginalidade.

Até ao dia 7 de Novembro corrente, o universo de famílias açorianas abrangidas pelo Rendimento Mínimo Garantido foi de 3.493, o que corresponde a um apoio efectivo a 17.465 pessoas que até, então, viviam sem meios para satisfazerem as necessidades básicas de sobrevivência.

O Plano para 1998 e o P.M.P. 1997/2000, agora em apreciação, prevê o desenvolvimento em toda a Região da aplicação desta importante medida de política social, bem como proceder ao reforço do apoio e incremento dos programas de inserção social, através da intensificação das parcerias e articulações intersectoriais nos relevantes domínios do emprego, formação profissional, habitação, educação e saúde.

Ainda, dentro do âmbito da atribuição do Rendimento Mínimo Garantido, prevê-se a continuação da avaliação permanente das condições de desenvolvimento do programa, quer no domínio da eficiência dos procedimentos administrativos, quer no domínio da monitorização do impacte social da medida, para em tempo oportuno introduzir as correcções necessárias ao seu sucesso.

Para além das intervenções sociais já referidas, está-se a dar continuidade ao desenvolvimento dos Projectos de Luta Contra a Pobreza, que há um ano eram apenas dois e actualmente são oito a decorrerem nas Ilhas de S. Miguel (cinco), Terceira (dois) e Graciosa (um), aumentando para dez a partir do mês de Janeiro com âmbito de intervenção nas Ilhas de Santa Maria, São Miguel e Terceira.

Estas intervenções vão ao encontro da proclamação efectuada pelas Nações Unidas, que elegeu o ano em curso para o “início da primeira década de luta pela erradicação da pobreza”.

Os Projectos agora em curso, envolvem directamente um universo de 6.650 pessoas, essencialmente pertencentes a estratos populacionais em disfunção ou em risco social.

O financiamento destes Projectos envolve um investimento global no valor de 706.000 contos, em que mais de 75% é financiado pelo

Comissariado de Luta Contra a Pobreza e o restante pelo orçamento regional.

Estão também a decorrer na Ilha de São Miguel quatro Projectos, designados “Ser Criança”, estes são essencialmente vocacionados para a criação de estruturas de

“Centros de Acolhimento Infantil”, destinados a prestar apoio directo a crianças dos 0 aos 6 anos de idade que estejam em situação de risco social.

Só estes últimos quatro Projectos envolvem uma verba de cerca de 180.000 contos, financiados pelo jogo do “Totoloto”, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

As acções que estão a decorrer e as que se irão implementar, no âmbito dos projectos referidos, são desenvolvidas articuladamente em rede de parceria entre o Governo, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Autarquias e as Organizações Religiosas, envolvendo também algumas das pessoas apoiadas pelo Rendimento Mínimo Garantido, constituindo-se assim, elas próprias, em executoras do seu plano de inserção social, prestando apoio específico nas áreas de conservação e recuperação das habitações degradadas em bairros sociais, promovendo a formação profissional de pessoas com pouca qualificação e, ainda, ajudando à criação de emprego.

Simultaneamente o Plano para 1998 e P.M.P. 1997/2000 prevêem a construção, remodelação, ampliação e apetrechamento de equipamentos e serviços de apoio social a idosos, bem como à infância e juventude.

Assim, até ao ano 2000 serão construídos dois centros de cuidados geriátricos e um lar de idosos e remodelados e recuperados oito equipamentos de apoio a idosos.

No que se refere a equipamentos de apoio à infância, destes, três na Ilha de S. Miguel, um em São Roque do Pico, um em Santa Cruz das Flores e o outro no Porto Judeu, na Ilha Terceira.

Encontra-se também prevista a implementação de lares para jovens “Privados do Meio Familiar Normal”, nas Ilhas de Santa Maria, Flores, Pico e São Jorge. São novas valências que vão dar resposta às necessidades existentes evitando, dentro do possível, que se continue a provocar o rompimento de laços familiares e desenraizamento de crianças e jovens do seu meio sócio-familiar, colocando-os em Instituições fora da Ilha onde habitualmente viviam.

Para a consecução de tais projectos e acções a implementar e a desenvolver, encontra-se previsto no P.M.P. 1997/2000 um investimento no valor de 2.094.000 contos, o que corresponde a cerca de 25% do investimento global para o sector, uma vez que os restantes 75% são financiados pelo Orçamento do Estado.

Em relação ao ano de 1998, só do Orçamento da Região, está previsto um investimento no valor de 440.000 contos em todas as ilhas, sendo 280.000 em equipamentos de apoio a idosos e 160.000 em equipamento de apoio à infância e juventude.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Em termos gerais, poder-se-á afirmar que nos Açores, no período de 1997/2000, no âmbito do Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, serão efectuados investimentos globais importantes que dinamizarão todo o sistema sócio-económico da Região, na medida em que é um dos vectores que mantém e cria maior número de postos de trabalho, abrangendo um número significativo de pessoas em todas as ilhas.

Investir nos sectores sociais, tal como se projecta nos Planos agora em apreciação, é promover a equidade na distribuição da riqueza, gerando maiores equilíbrios sociais.

Investir nos sectores sociais é contribuir para que a riqueza não se concentre onde, inclusivamente, e de modo crescente, se reduz o número de postos de trabalho, vedando a muitas famílias a sua única forma de sobrevivência, o que, conseqüentemente, gera e reproduz a pobreza.

Investir nos sectores sociais é também promover, de modo eficiente, o acesso a maiores e melhores apoios sociais na resposta aos desafios e problemas da vivência quotidiana dos cidadãos.

Porque os açorianos querem e têm o direito de saber com que investimentos contam até ao ano 2000, em nome desse direito e pelo bem comum, formulo votos para que o Plano a Médio Prazo 1997/2000 e Plano e Orçamento para 1998, agora em apreciação, sejam aprovados, abolindo assim incertezas evitáveis, gerando antes segurança e confiança no futuro o que potenciará o progresso, rumo à melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, atingida a hora regimental para almoço, vamos interromper os nossos trabalhos até às 15.00 horas.

Antes disso, a habitual informação sobre os tempos disponíveis.

Governo: 3 minutos e 50 segundos

PS: 1 hora, 43 minutos e 15 segundos

PSD: 33 minutos e 15 segundos

PP: 23 minutos, 55 segundos

PCP: 20 minutos e 40 segundos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Bom almoço.

(Eram 13.00 horas.)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a continuação da discussão dos três documentos em apreciação.

(Eram 15.10 horas.)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Voltamos ao tema da política cultural, neste debate, que se repete, sobre os instrumentos de acção governativa para o quadriénio em que vivemos e, mais especificamente, para o ano que se aproxima.

Num contexto académico, que não parlamentar, seria adequado lançar-se mão, por exemplo, de T. S. Eliot ou Héctor Agosti e procurar, com eles, a definição do que é a cultura.

Verdadeiramente, não interessa para o caso.

De resto, é o primeiro daqueles pensadores quem diz, textualmente, num dos seus livros, que: "quando são ditos disparates a respeito de cultura, não há grande diferença entre os políticos de uma cor ou de outra".

Assim, sem me arriscar nesse campo minado, prefiro recorrer, mais domesticamente, ao nosso portuguesíssimo Bento de Jesus Caraça para, citando-o, procurar que nos ponhamos de acordo pela positiva.

"A aquisição da cultura", escreve, "significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade".

"E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem da fadiga".

A dominante cultural constitui, como se sabe, um dos fundamentos constitucionais em que se apoia a autonomia dos dois arquipélagos portugueses, justificando-se, no caso particular dos Açores, que o Governo Regional considere prioritário não apenas o aprofundamento da cultura açoriana no que ela é em termos de repositório secular, mas, sobretudo, o alargamento da fruição dos bens culturais a todos os cidadãos, numa espécie de projecto de vida para a liberdade e para a crescente melhoria da qualidade de vida de todos nós, destinatários da acção cultural.

Se a chamada "cultura do betão" ou, por exemplo, o apoio aos agentes económicos podem contribuir para a mudança do patamar civilizacional onde hoje nos encontramos — e não há dúvida de que contribuirão — só a acção no campo cultural, exercida com profundidade e propósito reformador das mentalidades, não num sentido direccionado, mas como condição para a livre escolha, pode, de facto, significar um avanço do povo açoriano no caminho da conquista e aquisição da autonomia como valor intrínseco próprio, verdadeiramente interiorizado e insusceptível de rejeição no tempo futuro.

Recorro, novamente, a Bento de Jesus Caraça para, com as suas próprias palavras, sublinhar que o grau de cultura de um povo "mede-se pelo conceito que ele forma do que seja a vida e da facilidade que ao indivíduo se deve dar para a viver; pelo modo como nele se compreende e proporciona o consumo; pela maneira e fins para que são

utilizados os progressos da ciência; pelo modo como entende a organização das relações sociais e pelo lugar que nelas ocupa o homem".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Segundo os dados a que tive acesso, a Direcção Regional dos Assuntos Culturais atingiu, no ano de 1997, uma taxa de execução de cerca de 95%, pautando a sua actuação no âmbito do Projecto 26 — Património e Actividades Culturais.

Na linha do esclarecimento e discussão, progressivos e constantes, junto dos agentes culturais, foram realizadas reuniões de trabalho com as mais diversas instituições, em todos os municípios da Região, desde os institutos culturais aos simples artesãos, passando pelas filarmónicas, grupos folclóricos, tunas, coros ou grupos de teatro, com vista a auscultá-los sobre as suas dificuldades, projectos e planos de actividades e a propôr soluções susceptíveis de proporcionarem a ultrapassagem da habitual dependência dos subsídios governamentais.

O objectivo visado foi sempre o de conciliar os interesses dos diversos grupos e agentes, por forma a rentabilizar os recursos disponíveis, e prepará-los para as medidas legislativas compendiadas no diploma, já aprovado por esta Assembleia, que define o regime de apoios a conceder a actividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região.

Noutro sentido, a Direcção Regional procurou desenvolver um conjunto de acções susceptíveis de proporcionarem à população os meios disponíveis para um maior contacto com os valores culturais das diversas ilhas e, naturalmente, com o exterior.

Assim, foram levados a efeito concertos de música clássica, órgão, canto lírico, cordas e música "rock", assim, como ópera ou danças e cantares tradicionais, espectáculos de teatro e de dança, exposições de artes plásticas e acções de formação.

Para a realização de parte destas iniciativas, e, nomeadamente, para as que implicaram a deslocação de grande número de pessoas, recorreu-se ao mecenato cultural, no que será de realçar o contributo dado por empresas como o Banco Comercial dos Açores, o Montepio Geral, a TAP - Air Portugal e a SATA-Air Açores, assim como por outras instituições.

No campo da literatura, foram tomadas medidas para a divulgação dos escritores açorianos no exterior do arquipélago, como aconteceu, por exemplo, com a

apresentação de um Pavilhão dos Açores na Feira do Livro de Frankfurt e a tradução de autores consagrados para outras línguas.

Ao mesmo tempo, foi iniciada uma colecção bibliográfica destinada a reunir as obras completas de autores açorianos já falecidos e que se mantêm inéditas ou dispersas e criado um programa de apoio à edição de tais obras, em livro, disco, fotografia, serigrafia e gravura, como medida destinada a facilitar a edição de autores açorianos e a fornecer ao consumidor, a preço reduzido, obras de qualidade, seleccionadas por júris independentes e de mérito reconhecido à dimensão nacional.

Não sendo tudo, parece que foi bastante e constitui, sem dúvida, o argumentário suficiente para que se prossiga no caminho traçado, através dos instrumentos em debate.

Mas vou trazer, ainda, à colação, com sincero regosijo, a recente inauguração das obras de reconstrução do Convento de São Francisco, na cidade de Angra, onde se encontra instalado o Museu da Cidade.

É um empreendimento que, com toda a justiça, deve ser averbado a favor do anterior Governo e eu, por minha parte, até o faço com gosto, porque se trata de um sinal claro de que, para além das maiorias políticas conjunturais, os homens passam, mas as obras, e só elas, é que ficam.

Pelo seu papel histórico à ampla escala nacional e pela relevância cultural que sempre teve, a mais antiga cidade dos Açores bem merece dispôr deste novo e excelente equipamento, pois vai decerto utilizá-lo, sabiamente, em benefício da população da Ilha Terceira.

Noutro plano, registo, com não menor congratulação, as diligências que estão a ser levadas a efeito no sentido de que o valiosíssimo espólio bibliográfico de Natália Correia venha, finalmente, para os Açores, com a possível brevidade.

Esta medida, juntamente com a prevista aquisição da casa onde nasceu, na Fajã de Baixo, que deverá ser transformada em centro juvenil, são um preito de justiça e homenagem que, decerto, não podem deixar de ser prestados à memória daquela que foi, para orgulho dos Açores, uma das maiores figuras femininas da literatura portuguesa deste século.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não terminarei estas breves palavras sem uma referência à já assegurada participação regional na Expo'98, pois trata-se de um acontecimento de extraordinária importância para a projecção dos Açores num certame internacional de largo espectro e de uma oportunidade quase irrepetível para que a Região se afirme não só como fruto remanescente da epopeia marítima portuguesa, mas também como realidade que se deseja pletórica de esperança e de inabalável fé no futuro.

Ali também se afirmará a nossa cultura e a nossa singularidade, com a mesma fé e a mesma esperança que, há mais de meio milénio, determinaram os nossos antepassados a viver neste espaço atlântico, tal como nós próprios, neste tempo, estamos determinados a fazer.

Tenho dito.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quatro dias fechados no aeródromo de São Jorge, deram-nos para cogitar e averbar algumas notas, sobre o Plano a Médio Prazo 1997-2000 e Plano e Orçamento para 1998.

Pelo lado da ilha que nos elegeu — São Jorge — podemos dizer em "alto e bom som", que este Governo pelo que apresenta nos citados documentos, pura e simplesmente, castrou ou pretende castrar o seu desenvolvimento económico.

Uma ilha que tem 10,5% da superfície da Região, 4,3% da sua população, uma orografia difícil e onde cerca de 21%, das suas gentes trabalham a agricultura; com amplas potencialidades nas pescas e turismo e com um ambiente puro e diversificado, que oferece a quem nos visita e é amante da natureza a possibilidade de dar um autêntico mergulho, num ainda quase paraíso terrestre; onde existe ainda uma etnografia variada, um artesanato muito apreciado, um folclore bastante admirado, um soberbo património construído e um fantástico património natural, esta ilha, com

tudo o que Deus lhe deu e o jorgense criou, não só é relegada para segundo lugar por este Governo, como também pura e simplesmente é preterida, abandonada ou melhor dizendo, marginalizada.

Quer queiramos ou não, quer nos doa ou não, este Plano a Médio Prazo é um ultraje, uma afronta, no fundo uma provocação ao povo de São Jorge.

Um Plano a Médio Prazo que contempla para outras ilhas melhoramentos de aeródromos, que já oferecem mais e melhores condições de operacionalidade e segurança do que o de São Jorge e que movimentam sensivelmente o mesmo número de passageiros, além de terem outras oportunidades de acesso de e para a ilha que não têm os jorgenses, é sem dúvida um mau Plano.

Este Plano a Médio Prazo preocupa-se com investimentos que consideramos sem dúvida importantes, como são o reordenamento da Baía de Angra, as construções do Porto de Recreio daquela cidade, do Centro de Congressos de Ponta Delgada e a ampliação da Marina da Horta. Mas toda esta acção vai sem dúvida, no sentido de privilegiar quem já tem marinas, salas de auditórios, enfim, quem já tem prioridade em acrescentar, melhorar, sem ter em consideração aqueles que nada têm, mas a quem tudo é negado. Isto é, nega-se uma marina a S. Jorge que nada tem, mas não se negam as estruturas supracitadas à Terceira, a S. Miguel e ao Faial.

Um Plano a Médio Prazo que contempla verbas para a rescisão do contrato da construção do matadouro das Velas, sem em troca nada dar e que de uma forma descarada paga para que em São Jorge não haja desenvolvimento, é um Plano de certeza absoluta muito mau e como já afirmámos um Plano castrador para aquela ilha.

Este Plano a Médio Prazo apenas contempla "água e luz" para a lavoura de São Jorge, mas não tem em conta que é esta ilha que produz o mais famoso queijo desta Região, queijo esse que é feito de leite cru, exigindo assim elevadas condições de higiene na água que é fornecida às manadas e que deve ser usada nas salas de ordenha e em todas as operações de limpeza na exploração.

Junto à água deve estar a energia que o agricultor necessita, para levar a cabo um trabalho eficaz e criterioso no domínio da higiene e qualidade de produção e um plano que não contemple estes factores, não é de modo nenhum um bom plano.

Este Plano a Médio Prazo faz de conta que talvez existe ambiente, mas em relação a São Jorge não apresenta soluções para os problemas da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, já aqui tantas vezes apresentados, e que continuam no esquecimento. Este Plano preocupa-se com as Lagoas das Furnas e Sete Cidades. Achamos justo e até defendemos que muito mais deveria ser feito por aquelas duas maravilhas da natureza. Apenas não concordamos é que em função daquelas se esqueça, pura e simplesmente, a Lagoa da Caldeira que, quer em valor paisagístico, quer em valor ecológico, está a idêntico nível.

Quanto ao apoio a estruturas de Pescas em relação àquela ilha, este Plano a Médio Prazo faz, pura e simplesmente, tábua rasa, não contemplando verbas capazes de "fazerem cantar um cego", quanto mais melhorar as estruturas e fazer a sua reparação, como são os casos dos portos do Topo, Fajã do Ouvidor e Fajã dos Vimes. É preciso não esquecer que São Jorge é a terceira ilha em área potencial de pescas da Região.

Só que... "Oh, vã ilusão"!!

Temos o quintal, mas não temos acesso às couves e este Plano, para nossa desgraça, neste domínio, continua a deixar-nos à janela a ver apenas a paisagem, enquanto outros "enchem a barriguinha". E haverá ainda alguém que diga que isto é um bom plano?

A um Plano a Médio Prazo que atribui apenas 3,1% do seu montante global a São Jorge e às outras duas ilhas do triângulo contempla, respectivamente, com 6,8% e 7,5%, se adicionarmos uma diversificada estruturação económica das duas últimas ilhas que são superiores à jorgense, concluímos então que este é um mau plano e estrangula São Jorge em relação às ilhas citadas e em relação a toda a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um plano, seja ele anual ou a médio prazo, não surge por geração espontânea, não é um clone genético de outro plano, não é uma obra do acaso, mas é sim um trabalho de técnicos e sobretudo uma opção política de um governo.

No caso concreto da Região Autónoma dos Açores, o Plano deve não só fazer uma distribuição o mais equitativamente possível das verbas que lhe são afectas pela

Região, mas deve sobretudo levar às ilhas mais desfavorecidas o progresso e o desenvolvimento, colocando-as a par das mais desenvolvidas.

Este Plano a Médio Prazo, como ficou demonstrado nesta intervenção, não tem este cuidado em relação a São Jorge.

Este Plano é sem dúvida o espelho, a génese, a filosofia e a prática da Nova Autonomia e para S. Jorge não só é uma prática má, como é também uma péssima prática.

Disse.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Eu pedi a palavra para comentar algumas afirmações que V. Exa. fez naquela tribuna. Se não me falha a memória, na anterior Legislatura, um dia trouxe a esta Casa o problema do Porto da Fajã do Ouvidor.

O Sr. Deputado, na altura, respondeu-me dizendo que o assunto que eu trazia a esta Casa era um problema que apenas dizia respeito aos meus compadres da Fajã do Ouvidor, porque não sentia a necessidade dessa obra se tornar uma obra prioritária.

Eu sempre assim o entendi. Entendi no passado, neste momento, comungo da mesma opinião e sinceramente, julgo que é mais que óbvia a necessidade de se reparar o Porto da Fajã do Ouvidor, porque é o único porto da zona norte que pode proteger os pescadores numa situação de mar alteroso.

Outra questão que gostaria de fazer um reparo é em relação à maneira grosseira como analisa o Plano a Médio Prazo.

O Sr. Deputado faz comparações em termos percentuais com as outras ilhas que foram afectadas por calamidades, sem o mínimo de solidariedade, sem uma postura de Deputado Regional.

Além do mais, V. Exa. sabe muito bem que a rede viária da Ilha de São Jorge, felizmente, já está de certo modo toda ela reabilitada.

Convenhamos que o anterior Governo fez grandes investimentos nessa área, mas a propósito, quero dizer-lhe que a variante das Manadas/Urzelina, foi uma obra adjudicada por 320 mil contos e neste momento existem facturas liquidadas no valor de 1 milhão e 200 mil contos. Isto quer dizer que são os tais projectos mal feitos, são as tais benesses que se atribuíram aos empreiteiros para eles concluírem obras antes de um acto eleitoral, ou seja, as legislativas para 1992.

Quero ainda acrescentar que não lhe fica bem comparar percentualmente as dotações atribuídas ao Pico com as dotações atribuídas a São Jorge.

O Sr. Deputado sabe que a rede viária do Pico está em péssimas condições, o que não acontece felizmente em São Jorge, e que as estruturas portuárias estão a necessitar de obras urgentes.

Fico por aqui, porque na minha opinião não vale a pena perder mais tempo com esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. é que pediu a palavra.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Brasil pede a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Brasil (PSD): Para defesa da honra.

Presidente: Nos termos do artigo 99.º, tem três minutos para defesa da honra.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu utilizo a palavra em defesa da honra, porque o Sr. Deputado António Gomes diz que eu analisei este Plano a Médio Prazo de uma maneira grosseira e mal dizenta. É em relação a isso que eu quero defender a minha honra.

Sr.

Deputado:

Vamos por partes.

Em relação ao Porto da Fajã do Ouvidor, julgo que estamos entendidos.

V. Exa. está de acordo que ele seja feito e eu também, mas, é ou não é verdade que não existem verbas neste Plano a Médio Prazo para fazer lá qualquer coisa, a não ser colocar alguma placa para o Sr. Secretário ir descerrar?

Quanto aos outros problemas, mais propriamente o problema das calamidades, o Sr. Deputado interpretou mal a minha intervenção, porque eu não ataquei de maneira grosseira qualquer ilha que foi atingida pelas calamidades.

Não tenho conhecimento que as ilhas do grupo central tenham sido atingidas dessa forma pelas calamidades, tal como o Centro de Congressos de Ponta Delgada Sr. Deputado, julgo que ele não é um projecto abrangido pelas calamidades.

V. Exa. interpretou mal as minhas palavras.

Por outro lado, Sr. Deputado, é muito bonito vir atacar, conforme V. Exa. já fez por várias vezes, o anterior Governo com números anteriores, mas em relação à variante das Manadas/Urzelina aconselho a ler bem o actual Plano a Médio Prazo e veja o dinheiro que está consignado para aquela obra, quando as obras já estão prontas.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção, embora um pouco desenquadrada, por imperativos legais não está de forma nenhuma prejudicada.

Vou falar sobre a actividade desportiva no âmbito do Plano anula para 1998 e do novo PMP 97/2000.

Não pretendo trazer o desporto para as primeiras páginas dos jornais, nem para a primeira linha do debate político regional.

O que pretendemos, é tão somente atribuir aos desporto a dignidade e a importância que este tem cada vez mais nas sociedades modernas.

É a própria lei fundamental do Estado, isto é, a nossa Constituição, que no capítulo II referente aos Direitos e Deveres Culturais, percebeitua expressamente no seu artigo 79.º que todos têm direito à cultura física e ao desporto, incumbido ao Estado a colaboração com as escolas, as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar, a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Carta Europeia define o desporto como todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada ou não, tem por objectivo a expressão e o

melhoramento da condição física e psíquica "mens sana in corpore sano", o desenvolvimento das relações sociais, e/ou obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

É pois fácil concluir a importância que tem a cultura física e o desporto pelo seu elevado conteúdo formativo e como factor cultural indispensável à formação plena da pessoa humana e ao seu desenvolvimento.

Numa sociedade em que por vezes campeiam problemas como a droga, o alcoolismo, a desinserção, a exclusão e a crise de valores, o desporto contém em si referências de convívio, de ética, de formação e de tolerância, que se afiguram necessárias à promoção de um maior equilíbrio social.

O VII Governo Regional reconhecendo que a educação física, a educação desportiva, a cultura física e o desporto, é também um direito e uma prioridade, já desencadeou e desenvolveu diversas acções com vista a melhorar substancialmente o panorama desportivo em todas as suas vertentes na Região.

Resumidamente, salientarei apenas algumas dessas acções, assim:

— já teve início a construção do Parque Desportivo da Ribeira Grande. Os da Terceira e Ponta Delgada estão a ser remodelados e ampliados;

— estão em fase de aquisição os terrenos para a curto-prazo dar início à execução do Parque Desportivo do Faial;

— O Pavilhão da Horta já sofreu grandes remodelações e melhoramento.

Por outro lado, já houve intervenções em parques escolares e pavilhões desportivos de escolas em várias ilhas e concelhos dos Açores.

Não se pode deixar de referir também, a criação da recente Portaria n.º 78/97, que "estabelece as condições e normas de utilização das instalações e equipamentos dos estabelecimentos de educação e ensino, dependentes da Administração Regional por entidades ou indivíduos exteriores à comunidade educativa".

Esta Portaria vem também permitir a cedência das instalações desportivas a todas as associações, colectividades e clubes desportivos, bem como aos seus atletas, generalizando assim por toda a Região o acesso aos espaços desportivos escolares, o que é vital para a dinamização e democratização do fenómeno desportivo.

Não podia também deixar de referir as acções de formação para agentes desportivos já organizadas.

Finalmente, queria salientar o recente contrato programa estabelecido entre a Direcção Regional de Educação Física e Desporto e os clubes desportivos da Região, no sentido de serem concedidos apoios financeiros para a formação das camadas mais jovens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria naturalmente que muito há para fazer, muitas acções para realizar e muitos projectos para concretizar.

É isto que se propõe desenvolver este Governo e é proposto no Plano anual 98 e no PMP 97/2000.

Neste último documento prevê-se um investimento global de 3 milhões, 386 mil contos desagregados em projectos e acções em todas as ilhas.

Para o Plano de 98, está prevista uma verba global de 895 mil contos (740 mil para instalações desportivas e 155 mil contos para actividades desportivas).

As principais linhas de rumo consignadas nestes dois documentos com vista ao desenvolvimento desportivo na Região, são essencialmente as seguintes:

- promoção de uma estreita articulação com as políticas de educação, juventude, saúde, turismo, emprego e solidariedade, bem como as autarquias locais;
- promoção da formação dos agentes desportivos;
- possibilitar a participação do associativismo nas grandes decisões em matéria desportiva;
- reformulação dos critérios de atribuição de apoios e subsídios ao associativismo desportivo;
- promoção e desenvolvimento de formas de cooperação com outras entidades no sentido de criar espaços ao ar livre para a actividade física e desportiva por forma a assegurar uma melhor qualidade de vida;
- criação de equipas de trabalho integradas que desenvolvam projectos adequados para a actividade física de deficientes;

— construção, beneficiação e apetrechamento de infraestruturas oficiais que permitam dar resposta às necessidades de cada ilha no âmbito da escola e do associativismo desportivo.

Para materializar estas políticas serão implementadas as acções relacionadas com o apoio às instalações e actividades desportivas.

No âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 22/94/A, de 26 de Julho, serão implementados os apoios respectivos, designadamente o apoio a clubes desportivos da Região, o apoio a clubes por classificações obtidas em provas nacionais e o apoio a clubes desportivos pela utilização de atletas formados na Região.

Finalmente a Região não poderá alhear-se do apoio ao acesso de atletas à alta-competição, objectivo que também está contemplado nos documentos em análise.

O grande objectivo da política sectorial para o desenvolvimento desportivo, é pois garantir as condições necessárias ao reforço do desenvolvimento conjugado da educação física e da prática desportiva, o reforço ao associativismo desportivo, elevando-se a qualidade da educação física e desenvolvimento das actividades complementares.

Deve também perspectivar-se o reforço da conjugação entre os diferentes responsáveis no sentido de se criar uma dinâmica que promova a construção de instalações desportiva assumidas pelas próprias entidades associativas.

Mais directamente assumida pela própria administração regional, deve ser direccionada um reforço de investimento na construção de pistas de atletismo, piscinas, tanques de aprendizagem, instalações especiais, assim como, para a construção, melhoria e ampliação dos diversos parques desportivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Numa Região, com uma grande dispersão geográfica e com a descontinuidade territorial como a nossa, será pois imprescindível implementar uma política desportiva integrada e coerente que dê resposta aos principais problemas que se coloca ao sector em todas as ilhas e que possibilite a expressão integral de todos os agentes desportivos, de modo a permitir o desenvolvimento, a modernização e o maior sucesso do desporto açoriano.

Estas medias, estas acções e estes projectos, não são com certeza soluções acabadas, nem perfeitas, mas com certeza contribuirão decisivamente para uma melhoria significativa de todo o panorama desportivo regional.

Toda esta política desportiva, vai de encontro à ideia que partilhamos, segundo a qual o desenvolvimento de um povo pode também medir-se pela importância dada à cobertura física e ao desporto.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Conto com pouco tempo para fazer a minha intervenção, mas de qualquer maneira gostaria de intervir neste debate, até porque nesta Casa, já é a sexta vez que o fazemos e faço-o com gosto.

A importância destes documentos que analisamos é fundamental para a vida da Região, porque é por eles que o Governo pauta a sua acção nas nossas 9 ilhas e é por eles que se pauta o desenvolvimento que todos nós desejamos para as nossas ilhas, para a nossa Região e para o nosso povo.

Não posso deixar de considerar que de entre os documentos que estamos a debater, parte do volume que se relaciona com o programa de Médio Prazo 97/2000, traz o diagnóstico da Região e vale a pena dizer que o que ali está escrito, é bem o atestado, a confirmação da obra que ao longo de 10 anos foi feita nos Açores pelo Partido Social Democrata...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... tirando uma ou outra situação que não conseguimos ultrapassar, os quadros que estão na primeira parte desse volume, confirmam para a história e de maneira iniludível, porque são feitos sobre a responsabilidade, agora do Partido Socialista, aquilo que é a base, sem a qual os documentos que agora analisamos não teriam qualquer possibilidade de encaixar.

Como disse e muito bem o Sr. Secretário Regional da Economia ao finalizar a sua intervenção, "coerentes com o passado e vivendo o presente, apontamos para o futuro".

Coerentes com o passado!

Efectivamente, grande parte das obras que aqui estão, foram lançadas pelo PSD, muitas delas foram feitas e realizadas por nós e temos visto na televisão que, mesmo aquelas que durante este ano o Partido Socialista inaugurou, foram iniciadas pelo Partido Social Democrata.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Governo do Partido Socialista!

O Orador: O Governo do Partido Socialista. Está corrigido, para que o Sr. Deputado não fique ofendido.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É para que esta Casa não fique confusa.

O Orador: O que nós queremos dizer é que a nossa posição, neste momento, é crítica, porque não bastam apenas os bons projectos e as boas ideias. É preciso executá-las.

Nós temos provas capazes e cabais de contrariar essa circunstância e de alguma forma provar que aquilo que está escrito nem sempre se realiza. Basta apenas verificar aquilo que foi realizado na Ilha do Faial e que estava apontado e contido no Plano de 1997.

Eu não tenho tempo para fazer essa relação, mas algumas coisas serão possíveis de verificar e desde logo, onde estão no Plano a Médio Prazo 97/2000, as obras para os arranjos de pesca no interior da bacia do Porto da Horta que estavam estimadas nem mais nem menos, do que em 300 mil contos?

Isto o ano passado, porque este ano já nem consta do Plano e quando se coloca no Plano — ao mesmo tempo que em 1997 — uma verba para finalização da obra do matadouro e depois se contemplam mais verbas para o mesmo em 1999 e 2000 e não se diz uma palavra no conteúdo descritivo do Plano a Médio Prazo, é porque há alguma coisa em que "não joga a bota com a perdigota".

Mas o melhor de tudo isto é o que vem sobre o parque desportivo da Ilha do Faial.

Votámos nesta Casa uma verba de 50 mil contos no Plano de 1997, a qual não foi gasta.

Pasme-se:

Este ano, a verba já não é de 50 mil, e a verba para o ano de 97 que já vai no fim, passou para 100 mil.

Da forma como estes documentos são apresentados, trata-se de uma situação que eu diria de benemérito rigor.

Para além do porto de pescas que se apresenta e que desapareceu, ainda fica aqui uma verba importantíssima para as reparações do porto da Feteira e do porto de Castelo Branco que somam no Plano de Médio Prazo a importante quantia de 6.250 contos.

Eu bem sei que há compromissos da visita histórica do Governo ao Faial, mas pelo menos podiam ter posto uma verba mais dilatada para não realizar ou então deixassem de pôr esta verba, com a qual apenas se pode pagar alguns sacos de cimento para tapar algum buraco.

Não ficamos por aqui.

Gostaríamos de ter visto neste Plano alguma coisa dita sobre o ordenamento da orla marítima da cidade da Horta, daquilo que vem desde o Monte da Guia até à Alagoa.

Agora que estão em obras naquela zona, teria sido possível preencher a parte que vai ficar aberta entre o topo sul do parque de contentores e o Monte da Guia e alinhar uma boa via de comunicação, um espaço de lazer, uma situação que poderia ser oferecida aos faialenses para utilização na época estival.

Mas não! O Governo na sua histórica visita deixou à Câmara Municipal, enquanto que nas outras ilhas toma a seu cargo esse ornamento, o único espaço onde ainda é possível fazer uma intervenção urbanística no sentido do desenvolvimento e acolhimento turístico e do lazer dos faialenses.

Havemos de ver nesse espaço eventualmente algum chapão de asfalto para alojar 120 ou 130 carros.

Enfim, o bom gosto fica com quem o faz e com quem o tem.

O meu era diferente, a minha sugestão é esta e tenho pena de ela aqui não estar.

Também não vimos ainda a assinatura do contrato com a empresa encarregada do projecto do campo de golfe da Ilha do Faial, anunciado em Fevereiro...

Secretário Regional das Finanças (Roberto Amaral): O projecto já está assinado!

O Orador: Só se foi sem ser em cerimónia pública, Sr. Secretário. Isso então é coisa rara.

Sr. Secretário, se já está assinado óptimo. Aliás, devo congratular-me pelo facto de, na semana passada, o Sr. Secretário ter assinado uma portaria a transferir 50 mil contos do seu orçamento para a Junta Autónoma do Porto da Horta, para a Marina da Horta, obra que ficou decidida no Governo anterior e que este Governo lhe dá seguimento e muito bem.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Cumprimos!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não tinham outro remédio!

O Orador: Nesta área, gostaríamos ainda deixar aqui duas palavras sobre um problema que, na minha opinião, é da maior importância.

Está em fase final a pavimentação e reabilitação de parte da estrada regional à volta da ilha e é pena que, neste momento, não esteja já aberto concurso para que de imediato se seguisse a pavimentação da 2.^a fase. Preferiu-se outra estratégia. Vai haver um hiato grande, praticamente de um ano, lá iremos, porque as obras estão a acabar. Nós estamos no final do ano de 1997, as obras acabam no início de 1998 e para 1999 não há nenhuma verba inscrita para dar seguimento a essas obras.

Foi pena que assim acontecesse!

Perdeu-se muito tempo na correcção da Espalamaca, obra que não estava prevista e na qual não se tirou o proveito que se esperava. De qualquer forma era uma aposta que se fazia, mas não resultou.

No entanto, esta 2.^a fase devia seguir, porque no que se refere às estradas de carácter económico, as estradas importantes para a economia da ilha, não há uma palavra sobre elas, como a Ribeira Funda/Jaime de Melo, Espalamaca/Jaime Melo/Caldeira e matos da Caldeira/Ribeira Funda. É pena, porque as estradas estão degradadas, estão deteriorados e dificilmente se transitará.

Vemos que do Plano para este ano já figuram verbas, como figuravam em 97, mas que não foram utilizadas para a variante à Horta.

Trata-se de uma importantíssima obra que vai alterar o esquema rodoviário da cidade da Horta e que tem uma cronologia de todo curiosa. A estrada vai começar em 1998 e estão prometido para esta estrada cerca de 100 mil contos, ou 200 mil contos.

Em 1999, por estranho que pareça, a estrada desaparece e, de repente, para que não nos esqueçamos que as eleições estão à porta, no ano 2000, a estrada reaparece.

A única coisa que posso vislumbrar disto e perceber, é que esta estrada que se promete fazer com 30 km como variante à Horta, naturalmente, em 1998 atravessa de viaduto o canal, vai à Madalena e vem para a Horta...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não vai à Madalena!

O Orador: ... onde chega exactamente no ano 2000.

Se assim fosse, teríamos um tema mais apropriado ao Sr. Deputado Manuel Serpa, não haveria mais travessia ao canal, não haveriam mais mortos no canal, nem mais doentes para atravessar o canal.

Deputado Manuel Serpa (PS): Exactamente!

O Orador: Esta é uma situação que rigorosamente não convém que fique sem ser assinalada, porque ela é manifestamente uma falta de rigor na elaboração destes documentos, porque não posso acreditar que quem andou de roda disto, alguma vez imagine que a variante tem 30 km e que a mesma possa ficar suspensa durante um ano, sem qualquer verba no Plano. É lamentável que assim seja, mas é assim que está lá, seja ou não algum lapso.

Há algumas situações que se referem à Escola Secundária e ao parque desportivo.

O parque desportivo aparece desagregado da Escola Secundária, embora em termos de projecto eles estejam juntos.

Desde Maio, está encerrado o concurso para a elaboração do projecto da Escola Secundária e parque desportivo da Horta e o que é facto, é que de lá até hoje nada se soube. Porém, no Plano vemos que a escola está para um lado e o parque para outro.

Como é que isto vai ser feito, ninguém sabe. São verbas desagregadas. Como disse, a verba de 97 sofreu um aumento de 50 mil contos nestes documentos, aprovada que foi com 50 mil, mas isto é coisa que o Governo do Partido Socialista terá que vislumbrar como é e explicar às pessoas, porque a mim só me compete assinalar.

Há tempos fiz um requerimento junto com o Sr. Deputado Eugénio Leal sobre a construção da piscina deste parque desportivo, uma vez que haviam surgido algumas conversas e algumas informações por parte do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de que já não se faria a piscina no parque desportivo da Horta.

A informação que tenho — finalmente — do Governo, é que a piscina é para se fazer, mas não na primeira fase. Quer dizer, não temos projecto, mas já temos 1.^a e 2.^a fase. O que quero aqui retirar é esta ideia, aliás dita pelo Sr. Secretário da Economia há algum tempo, "palavra de rei não volta atrás", vamos ter piscina no parque desportivo.

Ficou clarificada esta questão e o Governo não poderá voltar atrás, porque tem um compromisso assumido nesta matéria.

Não vou terminar — gostaria de me alongar nesta minha intervenção sobre o Plano e Orçamento, mas o tempo não o permite — sem falar sobre a questão do Hospital da Horta.

Ouvi com atenção as declarações do Sr. Secretário ontem nesta tribuna, mas ao contrário do que aconteceu com o meu amigo — Sr. Deputado Fernando Menezes — não fiquei nem satisfeito, nem embandeirei em arco, nem dei "apitos de navio", porque aquilo que se tem provado é que o Sr. Secretário tem andado atrás dos acontecimentos.

Em princípio, é de todos conhecido o episódio da hemodiálise. Já não estava cá, já ia para outro lado e foi preciso fazer algum barulho para ela voltar para cá.

Na altura em que foi publicada a portaria com as prevenções dos médicos e dos clínicos dos diversos hospitais, o Sr. Secretário no dia seguinte a uma reunião realizada no Hospital da Horta, teve que dizer que aquilo que estava escrito já não era assim, que era outra coisa.

Agora que se agita de alguma forma e as pessoas tomam algumas posições relativamente a esta matéria, o Sr. Secretário já percebeu que não pode esvaziar o Hospital da Horta.

O Hospital da Horta tem a sua lógica, faz parte de um conceito tripulado desta Região, foi para isso que ele foi construído, tem que ser valorizado e não esvaziado.

Não basta apenas dizer que o Hospital fica como está. O Hospital tem que evoluir, tem que andar com o tempo.

Não se pode ter, nem se pode querer no Hospital da Horta, aquilo que mais ninguém quer nos seus.

Havemos de ter na Horta aquilo que é preciso para este Hospital e que corresponda às necessidades daquilo para que foi criado, que corresponda às expectativas daquilo para que foi criado, que corresponda às expectativas profissionais daqueles que ali trabalham, que corresponda a um conceito desta Região — e é bom que se diga — ou existe ou não existe e é bom que de uma vez por todas saibamos em que "mato fazemos o lume", porque nesta permanente incerteza quem se agitou não foram os políticos, foram os profissionais de saúde do Hospital da Horta, dos mais variados quadrantes políticos. Não vale a pena atirar para alguns, nem dizer que foi de um lado ou do outro, foram de todos.

O que fica claro aqui, é que o problema do Hospital da Horta é um problema de ordem técnica, mas não deixa de ser também um problema de ordem política.

O Sr. Secretário, ou à dianteira, ou a reboque, há-de encontrar pela frente na justa luta por esta situação do Hospital, os faialenses que muito lutaram por ele noutras alturas e noutros tempos.

Eu não tenho tempo para mais.

Gostaria, como sempre, de deixar esta tribuna com outra esperança e a esperança é que o Partido Social Democrata, com a mesma galhardia, a mesma determinação e o mesmo entusiasmo com que foi poder durante 20 anos, e que de tal maneira marcou esta Região, possa continuar a fazer e de certo fá-lo-á agora que está na oposição, onde lhe é pedido um papel de grande relevância política e de grande responsabilidade política como aliás o tem provado ao longo destes dias.

Sr. Presidente, muito obrigado e espero não ter ofendido os decibéis do Sr. Deputado Messias.

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Economia.

Lembro-lhe que o Governo Regional dispõe de 3 minutos e 50 segundos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uns breves esclarecimentos:

Em relação à assinatura do contrato para o projecto do campo de golfe do Faial, ela foi feita aquando da visita do Governo a esta ilha.

Não fizemos cerimónia pública, como também não se fez cerimónia pública quando se fez a consignação do Porto de Vila do Porto.

O prazo de execução é de seis meses e está em andamento.

Hoje mesmo estive a ver o estado da compra dos terrenos e já foi feita uma avaliação por parte dos serviços agrícolas e da associação de agricultores.

Com a verba deste ano, vão começar-se a comprar terrenos e continuaremos para o ano.

Núcleo de pescas:

Está a ser discutida a sua adjudicação e o projecto já está pronto com obras a mais no porto e a obra vai começar em Janeiro.

Quanto à Marina da Horta, que o Sr. não falou, já lhe tinha dito que o projecto para a Horta foi feito e adjudicado por nós e vai ser um motivo de orgulho para os faialenses.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado pelas suas explanações que vêm de encontro àquilo que, neste momento, é a minha principal função, ou seja, saber se os Srs. estão fazendo bem feito aquilo que nós começámos ou que decidimos.

Fica assim estabelecido que o campo de golfe da Ilha do Faial, processo iniciado pelo Governo do PSD, está em andamento, tal como a Marina da Horta.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os documentos em apreço são fundamentais para a Região e para os açorianos. São fundamentais, porque permitem identificar políticas, clarificar intenções e possibilitam aos açorianos, em geral, e aos investidores, em particular, conhecer as possibilidades de investimento, bem como os apoios com que podem contar.

Os investidores podem deste modo conhecer as áreas prioritárias para o desenvolvimento e assim criar riqueza de que tanto estamos carenciados.

Estes documentos, ao conterem e ao terem em conta o resultado das negociações mantidas por este Governo ao longo de um escasso ano que leva de governação dos Açores, e que alguns querem levar a população a pensar que é muito tempo esquecendo-se, talvez propositadamente, que corresponde a uns escassos 5% do tempo em que eles próprios exerceram o poder e só não digo exerceram esse poder, porque este é efectivamente outro poder, é um poder diferente e é um serviço de todos os açorianos.

São, dizia, os melhores documentos desta natureza que alguma vez esta Câmara apreciou. Eles consagram soluções que o PSD almejou, mas que nunca teve capacidade negocial de alcançar.

A capacidade negocial deste Governo, levou a que a tão ambicionada Lei das Finanças das Regiões Autónomas, visse finalmente "a luz do dia".

Foi ainda esta capacidade negocial, associada a uma nova concepção política das soluções necessárias e possíveis para os problemas com que os açorianos se defrontam, que possibilitou a solução para um problema cuja não interrupção levou a que no passado a Região acumulasse uma dívida de vários milhões de contos e dificultasse o acesso dos açorianos ao crédito à habitação.

A incapacidade negocial do PSD/Açores com o PSD/Cavaco, transformou um apoio à aquisição de casa própria num calvário, que alguns diriam mesmo num "calvaco", de impedimentos, de dificuldades, de desorientações que, inclusive, levaram a Caixa Geral de Depósitos a recusar aos açorianos crédito à habitação e por inépcia dos governos da altura.

Por seu turno, este Governo conseguiu levar a República a reconhecer o direito dos açorianos aos apoios nacionais e sempre que possível e necessário serão reforçados com apoios regionais, como no caso da habitação, razão pela qual, também nos

documentos em apreciação se manifesta a importância atribuída a este sector e por este Governo.

O programa 28, ao comportar 7,24% das verbas do PMP, excluídas as verbas destinadas às calamidades, demonstra claramente a importância reconhecida deste sector, na política global de desenvolvimento dos Açores, pois que, é o terceiro programa em ordem de grandeza, só ultrapassado pelos programas 12 e 18 com 11,29 e 9,78, respectivamente.

Dentro deste programa, a política social de habitação manifesta-se, nomeadamente, através dos realojamentos a que este Governo tem dedicado especial atenção e que alguns procuram denegrir a sua importância esquecendo-se, ou ignorando, que gastaram em média mais 26% por realojamento, vindo agora alegar a ruralidade dos alojamentos efectuados por este Governo para justificar os custos como se só agora descobrisse a ruralidade dos Açores. Mas...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até parece que estamos a falar de diferenciais de alguns escudos e não de um milhão de escudos a mais por realojamento.

Aquele diferencial de custos entre o território continental e as ilhas, já era de todos conhecido. Agora, um diferencial desta dimensão entre meio rural e meio urbano, na nossa Região, ninguém conhecia, excepto o PSD para justificar, não a qualidade da sua gestão dos dinheiros públicos, mas sim a falta de qualidade dessa gestão.

Por outro lado, a reformulação dos programas de apoio à habitação, tem vindo a dar cumprimento ao programa deste Governo. É neste entendimento que entre outras já feitas e a fazer, se enquadra a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/97, recentemente entregue nesta Assembleia, que se propõe alterar o Decreto Legislativo Regional 14/95, de 22 de Agosto — apoio à habitação — que irá permitir que se possam apoiar mais pessoas, com especial relevo para os portadores de deficiência até agora e na prática excluídos destes apoios.

É, pois, por tudo isto, que estes documentos devem ser aprovados por esta Câmara.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano a Médio Prazo, bem como do Plano e Orçamento para 1998, que estão a ser apreciadas nesta Assembleia Legislativa Regional, são, como é óbvio, os instrumentos institucionais que definem a política de desenvolvimento sócio-económico já anunciado no programa do VII Governo.

Ao confrontarmos os citados planos e respectivos anexos com os seus congéneres do passado próximo, desde logo, apercebemo-nos que houve um maior cuidado no cumprimento legal, nomeadamente com o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 12/91/A.

Quanto ao respectivo conteúdo, como se sabe, foi condicionado pelos escassos recursos financeiros da nossa Região e, assim, será sempre difícil responder de uma só vez a todos os anseios da população açoriana.

A distribuição do bolo regional é uma tarefa difícil e a sua discussão sempre provocou manifestações de descontentamento, em alguns casos por falta de manifesta solidariedade e ou bairrismos daqueles que tudo querem perto de suas casas, arremessando a demagogia contra o desejado desenvolvimento harmónico de um todo regional.

É lamentável que se faça leituras destes documentos de uma forma grosseira, sem o mínimo de respeito pelos dinheiros públicos ao ponto de compararem investimentos de um qualquer plano em relação aos concelhos de cada ilha e de dizerem que um recebe mais uns vintões do que outro numa manifesta falta de solidariedade para com aqueles que só agora são contemplados com as condições há muito usufruídas pelos ditos comentadores.

Porém, foi notório que planos de anteriores Governos não consubstanciaram um modelo que permitisse enfrentar com maior segurança os desafios do nosso futuro próximo.

Hoje, importa analisar os dados que estão lançados neste local para discussão e, com o sentido da responsabilidade, tudo fazer da melhor forma possível, servindo quem aqui representamos.

Quando me confrontei com as propostas acima referidas, devo dizer com sinceridade, esperava com contemplessem um maior investimento para S. Jorge.

Todavia, ao longo destes três últimos dias, percebe-se que nesta fase era impossível, mas folgo ao saber que o Governo tudo fará nos próximos três anos para respeitar o que prometeu ao povo dos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): De boas intenções está o inferno cheio!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa passagem pela desagregação das propostas do Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 1998, pretendo, em primeiro lugar, tecer alguns considerandos sobre uma área que a todos nos preocupa, porque dela resulta a segurança de pessoas e bens.

Refiro-me, como é óbvio, à Protecção Civil que é definida no artigo 1.º, do Capítulo I da sua lei de bases, como sendo " a actividade desenvolvida pelo estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofes ou calamidades de origem natural ou tecnológica e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo quando aquelas situações ocorrerem".

Muito recentemente, desta mesma tribuna, referi-me à vulnerabilidade da nossa Região em relação às catástrofes naturais e como não podia deixar de o fazer, acrescentava dizendo que a todo o momento corríamos o risco de ser palco de uma tragédia sem o mínimo, ou nenhum, aviso prévio.

Infelizmente, coabitamos com os perigos desta natureza e só nos resta prevenir contra ocorrências de risco e, caso se verifiquem, atenuá-las e limitar os seus efeitos tendo sempre presente o socorro e a assistência das pessoas em perigo.

Neste âmbito, uma das medidas consideradas prioritárias é a prevenção que vai desde a divulgação dos meios elementares, medidas cautelares, quer através de uma acção pedagógica a conduzir pelas escolas, quer por via da distribuição de prospectos ou da

emissão de spots transmitidos, nomeadamente através da televisão até à preparação de meios humanos e à aquisição de equipamentos.

Na leitura da proposta acima referida, verificamos que o Governo tem uma noção clara desta matéria e define metas consentâneas com a nossa realidade.

Dedica, na proposta de Plano a Médio Prazo, 699.150 contos para aquisição e reparação de viaturas das corporações de bombeiros; 1.479.600 contos para a construção e remodelação de infraestruturas e equipamento, onde se inclui a construção de novos quartéis entre eles o de Ponta Delgada; 172.610 contos são dispensados para formação e informação; 447.130 contos para o Serviço Regional de Protecção Civil.

Quanto à proposta de Plano para o próximo ano, realço a aquisição e implementação de uma rede integrada de rádio-comunicações, servindo o sistema de Protecção Civil dos Açores.

Aproveito para referir que nesta matéria, que em anos que já lá vão, alertei os anteriores governos para a necessidade de se concretizar o objectivo atrás referido e acrescentava dizendo que diversos aglomerados populacionais de risco desta Região, entre eles e como exemplo a Caldeira de Santo Cristo, deveriam estar dotados de um rádio à rede da Protecção Civil.

Acontece porém, que não obstante o isolamento da acima referida fajã, a mesma continua dotada de um telemóvel obsoleto, que muitas das vezes se encontra inoperacional. Este é um dos casos preocupantes, tanto mais que o referido lugar já esteve completamente isolado no sismo de 1980 e por diversas vezes já tornou necessária a intervenção dos bombeiros no socorro de vidas humanas.

Outro objectivo do documento atrás referido e de grande importância, é efectivamente a construção de uma escola de formação do Serviço Regional de Protecção Civil/Açores e bombeiros voluntários, com o respectivo campo de manobras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho estado atento ao debate sobre as propostas que estão a ser apreciadas por esta Câmara e devo dizer que ouvi, de onde não esperava, afirmações que me deixaram deveras confuso.

Fiquei surpreendido com a ex-responsável pela parte das finanças do Governo do PSD, quando aproveitou esta tribuna para, no uso da demagogia, se manifestar pela negativa sobre a dotação orçamentada no capítulo designado por verbas desagregadas.

Afirmou, esta Sra. Deputada, numa atitude recriminatória, que a não desagregação correspondia a 26% das verbas inscritas nesta proposta do Plano a Médio Prazo e divagou pela insinuação.

Com este estilo de análise fiquei confuso, pois, se não houve o desejo de "atirar areia para os olhos" dos açorianos, resta, por exclusão de partes, percebermos que só agora e na oposição, uma ex-secretária de Governos do PSD, aprendeu ou tirou tempo para calcular percentagens de orçamentos regionais.

Não vou adjectivar sobre tal leviandade, mas vejam, Srs. representantes do povo desta Região, a incúria de quem, no passado recente, tinha a seu cargo a gestão das finanças regionais, simplesmente não fazia contas. Fica aqui provada, mais uma vez, a importância que teve para os Açores a vitória da nova autonomia.

Na incerteza de haver mais alguém nesta Sala que desconheça na vertente acima definida os dados das anteriores propostas de planos, fiquem a saber que o último Plano a Médio Prazo da responsabilidade do PSD, contemplava o "saco azul ou laranja", como queiram defini-lo...

Deputado Mark Marques (PSD): Agora é rosa!

O Orador: ... com uma percentagem sensivelmente de 30% do seu total. Não eram 26%, eram 30%, ou seja, mais quatro pontos percentuais do que a proposta em debate. Como é que se pode cair numa infelicidade destas?

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. não encontrou nada nestes documentos que estamos a analisar, só encontrou nos anteriores?!

Fale das virtudes destes que analisamos!

O Orador: Vejam o disparate de tudo isto. É um completo desnorte o que se passa na bancada do PSD, até ignoram a realidade dos factos. Querem ver que esta doença também já contaminou os Srs. Deputados do meu círculo eleitoral?

Há poucos dias apercebi-me que um Sr. Deputado do PSD aproveitou a estreia da máquina de fotocópias da Delegação da Assembleia Regional na Ilha de S. Jorge, para tirar cópias de uma peça "envenenada" que enviou aos jorgenses onde a determinada altura dizia — e cito — " em relação à nossa ilha, estamos a viver e já a sentir as consequências de uma ditadura minoritária, enraivecida e recalcada durante 20 anos, daqueles que estiveram na oposição e agora querem fazer o ajuste de contas, factura que os jorgenses começam a pagar".

É de bradar aos céus!

Se é certo que este Sr. Deputado pouco falava no passado, não acredito que tenha passado todo esse tempo a dormir. Se assim aconteceu, desculpe que lhe diga, é sonâmbulo, porque nas votações sempre lá se ia mexendo.

Falo com toda a sinceridade, não vou ensinar a leitura dos números e a fazer contas a quem se recusa a aprender.

Como é que se percebe uma conversa destas depois de constatar-se que a proposta do PMP apresenta para a Ilha de São Jorge uma dotação de 5.285.589 contos, ou seja, mais 2.114.786 contos, do que o último PMP aprovado nesta Assembleia e da responsabilidade de um Governo do PSD?

Com estes valores e feitas as contas, conclui-se que estamos perante um aumento do primeiro em relação ao segundo, cerca de 41%, mais do que aquele plano que os Srs. aprovaram nesta Casa.

Deputados Norberto Messias e Natividade Luz (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O referido Sr. Deputado não tinha necessidade de vir para esta Casa evidenciar tantos conhecimentos nos documentos nos quais vai participar na votação. Mas vou mais longe e para o efeito terei que me socorrer de números.

Peço-vos desculpa se eventualmente tornar-me maçador, mas nada é mais real do que os factos e os jorgenses merecem um esclarecimento claro sobre esta matéria.

Para isso vou socorrer-me de um termo de comparação e não encontro nenhum melhor do que o anterior PMP 1992/1996. Passo de imediato aos dados:

"— Fortalecimento e diversificação do sistema produtivo — 2.226.554 contos", para objectivos de grande importância e que foram muitas vezes dotados de verbas exíguas nas propostas do PSD, ou simplesmente esquecidos.

Senão vejamos:

Esta proposta de Plano a Médio Prazo apresenta 84 mil contos para abastecimento de água à lavoura, enquanto que o PMP do PSD 1996, esquecia por completo esta acção de grande interesse para o respectivo sector, tanto mais que São Jorge é considerado uma zona demarcada quanto à produção de um queijo certificado, sobejamente conhecido no mercado externo.

Verificamos que contempla 72 mil contos para caminhos agrícolas e 145 mil contos para caminhos rurais. Recordam-se que o último documento, seu congénere, do PSD, só contemplava 30 mil contos e 98 mil contos respectivamente.

Para quem não quer ou não sabe fazer contas, fiquem a saber que estamos perante um aumento superior a 100% no primeiro caso e, cerca de 45% em relação ao segundo.

No âmbito do apoio às explorações agrícolas, esta proposta contempla 471.490 contos, valor que se distancia substancialmente da vergonhosa verba de 5.070 contos aprovados com aclamação pelos Srs. Deputados que agora se julgam defensores dos interesses dos jorgenses.

Basta de tanto cinismo!

Ao nível da sanidade animal e vegetal, esta proposta está dotada com 125 mil contos. No que concerne ao apoio à promoção dos produtos regionais no exterior, temos também um aumento de 140%, ou seja, vamos aprovar uma verba, 37.128 contos e o anterior PMP apresentava simplesmente 15 mil contos.

Quanto às infraestruturas de apoio ao sector florestal, o PSD apresentou no derradeiro PMP 5.400 contos. Nesta proposta do PS o mesmo está dotado com 48.500 contos, ou seja, um aumento superior a 800%. É isto que o Sr. precisa de ouvir!

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. está a falar com 6 anos de diferença!

Deputado Jorge Valadão (PSD): É para ver se ganha as autárquicas!

O Orador: No sector da habitação podemos, de cabeça levantada, comparar os 286.174 contos — Sr. Deputado Jaime Medeiros — desta proposta com os 162.900 contos do PMP 92/96. Resta-nos perceber que é um aumento de 57% do primeiro em relação ao segundo valor.

Quanto às obras do Porto da Calheta, a citada proposta apresenta 560 mil contos. Já se esqueceram que o último plano do PSD apresentava a vergonhosa dotação de 10 mil contos?

Algumas das novidades em relação ao último PMP da responsabilidade do PSD, são a inclusão de 395.950 contos para medidas agro-alimentares e criação do perímetro de ordenamento agrário nos Rosais, coisa que estava esquecido no anterior Plano a Médio Prazo aprovado pelo PSD.

Já se esqueceram que mais de 80% dos 1.650.000 contos inscritos no anterior PMP para as estradas de S. Jorge foram para pagar as obras feitas por um outro governo, nomeadamente a variante das Manadas/Urzelina que foi adjudicada por cerca de 320 mil contos e já se liquidou facturas que totalizam um valor superior a 1.200.000 contos?

Outra questão — e aqui por um imperativo de consciência, faço reparo — prende-se com outras declarações públicas do mesmo Sr. Deputado do meu círculo eleitoral, quanto ao sector do turismo.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Isto é tudo para si, Sr. Deputado Mark Marques!

O Orador: Esta personalidade tece severas críticas às dotações desta área, esquecendo-se que aprovou com o seu simpático sorriso...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Muito obrigado!

O Orador: ... nos documentos de um Governo apoiado pelo seu partido, vergonhosas verbas de 1.500 contos para estruturas físicas de turismo e 31.500 contos para o apoio financeiro às empresas.

Como posso perceber que agora esteja contra uma proposta que contempla 85.684 contos para promoção turística — em vez dos 1500 contos — e 52 mil contos para o sistema de apoio ao investimento privado? Francamente!

Critica-se a inclusão de 55 mil contos para a reparação da Escola E-B2, 3/S das Velas, quando há muito que este estabelecimento de ensino necessita de obras, as mesmas que sempre foram ignoradas nos anteriores planos do PSD, não obstante a insistência junto de anteriores Governos para a solução deste caso (aos esquecidos

recomenda-se a leitura aos diários das sessões, nomeadamente os relatórios da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais que é um documento imparcial).

Com que objectivo se remete uma peça escrita aos jorgenses, onde o seu autor se interroga contra a construção da gare para passageiros do Porto das Velas?

A cegueira não o fez encontrar nesta proposta a verba de 39.500 contos para este objectivo, para além dos 55 mil contos destinados a diversas obras na mesma estrutura portuária?

Vou mudar de assunto.

Este não é o local próprio para ensinar a leitura dos números e as mais elementares operações de matemática.

Falando de portos, não me resta dúvida que o do Norte Grande necessita de obras de beneficiação atendendo sobretudo ao facto de ser o único da longa costa norte da Ilha de São Jorge.

Não percebo, de facto, que um Sr. Deputado do meu círculo eleitoral só agora perceba esta necessidade, quando no passado recente me criticou por fazer sentir a importância deste investimento neste mesmo local.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): O Sr. já disse isso uma vez!

O Orador: Nunca é demais repetir!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): É!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vou abreviar a minha intervenção, mas antes de terminar pretendo registar, pela sua importância, verbas desta proposta do PMP destinadas a investimentos de grande projecção sócio-económica para a Ilha de São Jorge, das quais passo a enunciar as dotações mais relevantes:

— 640 mil contos para pavimentação da Estrada Regional Velas/Nortes;

Deputado Marque Marques (PSD): Obra do PSD!

O Orador: - 250 mil contos para a reabilitação da estrada Urzelina/Aeroporto/Norte Pequeno e Norte Grande;

Deputado Marque Marques (PSD): Continuação da obra do PSD!

O Orador: — 30 mil contos para a pavimentação da Rua Miguel Bombarda na Vila das Velas;

- 220 mil contos para a reabilitação de diversos troços de estrada na Ilha de São Jorge, incluindo a pavimentação do troço urbano Manadas/Urzelina;
- 560 mil contos para a obra de beneficiação do Porto da Calheta;
- 38.125 contos para obras na Aerogare de São Jorge;
- 11 mil contos para a Escola E-B da Boa Hora, que muitas vezes constou nos planos do PSD e "nunca viu a luz do dia";
- 235 mil contos para a reformulação da rede escolar Santo Antão e Topo;
- 115 mil contos para a recuperação das Escolas E-B 2+3 de São Jorge;
- 164.133 contos para a recuperação financeira com as autarquias de São Jorge ao nível da reabilitação do parque escolar;
- 65 mil contos para a recuperação do edifício da Santa Casa da Misericórdia da Calheta;
- 90 mil contos para a aquisição e reparação de viaturas das corporações de bombeiros;
- 15.600 contos para a construção de anexo na corporação de bombeiros das Velas.

De tudo, fica claro que esta proposta não se traduz no óptimo para São Jorge, mas representa mais 2.114.786 contos, ou seja, um aumento de 41% em relação ao derradeiro Plano de Médio Prazo que foi da responsabilidade do PSD.

Assim, fica a prova inequívoca, que esta ilha também ganhou com a vitória da "Nova Autonomia".

Disse.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é para esclarecimentos, Sr. Presidente, é em defesa da honra porque eu fui acusado...

Presidente: Vamos tentar encontrar a sua honra. Espero é que ela efectivamente não esteja perdida.

Deputado Mark Marques (PSD): Não está, Sr. Presidente.

Eu fui acusado pelo Sr. Deputado António Gomes de usar, **ilegalmente**, a fotocopiadora da Delegação da Assembleia na Ilha de São Jorge, numa carta que dirigi aos jorgenses na qualidade de Deputado, uma carta do grupo parlamentar.

É certo que a carta incomodou muito o Sr. Deputado e tanto assim é, que o Sr. baseou a sua intervenção na minha pessoa o que comprova que, de facto, eu incomodo, chamo-lhe muito mais a atenção do que o próprio plano.

Sr. Deputado:

A acreditar por todas as verbas que o Sr. aí disse, se tivermos em conta que os 81 mil contos, por exemplo, do Matadouro desapareceram....

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques isso não tem nada a ver com a sua honra.

Não podemos estar aqui a brincar com os tempos e com as disposições regimentais. Lamento muito.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Gomes, tem direito a uma resposta em relação à sua honra.

Deputado António Gomes (PS): É para defesa da honra, porque preciso de esclarecer aqui uma questão que não foi entendida pelo Sr. Deputado Mark Marques...

(Protestos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, um momento para podermos esclarecer a questão.

O Sr. Deputado Mark Marques invocou a sua honra, defendeu-a até ao ponto que eu achei que era realmente defesa da honra.

O Sr. Deputado tem direito a 3 minutos para contra-responder às alegações que fez.

É dentro desses três minutos que o Sr. Deputado vai esclarecer.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

É de facto o desnorte completo.

Eu não adjectivei essa sua posição. Eu não disse que tinha utilizado a fotocopiadora ilegalmente. Não me referi a essa questão. O Sr. está no seu direito de a utilizar.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Então o que é que disse?!

O Orador: O que disse foi que a tinha estreado. Foi o primeiro que estreou a fotocopiadora para esse efeito. Não fui mais além do que isto.

Fico por aqui.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Não puxe mais pelo cobertor, porque pode tapar a cabeça e destapar os pés!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Encontra-se esta Assembleia a debater o Plano para 1998, Plano a Médio Prazo 97/2000 e Orçamento correspondente ao primeiro documento que referimos, tudo isto num contexto muito particular face às sucessivas e penalizantes calamidades que assolaram estas ilhas, muito em particular a Ilha de São Miguel, circunstâncias que numa análise conjuntural dos documentos ora em discussão, não pode de algum modo, deixar de ter em linha de conta, já que infelizmente, não há plano nem orçamento, que venha repor as vidas ceifadas, nem tão pouco, sob o ponto de vista material, ressarcir integralmente os danos provocados por tais calamidades, que devastaram o património de centenas de micalenses, mas devem, isso sim, tais documentos, terem em linha de conta o repor de forma a minimizar os danos sofridos. Tais factos, condicionam qualquer Governo na elaboração das traves mestras que hão-de delinear a sua actividade a curto e a médio prazo, o mesmo é dizer que algumas prioridades terão que ser preteridas, em função dos ditames da natureza.

Este Governo merece o reconhecimento de todos os que por bem analisem o seu comportamento, no que deixámos expresso no parágrafo anterior, e merece também o nosso particular apoio no esforço que procurou desempenhar, ao apresentar antes de ontem a esta Assembleia, o Plano para 98 e Plano a Médio Prazo 97/2000, bem como o Orçamento que dará suporte àquele, como forma de dar continuidade ao

desenvolvimento desta Região nos diversos sectores, quer de carácter económico quer de carácter social.

Para abreviarmos discursos e procurarmos posteriormente uma síntese analítica, muito em particular ao circuito eleitoral que aqui representamos, e uma análise generalizada às 9 ilhas que integram esta Região, expressamos já o nosso apoio aos documentos ora em discussão, pese embora o facto de “o óptimo ser inimigo do bom” e conseqüentemente não vemos integralmente satisfeitas as nossas pretensões, no âmbito do círculo que aqui representamos, mas a compreensão do esforço feito é o suficiente para que nos sintamos com uma contemplação minimamente compatível com o momento que ora atravessamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 1998 dota a Ilha Graciosa com uma verba de 825.102 contos, verba bastante significativa em relação ao passado presente...

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Se retirar a verba destinada às calamidades, fica quase igual!

O Orador: ... tanto mais se tivermos em linha de conta que o plano infraestrutural da Graciosa se encontra praticamente elaborado, pese embora a ambição legítima de se dar continuidade ao mesmo, muito em particular no que diz respeito ao Porto de Pescas, Porto de Recreio e molhe de protecção do Porto Comercial da Praia da Graciosa.

Neste contexto, é de salientar o esforço dispendido pelo Governo ao dotar no seu Plano para 1998 uma verba de 350 mil contos, para protecção do cais Comercial da Praia da Graciosa.

Se o anterior Governo tivesse tido em atenção tal facto, como em devido tempo alertámos, por certo, o montante a dispendir hoje, seria outro e libertaria verbas para novos âmbitos infraestruturais ou sociais.

Merece particular destaque a verba orçamentada no programa 2.1 (apoio à indústria agro-alimentar), no montante de 130.804 mil contos, verba que vem participar a construção da nova Fábrica de Lacticínios naquela ilha, justa pretensão dos lavradores da mesma, já que a existente está desde há muitos anos ultrapassada e virá contribuir simultaneamente para a melhoria na operacionalidade e na transformação

nos produtos, o que significa um valor acrescentado na economia da ilha, já que esta tem como principal vertente a indústria agro-pecuária.

Não podemos deixar de referir, igualmente, o esforço feito pelo Governo, no que concerne à reabilitação das Estradas Regionais, que nos aparece dotada no programa 12.2 com uma verba de 45 mil contos, sabendo embora que não será a verba ideal para colmatar todas as carências existentes, mas é por certo uma injeção que em muito irá contribuir para manutenção e recuperação da já boa rede viária que a ilha possui.

Dúvidas temos em relação aos 10 mil contos orçamentados com vista à remodelação e beneficiação da Aerogare da Graciosa, já que uma infraestrutura daquela índole, decorrida década e meia da sua inauguração, se mostra em estado calamitoso, que até se assiste à necessidade de proteger, de há alguns anos a esta parte, o material electrónico que ali se encontra, circunstâncias que demonstram que tal infraestrutura não mereceu, aquando da sua execução, uma fiscalização como se impunha.

Uma referência ainda particular à dotação contida no Plano para 98, no que se prende com a adaptação que se mostre conveniente na Escola Secundária de Santa Cruz da Graciosa, no montante de 25 mil contos, bem como na verba orçada em regime de cooperação financeira com a Câmara Municipal, no valor de 20 mil contos com vista à ampliação da Escola Básica de Santa Cruz e reparação noutras.

No que concerne à defesa e valorização do património cultural e arquitectónico da ilha, merece-nos particular destaque os 30 mil contos previstos, sendo 15 mil contos para beneficiação da Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa e igual montante para o Museu daquela ilha.

De salientar ainda a planificação prevista no montante de 65.600 contos com particular destaque para a construção de habitação própria (33.100 contos), bem como o montante previsto no programa 28.2 (recuperação de habitação e realojamentos orçado em 32.500 contos).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na vida tudo tem duas fases.

Falámos do que nos pareceu justo e positivo e com a mesma frontalidade abordaremos o resto.

Parece-nos de primordial importância que ainda nesta fase dos nossos trabalhos, o Governo tenha a capacidade de repensar e reequacionar, um problema que se nos afigura de fundamental importância, com vista à salvaguarda de bens e pessoas e que se situa no âmbito da protecção da orla marítima, muito em particular em 3 sítios daquela ilha, mais concretamente as Zonas de Degredo/Pesqueira em Santa Cruz, Zona dos Fenais, freguesia São Mateus, e Carapacho, freguesia da Luz.

O passado presente, demonstra-nos e como diz o ditado popular, "de nada serve depois de roubados pormos trancas à porta". A nossa actuação deve, sim, situar-se na máxima de que "mais vale prevenir do que remediar".

Não são minimamente satisfatórios os 15 mil contos orçamentados no Plano a Médio Prazo 97/2000, por aquilo que deixámos dito no parágrafo anterior, há que ver nos olhos a situação preocupante da orla marítima na Ilha Graciosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem o intuito de descer ao pormenor, no que concerne ao Plano a Médio Prazo 97/2000, não podemos contudo, deixar de nos debruçarmos sobre o mesmo, ainda que num plano de análise comparativa no Plano de 98.

Verificamos assim que o mesmo se encontra dotado numa perspectiva de planeamento num montante global de 2.766.825 contos, o que numa perspectiva aritmética, nos dá uma média de 900 mil contos ano.

Apraz-nos registar que determinados programas, se mostram reforçados em relação ao Plano 98, o que demonstra uma melhor compreensão da parte do Governo para o futuro próximo desta ilha, com especial incidência nas construções escolares, quer do ensino secundário, quer básico; remodelação da infraestrutura aeroportuária da Ilha Graciosa, apoio à Indústria privada no sector do Turismo, substancial aumento com vista à reabilitação das Estradas Regionais; continuação do apoio aos sectores de carácter patrimonial e arquitectónico da ilha, caso da Igreja Matriz da Ilha Graciosa e ainda uma programação de verba estimada na ordem dos 51.200 contos com incidência na Protecção Civil, mais particularmente nos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa.

De tudo aquilo que nos apraz registar na nossa intervenção, merece-nos particular destaque a circunstância deste Governo, sob o ponto de vista de um desenvolvimento

harmónico e integrado de todas as ilhas dos Açores, procurar dotar a Ilha Graciosa, em termos de programa daquilo que se nos afirma de mais prioritário, sendo certo que o ponto ideal em qualquer circunstância é inatingível.

Mais importante de que tudo é que a natureza não volte a castigar-nos, por forma a que o Governo da responsabilidade do P.S. possa executar o que aqui deixa programado e a que damos o nosso aval, para a sua máxima execução.

Um orçamento só se torna realidade e exequível com o seu suporte financeiro, e para tal, contamos com todos os apoios indispensáveis, quer a nível Nacional, quer a nível Internacional.

Pelo que fica exposto e sem qualquer reserva, vamos dar o nosso voto favorável aos documentos ora em discussão, na convicção de que os mesmos foram elaborados para melhor servir a população a que se destina, o Povo dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É indubitável o relevo que na agenda desta Sessão Legislativa, assumem a discussão, votação e esperamos também a aprovação do Plano a Médio Prazo 1997/2000 e do Plano e Orçamento para 1998, um conjunto de documentos fundamentais para a governação dos Açores, na perspectiva do desenvolvimento harmónico e integral da nossa Região.

Ocorre este debate quando acaba de completar-se um ano de governo da responsabilidade do Partido Socialista e está a findar a vigência do primeiro Plano e Orçamento da nova Autonomia.

E, porque importa conhecer de onde se parte para se saber onde pretendemos chegar, nesta intervenção em que me proponho abordar os aspectos que se prendem com a parcela dos investimentos previstos para o meu círculo eleitoral, a Ilha das Flores,

começarei por fazer uma breve análise da execução que teve lugar ao longo do último ano.

Como pessoa de bem que é, e com o sentido de responsabilidade que se lhe reconhece, o Governo Regional do PS preocupou-se nas Flores, como por certo nas demais ilhas da Região, em terminar obras em curso à data da sua entrada em funções, e em acelerar a conclusão de outras que se encontravam em baixo ritmo de execução, ou mesmo paralisadas.

Aconteceu assim com o Quartel dos Bombeiros de Santa Cruz — já inaugurado — e com o Polivalente da Casa do Povo das Lajes e a Creche e Jardim de Infância do Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores, cuja inauguração vai ter lugar no início da próxima semana. Foi também assim com a Residencial da SITURFLOR, que já se encontra em fase de conclusão.

Por outro lado, foi iniciada a construção das pontes destruídas pelos temporais, uma das quais já está aberta ao trânsito.

Foi iniciada a construção do parque de combustíveis do Porto das Flores, já praticamente concluído e foram realizadas inúmeras intervenções que, sendo de pequena dimensão, são de grande importância para a segurança das populações. São disso exemplo, a desobstrução dos cursos de água, a reparação das estradas regionais e dos caminhos florestais e de acesso às pastagens, a recuperação da rampa de varagem do Porto de Pescas das Lajes, e até mesmo, a colocação de **raios** de protecção em locais de eminente perigo, como é o caso do ramal de acesso ao porto.

Não podemos também deixar sem uma referência positiva, a eficácia na atribuição dos apoios aos agricultores para compensação dos prejuízos causados pelos diversos temporais, faltando apenas resolver a situação das pessoas que recorreram à tristemente célebre, porque ineficaz, Portaria 84/95, e que de acordo com as informações de que dispomos, deverá ocorrer brevemente pondo assim "ponto final" num problema que já dura há cerca de dois anos e meio.

Entretanto, e como "não há bela sem senão", temos também que lamentar não ter sido ainda possível dar início à correcção e pavimentação do troço/estrada entre as duas Vilas, atraso motivado pela necessidade de ser feito o levantamento topográfico.

Trata-se de uma obra necessária dada a degradação dos pisos e por se tratar do troço com maior intensidade de tráfego, pelo que estamos em crer que irá finalmente arrancar no próximo ano para o que aliás, está prevista no plano uma dotação de 50 mil contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No que concerne ao Plano e Orçamento para o próximo ano, e no que à Ilha das Flores diz respeito, a primeira constatação é a de que 1998 será ainda um ano marcado pela recuperação dos estragos provocados pelos temporais.

Com efeito, do total de 1.432.561 contos previstos no Plano, cerca de 51%, mais exactamente 729.800 contos, destinam-se ao vector "calamidades" e é o programa com o mesmo nome, onde logicamente assume em particular destaque a reabilitação das estradas regionais e a protecção dos recursos hídricos.

As dotações remanescentes contemplam a realização de algumas obras de fulcral importância para a Ilha das Flores, de que destacamos a construção do Matadouro, a reparação e remodelação dos portos de pescas, a adaptação ao ensino secundário da Escola Padre Maurício de Freitas, o prosseguimento da construção das infraestruturas complementares do porto das Flores e a reabilitação do sistema electroprodutor das Flores.

De realçar também o programa "habitação", contemplado com a verba de 75.000 contos.

Numa análise sectorial, pode verificar-se que excluídas as calamidades, o maior esforço de investimento recai nos sectores da agro-pecuária, silvicultura e pescas, que recebem por junto, mais de 200 mil contos, opção inquestionável quando se sabe tratar-se da base de sustentação económica daquela ilha.

Em Maio último, dissemos aqui que o Plano para 1997 era um bom plano para a Ilha das Flores dentro dos condicionalismos existentes.

Reiteramos a mesma afirmação relativamente ao Plano e Orçamento para 1998. O que é preciso é que ele seja rigorosamente cumprido e não temos razões para duvidar da vontade e empenho deste Governo Regional em cumprir tal desidrato.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como todos sabemos o Plano e Orçamento para 1998, inserem-se na programação prevista no Plano de Médio Prazo 97/2000, constituindo por assim dizer, a segunda etapa da sua execução.

Quanto ao PMP, este consagra para a Ilha das Flores um montante total que ronda os 4 milhões e 700 mil contos, aparecendo novamente destacado no primeiro lugar o vector "calamidades", dotado com um pouco mais de 2 milhões e 100 mil contos, seguindo-se o vector "fortalecimento e diversificação do sistema produtivo" com 1 milhão, 270 mil contos, o vector "valorização dos recursos humanos e da qualidade de vida" com 785 mil contos e o vector "infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social" com 543 mil contos.

São verbas que garantem dar continuidade às obras já iniciadas este ano e às demais que vão arrancar no próximo ano, mas que ficam, contudo, aquém das nossas expectativas.

Relativamente à anterior proposta submetida à apreciação desta Câmara e "chumbada" com os votos do PSD e do PP, a Ilha das Flores perdeu cerca de 300 mil contos, corte que se não vem pôr em causa a realização das obras previstas, poderá impedir que sejam programadas outras que os florentinos vêm insistentemente reclamando, como é o caso do ordenamento do porto, incluindo uma área de recreio náutico, a recuperação do pavilhão da Escola Secundária em Santa Cruz e a construção de um pavilhão na Vila das Lajes e a aquisição de novos equipamentos para o centro de saúde, só para dar alguns exemplos.

Esperam também os florentinos, um efectivo empenho por parte do Governo Regional na resolução dos problemas relacionados com as telecomunicações e, nomeadamente com as transmissões radiofónicas e televisivas.

Dizia ontem o Sr. Deputado Victor Cruz, que os telespectadores açorianos se não quisessem assistir à transmissão dos debates podiam mudar de canal.

Essa é uma verdade que se aplica a muitos açorianos, mas não aos do Grupo Ocidental a quem a única alternativa que se lhes oferece é, pura e simplesmente, desligar o aparelho e a cobertura das Flores e do Corvo pelo Canal 1 da RTP continua sem data marcada, o que de modo algum pode agradar a uma população que se recusa a aceitar como fatalidade do destino, ficar sempre relegada para último lugar.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Com a aprovação da 1.^a Lei de Finanças Regionais, os Açores entraram numa nova era.

E se aqui me refiro a esse importantíssimo acto político, só agora conseguido devido à indiscutível sagacidade política e à **defesa intransigente dos superiores interesses dos Açores** demonstrada **por Carlos César**, conjugadas com a correcta interpretação do que é o "**dever solidário do Estado**" em relação às populações insulares, manifestado com elevado significado **por António Guterres**, se aqui e agora, repito, aborda esta questão, é porque ela influenciará positivamente e de forma indelével o percurso político da actual governação regional, com especial realce, na concretização das acções propostas nos diversos programas dos Planos para 1998 e no de Médio Prazo até ao ano 2000.

Por aí também passará, Sras. e Srs. Deputados, indubitavelmente, a resolução dos muitos estrangulamentos económicos que, apesar da nova dinâmica imprimida por este Governo em relação à nossa ilha, ainda se continuam a verificar, o que urge solucionar.

E é com esse propósito que este Governo Regional elaborou as presentes propostas de Plano, incluindo nesses documentos todas as obras e realizações necessárias e há muito reivindicadas, no que concerne à Ilha do Pico e, aliás, na sequência das deliberações tomadas pelo executivo em Conselho de Governo, realizado nas Lajes do Pico em 28 de Junho último, aquando da sua primeira visita oficial àquela ilha.

Relembramos, desta tribuna, que muitas dessas obras poderiam eventualmente, ter já outro desenvolvimento, se a proposta de PMP, discutida nesta Assembleia em Maio último, tivesse merecido a aprovação maioritária desta Assembleia, o que, como

agora se comprova, até teria tido mais lógica, pois os receios de falta de financiamento então aduzidos, felizmente não tiveram fundamento.

Das várias questões suscitadas e que poderão encontrar algum enquadramento, ou serem mesmo objecto de tratamento, em sede destes Planos, respigamos:

- Na área dos lacticínios está finalmente equacionada a **construção da nova fábrica que decorre do processo de constituição da PICOLAZE**, tendo o Secretário da tutela deste Governo, como lhe competia, desempenhado um papel fundamental na procura das melhores soluções possíveis e no novo ânimo que veio transmitir aos lavradores responsáveis pela direcção da Lacto-Pico. Com a prometida conclusão e abertura de **novos caminhos agrícolas** e com a **reparação e apetrechamento do Matadouro do Pico**, que virá contribuir decisivamente para uma **nova faceta, muito mais promissora, no sector da exportação de carne em carcaça**, podemos antever uma esperançosa estabilidade financeira do principal sector económico da ilha — produção de leite e carne —, o que deverá potenciar novas metas de desenvolvimento para a Ilha do Pico.

- A intervenção que o Governo vai fazer a breve trecho, da **substituição de parte do tecto da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico**, a par da melhoria do parque escolar da ilha, que resultará da construção da **nova Escola Secundária das Lajes** e da **conclusão das Secundárias da Madalena e São Roque**, não esquecendo as grandes reparações em curso nos diversos estabelecimentos de ensino básico, fruto duma desejável cooperação financeira entre o Governo Regional e as Autarquias, são contributos importantes para uma melhor qualidade do ensino ministrado à Juventude do Pico.

- Quanto ao sector dos Transportes, aguardamos com fundadas expectativas o resultado do estudo a cargo da ANA-EP, para que se dê início ao projecto e obra de **ampliação do Aeroporto do Pico**, bem como a conclusão do projecto, a cargo da CONSULMAR, para que se proceda no imediato ao concurso de empreitada das obras de **reforço e consolidação do molhe do Porto Comercial de S. Roque do Pico**, empreitada essa que deverá corporizar igualmente o "**reordenamento da respectiva baía, incluindo a definição da zona de embarque de passageiros**", citando o comunicado do Conselho do Governo.

- Na área social é de realçar a continuação do apoio a **novas obras para assistência a idosos, em São Roque e Madalena**, a realização de um Contrato ARAL entre a Direcção Regional da Segurança Social e o Município das **Lajes do Pico para a recuperação de um imóvel daquela Vila para sede da Junta de Freguesia e Delegação concelhia da Segurança Social** e o anúncio feito, a quando da inauguração da Casa do Povo de São Caetano, da **construção de equipamentos polivalentes para as Casas do Povo da Piedade, Ribeirinha e Santo Amaro**, esta última, em terreno doado no passado dia 19 de Novembro, para serviço da Casa do Povo e Junta de Freguesia e instalação de um espaço **museológico em memória da família Costa**. Mas neste campo de actividade social do Governo, é de salientar a grande ajuda financeira, prestada aos nossos conterrâneos mais carenciados, pela **implementação no Pico do "Rendimento Mínimo Garantido"**.

- Quanto aos equipamentos de índole turístico-cultural, confiamos no Governo para que os **museus da ilha** sejam dotados das **obras de ampliação ou conclusão** que necessitam, a par duma **nova orgânica funcional** que tenha em conta a realidade tripular da geografia Político-Administrativa da ilha, contendo a definição correcta da autonomia científico-cultural de cada um: Museu dos Baleeiros, Museu da Indústria Baleeira e Museu do Vinho. Desejamos também que a obra de **recuperação (tectos e edifício) do Convento da Vila de S. Roque**, se inicie em breve, **conforme prometeu o Sr. Secretário da Educação**.

- Na área da Saúde, o Pico tem-se visto enredado numa teia de conflitos e interesses, movida por agentes estranhos à ilha e que nos prejudicam sobremaneira, atentando contra a nossa dignidade e provocando alguma carência na assistência à doença, o que é por demais sentido pelas nossas gentes. Este Governo, numa atitude positiva, que nos apraz registar, entendeu implementar uma **Comissão Coordenadora da Saúde na ilha**, para a qual já se encontra nomeado o seu Presidente — Dr. Ivo Soares. É um primeiro passo, mas os picarotos anseiam pela sua mais que legítima emancipação. Conforme prometeu nesta Assembleia, **continuamos a confiar no Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais e no seu empenhamento para que se prossiga na busca de condições técnicas que possibilitem os nascimentos na ilha, em segurança**. Clama-se no Pico há muito por este direito e, nesta Assembleia,

sempre o temos reivindicado vezes sem conta. Pedimos que o Governo **procure solucionar** esta justa reivindicação picarota. No que respeita aos **doentes do Pico, poderem vir a fazer os seus tratamentos de hemodiálise peritonial na sua ilha,** também **temos a promessa do Sr. Secretário da tutela** de que o mesmo **será implementado,** com a criação das necessárias condições técnicas, **depois da aprovação do novo Estatuto do Serviço Regional de Saúde.** Continuamos a esperar por um melhor acesso, na ilha ou nos Hospitais Regionais, a consultas de especialidade, reconhecendo-se que neste último — saída em busca e continuação de acompanhamento de situações clínicas de longa duração — **muitas injustiças foram sanadas** por este Governo. Questionamo-nos sobre a necessidade, a curto prazo, da criação de uma nova orgânica regional dos estabelecimentos de saúde da Região, que viesse a permitir que equipamentos de saúde como o do Centro de Saúde de São Roque, fossem melhor rentabilizados com o **apetrechamento humano e em meios técnicos,** para activar, por exemplo, o bloco operatório **de média cirurgia.** Reclama-se agora, com o que estamos de acordo, que ao serem criadas novas perspectivas no âmbito da Protecção Civil, que a necessidade sentida da falta de um **Heliporto, nas Lajes** para servir o povo da costa sul e **outro** que servisse toda a população da **costa norte da ilha,** este perfeitamente exequível na **zona circundante do Centro de Saúde de S. Roque do Pico,** com a eventual colaboração das Autarquias. Sei que o **Sr. Secretário da tutela do Serviço Regional de Protecção Civil terá em boa nota esta justa pretensão.**

- A prometida e há muito esperada **repavimentação, nos próximos três anos, de toda a estrada regional da ilha,** é para cumprir e será a concretização de mais uma velha aspiração picarota.

- É necessário que a **Secretaria da Economia em conjunto com as autarquias** e tendo em conta os Planos de Ordenamento Municipais, em fase de conclusão, encontre uma plataforma de acordo com a EDA, que passará pela eventual disponibilização de algumas verbas, mas que se possa exigir daquela empresa, a **rápida electrificação das zonas habitacionais,** como tal definidas naqueles **documentos de gestão urbanística dos três municípios** da ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açorianos conviveram corajosamente com as calamidades naturais que nos atingiram implacavelmente nos últimos meses.

As sucessivas ondas e movimentos de solidariedade que as mesmas motivaram, vindas das mais altas instâncias nacionais, das comunidades da nossa diáspora ou das nossas ilhas, devem ser entendidas como incentivo para que se redobrem esforços e recursos, com vista à rápida normalização das condições de vida das populações infelizmente afectadas pelas intempéries.

O Governo, como é sua obrigação, tem acompanhado no terreno e no dia-a-dia as populações sinistradas e tomou, em tempo útil, as medidas que se impunham, o que sendo uma decorrência natural do exercício da função governativa, merece o nosso comovido e sentido reconhecimento, pela sensibilidade e pelo espírito humanitário e cristão que demonstrou.

Fica aqui este pequeno registo, fazendo-me eco do sentir dos meus concidadãos picarotos, nessas horas e dias de profunda amargura.

As calamidades naturais, Srs. Deputados, não sendo previsíveis no momento, podem e devem contudo ser devidamente equacionadas e ponderadas as suas causas, de molde a que os seus efeitos devastadores, possam ser minorados.

Dando cumprimento ao compromisso eleitoral dos Deputados do PS do Pico, designadamente quando prometemos "decidir sobre a melhor solução para a protecção da Orla Marítima das Lajes do Pico, tendo em conta a segurança de pessoas e bens", este Governo abriu concurso para o "estudo do impacte ambiental" daquele empreendimento da Vila Sul do Pico. Nessa sequência, a Direcção Regional do Ambiente irá promover em breve, **nas Lajes do Pico, a reunião da Comissão de Análise** das propostas sobre aquele estudo imprescindível, "com vista ao posterior **lançamento do concurso para a realização da obra**" de protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes do Pico, conforme deliberação do Conselho do Governo de 28 de Junho.

Estamos certos que **este Governo e o seu Presidente, como prometeu**, tudo fará para que essa obra seja uma realidade até ao fim do seu mandato. Os Picarotos e os Lajenses em particular assim o esperam e **não temos dúvidas que o Governo o vai cumprir.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Esperamos que os Srs. Deputados das outras bancadas, numa postura responsável que só dignifica a nossa nobre missão parlamentar e depois da necessária discussão, aberta e construtiva, venham a aprovar os Planos ora em apreciação nesta Assembleia.

Com essa atitude positiva, ficarão salvaguardados os superiores interesses do povo que nos elegeu e que aqui representamos e, por outro lado, o Governo estará então habilitado com os instrumentos políticos adequados, para levar por diante a tarefa que o eleitorado açoriano lhe exige: **Governar com eficácia em prol de todos os Açorianos.**

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando a 23 de Maio do corrente ano, há exactamente seis meses, aqui proferi aquilo que então considerei ser o inventário das obras dos anteriores Governos em relação à Ilha Terceira, dizia acreditar sinceramente que o VII Governo Regional, da responsabilidade do Partido Socialista, iria ter um comportamento substancialmente diferente na forma de executar os Planos por ele elaborados e aprovados por esta Assembleia.

A primeira prova de que tal previsão era acertada, aí está no trabalho já executado, e a ser executado, em cumprimento do Plano aprovado para o ano de 1997.

Apesar de por vezes assoberbado com o excesso de trabalho e preocupações que as intempéries que se abateram sobre os Açores trouxeram, este Governo soube, ao longo do curto espaço de tempo de que dispôs, ir pondo em execução o Plano em causa, nomeadamente no que respeita à Ilha Terceira, onde nalguns aspectos o avanço poderá ter sido condicionado pela nefasta atitude dos Partidos da Oposição

em não aprovarem o anterior PMP. Esperamos sinceramente que tal erro não se repita.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes PMP e Plano para 1998 são uns bons Planos para a Ilha Terceira. Com a sua realização, aquela ilha verá definitivamente resolvidos os principais problemas e carências com que desde há muito se debate.

A tão estafada estrada Lajes/Santa Bárbara está avançando em bom ritmo e essencialmente numa forma que honra quem a executa. Está sendo "bem feita". As duas frentes de trabalho existentes representaram uma boa opção, demonstrativa da vontade existente de concluí-la no mais curto espaço de tempo.

A verba de 3.030 mil contos destinada à abertura de novas estradas, das quais sobressai o 4º e 5º troços de ligação ao Porto da Praia, bem como à repavimentação de várias delas mais degradadas, embora não resolva todos os problemas relacionados com estradas na Ilha Terceira, coloca-a nesse aspecto em estado bastante aceitável no final do ano 2000.

A forma como o Turismo começa a ser tratado, com a inclusão da verba de 1.000.556 contos, dos quais 450 mil se destinam ao reordenamento da Baía de Angra, em boa hora concebido, os 615 mil contos para apoio ao investimento privado e a garantia já dada pelo Presidente do Governo de que nenhuma obra de hotelaria ficará por realizar por falta de verbas, são passos significativos para que o Turismo comece a ter outras perspectivas numa ilha que tão carecida está de avançar neste sentido.

Os 450 mil contos destinados ao Terminal de Carga da Aerogare das Lajes e a reabilitação do Parque de estacionamento junto àquela Aerogare, vão melhorar significativamente aquele espaço, por onde entram anualmente milhares de visitantes.

Em relação à **transformação e comercialização dos produtos**, com a atribuição de 2.246.192 contos, dos quais 1.588 mil contos se destinam à construção do Matadouro Industrial da Ilha Terceira (o que significa um reforço de quase 700 mil contos em relação ao PMP anterior), e onde também está incluída a verba para a construção do novo Mercado de Gado, já iniciado, parece-nos ser um indicativo da boa qualidade dos Planos em discussão, porque cumpridores de promessas feitas e não esquecidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área da agricultura, gostaria de salientar a aceitação por parte do Governo de estender a rede de abastecimento de água para o gado do Perímetro Cume-Agualva à freguesia da Fonte do Bastardo, bem como a deliberação de elaborar projectos para caminhos e abastecimento de água em todos os quatro perímetros da ilha e não apenas num só, satisfazendo assim as pretensões duma grande quantidade de lavradores que se sentiam considerados de 2ª e alguns até de 3ª "de facto".

Nesta área, a Ilha Terceira ficou também enriquecida com a Delegação do IFADAP recentemente inaugurada, bem como as Associações beneficiadas com a atribuição definitiva dos bens do IACAPS, promessas que este Governo já cumpriu.

No campo da saúde, existem 850 mil contos para a construção do Centro de Saúde da Praia da Vitória, 875 mil contos para a Remodelação e Ampliação do Hospital de Angra, bem como 480 mil contos para o seu apetrechamento, o que significa não esquecer que aquela obra tem de ser feita, como também reconhecer as necessidades de que o Hospital de Angra está carecido.

Em relação ao Sistema de Solidariedade Social a verba de 527 mil contos é significativa, com a particularidade de já ter sido homologado o acordo de investimento com a Santa Casa da Misericórdia de Angra, para a construção de um Centro Geriátrico e da remodelação do Lar de Idosos daquela instituição.

Para a valorização do Património existe para a Ilha Terceira a verba de 1.476 mil contos no PMP, da qual, 500 mil contos se destinam às novas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo e 170 mil contos para o Museu de Angra. Nesta rubrica, a Protecção e valorização de **Angra Património Mundial** conta com 240 mil contos, reveladores dos cuidados com que é tratada aquela pérola do atlântico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Merece-nos especial realce os 3.036.261 contos para o desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais, dos quais 1.600 mil contos se destinam à construção da E.B. 2,3 + E. Artístico de Angra do Heroísmo (o que significa um reforço de 400 mil contos para esta obra em relação ao PMP anterior), 150 mil contos para equipamentos na Escola Vitorino Nemésio, 380 mil contos para Reparação e Ampliação que há muito se impunha na Escola E.B. 2,3 Francisco Ornelas da Câmara (verba esta

também reforçada em 160 mil contos em relação ao PMP anterior), 190 mil contos para a Escola de Educação Especial e a importante soma de 391.261 contos para Cooperação financeira com as Autarquias. Neste aspecto, o Governo já disponibilizou recentemente às Câmaras da Ilha Terceira os meios necessários à recuperação dos edifícios do primeiro ciclo do ensino básico que se encontrem em elevado grau de degradação.

Para o apoio a estruturas de pequenos portos de pesca, foi disponibilizada a verba de 62.500 contos destinada aos portos de S. Mateus e Biscoitos, constituindo este uma reivindicação ancestral daquela freguesia.

Um marco de interesse económico vital para aquela ilha, prende-se com a finalização do Porto de Pescas da Praia da Vitória, para o qual está incluída a verba de 1.350 mil contos e a sua conclusão definitiva prevista para 1999.

O Governo Regional também disponibilizou a verba de 100 mil contos à AGESPI para o arranque do tão retardado Parque Industrial.

Como já referimos, a construção do Matadouro Industrial é também uma das obras de realce neste PMP, e faz parte deste conjunto de acções em que assentam essencialmente as maiores esperanças dos Terceirenses no que respeita ao seu desenvolvimento económico no futuro:

Com o Parque Industrial a funcionar, tanques de combustível na área Portuária, dragagem de fundos a Cota-6, estação elevatória de barcos operacional, Cais acostável para barcos de pesca de pequena dimensão, Armazéns e casas de aprestos executados, lota funcionando em pleno com sistema de frio implementado, porto de pesca finalmente concluído, 5º troço estabelecendo a ligação final à via-rápida, rede de estradas concluídas estabelecendo a ligação tão desejada à cidade da Praia da Vitória e com um aeroporto como o das Lajes ali ao lado, só ficará faltando o devido equipamento do porto comercial, para que no ano 2000 existam as condições necessárias para o desenvolvimento e progresso que a Praia da Vitória e a Ilha Terceira merecem, com a necessária criação de postos de trabalho de que tanto carecemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós não abdicamos dum rebocador em condições naquele porto. Todos sabemos a falta que ele ali faz. Não podemos prescindir dele. Se por qualquer acaso não for americano, que seja inglês, ou francês, ou italiano; o que interessa é que ele lá seja colocado. Está de facto fazendo muita falta naquele porto. Até poderá servir para rebocar algum iate para a Marina de Angra. Fica ali à mão... Não podemos é prescindir dele. Esse negócio dos Paquetes passando ao largo, já deu o que tinha a dar. Hoje, todos percebem a diferença que isso representa.

Essa falta faz-se sentir no turismo, no artesanato, no comércio, na restauração e hotelaria, nos transportes, e em tantas outras coisas que um paquete carregado de turistas possa movimentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os especialistas já trataram dos vários programas destes Planos, desenvolvendo-os.

Eu estou tratando os temas da minha ilha duma forma genérica. Por isso, não posso finalizar sem falar na habitação, um tema por excelência tão querido dos socialistas, pois após a "fome mitigada" com o rendimento mínimo garantido, importa abrigar o corpo.

A habitação, tal como o emprego, está no centro das atenções dos açorianos, e neste caso particular, dos terceirenses.

Não resisto à tentação de aqui vos contar o último caso para que fui procurado: um casal de jovens namorados, de tez matizada pelo sofrimento, na ânsia desesperada da procura dum emprego fixo que lhes possibilitasse poderem adquirir uma casa, que lhes permitisse realizarem o seu sonho que tarda: poderem casar! O seu sentido de responsabilidade assim o exigia.

São as famílias mais carenciadas, mas também os jovens, aqueles que mais necessitam de apoio para adquirirem a sua habitação.

Por isso, tocou bem fundo o Coração dos terceirenses a solução do problemático bairro da Carreirinha com a distribuição já efectuada dos 56 lotes, que muita gente já desesperava de adquirir, dado ser um assunto que se arrastava desde há muito.

Neste Plano a Médio Prazo, no que concerne à verba destinada à Terceira para a habitação a quantia é de 1.459.444 contos, existindo ainda a verba não desagregada de 3.677.000 contos para acudir onde for mais necessária.

Neste programa sobressai 1.044.944 contos para construção e aquisição de habitação própria e 414.500 contos para a recuperação de habitação e realojamento. Isto, aliado ao esforço realizado para possibilitar a compra e reparação de casas através do INH, permite às Câmaras Municipais erradicarem barracas com a urgência a que tal se dedicarem.

As condições estão assim criadas para que na Terceira o parque habitacional esteja substancialmente diferente daqui a 3 anos.

É também necessário que em complemento deste esforço do Governo, as Câmaras Municipais se empenhem por cumprir a parte que lhes cabe nesta matéria, com a celeridade que um tema de tamanha importância exige.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Depois da aprovação destes Planos e da sua total execução, com um sistema de financiamento adequado e naturalmente melhores condições para governar, os terceirenses irão ser mais exigentes em relação às suas pretensões para o próximo PMP.

Que vá o Governo Socialista pensando nisso, porque terá de certeza a responsabilidade de o elaborar e esperamos sinceramente que os elementos naturais retornem à sua normalidade, para que as exigências também possam fazer sentido.

Nesta data, e com as actuais condições, estes são bons Planos para a Ilha Terceira tendo em conta a sua inserção no todo Regional.

Merecem por isso a nossa aprovação.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Neste momento não há mais inscrições na Mesa, e se não houver mais nenhuma vamos dar por encerrado o debate destes três documentos e passo a anunciar os tempos que os partidos ainda dispõem para as declarações de voto na votação que irá seguir-se às 21.30 horas.

Governo: 2 minutos e 50 segundos

PS: 6 minutos e 50 segundos

PSD: 14 minutos

PP: 23 minutos e 55 segundos

PCP: 20 minutos e 40 segundos.

Como estava previsto, deu entrada na Mesa até ao termo do debate, algumas propostas de alteração apresentadas pelo PP, que creio que já foram distribuídas pelos Srs. Deputados, e há poucos minutos deram também entrada algumas propostas apresentadas pelo PS que já mandei fotocopiar e dentro de momentos serão distribuídas pelos Srs. Deputados.

Vamos interromper os nossos trabalhos, mas antes disso anuncio que necessito de fazer uma reunião de conferência de líderes para acertar pormenores em relação à votação.

Portanto, pedia que os membros da conferência de líderes estivessem na Sala da Mesa dentro de um quarto de hora.

Vamos suspender os nossos trabalhos e retomá-los-emos às 18.30 para as intervenções finais.

Até já.

(Eram 17.15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18.30 horas)

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, tendo em conta o resultado da nossa conferência de imprensa...

Presidente: Conferência de líderes.

O Orador: ... conferência de líderes — e também da conferência de imprensa, porque se calhar a conferência de imprensa é que influenciou a conferência de líderes — ao abrigo das disposições regimentais, Sr. Presidente, o Partido Popular pede um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Está concedido o intervalo.

Voltamos dentro 30 minutos para as intervenções finais.

(Eram 18.32 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos com as declarações finais.

(Eram 19.00 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está no fim o debate sobre o Plano e Orçamento de 98 e sobre o Plano de Médio Prazo.

Pode dizer-se que este debate, tendo sido sectorialmente vivo, teve diferenças em relação ao último debate aqui havido sobre estas matérias.

De facto, tendo-se sabido antes do início do próprio debate, que os documentos anuais iriam ser viabilizados, a questão imediata da estabilidade política deixou de estar subjacente ao próprio debate.

Mas, no plano político regional, a situação de enquadramento em que se realizou este debate assume um significado bem mais largo.

Concretamente esta sessão parlamentar demonstrou que, sem maiorias absolutas, nem acordos bi-partidários formais, a estabilidade do Governo Regional só estará dependente da vontade de um único partido ou se o Governo quiser fazer a política desse partido, ou se os restantes partidos quiserem abrir uma crise política.

O facto do PSD ter, na passada 3ª feira, declarado que viabilizaria pela abstenção o Plano e Orçamento de 98 veio colocar as seguintes questões:

a) Os votos do PP deixaram de ser indispensáveis para a aprovação destes documentos.

b) As propostas e a política do PP só serão aprovadas pelo PS se e só se essas propostas corresponderem à política que o PS quer fazer.

c) Se o PS e o Governo aceitassem estas propostas do PP, estariam a dizer que queriam governar sob a orientação do PP, tal como o líder desse partido apresentou na RTP no passado dia 22.

Pelo exposto pode concluir-se que estamos num momento politicamente clarificador. As votações que se realizarão hoje aqui constituirão porventura o momento de maior clarificação das posições governamentais desde que este Governo tomou posse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O debate dos Planos e do Orçamento foram também feitos com um outro enquadramento.

De facto, a Lei de Finanças Regionais foi discutida nas últimas semanas e foi evidente o reflexo daquilo que foi consagrado nessa lei no enquadramento deste debate.

O anúncio feito pelo PP de que iria, ao abrigo do já disposto na parte fiscal da Lei de Finanças Regionais, propor uma redução na Região no IRS e no IRC, levantou, a nosso ver de forma inadequada, a questão da adaptação fiscal à vida regional.

A pressa do PP em enveredar por este caminho, só têm justificação possível na pretensão sempre expressa neste mandato por esse partido, de desarticular e diminuir drasticamente o número de funcionários públicos regionais.

Para o PCP/Açores é necessário e mesmo urgente vir a adaptar-se o sistema fiscal à realidade regional. Acontece porém que as reduções fiscais feitas no quadro da futura Lei de Finanças Regionais, afectam directamente as receitas regionais, o que num orçamento com déficit corrente implica a necessidade de diminuir despesas correntes. Por sua vez, a diminuição das despesas correntes, em termos significativos, implica que as despesas com pessoal teriam que ser menores, ou seja implicaria piores serviços de saúde, do ensino e de outras áreas em todas as ilhas.

Dentro desta cadeia sucessiva de efeitos a diminuição do número de funcionários públicos teria um impacto social gravíssimo porque, não só aumentaria o desemprego, como fecharia vagas em termos de futuro. A parte que viesse a ser reabsorvida pelo sector privado, que se propõe substituir serviços hoje do sector

público administrativo, sê-lo-ia com contratos precários e com vencimentos mais baixos.

Assim, para o PCP/Açores as adaptações fiscais que se vierem a fazer terão, antes, que ser estudadas, cuidadosamente, com recurso a especialistas e em diálogo com os parceiros sociais e partidos políticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Durante este debate levantei diversos problemas da Ilha das Flores — o círculo eleitoral que me elegeu.

Na presente intervenção quero reafirmar que:

— É indispensável ser terminada a obra do Porto das Flores, incluindo parques, instalações para os diversos serviços de modo a que aquela infraestrutura possa funcionar plenamente;

— É muito urgente proceder-se à iluminação da pista do aeroporto;

— É absolutamente necessário que o projecto de cabo submarino de fibra óptica também inclua as Flores;

— É urgente e indispensável que os florentinos possam ter acesso à televisão em igualdade de circunstâncias com aqueles que habitam em São Miguel, Terceira e Faial;

— É urgente que se conclua a estrada da volta da ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A nossa posição principal neste debate foi uma posição viabilizadora dos documentos.

Entendemos dever viabilizar o Plano Anual porque, embora tenhamos diferenças de opinião, pensamos que o Plano corresponde a uma perspectiva minimamente equilibrada de investimento público.

Na votação dos programas na especialidade marcaremos as nossas posições. Na generalidade votaremos a favor do Plano 98.

Quanto ao Orçamento para 98, só podemos contribuir para a sua aprovação no caso do partido do Governo reprovar as propostas do PP, porque se as aprovasse, teríamos um Orçamento aventureiro destinado a satisfazer a vontade do PP em despedir funcionários públicos.

No que respeita ao PMP, votaremos, tal como em Maio passado, a favor, porque pensamos que é importante existir esse instrumento.

O PCP/Açores gostaria no entanto de deixar uma declaração final muito clara.

Este Governo governa há pouco mais de um ano e enfrentou, certamente várias dificuldades. As mudanças de política foram como se sabe poucas.

Agora que já há Lei de Finanças Regionais e que o Governo já conhece a Administração é exigível que se comecem a notar as modificações.

Esperamos sinceramente que o Orçamento e Plano para 99 já reflectam essas diferenças.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje a discutir os documentos PMP 1997-2000, Plano 1998 e Orçamento 1998.

O Partido Popular tinha dito, aquando da discussão do Plano e Orçamento 1997, que seria muito mais exigente na análise dos documentos para 1998.

Encontramo-nos, portanto, aqui para defender as nossas posições e ideias assim como os compromissos que assumimos perante o nosso eleitorado.

O Partido Popular acha que se criou na Região um modelo de governação centralizada, despesista e interventora.

Este modelo, de exclusiva responsabilidade do PSD, teve como efeito a criação de dependências que levou esta Região a ser uma das mais pobres do País e da Europa.

Estamos agora no período de gestão de um Governo Socialista. O PP sempre achou que não era justo julgar o actual Governo Regional à luz do ano de 1997, na medida em que, sendo um ano de transição, tinha que haver um período experimental.

Acresce ainda o facto de o anterior Governo ter assumido compromissos que derramaram para 1997, comprometendo, irremediavelmente, o espaço de manobra do actual Governo.

Para 1998 estamos condicionados pela expectativa que deriva do facto de estar em discussão, na Assembleia da República, a Lei das Finanças Regionais, chamada agora Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Não temos dúvidas, ela será aprovada.

Da análise dos documentos PMP 1997-2000, Plano 1998 e Orçamento 1998, sem embargo de uma melhoria substancial da sua apresentação, constatamos a mesma lógica que a do tempo do PSD. Aumenta a despesa pública, mantêm-se os princípios do investimento público como motor de economia, e as reformas não são referenciadas.

Porque se não vejamos:

A despesa pública total aumenta 5,62% em 1998, mas o investimento público (ou seja o Plano) só aumenta 0,92%.

Se analisarmos com algum cuidado a evolução da despesa, o quadro piora. As despesas correntes aumentam 7,62% e retirarmos os custos relacionados com a dívida, então a despesa corrente aumenta 11,7%.

Conclusão: a despesa sobe acima da inflação, perpetuando o modelo dos Governos anteriores do PSD e o investimento não aumenta em termos reais penalizando por essa via os apoios necessários à actividade económica.

Quanto ao Plano a Médio Prazo achamos que se comete um erro estratégico de orientação. A análise deste documento não pode deixar de ser feita à luz da futura implementação da Lei das Finanças Regionais.

O Governo admite, e muito bem, que a Lei das Finanças Regionais condiciona o PMP 1997-2000, só que perspectiva apenas o impacto de dois dos três aspectos fundamentais da futura lei. É isto que nos preocupa. As transferências da OGE para a Região, assim como a progressiva diminuição da dívida estão referidos no documento, **todavia o aspecto fiscal não está contemplado no Plano.**

Ao não introduzir a componente dos impostos o Governo dá uma indicação de que a política fiscal é menos importante que a dívida e as transferências do OGE. **Nós não estamos de acordo**, porque só faz sentido termos finanças públicas regionais sãs e reduzir a dívida se tal tiver impacto na competitividade do tecido económico Regional.

Ora, dado o atraso estrutural, acrescido da debilidade das empresas e empresários açorianos é fundamental criar um catalisador para relançarmos a nossa Economia Regional. O Partido Popular **não acredita** que o motor do crescimento económico deva ser o investimento público, além de que os factos têm provado que temos razão. Se aproveitarmos a oportunidade que resulta da baixa estrutural das taxas de juro e a conjugarmos com uma rápida redução dos impostos directos, conseguiremos criar as bases fundamentais para o relançamento da nossa economia e iniciarmos um período de prosperidade sustentada.

O uso dos efectivos poderes tributários da Lei de Finanças das Regiões Autónomas permite fazer escolhas políticas de fundo, tomar medidas fiscais com reflexos palpáveis na actividade económica, confiar no sector privado boa parte do desenvolvimento da Região e ao Parlamento, assumir responsabilidades políticas próprias.

Tendo em conta o exposto o Partido Popular decidiu fazer um conjunto de propostas (seis) que alteram substancialmente a orientação dos documentos sem, todavia, os descaracterizar.

Essas propostas versam, todas sobre a mesma temática: a redução dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas, ou seja, o IRS e o IRC.

Por contrapartida da redução das receitas da Região, o Partido Popular propõe uma redução da despesa pública corrente.

O impacto dessa redução será de 1,9 milhões de contos, correspondendo a uma diminuição do Orçamento de 1998 de 1,2%. Mesmo assim, o total da Proposta do Orçamento aumentará, relativamente a 1997, cerca de 4,3%. Ou seja, propomos que a despesa cresça mais devagar, para beneficiar as populações e as empresas dos Açores.

A redução de 1,9 milhões de contos corresponde a uma descida das receitas provenientes do IRS no montante de 1,65 milhões de contos e de 250 mil contos no IRC. Consegue-se esta redução sem afectar um único posto de trabalho da função pública.

Além das propostas referidas, o Partido Popular propõe também que se institua um regime de **aposentação voluntária** que permitirá a prazo aliviar a despesa pública

Regional, transferindo essa responsabilidade para o Governo da República. Essa proposta, aliás, já tinha sido aprovado nesta Assembleia para o Orçamento de 1997. Parecem-nos sãs e boas propostas.

- Garante-se assim a compensação a todos os açorianos do custo de insularidade (para todos e não para alguns).

- Garantimos um aumento de competitividade das empresas regionais, que bem necessitam.

- Garante-se o aumento do investimento externo.

- Garante-se também, por via do ponto anterior, o aumento do emprego sustentado.

Conseguem-se aplicar todas estas medidas, se houver vontade política, através da contenção do crescimento da despesa pública, sem afectar o bem estar dos quadros da função pública.

Estas medidas estão em coerência com os princípios que defendemos e são boas para os Açores e os açorianos.

Esperamos que impere o bom senso nesta Assembleia, no sentido de permitir a sua aprovação.

O Partido Popular mantém a sua postura de oposição construtiva para bem dos Açores.

Se virmos as nossas propostas aprovadas daremos o nosso acordo aos documentos apresentados. Senão as virmos aprovadas, então votaremos contra.

O Povo será o juiz da conduta de cada um dos partidos com assento nesta Assembleia.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O debate do Plano e Orçamento para 1998 e do Plano de Médio Prazo realizou-se com um registo histórico que é sempre bom lembrar.

Há cerca de um ano o PP rescreveu, negociou e aprovou o Programa de Governo.

Há pouco menos de um ano o PP negociou, propôs e aprovou o Plano e Orçamento para 1997.

O Governo teve no PP um parceiro de colaboração activa, sendo às vezes verdadeiros deputados rebeldes do PS e outras vezes uma facção de direita do Grupo Parlamentar Socialista.

Há uma auto-denominada direita que cresceu no interior de uma velha e descaracterizada esquerda.

É uma aliança explosiva, também concebida contra o passado do PSD, onde pontifica a suposta pesada herança que serve para o actual Governo inaugurar garbosamente muitas obras dos governos do PSD.

O PS e o PP esgrimem a reivindicação de medidas e o paternalismo de ideias. Disputam os benefícios das consequências.

Dizem que o PP propõe e que o Governo cumpre.

Confirma-se a aliança e sugere-se que uns têm ideias e outros apenas as cumprem humildemente.

A grande preocupação do Governo é não ter que concretizar aquilo que o seu grupo parlamentar não vota.

Mas é apenas uma força aparente, onde as convicções perdem a alma, porque aceitaram aquilo que não queriam.

As alterações ao orçamento de 1997, impostas pelo PP, foram a evidência do frágil estatuto parlamentar do Governo do PS e da faminta vontade do PP em participar na acção governativa.

Como se vê o PSD não concorre com outros partidos para apoiar este Governo, antes assistiu à tentativa do PP ser Governo uns dias e oposição noutros.

Ao contrário de outros, nós não fazemos uma oposição sectorial ao actual executivo, opomo-nos globalmente.

Ao contrário de outros, não queremos impor o programa social democrata ao Governo Socialista.

Ao invés de outros, a nossa opção política não contempla negociações e nunca admitirá negociatas.

Ao invés de outros, o plano estratégico do Governo não passa a ser bom, porque lhe introduzimos apenas algumas alterações. Foi assim até agora, veremos no futuro.

Em política parlamentar o voto tem um significado político que pode ou não significar um juízo de valor sobre os documentos.

Face a estratégias globais isso é admissível e justificável e é prática corrente em qualquer parlamento.

O PSD demonstrou neste debate porque é que se opõe à estratégia de desenvolvimento do Governo Socialista.

Excepção feita a alguns aspectos técnicos, que não são politicamente relevantes e a algumas opções mais correctas, o PMP agora apresentado é pior do que a última versão então reprovada no Parlamento.

Os sectores produtivos são, com menos 3 milhões e 300 mil contos do que no Plano de Médio Prazo anterior, o verdadeiro "parente pobre" da estratégia socialista.

Prescinde-se de dar verdadeiras indicações aos agentes privados, como por exemplo no turismo.

O discurso está armadilhado para culpar os privados do insucesso governativo.

Dos prometidos 40 milhões para a agricultura já só temos 26 milhões.

A Federação Agrícola dos Açores conclui, e cito que "... o Plano é um bom documento de intenções mas, vago e omissos em áreas chave para o sector e sem a dotação financeira necessária".

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores questiona "... a boa fé do processo de mudança que se pretende implementar" e dita a seguinte sentença que passo a citar: " Num quadro excepcionalmente favorável, que resulta das oportunidades conjugadas pela resolução da Dívida Pública Regional e pela esperada aprovação da Lei de Finanças Regionais, seria de esperar muito mais e melhor."

Não é só o PSD que o diz, é a sociedade civil que o afirma, criticando clara e frontalmente a política deste Governo.

Onde está, para esse efeito, o diálogo com estes representantes?

A conclusão é simples, o diálogo para este Governo é uma nova burocracia democrática.

O Governo faz de conta que os problemas que não resolveu não existem, não têm importância, não merecem explicação.

Há claramente uma novidade: grandes acções de marketing e relações públicas. Promove-se tudo, divulga-se tudo, o que não é da sua autoria, o que não se fez, o que ainda não está feito.

O executivo está fiado na conjuntura, encantado com as facilidades e talvez por isso seja apologético nas soluções.

A Lei de Finanças Regionais permitirá uma reforma fiscal, que só pode levar à diminuição dos impostos e nunca ao seu aumento, como displicentemente questionou o PP na sua agonia de protagonismo.

Para o Governo a maior parte das propostas ou sugestões da oposição quando são boas não são novas e quando são novas não são boas.

Foi o caso do subsídio de insularidade e do acréscimo ao salário mínimo nacional na Região.

É o princípio de que para o executivo o Parlamento é dispensável.

O Presidente do Governo foi claro: "qualquer açoriano ou partido político, face à oportunidade proporcionada pela Lei de Finanças Regionais, baixaria os impostos". Estamos de acordo.

De resto a própria Lei o prevê objectivamente e foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, sem que para isso tivesse qualquer protagonista especial.

Se qualquer partido político pensa assim, então é da mais elementar justiça admitir que qualquer governo o faria.

Mas nem todos os governos aceitariam uma Reforma Fiscal sem um debate prévio, profundo e alargado, precipitadamente e, muito menos, sob chantagem política.

O Governo saberá se quer ser um mero espelho das chantagens políticas do PP.

Seja como for a mensagem do PSD perpassa qualquer estratégia parlamentar — somos a favor da redução dos impostos.

Como dissemos antes de conhecer qualquer proposta concreta, defendemos que o IRC deve baixar até ao limite previsto na Lei de Finanças Regionais, que é de 30%.

O IRS deve baixar em função dos custos de insularidade, devendo por isso aguardar os estudos em curso nos grupos de trabalho constituídos para o efeito.

Acresce a isso, a imprescindível dedução à colecta dos lucros reinvestidos em aumentos de capital da própria empresa e das empresas do mesmo grupo económico.

Qualquer reforma fiscal ou compromisso político que ficar aquém deste patamar, peca por pouco.

Qualquer reforma fiscal ou compromisso político que ao nível do IRS, ignore um estudo prévio corre o risco de ser irresponsável.

A proposta do PP é insuficiente quanto ao IRC, descuidada quanto ao IRS e omissa quanto à dedução à colecta.

A Lei de Finanças Regionais abre novas perspectivas de desenvolvimento para os Açores, que este Governo não sabe, nem se prepara para aproveitar em toda a linha.

É uma boa oportunidade, mas infelizmente apanha um Governo impreparado, que fará o que qualquer governo faria, mas não o que um bom governo saberia fazer.

O desequilíbrio da estratégia de desenvolvimento sugerida é patente na secundarização do sector produtivo face às infraestruturas e aos sectores sociais. Qual "novo rico", com a vida financeiramente facilitada, o Governo conduz a Região para um endividamento injustificado e não proporciona um crescimento sustentado.

O betão prevalece, o despesismo confirma-se e o eleitoralismo revela-se.

Em termos de concepção geral, é um Plano mais próximo do projecto do PC, mas que o PP, aceites algumas propostas, até gostaria de votar favoravelmente.

Não é o Plano de Médio Prazo do PSD.

Só com profundas alterações o seria, de tal forma que estaríamos face a um novo Plano de Médio Prazo.

Não é essa a nossa missão, muito menos quando este Governo se diz a governar bem sem um Plano de Médio Prazo e quando o líder do Governo, face à reprovação do anterior, desvalorizou a sua importância, embora depois utilize tal facto como desculpa.

Aliás, o próprio PP, pela voz do Deputado agora substituído, neste "baile de gala parlamentar", pelo líder dos populares, em debate televisivo, concluiu, face às explicações do PS, pela inutilidade dos Planos de Médio Prazo, apelidando-os de verdadeiros planos quinquenais da ex-União Soviética, e agora o seu partido pretende centrar o debate no Orçamento.

Eis pois as razões porque o PSD, em qualquer circunstância, votará contra o Plano de Médio Prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O debate que agora termina foi monopolizado pelo PSD e pelo Governo.

As nossas divergências ficaram claras, não somos uma oposição de cosmética, mas programática; não criticamos por capricho de oposição, mas porque julgamos ter razão.

O PSD não é um partido radical, nem procura satisfazer clientelas de grupo ou interesses de um só concelho ou de uma única ilha.

Para nós todos contam e são importantes.

Os açorianos é que mandam.

Nas eleições regionais, o Partido Socialista foi mandatado para governar.

Deve ver aprovados os documentos estratégicos indispensáveis, como são o Plano e Orçamento para 1998.

O PSD não está faminto de poder.

Em princípio os Governos são de legislatura.

Preferimos voltar ao poder pelo voto livre e democrático do nosso povo.

Este Governo, que tem uma vasta política de desculpas, não pode ganhar a grande desculpa — a de não ter um Plano e Orçamento para governar.

Como todos os Governos, este tem que ir a exame para que possa "chumar".

Com esta posição, clarificamos o quadro político parlamentar. Ou o Governo entende que o seu projecto serve os açorianos e não aceita que lhe alterem o essencial da estratégia, ou se o aceitar então é porque precisa da suposta mais valia dos outros.

Não falo de meras alterações, mas sim das que foram anunciadas para modificar radicalmente a estratégia do executivo.

Hoje assistimos a um momento marcante — ou o Governo se coliga programaticamente ao PP ou se liberta da pressão parlamentar dos populares.

Para o PSD é absolutamente indiferente fazer oposição ao Governo do PS ou fazer oposição ao programa e à prática política do Governo e do PP.

O PSD não encara a votação destas propostas como uma moção de confiança ou uma moção de censura.

O PP é que o faz.

Para nós há outros mecanismos para fazer oposição — a moção de censura é o mais adequado para fazer cair um Governo.

Para o PSD, o executivo ou governa sem desculpas ou então deve cair.

Mas só cairá se o PSD o entender, sendo certo que o PS não votará contra si e o PP não é decisivo nesta opção.

É a política de verdade contra o cinzentismo dos que se apresentam como moralizadores da política açoriana.

Não temos medo de eleições, sejam elas autárquicas ou regionais antecipadas.

Somos responsáveis para não "brincar" à política e democratas para não desrespeitar o veredicto do povo.

O PS é que receia as eleições autárquicas ao ponto de confundir o PS com o Governo e o Governo com os candidatos do PS.

Mais um passo, apenas mais um passo, e este Governo candidata-se às próximas eleições autárquicas, fazendo delas uma segunda volta das eleições regionais.

Cá estaremos para tirar as devidas conclusões.

Não sabemos se este Governo é eleitoralista e mediatista por formação ou se, porque não confiante, teme e espera todos os dias eleições antecipadas.

Mas não há razões para alarmes — o PSD garante, face às dúvidas, a estabilidade governativa para 1998.

Estamos convencidos de que, a seu tempo, todos seremos julgados pelo povo.

Isso é sempre motivo de alegria, não de medo.

Já sabemos que um bom partido da oposição não fica 20 anos na oposição.

E sabemos que um mau Governo, só deve governar no máximo quatro anos.

Somos um partido que se renova e que trabalha para o futuro.

Ontem, como hoje, servimos os açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Chegámos ao momento final dos debates sobre os Planos e sobre o Orçamento.

Como sempre acontece, a Assembleia concentrou sobre si os olhares dos cidadãos, a atenção dos políticos e o interesse da Comunicação Social.

Para nós, deputados eleitos pelas nove ilhas, com mandato para representar todos os açorianos, os dias de debate sobre os Planos e Orçamento, continuam a constituir, porventura, o momento mais alto de cada ano parlamentar.

A circunstância do VII Governo Regional não deter a maioria nesta Câmara transforma estes actos num permanente desafio democrático, obriga a alterações de estratégia por parte de partidos, determina maiores responsabilidades para todos e estimula a participação política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi no rescaldo de um dos mais trágicos acontecimentos desde sempre vividos nos Açores e em vésperas de eleições autárquicas que nos chegaram os documentos que em breve iremos votar.

Se a segunda situação é hoje para nós absolutamente normal, a primeira, pela sua gravidade e consequências, sugere-nos uma primeira palavra de apreço dirigida a este Governo.

Na verdade, desde que o VII Governo tomou posse em finais do ano passado e até hoje, quase tudo já aconteceu, desde cheias e inundações, tempestades, derrocadas, sismos e outras desgraças e prejuízos que tão tristemente nos têm afectado.

Para o Grupo Parlamentar do PS, esta primeira palavra tem de ser efectivamente de apreço pela determinação e pelo empenho demonstrado pelo VII Governo perante tanta adversidade.

Neste aspecto, 1997 foi realmente um ano difícil que obrigou a alterações de planeamento, à concentração e dispêndio de extraordinários meios financeiros e à mobilização de todos os recursos disponíveis.

Neste final do ano e como é tradição da quadra que se aproxima faço desde já votos para que 1998 seja bem melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Porém e apesar de todas as vicissitudes, podemos afirmar com toda a segurança que o VII Governo dos Açores não defraudou as expectativas daqueles que votaram no PS e em nada desmereceu a confiança que nele tem o Grupo Parlamentar que politicamente o apoia.

Vive-se hoje nos Açores um clima de grande descompressão e liberdade, inaugurou-se uma nova forma de governar com as pessoas e para as pessoas, a administração regional ganha uma imagem de pessoa de bem e a Região Autónoma dos Açores afirma-se no contexto nacional e comunitário.

A continuidade da acção governativa tem sido assegurada, os compromissos anteriores foram assumidos honrando-se as obrigações, os parceiros sociais sentem confiança e a estabilidade social e política é um dado certo no nosso quotidiano.

Os factos comprovam-no e as estatísticas confirmam-no:

— O emprego aumentou, o desemprego baixou neste último ano e a população activa cresceu.

— A taxa de inflação desceu significativamente situando-se à volta de 1,3%, existe estabilidade nos preços e investe-se cada vez mais no sistema produtivo, quer seja por parte da iniciativa privada, quer seja por parte das autarquias e do próprio Governo.

Contudo, esta realidade não agrada a todos e não é reconhecida pela oposição.

Não deixa de ser curioso que não houve uma única intervenção da oposição, durante todo este debate, que mencionasse, ainda que levemente, esta positiva situação económica.

Para a oposição o quadro é sempre negro e ameaçador.

Para a oposição obstinadamente cega em relação a tudo o que a cerca, o presente e o futuro serão sempre um caos apocalíptico.

Verificaram-se mesmo intervenções, e recordo uma em particular, em que o pessimismo é grotesco, a par de um exercício de mal dizer raramente visto neste plenário.

Saibam Srs. Deputados, que este Governo não é uma cópia medíocre do passado, porque esse passado era tão mau que nem dava para copiar e a verdade é que fomos melhores na oposição e somos agora melhores no Governo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Porém, tanta crítica e tanto pessimismo acaba por não credibilizar os seus arautos.

Por outro lado e à semelhança do que aconteceu na discussão do Plano para este ano, a prestação do maior partido da oposição foi mais uma vez dolorosa e surrealista.

Nessa altura, **há apenas seis meses**, o PSD decidiu, antes de conhecer as propostas e antes do Governo iniciar qualquer processo de diálogo ou consulta, votar liminarmente contra.

Agora, seis meses passados, depois de conhecer as propostas, decidiu fazer depender o seu sentido de voto, do comportamento do segundo maior partido da oposição, ou seja, agora, sem outra preocupação que não seja a de salvar a sua própria pele, não tem outro remédio, perante os açorianos, senão o de aprovar planos de que discorda, apresentados por um governo face ao qual se opõe, mas que infelizmente para eles governa bem.

É a “dança das cadeiras” de oposição onde o PSD ganha seguramente o primeiro lugar na “pirueta”.

Entretanto, o Governo trabalha e faz.

Deu-se início à concretização de promessas eleitorais consubstanciadas no programa de governo da Nova Autonomia com resultados já visíveis nos domínios de habitação, educação, saúde, agricultura, energia, turismo, etc, etc..

Os projectos e as obras estão e marcha e o povo confia e acredita cada vez mais nos socialistas.

A relação entre o Estado e a Região já não se desenvolve em conflito permanente, é notória a credibilidade do Governo dos Açores e do seu Presidente e é indubitável o fortalecimento da cooperação e da solidariedade.

A satisfação dos interesses das Regiões na última Revisão Constitucional, a consagração da ultraperiféricidade no Tratado da União Europeia, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, as transferências do Orçamento de Estado, a programada descida nos custos da energia e muitas outras expressões de entendimento e cooperação com o Estado, não são mérito exclusivo dos actuais governantes dos Açores e de Portugal, **mas só são possíveis, porque são estes os actuais governantes nos Açores e em Portugal.**

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Contudo o mais importante para nós é que assim ganham todos os açorianos e é nesta perspectiva que continuaremos seguindo em frente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É neste quadro de confiança nas instituições autonómicas, de estabilidade política e social e de uma relação sã entre o Governo Regional e o Governo da República, que nos são apresentados o Plano a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para o próximo ano.

Sobre os mesmos e no aspecto técnico, é justo começar por destacar o rigor, a transferência e a coerência dos documentos.

No plano político é de sublinhar que estes documentos correspondem à estratégia de desenvolvimento traçada pelo VII Governo Regional no Programa aprovado nesta Assembleia.

Precedido de um diagnóstico da situação profundo, sério e cuidadoso, o PMP define com clareza as orientações e os objectivos estratégicos e desenvolve um amplo conjunto de programas que corporizam a intenção de criar uma economia sustentada, participada, moderna e competitiva.

Aposta-se no fortalecimento dos sectores da agricultura e das pescas com vista ao reforço de níveis de competitividade, à diversificação e a qualificação dos produtos e modernização das estruturas e releva-se o sector do turismo procurando-se garantir a sua sustentabilidade através de um conjunto de acções concertadas que potenciem fluxos de procura e a consequente dinamização do tecido empresarial do sector.

Investe-se decisivamente na qualificação e valorização dos recursos humanos traduzindo uma vontade determinada de garantir uma melhor política e medidas eficazes nos sectores da Educação, Juventude, Emprego e Formação Profissional.

Modernizar e melhorar níveis de eficácia das infraestruturas energéticas, de transportes e comunicações, no âmbito de uma política que estimule a iniciativa privada afectando-lhe novas áreas de intervenção, é igualmente um dos grandes

objectivos deste Plano; obter a melhoria dos sistemas de saúde e segurança social e da qualidade de vida das pessoas, designadamente no que se refere ao ambiente, habitação, cultura e desporto, é outro dos grandes desideratos que completa o quadro orientador da política do VII Governo até ao ano 2000.

Com uma dotação para investimentos de cerca de 170 milhões de contos, o PMP apresenta-se suficientemente financiado, capaz de gerar confiança e motivação aos agentes económicos e ao mercado.

Se adicionarmos ao investimento do PMP mais cerca de 70 milhões de contos referentes a investimentos co-financiados pela União Europeia e promovidos por empresas públicas, Câmaras Municipais e pela iniciativa privada, o esforço de investimento, no quadriénio 97/2000, ascende a um volume considerável de 240 milhões de contos.

Assim se encontra a tradução prática do objectivo político de aproximar o desenvolvimento económico regional à média nacional e europeia.

O PMP e Plano e Orçamento para 1998, alicerçado num novo quadro financeiro que perspectiva o equilíbrio das contas regionais, constituem sem dúvida, poderosos instrumentos que garantem a solidez do processo de mudança no âmbito da Nova Autonomia.

O VII Governo Regional apresenta-se assim perante nós com a disposição firme de responder aos desafios futuros e com o propósito de incrementar novas dinâmicas, rentabilizando o tecido sócio económico açoriano apostando em modelos de participação e parceria.

Este Executivo do PS quer governar com todos e para todos.

O Grupo Parlamentar do PS que partilha com este Governo a responsabilidade de dirigir os destinos da nossa Região, votará favoravelmente estes documentos, reafirmando deste modo a sua total solidariedade para com este Executivo Regional.

O Grupo Parlamentar do PS honra assim os compromissos assumidos perante o eleitorado, participando de forma activa e responsável na construção da Nova Autonomia.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O VII Governo Regional apresentou pela segunda vez neste Parlamento, as suas Propostas de Plano e Orçamento anuais e de Plano a Médio Prazo que foram discutidas ao longo destes três dias.

Numa iniciativa oportuna, vários órgãos da comunicação social, entre os quais a RTP/Açores, levaram aos açorianos momentos fundamentais dos debates permitindo o acompanhamento das posições que iam sendo assumidas pelos partidos e pelo Governo.

Essa transparência no funcionamento da instituição parlamentar, torna agora redundante uma demonstração da incapacidade revelada por alguns partidos da oposição que em mais de 20 horas de debate, pouco mais fizeram do que falar mal e manifestarem-se contra tudo e contra todos.

É verdade, sentimos a falta de uma oposição credível, uma oposição que nos aponte correcções que gostaríamos de introduzir para aperfeiçoarmos a governação e servirmos sempre melhor os açorianos; uma oposição construtiva, esclarecida e civicamente responsável; uma oposição que procure legitimamente influenciar o Governo, mas que o deixe cumprir o seu programa; um oposição que critique o Governo, mas que não prejudique os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Governo é jovem no exercício das suas funções. Não foi, nem será perfeito, mas faz por isso.

Tivemos dificuldades iniciais, é certo.

Tivemos sucessivas catástrofes naturais que geraram ansiedades, momentâneos desânimos e o sofrimento de luto. Mas vamos em frente.

Sabemos que já realizámos em menos tempo, o que outros não conseguiram em mais tempo.

Temos um projecto de 4 anos que, ano a ano, vamos cumprir e que está a mudar os Açores.

Vencemos, neste nosso primeiro ano de Governo, todos os desafios a que nos propusemos para a criação de novas condições externas enquadradoras da actividade política e económica na Região.

Os Açores venceram no processo de Revisão do Tratado da União Europeia.

Os Açores venceram no processo da Revisão Constitucional.

Os Açores venceram na Lei de Finanças Regionais.

Os Açores venceram na solidariedade do Estado para baixar a energia eléctrica na Região.

Os Açores venceram nos múltiplos aspectos da relação permanente com o Governo da República, desde a confirmação do Plano de Investimento, do Projecto NAV II, à uniformização do preço dos jornais e revistas ou à confirmação da autonomia e continuidade do canal regional de televisão de serviço público que os centralistas e o líder regional do PSD queriam transformar numa janela do Canal 1 de Lisboa.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Confio também na ultrapassagem vitoriosa de outros constrangimentos que ainda se mantêm, particularmente no domínio dos transportes aéreos e marítimos, na participação do Estado em investimentos estruturantes nos Açores e de interesse nacional, na boa resolução das matérias integrantes da agenda 2000 e no bom desenvolvimento regulador da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Estes passos que estamos a dar, a par da Revisão do Estatuto Político-Administrativo que esta Assembleia deverá promover, completarão o essencial de uma transformação qualitativa sem precedentes nos poderes nos órgãos de Governo próprio e na actividade económica em geral.

No plano interno damos prioridade ao investimento reprodutivo, estabelecendo na nossa proposta de Médio Prazo uma afectação de 45% dos recursos ao sistema produtivo, desde a agricultura ao turismo, ao emprego e formação profissional, à

educação, ao desenvolvimento da actividade científica e tecnológica e à qualidade ambiental.

Criticam-nos por insistirmos noutros investimentos que consideram não reprodutivos, mas nós insistimos neles, porque as circunstâncias assim o exigem.

Vamos investir mais na habitação. É verdade, porque há muitos açorianos que não podem mais esperar por uma casa condigna.

Vamos construir e reconstruir novas e velhas estradas, caminhos e pontes, portos e aeródromos. É verdade, porque as calamidades ou outras insuficiências o determinam como uma necessidade.

Criticam-nos por prevermos um indevidamento nos próximos três anos, mas em todo o debate ocorrido nesta Assembleia, nenhum deputado ou partido da oposição, deixou de pedir mais e mais dinheiro para mais investimentos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Em nenhum momento, qualquer desses deputados, e designadamente o PSD, soube ou teve a coragem de dizer que outros investimentos deixariam de ser feitos para que isso fosse possível sem agravar o endividamento que criticam.

Nos últimos anos, os sucessivos governos endividaram-se sem fim à vista, agora, que foi aprovada a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e que o Governo anunciou a desnecessidade do endividamento no final do ano 2000, agora que sabemos quanto e até quando nos endividaremos, o PSD e o PP, criticam-nos pelos três últimos empréstimos que a Região contrairá, depois dos governos anteriores o terem feito por mais de uma dúzia de vezes sem qualquer garantia de os pagar.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Acusam-nos de reabilitarmos um ciclo de obras de betão. Não é assim!

Todavia, nos pedidos de esclarecimento dirigidos ao Governo, os três partidos da oposição apelaram por mais de 50 vezes à realização de mais de uma centena de obras de construção.

Demonstrámos que defendemos a iniciativa individual e o empresariado privado, mas não os confundimos com a responsabilização do Governo.

Demonstrámos com números que praticámos o rigor, a contenção e a eliminação de despesas supérfluas, mas que nos manteremos fiéis ao nosso compromisso de não despedir funcionários públicos e de promover a integração dos contratados na função pública

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Provámos que acreditamos em outros instrumentos para além do investimento público para salvar e dinamizar a nossa economia.

Por essa razão, estamos a diversificar os sistemas de incentivos à economia privada, vamos baixar o custo da energia eléctrica e a seguir os transportes aéreos e marítimos, vamos empreender a reforma fiscal introduzindo isenções, reduções e benefícios que melhorarão o rendimento dos açorianos, a capitalização e a capacidade de reinvestimento das empresas regionais, bem como o investimento externo, em particular, o proveniente dos nossos irmãos emigrantes com os quais temos vindo a estreitar mais e melhores relações.

O Governo não acordou hoje para estes problemas só porque outros falam deles ou os propõem. Já trabalhamos neles há meses e temos bem explícitos no nosso programa de Governo e até no programa eleitoral do actual Governo da República que ajudámos a redigir.

No caso da fiscalidade, o partido que suporta o Governo, anunciou repetidamente na última campanha eleitoral, por meu intermédio, que o Governo iria baixar a pressão fiscal nos Açores.

Demos já o primeiro passo promovendo o acordo da Lei de Finanças Regionais, iniciámos já o segundo passo constituindo um grupo de trabalho presidido pelo Prof.

Dr. Eduardo Paz Ferreira, que estimo venha a integrar um representante da Assembleia Legislativa Regional para além da representação dos parceiros sociais interessados.

A esse grupo caberá a importante tarefa de propor uma reforma global do sistema fiscal regional, procurando a participação de todos e o acordo mais amplo possível, avaliando o seu impacto económico e social e o seu enquadramento na estrutura e evolução da despesa pública.

Rejeitaremos sempre iniciativas unilaterais, irresponsáveis e avulsas que não tenham em conta estes fundamentos que acabo de referir.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me ainda que utilize esta declaração final para explicitar um outro aspecto da política governamental que esta Assembleia infelizmente não discutiu. Trata-se da nossa política europeia.

A Região tem vindo a acompanhar e a intervir em todas as áreas confinantes com os seus interesses, no âmbito dos centros de formação de vontade e de decisão da União Europeia, quer directamente nos níveis institucionais em que participa, como o Comité das Regiões, a Assembleia das Regiões da Europa ou a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, quer indirectamente através das autoridades nacionais, quer diariamente através da nossa representante na representação permanente portuguesa.

Com a consagração do estatuto de perifericidade no Tratado da União Europeia, que constitui uma importante garantia para o futuro dos Açores, a Região iniciou um trabalho conjuntamente com outras regiões europeias, de preparação de um documento/proposta acerca da revisão dos fundos estruturais pós-99, o qual será rectificado na próxima semana em Montpellier na Assembleia Geral da Assembleia das Regiões da Europa.

Em meados deste ano, o Governo Regional apresentou junto do Primeiro-Ministro, uma primeira posição sobre o conjunto de matérias que se prendem com a Agenda 2000, vindo desde então a defender as suas posições em todos os dossiers em causa, quer os que se prendem com as questões financeiras, quer os respeitantes aos fundos estruturais, à Política Agrícola Comum e ao alargamento da União.

Saliento a propósito, entre outras posições, a do aumento dos montantes disponíveis para o esforço de coesão, a disponibilização da rubrica dos fundos estruturais face a outras no contexto do alargamento, a dotação conveniente do fundo de coesão para os países que participem na terceira fase da União Económica e Monetária, a consideração qualitativa do desemprego e ponderadora dos fenómenos de desajustamentos estruturais e exclusão social na repartição das verbas entre o Estado as Regiões Membros, a compensação de verbas às regiões ultraperiféricas por virtude do desaparecimento do REGIS e a flexibilização dos instrumentos e critérios para regiões como a nossa.

No domínio da PAC, o Governo também já fez saber a sua orientação de defesa dos agricultores açorianos em áreas como as das reduções de preços e ajudas compensatórias parciais, a reforma dos sectores dos cereais, leite, carne e produtos mediterrânicos, a política de desenvolvimento rural, o financiamento dos FEOGA, tal como em relação à prorrogação e modificação do POSEIMA-Pescas e dos dossiers do POSEIMA-Agricultura.

Em simultâneo, estão a ser preparados pelo Governo Regional o tratamento de assuntos tão importantes como a contextualização da liberalização do transporte aéreo para as ilhas e da cabotagem insular e o acesso das transportadoras comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Cheguei ao limite do meu tempo.

Não quero terminar sem voltar a reafirmar perante todos os presentes, deputados e partidos políticos, a permanente disponibilidade do Governo para, também em conjunto com as autarquias locais, com as associações e os parceiros sociais, com os açorianos, procurar encontrar soluções e modelar decisões que nos juntem a todos, cada vez mais, nas importantes tarefas que nos esperam.

O Governo sabe que os partidos da oposição aspiram à alternância democrática e que não se podem diluir no apoio ao Governo eleito, mas confia profundamente na vitória de um sentimento colectivo que nos diz que os Açores devem estar sempre primeiro.

Vamos de certeza vencer.

Vamos todos vencer, se todos o quiserem.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados vamos interromper os nossos trabalhos.

Ontem tínhamos combinado o nosso regresso para as 21.30, mas acabo de receber uma sugestão para que seja às 22.00 horas. Se não houver oposição regressaremos às 22.00 para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 20.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecemos todos uns aos outros que retomemos os nossos lugares.

(Eram 22.10 horas)

Não é que estamos atrasados. Não estamos de forma alguma, como é tradicional, mas convém não nos atrasarmos muito mais, porque a noite promete ser longa.

Entretando vou lembrando alguns aspectos que poderão ter em conta na fase seguinte, ou seja, a votação dos três documentos que foram discutidos, debatidos e cujo processo de discussão foi encerrado há pouco.

A sua votação será feita na generalidade e na especialidade e haverá para cada um destes diplomas uma votação final global, desde que cheguem a qualquer uma dessas fases.

Volto a anunciar os tempos disponíveis:

O tempo do Governo não tem interesse, porque ele não tem participação nesta fase, é apenas um espectador.

PS: 6 minutos e 50 segundos;

PSD: 14 minutos;

PP: 23 minutos e 55 segundos;

PCP: 20 minutos e 40 segundos.

Volto a lembrar que esses tempos terão que ser usados em interpelações à Mesa em relação ao processo de votação, como está previsto regimentalmente, ou então, em declarações de voto, em relação a qualquer um dos três documentos, visto que a fase de discussão e de debate, já foi encerrada.

Os dois primeiros documentos, o Plano a Médio Prazo e Plano para 1998, serão aprovados mediante Proposta de Resolução e o terceiro documento é um Decreto Legislativo Regional que aprovaremos artigo a artigo.

Vamos iniciar o processo de votação, começando pelo Plano a Médio Prazo e pela sua votação na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino, provavelmente para interpelar a Mesa.

Deputado José Monjardino (PP): Exactamente, Sr. Presidente.

Foi-me dado conhecimento pelo meu líder de Grupo Parlamentar que as propostas apresentadas pelo Partido Popular seriam rejeitadas pela Mesa, em termos de aceitação pelo plenário.

Presidente: Em relação às propostas apresentadas e que os Srs. Deputados já têm conhecimento, quanto ao PMP existem propostas apresentadas pelo PP e pelo PS.

Em relação às propostas apresentadas pelo PP, elas foram sujeitas a uma apreciação na conferência de líderes, porque não se enquadravam no processo que tem sido seguido de votação nesta Assembleia, ou seja, em relação aos planos, quer o PMP quer o plano anual, que têm incidido sobre os programas de investimento do Governo Regional.

Portanto, nós começamos a nossa votação na especialidade — não falo na votação na generalidade que incide sobre os princípios genéricos do diploma — sobre os programas de Governo.

Sendo assim, para o Plano a Médio Prazo iniciamos no Programa 1 seguindo até o programa 33 e o mesmo para o plano anual. É esse o processo que vai ser seguido e foi o processo entendido na conferência de líderes para continuarmos a seguir, apesar da argumentação expendida pelo PP na conferência em relação à possibilidade de se começar a votação por outros sectores do plano, como sejam, as grandes orientações do Plano que constituem o capítulo I, se não me engano, e o capítulo III, em relação ao qual o PP também apresenta propostas de alteração.

A decisão da conferência de líderes foi no sentido de que, independentemente dos aspectos teóricos ou não poderem estar subjacentes a uma discussão aprofundada sobre essa temática, ou seja, em relação sobre em que é que deve incidir a votação do Plano, o processo em uso até agora tem sido sempre o desta votação incidir sobre os programas de Governo e que se manteria sobre os programas de investimento.

Portanto, quando chegarmos à votação na especialidade, as propostas do PP não poderão ser consideradas, porque não se incluem em nenhum dos programas do Plano a Médio Prazo. Esse problema só se porá depois da votação na generalidade.

Sendo assim, o que eu propunha neste momento, é que se fizesse a votação na generalidade, porque ela até pode resolver o problema. Se o Plano não passar na generalidade, não teremos problema com esse tipo de propostas e se passar então poderá levantar-se essa questão que poderá ser debatida na medida em que o Regimento o permitir.

Não sei se deseja mais algum esclarecimento.

(Pausa)

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente:

A admissibilidade das propostas feitas pelo PP condiciona a posição de voto do meu grupo parlamentar na generalidade.

Por isso Sr. Presidente, a pergunta ficaria:

É uma decisão da Mesa e do Sr. Presidente, que as propostas do PP, perante a argumentação apresentada, não serão admitidas?

Presidente: É essa a decisão final.

O Orador: Então Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu pedia e com o devido respeito e por uma questão de publicitação do acto e do facto, um recurso a plenário da decisão da Mesa.

Presidente: Um momento, Sr. Deputado, porque tenho que ver se das decisões da Mesa existe recurso a plenário ou não.

Neste momento não tenho isso presente, mas tenho a impressão que não existe recurso a plenário.

O Orador: Salvo erro, Sr. Presidente, a decisão da não admissibilidade das propostas do PP é da Mesa e não da conferência de líderes, porque a nossa interpretação é que a conferência planeia os trabalhos do plenário, mas não decide sobre a admissibilidade das propostas. Essa é uma decisão da Mesa.

A Mesa pode evidentemente ter ouvido a opinião da conferência de líderes, e fê-lo muito bem porque está dentro dos poderes do Sr. Presidente. Todavia, a decisão tem que ser da Mesa ou do Sr. Presidente, daí eu ter feito a pergunta.

Se for, de facto, teríamos que pedir a opinião da Assembleia.

Presidente: Aguarde um momento, Sr. Deputado.

(Pausa)

De acordo com o artigo 48.º que descreve as competências da Mesa, no n.º 2, diz que a Mesa tem determinadas competências e que "das deliberações da Mesa cabe reclamação e recurso para o plenário".

Sendo assim, vamos passar a votar o recurso para o plenário apresentado pelo Grupo Parlamentar do PP, da decisão da Mesa em relação à admissibilidade das suas propostas.

Não sei se em relação ao processo de votação se há algum esclarecimento a prestar.

Se algum Sr. Deputado tenciona interpelar a Mesa sobre algum esclarecimento que pretenda, faça favor.

(Pausa)

Não havendo dúvidas, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que não concordam com o recurso apresentado pelo PP para o plenário, mantenham-se por favor como se encontram.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que não é bem assim, Sr. Presidente. Não é concordar com o recurso, porque se trata de um manifesto direito regimental.

Temos é que concordar ou não com a admissibilidade das propostas.

Presidente: Tem razão Sr. Deputado.

Os Srs. Deputados que — fazendo-se a votação que é tradicional fazer-se — concordam com a admissibilidade das propostas apresentadas pelo PP a este plenário, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do PP foi rejeitada com 23 votos contra do PS, 23 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP e registou 3 votos a favor do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O nosso sentido de votação baseia-se em dois aspectos:

Primeiro, porque entendemos que de acordo com a interpretação que damos ao Regimento e de acordo também com aquilo que tem sido norma nesta Casa, pelo menos nos últimos 9 anos que são aqueles que eu aqui estou, a parte preambular destes documentos, não custa ser votada e a proposta visava a área preambular dos documentos.

Por outro lado, o Partido proponente, em relação à matéria que propôs, tem sempre a possibilidade de, em termos de decreto legislativo regional que a seguir vamos apreciar, ou seja, o Orçamento, fazer vingar aquilo que já propõe no Plano a Médio Prazo.

Por isso mesmo, estas matérias acabarão por ser votadas no orçamento.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular votou a favor da admissibilidade das suas propostas, porque nós não fizemos propostas sobre preâmbulos.

Nós fizemos uma proposta sobre um dos aspectos mais importantes da resolução do Plano a Médio Prazo.

Nós fizemos uma proposta para incluir mais uma grande linha de orientação de estratégia para os próximos 4 anos.

Nós estamos de facto perante um dado novo. Houve uma mudança na Região Autónoma os Açores; houve uma mudança na forma como este Parlamento actua no seu xadrez; houve uma mudança que possibilitou que documentos da importância destes que temos aqui em análise pudessem ser discutidos e apreciados e modificados livremente até à última votação.

Felizmente, na nossa perspectiva, já não estamos perante situações e teses em que o documento que entrasse nesta Casa não poderia ser objecto de alteração de uma vírgula que fosse. Isto durou 20 anos.

Nós estávamos e estamos convictos de que esta Assembleia perante um novo poder que resulta do seu xadrez político-parlamentar, poderia efectivamente fazer mudanças — se fosse essa a sua vontade — em questões tão importantes, se não mais importantes, como as grandes linhas de orientação de estratégia e, com o devido respeito, não se cingir apenas à votação dos montantes financeiros de cada programa, com a importância relativa que tem. Estamos aqui a mexer em mais 10 mil contos para um porto ou menos 5 mil contos para um centro de saúde.

Pela primeira vez tínhamos a possibilidade de alterar as grandes linhas de orientação. O Parlamento dos Açores, na nossa perspectiva, num conluio estranho, virou as costas à nova era do Parlamento dos Açores e automatizou-se na possibilidade histórica de fazer alterações ao Plano de Médio Prazo.

Continuamos condicionados pela história, pelo passado, que neste capítulo não nos levou a nada nem nos deixou ensinamento, porque infelizmente no passado não se podiam fazer alterações a documentos que vinham para aqui com o selo de que passariam, independentemente da vontade da oposição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer com muita clareza nesta Casa que, em primeiro lugar, não foi retirado nenhum direito ao PP.

O PP mantém inalterável o seu direito de apresentar as suas propostas com alterações orçamentais.

Portanto, não fique aqui a ideia, com alguma habilidade utilizada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que alguém retirou direitos ao PP. Ninguém retirou e as suas propostas podem ser apresentadas em termos de alteração orçamental.

Em segundo lugar, e como se falou aqui em conluio, eu devo dizer ao PP que foi exactamente o Partido Popular que tentou à última da hora — hoje, como já havia tentado e como aliás vem sendo prática do Partido Popular — utilizar a televisão para determinadas movimentações.

Foi mais uma vez aqui e hoje, o Partido Popular a tentar alterar uma regra do Estatuto, uma regra do Regimento e uma prática deste Parlamento. Quem fez isso foi o PP.

É por isso que o PS não aceita — não retira nenhum direito ao PP — jogadas de última hora.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com compreenderam, era indispensável usar esta figura regimental perante a parte final da declaração de voto do Sr. Deputado Fernando Menezes.

Não tem nenhum cabimento as afirmações feitas, porque o Partido Popular nem hoje, nem no passado, alguma vez em consciência, tomou qualquer iniciativa, ou qualquer prática que pretendesse violar o Estatuto, o Regimento e a Constituição.

Portanto, rejeito frontal e liminarmente esta acusação que foi feita fora de tempo e mais uma vez revelou o subconsciente do líder parlamentar do Partido Socialista em que voltou aqui a citar a televisão e voltou a citar a forma como o Partido Popular apareceu nos órgãos de comunicação social.

Sr. Deputado Fernando Menezes:

Se alguém aqui dentro não deveria fazer qualquer referência a essas matérias, julgo que seria a sua bancada, pela ligação e pelo suporte político que faz do Governo Regional.

Talvez a última acusação que alguém pudesse fazer nesta Assembleia, ou em qualquer parte desta Região ao Partido Popular, seria controlar a comunicação social e especificamente a televisão. Portanto, rejeito-a. Ela revela problemas de consciência política, incapacidade de participação no debate, aliás, como ficou aqui provado, ou seja, em vez de se ter discutido nas declarações finais, se contabilizarem o tempo utilizado, vão todos reconhecer que mais de 50% do tempo utilizado por todos os partidos políticos, foi dirigido ao Partido Popular e a outra metade do tempo foi dirigida ao Plano, ao Orçamento e ao Plano a Médio Prazo.

Acho que honra maior para o Grupo Parlamentar do PP, não podia existir!

Deputado António Meneses (PSD): Presunção e água benta...!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Nessa perspectiva estamos muito satisfeitos, porque o que aqui se passou comprova que este Grupo Parlamentar participou activamente e as propostas que aqui trouxe condicionaram a forma como decorreu os debates do Plano e Orçamento e como V. Exa. muito bem disse naquela tribuna, até condicionaram a posição de voto, desta vez, do Partido Social Democrata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado José Monjardino deseja tomar a palavra para...?

Deputado José Monjardino (PP): Para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, desculpe-me, mas pareceu-me ouvir da parte do Sr. Presidente que as declarações de voto que estavam a ser feitas agora não contavam para os tempos globais.

Presidente: Sim, não estão a ser incluídas nos tempos globais, porque isso é processo puramente regimental. Entendi que não devia fazer, porque não estão dentro do tempo de discussão do debate do Plano e Orçamento.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD tem dado sobejas provas de ser permissivo naquilo que consensualmente se pode alterar, para que as intenções políticas do partido e vivacidade do debate parlamentares sejam realidades cada vez mais profundas, visíveis e com ressonância pública.

O que o Partido Social Democrata não pode ser é permissivo, à última da hora, com uma mudança que vem ao arrepio do que é prática habitual deste Parlamento.

De resto, a nossa leitura deste problema, é de que a votação dos programas representa ou não as intenções do Governo. Quem não está de acordo com as intenções e objectivos do Governo plasmados nos diversos capítulos, não votará os programas.

Porém, quem não tem propostas concretas para fazer aos programas, mas tem apenas propostas de redacção, quer impor à última da hora um tipo de votação diferente para depois se fazer vítima, não é tão pouco muito próprio daquilo que é habitual por parte do Partido Popular em matérias regimentais.

De resto, o Partido Popular sabendo qual era a estratégia que tinha para este debate parlamentar, bem podia ter posto à consideração muito tempo antes — na Conferência de líderes ou no plenário — outro tipo de metodologia para este problema.

Acontece, porém, que às 20.00 horas, após três dias de debate com todos os partidos numa lógica que é a lógica habitual das votações e que é a lógica que está plasmada

no nosso Regimento e que vem na história deste Parlamento nos últimos anos, querer introduzir uma alteração, não pode ser aceitável pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata por muito permissivos que queiramos ser.

Acresce, porém, o argumento que adiantei na conferência de líderes, ou seja, o Parlamento não se está a mutilar com esta decisão, nem tão pouco o Grupo Parlamentar do Partido Popular sai mutilado, porque se o problema é apresentar um objectivo relacionado com o problema dos impostos, pode-se fazer no Orçamento.

Se o Partido Popular quer fazer depender a sua votação no Plano a Médio Prazo de uma proposta que não testou se era possível ou não regimentalmente, mutilou-se a si próprio.

Deputado José Monjardino (PP): É uma disposição regimental!

O Orador: Não foi o Grupo Parlamentar, nem foi a Assembleia que mutilou a estratégia do Partido Popular.

Quanto ao resto, tudo poderia ter sido diferente, mas não podemos andar ao sabor das ideias de última hora, nem do Partido Popular, nem de ninguém nesta Casa.

Presidente: Encerrado este "incidente parlamentar" — incidente no sentido parlamentar do termo — vamos passar às nossas votações.

Vamos iniciar com a votação, na generalidade, do **Plano a Médio Prazo 97/2000**.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano a Médio Prazo foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 3 votos contra do PP e registou 24 votos a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós declaramos na nossa intervenção final que considerávamos a existência do Plano a Médio Prazo, um instrumento importante e fundamental no contexto regional, como mecanismo perspectivador do evoluir da situação social e económica para a própria Região.

Entendemos que ele é ainda um instrumento muito importante para o desenvolvimento da nossa Região e daí o nosso voto favorável em relação a este documento.

Presidente: Também para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular votou contra o Plano a Médio Prazo, porque o documento em questão da forma como está não merece o nosso acordo.

É um documento de continuidade, não contempla nas suas grandes opções os efeitos fiscais que poderiam ser potenciadores do crescimento económico desta Região e, como tal, não poderia merecer o nosso acordo como um voto de confiança ao Governo em termos de orientação macroeconómica.

Gostaria também de fazer aqui um referência, e não resisto a fazê-la. Nós continuamos a achar que deveria ter sido no âmbito no Plano a Médio Prazo e na alteração dos seus grandes objectivos, que deveria ter sido possível introduzir alterações. Era importante que tivesse sido feito.

A partir do momento que não aceitaram votar a proposta do PP, é um sinal que tanto o PS como o PSD tiveram medo de ir a votos com o PP relativamente à matéria dos impostos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais uma vez, seis meses depois, foi chumbado nesta Câmara o Plano a Médio Prazo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que se perdeu uma boa oportunidade para aprovar um Plano que, na nossa óptica, é bom. Um Plano que dá confiança ao mercado e aos agentes económicos.

Talvez tenham ficado a perder os açorianos, mas enfim, as regras da democracia são estas.

O Partido Socialista e este Grupo Parlamentar está tranquilo e tenho a certeza que, apesar de tudo, este Governo está confiante e com toda a disposição para trabalhar como já demonstrou até agora.

Os argumentos aduzidos pelo PP para votar contra não colhem e por vários motivos e eu aproveito esta oportunidade de declaração de voto para explicitar apenas um.

O PP propunha-se retirar um milhão e novecentos mil contos nas receitas.

O PP retirava exactamente da dotação provisional, ou seja, em última análise, se aquelas propostas passassem os agentes contratados não poderiam ser integrados nos quadros e esta é uma antiga aspiração e um direito — está em lei, é o Decreto-Lei n.º 81/96 — e, por outro lado, esta situação poderia mesmo provocar despedimentos na função pública, porque aquela dotação provisional está exactamente destinada aos aumentos das carreiras da função pública.

Portanto, tratava-se de uma proposta perfeitamente pouco estudada, não diria demagógica, mas diria apenas irreflectida que pode muito bem servir de bandeira eleitoral, mas não serve seguramente para resolver os problemas dos trabalhadores da função pública dos Açores.

Como comecei por dizer, o PS está tranquilo, o Governo está confiante, e vamos caminhar mesmo assim sem Plano a Médio Prazo.

Presidente: Também para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se o PS e se o Governo, sem Plano a Médio Prazo estão tranquilos, toda a gente percebe que o PSD ainda mais tranquilo está.

O Partido Social Democrata demonstrou claramente neste debate a sua oposição, não sectorial, mas sim de fundo e global em relação à estratégia do Partido Socialista e do seu Governo para esta Legislatura.

Apontámos as nossas razões, confrontámos as mesmas, achamos que tivemos razão no debate e não confiamos, mesmo que o Plano tivesse alguns aspectos positivos — e

tem — que este Governo seja capaz de o concretizar com a capacidade que se exige a um Governo que tem agora oportunidades únicas, mas que infelizmente para os açorianos tais oportunidades, como a Lei de Finanças Regionais, apanham um mau Governo.

Um mau Governo, com uma estratégia de prazo que não serve aos açorianos e por isso, uma vez que não é o facto de não ter um Plano a Médio Prazo que coloca em causa a estabilidade governativa e muito menos a estabilidade política, o PSD com a sua votação marca a diferença e a divergência programática entre o seu projecto e o projecto do Governo Regional dos Açores.

Mas já agora, adianto algo que parece ser importante.

Da outra vez que o Plano a Médio Prazo não foi aprovado nesta Casa, disse o Sr. Presidente do Governo que isso não era muito importante para o executivo, seria mais importante para os agentes privados, mas entretanto queixa-se todos os dias, na política de desculpas que já nos habituou, de não fazer isto ou aquilo, porque não tem um Plano a Médio Prazo.

Fica denunciado aqui que se não tem um Plano a Médio Prazo e ele não é importante, que não seja só no dia em que ele não é aprovado para se disfarçar a derrota do projecto do Governo Regional dos Açores face ao Parlamento que o fiscaliza e de onde sai o Governo açoriano.

O PSD deixou bem claro neste debate, desde muito cedo, a sua posição, mas não entrámos de férias porque tínhamos o nosso problema resolvido.

Estivemos no debate, mostrámos a diferença e a nossa votação é o resultado fiel dos nossos argumentos.

Muito obrigado.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos passar à votação do segundo documento que consta da nossa ordem de trabalhos, ou seja, a **Proposta de Resolução sobre o Plano para 1998.**

Vamos iniciar a votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1998 foi aprovado, na generalidade, com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e registou 23 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

De acordo com aquilo que é habitual e que ficou combinado na conferência de líderes, vamos votar os diferentes programas.

Votaremos em conjunto, se não houver objecção, aqueles programas que não têm propostas de alteração e separada e individualmente os que têm propostas de alteração apresentadas pelo PS.

Sendo assim, vamos passar à votação na especialidade dos Programas 1 a 11, para os quais não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com estes programas, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 1 a 11 foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 12, começando pelas propostas de alteração apresentadas pelo PS que dizem respeito ao Projecto 12.2 "reabilitação de estradas regionais e equipamento para o parque de máquinas", onde se propõe que a verba de 15 mil contos não desagregada seja afectada à Ilha Graciosa.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Programa 12 apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar agora à votação do Programa 12 na parte que não foi alterada e que corresponde ao texto original da proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à votação dos Programas 13 a 19, para os quais não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com estes programas, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 13 a 19 foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passemos ao Programa 20, segundo a proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam com essa proposta de alteração para o Projecto 20.1 relacionado com o "apoio de 10 mil contos à deslocação de jovens à Expo'98", mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

(Risos da Câmara)

Presidente: Consciente, deliberado e fundamentado.

Vamos passar à votação da parte não alterada do Programa 20.

Os Srs. Deputados que concordam com essa parte do Programa 20, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar de seguida o Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passemos à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS para o Projecto 22.1, do Programa 22 respeitante à "criação de uma nova acção de unidade de emergência médica com uma dotação de 10 mil contos".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 22 foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à votação da parte não alterada do Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte não alterada do Programa 22 foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Votamos em seguida, os Programas 23 e 24, para os quais não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 23 e 24 foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 25 há uma proposta de alteração para o Projecto 25.3.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para o Projecto 25.3, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 25 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente esta proposta, porque consideramos que é importante avançar-se para a protecção da orla costeira das Lajes do Pico.

Propõe-se aqui aplicar algum dinheiro no projecto desta obra.

Consideramos que aquilo que aqui está considerado é muito diminuto, mas de qualquer modo interpretamos apenas como um sinal no sentido de começar-se a fazer esforços para a resolução deste problema.

É nesta medida que nós votámos favoravelmente esta proposta.

Queria apenas lembrar esta Câmara que é uma matéria muito importante, que é uma obra importantíssima para a Vila das Lajes do Pico.

Por isso mesmo, dada esta importância, o nosso voto favorável.

Presidente: Vamos passar à votação da parte não alterada do Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte não alterada do Programa 25 foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Votamos em seguida, o Programa 26 para o qual não há alterações.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 27, existe uma proposta de alteração para o Projecto 27.1 relacionado com "instalações desportivas e com acções de apoio à área desportiva".

Para interpelar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que na proposta de alteração do PS há uma gralha. Em vez de 200 contos são 200.000 e no apoio à construção de recintos desportivos em vez de 50 contos são 50.000.

Presidente: Essa observação já me tinha sido feita.

Portanto, os Srs. Deputados ficam informados relativamente aos objectivos do Programa.

Passemos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Programa 27 foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 23 votos de abstenção do PSD, 3 votos de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O nosso voto de abstenção em relação a esta proposta de alteração, fundamenta-se nalguns aspectos tais como o facto de se diminuírem determinadas verbas em determinados apoios.

Há um aspecto que pensamos que tinha que ser consignado, ou seja, o apoio aos clubes desportivos, tal qual como já aprovámos aqui em Decreto Legislativo Regional.

No entanto, o critério que foi utilizado em relação às reduções das verbas propostas, é que merece algumas preocupações.

Por exemplo, quando se retira a totalidade do apoio ao desporto para os deficientes, isto preocupa-nos.

Quando se diminui o apoio às actividades desportivas escolares, também deixa-nos preocupados.

Quando se diminui um grande conjunto de verbas que pensamos que seriam importantes, efectivamente temos que nos preocupar e daí a nossa votação de

abstenção em relação a esta proposta de alteração e, posteriormente, em relação ao conteúdo total deste Programa.

Presidente: Vamos passar à votação da parte não alterada do Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte não alterada do Programa 27 foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 23 votos de abstenção do PSD, 3 votos de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar de seguida à votação dos últimos programas deste Plano para 1998, ou seja, do Programa 28 ao 33.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente:

Apenas para solicitar que fosse feita a votação dos Programas 28 a 32 com excepção do 33.

Presidente: De acordo com a sugestão do PSD, vamos votar os Programas 28 a 32 com excepção do 33.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, apenas para requerer que os programas 28 e 29 fossem votados separadamente.

Presidente: Então vamos votar, em primeiro lugar, o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passemos de seguida à votação do Programa 29.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 23 votos de abstenção do PSD, 3 votos de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para este Programa "Comunicação Social", nós não vimos totalmente esclarecida a possibilidade das verbas aqui consignadas poderem contribuir para que o sinal da RTP chegue nas devidas condições às diversas ilhas da Região.

Sendo assim, nós quisemos manifestar a nossa preocupação através da nossa votação.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos de abstenção do PSD, 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passemos de seguida à votação do Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passemos de seguida à votação do Programa 33 que encerra a votação na especialidade, ou seja, o último programa para o Plano de 1998.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminou assim a votação na especialidade da Proposta de Resolução sobre o "Plano para 1998", resta-nos apenas a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano Regional para 1998, foi aprovado em votação final global com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e registou 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Parecendo não haver declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte da nossa votação respeitante à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1998".

Vamos votar essa proposta na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1998" foi aprovada, na generalidade, com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e como são muitas as votações, gostaria que ficasse claro o sentido desta abstenção do Partido Popular relativamente ao Orçamento Regional.

Como é óbvio, nós temos um conjunto de propostas de alteração para a votação na especialidade e por conseguinte o nosso voto final está dependente do resultado das propostas por nós apresentadas.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade começando pelo artigo 1.º, nas suas alíneas.

A alínea b) já podemos considerá-la votada, visto que se refere aos Programas do Plano para 1998 que já está aprovado.

Vamos passar à votação da alínea a) relativa aos Mapas 1 e 4 e respectivos anexos aos Mapas 1 e 2, para os quais há propostas de alteração.

Vamos começar a votação pelo Mapa 1 e pela proposta de alteração apresentada pelo PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, apenas para interpelar a Mesa.

Nós agradecemos que fosse lida a nossa proposta.

Presidente: Sim, senhor.

Eu leio, embora haja aqui um mapa que não é muito fácil de ler, mas vou tentar fazer uma aproximação.

"Nos termos regimentais o Grupo Parlamentar do Partido Popular propõe o seguinte:

Mapa 1

Receita da Região Autónoma dos Açores

Receitas correntes,

Impostos directos sobre rendimento:

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) — Por artigos: 14.895.336\$00.

Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) — por artigos: 2.223.000.

Por grupos, por capítulos: 17.118.336 e 17.233.336.

Total da receita: 154.181.053."

Segue-se uma nota justificativa que não deve constar dos textos que os Srs. Deputados têm, porque ela foi entregue posteriormente pelo PP e que diz o seguinte:

"Nota explicativa

Corresponde a metade da redução de 20% das receitas provenientes do IRS e do IRC, tendo em conta os efeitos directos previsíveis em 1998."

É esta a proposta. Se eu não a consegui explicar bem peço desculpa, mas com os papéis que os senhores já possuem, talvez tenham percebido a mesma.

Eu confio mais nos papéis do que na minha leitura.

Vamos passar à votação:

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do PP e registou 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ver o Partido Socialista votar contra aquilo que seria o fundamental para que se pudesse reduzir os impostos na Região no ano de 1998, porque era necessário criar um enquadramento orçamental que permitisse reflectir o necessário impacto nas cobranças das receitas fiscais na Região durante o ano de 98, se se pretendesse reduzir os impostos da Região já neste ano.

Não nos resta a menor sombra de dúvida agora: o PS não está de acordo com a redução de impostos em 1998.

Disse.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A razão porque o Partido Social Democrata se absteve nesta votação, não traz novidade nenhuma em relação às restantes abstenções.

A nossa posição de princípio sobre o Plano Anual e o Orçamento — neste caso o Orçamento — é que o Governo não deve ter a desculpa de não ter um orçamento e não deve também ter a desculpa de ter um orçamento, que no essencial, não era a sua proposta.

O Governo não pode governar com um programa que é contra si próprio.

Quando o PSD entende viabilizar o Orçamento e o Plano para permitir que o Governo tenha estes documentos, garantindo a estabilidade governativa e não dando desculpas, deve abster-se, porque o Governo é que saberá neste caso, através da posição do seu partido neste Parlamento, se quer ou não aceitar as propostas do Partido Popular. É esse o sentido da nossa abstenção.

Quanto ao resto, aproveito também para dizer que na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, a Região não perdeu uma oportunidade para reduzir os impostos, a Região entendeu que há melhor oportunidade para reduzir os impostos e o Partido Social Democrata também pretende reduzir os impostos, mas não o quer fazer

precipitadamente e muito menos o quer fazer quando é possível fazer muito melhor do que aquilo que é apresentado pelo Partido Popular, nomeadamente no IRC e na colecta.

Em relação ao IRS, seria uma irresponsabilidade tirar da manga uma proposta que não tem uma justificação que possa ser aceite.

É por isso o sentido de voto do Partido Social Democrata e fica aqui bem claro para que ninguém tenha dúvidas da nossa posição.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Raramente existe tanta consonância de opinião..

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Não é raramente!

O Orador: ... com o líder parlamentar do PSD.

Em termos de declaração de voto, resta-me dizer que esta é que é uma atitude responsável e não demagógica.

Resta-me dizer também que, como toda a gente sabe, já existe um grupo de trabalho formado pelo Governo Regional, que irá ter um representante desta Assembleia, dirigido pelo Dr. Eduardo Paz Ferreira, para estudar esta matéria a fundo.

Também como todos sabem, desde há muito que o PS naturalmente é a favor de medidas que permitam fazer face aos problemas da insularidade. Estas e outras. Ou estas ou outras.

Também quero acrescentar que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no seu artigo 32.º — uma lei com valor reforçado e que será aprovada brevemente — já prevê esta situação.

Portanto, não restava outra posição ao Partido Socialista e ao seu Grupo Parlamentar se não votar contra a proposta do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A nossa posição contra estas propostas ficou perfeitamente clara na intervenção que fizemos em relação a estas matérias.

Consideramos que neste momento, estas reduções, revelam algum aventureirismo, por um lado e por outro há falta de fundamento em relação às percentagens propostas.

Presidente: Vamos votar o Mapa 1 e respectivo anexo de acordo com a proposta apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Mapa 1 foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Eu desejava chamar a atenção do PP para uma conclusão que eu me atrevo a tirar, ou seja, as propostas de alteração para os Mapas 2, 3 e 4 estão prejudicadas em face desta votação. Portanto, não faz sentido votá-las.

Não sei se estão de acordo ou não com esta interpretação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para uma simples declaração de voto, para complementar a argumentação expendida pelo Deputado Fernando Menezes.

É espantoso, e foi por isso que votámos contra, que uma matéria desta importância — ao cabo e ao resto, foi tão importante que todos subscrevem que é inevitável desde já felizmente e que em 1998 haja uma baixa efectiva de impostos sobre o rendimento — com todas as nuances que a lei o permite, não conste em 30 ou até mesmo em 10 quilos de papel que os Srs. entregaram para apreciarmos.

Durante um mês, as comissões parlamentares e esta Assembleia, estudaram estas propostas espectaculares. Fala-se de tudo, de futebol, de toiros, de tudo....

(Risos da Câmara)

É irrealista, é imponderado, foi uma loucura que passou pelo Partido Popular introduzir neste debate essa matéria.

Nós é que tivemos a ideia de trazer isto aqui.

O drama é que o Governo esqueceu-se.

Deputado José Monjardino (PP): Ou não quer!

O Orador: Quando as ideias vêm do Governo são óptimas, são boas para o povo.

Deputado José Monjardino (PP): Exactamente!

O Orador: Tantas que aqui estão que poderiam ter ficado em casa. Mas como não se lembraram foi uma lacuna, foi uma falha grave do Governo e o Partido Popular teve o azar — para o Governo, para o PS e para o PSD — de detectar a falha.

Aquele fim de semana em que o Partido Popular datou e comunicou a sua posição relativamente a essa falha grave dos documentos orientadores da política do Governo para 4 anos, esse fim-de-semana foi estrategicamente fatal para o Governo, para o PS e para o PSD.

(Risos da bancada do PS)

Todos percebemos isso.

Foi um fim-de-semana feliz para o PP, porque o PP mais uma vez esteve atento, verificou e pegou numa matéria que de facto era importante, porque outras que são relativamente importantes foram anunciadas aqui 4 e 5 vezes.

A descida da percentagem do tarifário da EDA foi referida aqui várias vezes e vai acontecer em 98.

A baixa dos impostos que pelos vistos vai acontecer em 98, não pode constar em documentos oficiais.

Estamos todos esclarecidos.

Deputado José Monjardino: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos passar à votação do Mapa 2 e respectivo anexo e dos Mapas 3 e 4 de acordo com a proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Mapas 2, 3 e 4 foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos continuar a votação dos artigos da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Orçamento e se não houver oposição vamos votar em conjunto os artigos para os quais não há propostas de alteração, ou seja, os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que devíamos votar os artigos 2.º e 3.º, porque o artigo 4.º precisa de uma proposta de alteração.

Houve alteração do montante de financiamento de 11.2 para 12 milhões de contos.

Presidente: Então vamos votar os artigos 2.º e 3.º, enquanto se pensa na proposta de alteração para o artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 2.º e 3.º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e registou 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, é para apresentar a proposta de alteração.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Augusto Élavai (PS): Para a alínea b) do artigo 4.º, em vez de 11,2 milhões de contos, ficam 12 milhões de contos.

Presidente: Tendo em conta esta proposta de alteração, vamos passar à votação do artigo 4.º no seu conjunto. Julgo que não é necessário votar a alínea separadamente.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e registou 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta nós não esperávamos!

Deputado José Monjardino (PP): Mas aceitamo-la!

O Orador: Esta nem de bandeja!

Parece que os astros devem acompanhar aqueles que procuram, que trabalham e que buscam o melhor possível (não a perfeição, mas o melhor possível).

Depois de ouvir quem ouviu há bocadinho o líder parlamentar, o Sr. Deputado Fernando Menezes, com qualificativos ao trabalho do Partido Popular, às responsabilidades, à forma mais ou menos leviana como trazíamos essas coisas aqui.

Então os senhores que têm conhecimento disso há meses, que trabalharam para o Governo na elaboração deste documento, e agora num momento para o outro agravam o défice da Região em 800 mil contos, sem dar uma justificação a esta Câmara, sem dar uma ideia dessas "trocas e baldracas" que puseram para aí?!

Vão endividar os Açores quase em mais um milhão de contos para quê?!

Mais quantos postos de trabalho é que os senhores vão criar com isto?!

Se um milhão e novecentos mil contos que o PP estava aqui a tentar fundamentar ao longo destes dias...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Desequilibrava o Orçamento da Região!

O Orador: Desequilibrava o Orçamento da Região?!

Ó Sr. Presidente, V. Exa. se calhar disso sabe tanto como eu!

Por acaso o Sr. tinha a ideia que ia sair hoje daqui com mais 800 mil contos de défice e em poucos minutos?!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O Mapa 1 já está aprovado!

O Orador: Estava no mapa!

Deputado João Greves (PP): Ó Sr. Presidente, se eu tivesse visto todo esse dinheiro para o porto do Corvo tinha votado todos os artigos a favor!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso foi um tiro no pé!

O Orador: Não foi tiro nenhum no pé!

Os senhores têm perfeita consciência que nesta Assembleia se não fosse a chamada de atenção da Sra. Deputada Berta Cabral, o que estava aqui eram 11,2 milhões de contos em endividamento.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não foi nada Sr. Deputado!

O Orador: Ninguém nesta Assembleia fez qualquer referência a estes valores. Discutiram-se esses valores aqui e os valores que foram sempre mencionados foram 11,2 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós registamos a leviandade, a falta de transparência e como se passou de 11,2 para 12 milhões de contos à sucapa.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente sempre se falou nesta Casa em 12 milhões de contos. Eles constam de todos os mapas e tenho muita pena se o Partido Popular não os tenha lido convenientemente.

No entanto, também não posso deixar de estranhar que o Partido Socialista não tenha apresentado alteração ao artigo 4.º. Isso eu não posso deixar de estranhar, mas o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não tem razão, assim como o PS também não tem razão. Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que no relatório da Comissão de Economia já vêm mencionados os 12 milhões.

Presidente: Terminadas as declarações de voto, vamos passar à votação dos restantes artigos, ou seja, os artigos 5.º a 13.º inclusive, se não houver objecção.

Estes artigos não têm propostas de alteração por isso podemos votá-los em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5.º a 13.º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e registou 23 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto cinge-se aos artigos 8.º, 9.º e 10.º. A abstenção referente a esses artigos tem um significado político que já foi devidamente explicado pelo líder da nossa bancada, mas também tem um aspecto técnico.

Eles visam a adaptação à Região do Decreto-Lei 55/95, que é um documento fundamental no regime de empreitadas das obras públicas e na prestação de serviços pelo Estado e pelas Regiões Autónomas, e entendemos que essa adaptação à Região devia ser feita numa Proposta de Decreto Legislativo Regional autónoma a esta, na medida em que as medidas que estão aqui preconizadas caducarão com a aprovação do próximo orçamento.

É nesse sentido a razão de ser, porque entendemos que a par da questão política, há uma questão técnica que seria, na nossa opinião, muito mais salvaguardada em termos de manutenção para o futuro numa iniciativa autónoma relativamente a essa proposta.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta apresentada pelo Partido Popular que propõe o aditamento de um artigo 13.º A sobre a "aposentação voluntária".

Vamos passar à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esse artigo, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada pelo Partido Popular foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do PP e 23 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta votação é bem sintomática.

No Orçamento que está em curso, o de 1997, esta norma está prevista, porque foi aprovada por este Parlamento há 3 meses atrás.

Talvez seja curioso perceber-se a votação que hoje sofreu, na medida em que provavelmente houve sinceridade relativamente à ausência de vontade do Partido Socialista e do Governo, em utilizar um instrumento que poderia ser fundamental para a nossa Região.

De facto, apesar de constar no Orçamento anterior, não acreditamos que o Governo Regional tenha feito qualquer diligência, empenhada e efectiva, para que a Região beneficiasse deste instrumento.

Nós sabemos que há um número significativo de trabalhadores da função pública que aguardam com expectativa que lhes pudesse ser facultada a utilização de um instrumento de aposentação voluntária.

Se isso é verdade, há a ajuntar a isso o interesse económico, regional e orçamental da Região e por essa via pode-se contribuir para a desejável racionalização da administração e para, se fosse essa a sua vontade, caminhar-se decisivamente para uma inversão da tendência das despesas de funcionamento da administração.

O que se prova, é que a administração vigente e o partido que a suporta, pretende que as coisas continuem tal como estão e que as medidas que eventualmente são anunciadas para redimensionamento da administração são meras ficções, porque não é fácil fazer-se uma reforma em condições na administração se não houver a capacidade de se poder ter uma política de pessoal nessa administração.

A única forma que o Partido Popular entende que é possível e desejável actuar nesse domínio, é com o instrumento da reforma da aposentação voluntária ao contrário de

alguns chavões que possivelmente ninguém acredita de que medidas por nós propostas visariam despedimentos na função pública.

Ninguém, incluindo nós, deseja e admite — pelo menos da nossa parte — quaisquer despedimentos na função pública.

Aí está uma matéria em que o PP fica só, fica bem com a sua consciência e sabe que é um erro estratégico esta administração não utilizar.

A administração anterior do PSD utilizou uma norma, um decreto aprovado nesta Assembleia e porque ela o utilizou, não na medida em que seria susceptível de o fazer, utilizou de uma forma algo restritiva e talvez hoje o Governo tenha alguma contenção, como aqui foi dito, nas despesas de pessoal, porque caso contrário, em vez daqueles valores que aqui foram apresentados, tinham que meter muitas centenas ou até milhão, se a administração do PSD anterior não tivesse descongestionado a administração em várias centenas de funcionários que beneficiaram do princípio da aposentação voluntária.

Quem tem medo de dar aos trabalhadores a possibilidade de poderem sair da administração se a própria administração os considerar como disponíveis? Qual o receio disso acontecer?!

Isto não tem encargos para o Orçamento Regional, só tem vantagens, alivia o orçamento.

Os Srs. votaram aqui na defesa dos interesses da Caixa Geral de Aposentações.

(Risos da Câmara)

Estão a rir-se, mas foi isso que os Srs. fizeram!

Auscultem a administração regional, vejam se não há centenas de funcionários que possam estar disponíveis para isso.

Os Srs. não têm política nessa matéria, isso é crescer despesa e veremos. Nós estaremos cá para o ano para ver. Daqui a dois anos não sei, mas para o ano talvez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto em relação a esta matéria, será aquilo que há seis meses aqui disse em relação a uma proposta semelhante e em relação ao orçamento vigente este ano.

Efectivamente, nós não estamos de acordo que se procure criar medidas que levem a um desaparecimento da administração pública regional, fundamentalmente, porque por um lado isso poria em risco os postos de trabalho que aí existem, uma vez que ao entrar-se numa derrapagem de considerar disponíveis um conjunto de funcionários que são perfeitamente necessários para a administração, é preocupante.

Por outro lado, ainda há bem pouco tempo, uma medida semelhante esteve em aplicação e, lamentavelmente, nessa altura foram feitos alguns exageros, porque numa empresa pública, e posso até citá-la, a SATA, foram considerados disponíveis muitos trabalhadores, os quais reformaram-se, mas neste momento esses trabalhadores estão a ser substituídos por outros trabalhadores com vínculo precário.

É uma realidade que todos nós conhecemos e que, em nosso entender, prejudicou os trabalhadores, aqueles que saíram, porque pensamos que nada beneficiaram com esta aposentação, prejudicou os trabalhadores que neste momento estão com vínculo precário nessas empresas, passando-se o mesmo em grau muito mais diminuto em muitos sectores da administração pública. Por outro lado, não diminui nada as despesas correntes, porque os trabalhadores, embora com vínculo precário e prejudicados, a Região e a administração continuam a ter que pagar-lhes.

Por isso mesmo nós estamos contra medidas com essas características, medidas essas que consideramos que em nada beneficiariam a administração pública regional nem o bom funcionamento dessa administração.

Nós pugnamos, porque efectivamente queremos que exista uma boa administração pública regional por um lado, e por outro lado estamos aqui na defesa dos interesses dos trabalhadores e votar contra aquilo que aqui está proposto é votar a favor dos trabalhadores da administração pública.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS no orçamento anterior votou favoravelmente uma proposta semelhante e já começou a trabalhar nisso.

O que agora se está a passar é que está sendo proposto a mesma coisa duas vezes o que é perfeitamente despiciendo.

O Partido Socialista e o Grupo Parlamentar está de acordo com isto. Isto foi aprovado no Concelho Regional de 97 e o Governo tem trabalhado nesta matéria junto com o Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. Fausto Correia.

Há algum desenvolvimento sobre esta matéria e esta Câmara tem todas as condições de saber o que é que se passa, tal como o Sr. Deputado, através de um requerimento que não fez.

Portanto, quando diz que o Governo não fez nada, que não cumpriu, isso é que é pura ficção. Ficção é isso é inventar-se coisas que não se sabem como aliás começa a ser habitual.

Portanto, faça um requerimento e o Governo seguramente terá muito gosto em informar o Sr. Deputado do desenvolvimento desta matéria.

Recentemente, foi feito mais um contacto com o Dr. Fausto Correia e esta questão está encaminhada. Simplesmente, como é sabido também, não é da competência do Governo Regional, tem que haver aqui um entendimento o que é bastante mais complicado.

Aprovar de novo isto, é aprovar a mesma coisa duas vezes, uma vez que isto está em andamento.

Presidente: Vamos passar à votação dos dois artigos que faltam do Decreto sobre o Orçamento, ou seja, os artigos 14.º e 15.º.

Antes disso, chamo a atenção para o facto de que ainda tenho aqui uma proposta de aditamento do PP que não pus à votação, porque é aquela proposta que propunha uma nova epígrafe para o artigo 13.º e por isso podemos considerá-la prejudicada.

Vamos passar à votação dos dois restantes artigos do diploma, artigos 14.º e 15.º.

Há uma proposta apresentada pelo Governo Regional e entrada na Assembleia para substituir as folhas 84 e 85 do documento entregue.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, é para pedir a suspensão dos trabalhos durante 10 minutos para poder analisar esses documentos.

É possível que eles estejam no meu gabinete, mas dado os atrasos da minha chegada, neste momento, eu não tenho esse documento aqui.

Portanto, solicitava a suspensão dos trabalhos por 10 minutos.

Presidente: Os trabalhos estão suspensos por 10 minutos.

(Eram 23.35 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço que retomem os vossos lugares para voltarmos às votações.

(Eram 23.50 horas)

Vamos votar os dois artigos que ainda faltam da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Orçamento da Região Autónoma para 1998", ou seja, os artigos 14.º e 15.º.

Os Srs. Deputados que concordam com esses artigos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 14.º e 15.º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do PP e 23 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação final global deste Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Orçamento da Região Autónoma para 1998" foi aprovada, em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do PP e 23 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegámos ao fim desta maratona da discussão dos documentos em questão, e o Partido Popular gostaria de deixar muito claro a razão pela qual votou contra o Plano a Médio Prazo, o Plano para 1998 e o Orçamento para 1998.

Em primeiro lugar, o PP propôs que fosse incluído um conjunto de princípios no Plano a Médio Prazo que mais não eram do que a consagração do que supostamente o PS e o Governo apregoam, ou seja, olham para a Lei das Finanças Regionais como um instrumento importante para a redução dos impostos.

Não colocaram isso no Plano a Médio Prazo e infelizmente, nós e os açorianos, já nos habituámos a que promessas vãs não interessam, compromissos duros é que se torna importante.

Resultado: não conseguimos entender porquê o medo do Governo e do Partido Socialista em consagrar, por escrito, aquilo que aparentemente apregoaram. Aí, não há a menor sombra de dúvida que não querem mudanças.

Ao não aceitar que o PP incluísse, sem nenhuma base regimental na sua argumentação, em nome de uma prática que vem do tempo do Dr. Mota Amaral, alterações no texto do Plano a Médio Prazo, é no mínimo inaceitável e como tal é redutor do uso do poder democrático desta Assembleia Legislativa Regional.

Depois das declarações do Sr. Presidente do Governo, ninguém de boa fé poderia pensar que alguém quisesse subir os impostos, pergunto sinceramente: onde está essa boa fé ao não admitirem uma alteração no Plano a Médio Prazo que consagrasse o princípio da baixa dos impostos como uma grande medida estrutural de relançamento da economia?

A pergunta que se faz é **porquê?**

Das duas uma: ou porque não acreditam — e estou sinceramente mais inclinado para essa posição, tal como o Partido Popular — que a maneira de desenvolver uma economia é através de medidas activas a favor das empresas.

Não há melhor medida activa para as empresas que não seja a conjugação da baixa das taxas de juros e da bacia dos impostos.

Numa região que tem dificuldades em termos de capacidade competitiva, a introdução de mecanismos e um compromisso político assumido hoje, aqui, perante a Região e perante o exterior de que se iria aumentar a competitividade da nossa economia dando, a quem quisesse cá investir, a possibilidade de uma redução nos impostos, não aceitar isso, é sim uma posição de má fé.

Ou alternativamente, e não posso deixar de fazer esta conjectura, o Governo sabendo que tinha um mecanismo de redução de impostos, não o quer fazer abertamente neste quadriénio. E porquê?

Arranje-se uma comissão de estudo, ela arrasta-se durante dois anos e nessa altura arranjam-se as conclusões do estudo — que pode levar um mês ou pode levar dois anos — e lança-se a medida no ano em vésperas de eleições.

Desta forma o Governo pretende ganhar popularidade, mas à custa do sacrifício activo dos açorianos e das empresas açorianas durante dois anos. Isto tem que ser denunciado.

É absolutamente inadmissível!

Não acreditamos que se pudesse estar de boa fé!

A prova provada é que nem sequer aceitaram votar as propostas que o PP tinha colocado no Plano a Médio Prazo com o subterfúgio em que diziam, "então o PP ponha essas propostas na lei do orçamento".

Meus senhores:

As propostas do PP tinham impactos plurianuais e davam uma indicação potencialmente condicionadora de uma futura lei.

Não se pode fazer isso de uma lei relativamente à outra. Nós não podíamos aprovar um princípio político numa lei que é a Lei do Orçamento da Região, condicionando uma lei que iria entrar em vigor mais tarde.

Para além da má fé, vão ao ponto em que dão uma indicação ao PP para cometer uma ilegalidade.

Nós não podíamos fazê-lo e ninguém de boa fé podia pedir como alternativa que cometessemos uma ilegalidade.

O PP não aceitou cometer uma ilegalidade, porque o princípio de que estamos aqui a falar é um princípio político e, como tal, tem cabimento num documento de grandes orientações estratégicas.

Estivemos há pouco tempo atrás a votar, relativamente a uma iniciativa do Partido Comunista, o subsídio de insularidade. Votámos contra com uma declaração de voto comum, ou seja, não acreditávamos que seria através do subsídio de insularidade que se resolvia o problema dos custos de insularidade, além de que era discriminatória, porque só dava a alguns funcionários e não dava a outros.

Essa declaração de voto dizia que se pretendia ultrapassar ou compensar os açorianos pelos custos acrescidos da insularidade através da redução dos impostos, através da baixa de electricidade, etc. etc....

Tínhamos essa oportunidade hoje do Partido Socialista e do Governo darem essa indicação inequívoca aos açorianos.

Não o quiseram fazer e ao não o quererem fazer quer dizer que estão contra essas medidas.

O PP ao propôr está a favor dessas medidas.

Para nós é claro: É lamentável que medidas com alcance de longo prazo tenham sido sacrificadas claramente por posicionamentos de curto prazo e indestinos. É lamentável e isto tem que ser dito hoje em dia ao povo dos Açores.

É um Governo que afinal apregoa, mas afinal não faz, promete mas não cumpre e muito claramente vai condicionar o futuro da Região, porque mesmo que se discuta a Lei das Finanças Regionais — e nesta Assembleia vai ser discutida — nessa altura vamos ver se os propósitos continuam ou não.

Por isso vai haver nitidamente um segundo "round" e o PP cá estará para ele. Não tenham a menor dúvida!

Aí vamos ver a bondade e a vontade de cada um de prosseguir estas políticas.

No entanto, uma certeza fica hoje: não vai ser aplicada no ano de 1998, na medida em que não se criou um enquadramento orçamental e a Assembleia não pode aprovar uma lei este ano que vá contra a Lei do Orçamento que entretanto foi aprovada.

Esta é que é a realidade. Ou seja, ao não aceitar a alteração do Orçamento deste ano, condicionou-se a aplicabilidade e o efeito que podia resultar da aplicação da Lei das Finanças Regionais no aspecto fiscal nesta Região.

Isto tem que ser dito: o Governo e o PS são responsáveis pelos açorianos não terem os seus impostos mais baixos em 1998!

E disse.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, vamos passar ao ponto 4 da nossa ordem de trabalhos, ou seja, o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de DLR "Alteração ao Orçamento da RAA para o ano de 1997"**.

Está aberta a discussão, dentro do regime que é conhecido, isto é, com uma intervenção de um dos proponentes e um representante de cada grupo ou representação parlamentar por um período não superior a 15 minutos cada um.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte que é precisamente a discussão da **Proposta de DLR - "alteração ao Orçamento da RAA para o ano de 1997"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta, tem o seu fundamento principal na necessidade objectiva que houve de reforçar dois programas da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, devido a duas obras que estavam a revelar-se extremamente importantes, terem um ritmo de construção maior.

Uma delas refere-se à estrada regional nº1/1ª entre Lajes e Stª. Bárbara na Terceira, em que se tinha detectado que a actualização e a adaptação do projecto aos troços onde se envolveram os trabalhos do corrente ano que conduziram à execução de muitos trabalhos a mais, os quais originaram um encargo financeiro superior. Por outro lado, verificou-se também que as próprias revisões do preço verificado durante o ano, tinham sido superiores ao inicialmente previsto.

Portanto, pretende-se que esta obra seja reforçada em 100 mil contos ainda no ano de 1997.

A segunda obra diz respeito à 2ª fase da 2ª circular de P. Delgada, em que houve uma necessidade de promover uma aceleração nestes trabalhos, por forma a que quando o Hospital de P. Delgada estiver operacional e for inaugurado, tenha os acessos facilitados.

Este reforço de verba é no valor de 135 mil contos.

Postos perante esta necessidade de reforço destas duas verbas, o Governo inventariou também todos os programas em que pudesse haver uma execução financeira inferior àquela inicialmente prevista. E uma vez que também havia a necessidade objectiva de reforçar as dotações que suportam as participações da ADSE, foi possível nos diferentes programas repescar algumas verbas que totalizaram 400 mil contos, os quais vão precisamente reforçar essas participações da ADSE.

Uma vez reforçadas estas dotações, as mesmas vão possibilitar que se pague ao Serviço Regional de Saúde, o que, por sua vez, vai possibilitar que o mesmo tenha possibilidades de pagar a muitos fornecedores que poderão estar eventualmente com algumas facturas em atraso.

São estas, fundamentalmente, as alterações orçamentais que o Governo apresenta a esta Assembleia e espera a sua aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria que me dissesse se pretendem reforçar as obras das duas estradas em questão com um montante de 235 mil contos?

Por outro lado, se foram buscar verba a programas não executados a cem por cento, ou não previsivelmente executados a cem por cento para compensar isso, não criando agravamento de défice.

Em suma, a minha pergunta seria: quais foram esses programas e quais foram as verbas que deram depois os 400 mil contos e já agora também, se dá 400 mil e são só precisos para as estradas 235 mil, onde é que estão os outros 165 mil? - se é que fiz contas rápidas e bem feitas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu mandei aos Srs. Deputados um mapa elucidativo e que discrimina todas estas verbas.

Não sei se ele chegou ao poder dos Srs. Deputados, mas não tendo efectivamente chegado, terei o máximo prazer em esclarecer a origem das mesmas.

Assim, foi-se buscar ao Programa 18 - "Desenvolvimento de infraestruturas educacionais" - 300 mil contos; ao Programa 19 - "Desenvolvimento do sistema educativo" - 20 mil contos; ao Programa 20 - "Juventude e emprego" - 30 mil contos; e ao Programa 26 - "Património e actividades culturais" 50 mil contos. Tudo isto dá um total de 400 mil contos que foram inteirinhos para reforçar as verbas das participações da ADSE que por sua vez - tal como já referi - vão entrar dentro do esquema do Serviço Regional de Saúde.

Quanto aos 235 mil contos que vão precisamente reforçar as duas obras que referi - 2ª circular de P. Delgada e estrada de Stª. Bárbara, na Ilha Terceira - 210 mil contos são provenientes do programa respeitante aos "Incentivos ao turismo", porquanto nesta altura do ano não há possibilidade desta verba ser utilizada e assim sendo sê-lo-á certamente para o próximo ano e utilizará as verbas já aprovadas neste Orçamento que acabámos de aprovar para 1998, e os restantes 25 mil contos são provenientes do Programa 13 - "Equipamentos públicos", o que perfaz um total de 235 mil contos que vão reforçar estas duas obras que acabei de referir.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o PSD gostaria que não tivéssemos que aprovar aqui esta alteração, sobretudo porque esta redução nos incentivos ao turismo, significa que este sector não tem a dinâmica que nós gostaríamos que tivesse e não conseguiu, portanto, atingir o nível de execução que a Secretaria previa, bem como o Governo e que nós queríamos evidenciar se se tivesse atingido.

Apesar de tudo, deixo aqui uma nota, ou seja, talvez desta rubrica se pudesse tirar alguma verba que pudesse ser transferida para as câmaras do comércio, para os incentivos que não estando dentro do SIRALA, se atribuem especificamente ao sector do turismo. E já aqui se falou das dificuldades de verbas disponíveis para acudir às necessidades das câmaras do comércio.

De qualquer modo, e uma vez que é esta a proposta do Governo, e uma vez que é esta a previsão de execução - e se é assim que entendem - o PSD dará a sua abstenção a esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PS votará favoravelmente esta alteração ao Orçamento da RAA, dadas as explicações do Sr. Secretário Regional das Finanças, bem como dada a importância das obras em causa, nomeadamente a estrada Lajes/St.^a. Bárbara e a 2.^a circular de P. Delgada.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, apresentada pelo Governo para o Orçamento de 1998, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de "**alteração ao Orçamento da RAA para 1997**", foi aprovada na generalidade por maioria com 24 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar então à discussão na especialidade.

Temos dois artigos, vamos pô-los à discussão simultaneamente - Artº.1º e Artº.2º.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com estes dois artigos, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: Os Artigos 1º e 2º foram aprovados por maioria com 24 votos a favor do PS, 3 a favor do PP, 1 a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta na globalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada, na globalidade, por maioria com 24 votos a favor do PS, 3 a favor do PP, 1 a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de DLR sobre a "Alteração ao Dec.-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro - Regime Jurídico de Autonomia das Escolas"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta proposta de diploma ora em discussão perante esta Assembleia, assume - para o Governo - papel relevante na alteração na política da Educação e visa um objectivo de carácter estruturante a esse nível.

A falta de autonomia das nossas escolas, leva a que o processamento burocrático, por exemplo nas verbas que dizem respeito ao funcionamento de bares, bufetes e cantinas, seja demasiado longo, o que acaba por se traduzir em atrasos sensíveis de pagamento, porque as verbas têm que fazer um percurso extremamente complexo, desde a escola que normalmente gera uma boa parte delas, através dos pagamentos

efectuados pelos alunos, docentes e funcionários. Por isso, até que esse dinheiro volte novamente ao fornecedor há um percurso demasiado longo.

Por outro lado, pelo facto das escolas não disporem de nenhuma capacidade em termos de receber dinheiro, faz com que todas as verbas - mesmo as pequenas - que são geradas nas escolas, não possam ser recebidas por elas próprias.

As nossas escolas não têm capacidade de receber nenhum dinheiro, não podem receber sequer uma oferta que se lhe faça, em termos financeiros. E isso causa enormes embaraços à gestão das escolas e prejudica-as claramente em termos do seu funcionamento.

Por outro lado também, se nós queremos quebrar o ciclo de degradação que as escolas têm vindo a sofrer ao longo destes anos, é preciso criar um mecanismo expedito que permita a que a própria escola seja capaz de resolver os pequenos problemas de manutenção que surgem no dia-a-dia.

No actual enquadramento, um vidro partido, uma porta avariada, portanto qualquer uma daquelas ocorrências diárias na escola, exige um tratamento que leva a que a própria tenha que solicitar a uma outra entidade, normalmente às Obras Públicas, a sua reparação, o que se traduz - obviamente - em prejuízo, quer para a escola quer para o bom funcionamento dos serviços das Obras Públicas nas diversas ilhas, já que ficam assoberbadas com pequenos trabalhos nas escolas que impedem que se dediquem a outros trabalhos que teriam maior necessidade.

Portanto, este diploma - na sua vertente financeira - visa essencialmente isto.

Na vertente pedagógica, bem como na vertente administrativa, visa, no fim de contas, pôr a claro aquilo que já é felizmente uma realidade nas nossas escolas, ou seja, consolidar e estabelecer, juridicamente, a autonomia de que elas já gozam e que nós queremos que a aprofundem ainda mais.

Portanto, este é um diploma com extrema importância para o bom funcionamento do sistema educativo e é por isso que eu espero que esta Câmara o aprove.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata concorda também com a concessão da autonomia às escolas, aqui prevista nesta proposta de diploma. Muito embora considere que isto é um princípio — digamos que é um embrião — não é aquela autonomia que nós gostaríamos de ver atribuída aos nossos estabelecimentos de educação e ensino.

Como princípio, é salutar, contudo partilhamos dos mesmos receios que os professores e as suas estruturas sindicais têm em relação à forma como ela é concedida, digamos à forma limitada, sarceada, como ela é dada.

Efectivamente, se não forem feitas as transferências atempadas, se não forem salvaguardadas as devidas contrapartidas financeiras, as escolas podem vir a ter problemas.

Apontam dúvidas, nomeadamente quanto à indefinição das tais pequenas e médias reparações. Têm receios quanto ao conseguirem obter receitas de determinados serviços, como por exemplo as reprografias que normalmente geram despesas muito grandes — que são apontadas aqui como eventuais fontes de receita, ou possibilidade de concessão a terceiros, como as cantinas também e bufetes — e esse receio é que levou, nomeadamente as organizações sindicais na Região, o Sindicato Democrático e o Sindicato dos Professores da Região Açores, a considerarem este projecto como um "presente envenenado", porque têm este receio de que as escolas possam vir a ter problemas com a forma como a autonomia está a ser concedida.

Salvaguardadas estas posições, eu só gostaria de referir que nós, Grupo Parlamentar do PSD, não achamos que tivesse sido muito correcto, aliás essa também foi uma posição veiculada por alguns dirigentes sindicais, o facto de quando este projecto estava em discussão, ou antes ainda do mesmo ter chegado a esta Casa, ter sido publicada uma portaria, mais concretamente a que regulamenta a utilização por terceiros das instalações e equipamentos dos estabelecimentos de educação e ensino dependentes da administração regional, por indivíduos exteriores à comunidade educativa, ou seja, a Portaria 78/97, de 23 de Outubro, muito embora compreendamos o melindre da questão, por se tratar de uma situação muito peculiar da Região.

Nós conhecemos bem o problema que aqui está em causa, simplesmente dantes nunca tivemos problemas em relação a isto. O Governo diz que sentiu algumas situações que lhe escaparam ao controle imediato e teve algumas dificuldades. De qualquer forma, não achamos muito deontológico que algo que vinha previsto como "a regulamentar", tivesse sido apresentado ou publicado antes de chegarmos a esta Casa. Feito este reparo, nada mais tenho a acrescentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se por estarmos em 1997 a fazer a adaptação à Região de um diploma que já vem de 89 e que era de facto necessário fazer.

Era necessário, desde logo, porque se introduzem adaptações que dizem respeito à nossa especificidade regional.

Com a criação do fundo que se pretende criar e que será criado com este diploma, garantiremos às escolas uma capacidade de gestão financeira (não autonomia financeira) que até aqui não lhes era facultada. Por outro lado, este diploma aplicar-se-á às estruturas que irão aparecer na nossa Região também pela primeira vez, ou seja, as áreas escolares e as escolas básicas integradas que quando vierem a ser criadas já terão, naturalmente, estas capacidades que hoje lhes são absolutamente negadas e inexistentes, em relação às delegações e direcções escolares.

Por isso, estamos satisfeitos, porque finalmente chegou a esta Casa este diploma que vai possibilitar uma nova vida nas escolas, percebendo-se perfeitamente, todavia, que haja receios sobre o que é que o Governo entende por alguns dos termos que aqui utiliza.

Portanto, o que se exige é que o Governo seja claro e atento às situações que possam derivar na interpretação que é corrente e normal em qualquer legislação. O que significará que quando se fala, por exemplo, em "obras de conservação e manutenção", se saiba exactamente o que são essas pequenas obras que naturalmente não poderão corresponder a obras com orçamentos superiores àqueles que são transferidos para as escolas nesse sentido, o que quer dizer que não é possível que

uma escola se lance a fazer uma obra de vários milhares de contos, se não tiver efectivamente no seu orçamento essa verba.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós, por princípio, pensamos que dar a autonomia às escolas, de acordo com o que está estipulado a nível nacional, é um caminho aceitável. No entanto, a realidade da autonomia que está consignada na legislação nacional, foi promulgada em 1989. E, segundo creio, no País as escolas ainda não conseguiram ver aplicada esta legislação.

Mais: segundo me consta, prevê-se que esta legislação a nível nacional seja revista.

Por isso mesmo, temos dificuldade em compreender porque é que o Governo Regional procura a toda a pressa implementar esta legislação neste momento na nossa Região. Porque se foi possível viver na situação actual sem a aplicação desta legislação nacional, não compreendo a urgência, de um momento para o outro, em que isto seja aprovado imediatamente e promulgado.

Por outro lado, este documento oferece-nos algumas preocupações. E a primeira é saber-se se, efectivamente, as escolas vão ser contempladas com as verbas necessárias ao seu funcionamento estrutural.

Por outro lado, também nos preocupa se, de um momento para o outro, vai-se procurar negociar nas escolas com livros, com refeitórios, com bufetes e papelarias, pois são situações que nos parece não serem desejáveis nos estabelecimentos públicos de ensino e que irão prejudicar os alunos e o próprio fenómeno pedagógico. Inclusivamente, quando nesta proposta se dá a possibilidade de transferir uma série de serviços para entidades terceiras, isto preocupa-nos, porque nada nos garante que a transferência para estas entidades irá manter o nível que felizmente neste momento existe na maioria das escolas, nomeadamente em relação a refeitórios e a bufetes.

É uma preocupação que aqui deixamos e não é por acaso que relativamente a esta matéria aparece-nos, da parte dos sindicatos, bastantes preocupações. E eu penso que eles têm razões para manifestar essas preocupações.

Pela nossa parte, pensamos que as nossas escolas não terão muito a ganhar em relação à aplicação desta legislação neste momento e deste modo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, e também um pouco na sequência da intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, as nossas escolas precisam desesperadamente desta nossa legislação. E porquê?

Porque uma boa parte da situação de degradação que hoje se vive nas escolas e uma boa parte dos problemas que o fundo social de acção social escolar vem enfrentando, deriva da ausência desta legislação.

Neste momento, as escolas estão totalmente dependentes, para tudo aquilo que precisam, da Administração Regional.

As escolas sempre que têm uma porta ou uma janela partida, precisam de pedir ou de oficiar e de esperar que sejam atendidas por parte da administração para resolver esses problemas.

Uma boa parte dos problemas de pagamentos que têm vindo a surgir, que felizmente agora não têm sido tão agudos porque o fundo social de acção escolar tem andado melhor, mas por exemplo no início deste ano foram extremamente graves, com fornecedores de pastelaria, das cantinas a esperarem mais de 6 e 7 meses para serem pagos, portanto tudo isto deriva exactamente deste problema.

Por exemplo, uma escola vende uma sanduíche, o aluno paga-a, mas o fornecedor daquele pão naquele dia só vai receber o dinheiro passados 6 ou 7 meses nalgumas circunstâncias. Esta é uma situação inaceitável.

E porque é que isso acontece?

Porque o dinheiro tem que entrar na Contabilidade Pública, tem que dar uma volta imensa para retornar outra vez à escola. E obviamente fica dependente das disponibilidades financeiras do fundo regional de acção social escolar.

É por isso que o Governo considera urgente a aprovação deste diploma e a sua entrada em vigor, porque ele vai permitir resolver duas coisas que são, por um lado o

problema administrativo e o problema de funcionamento e de relacionamento com os fornecedores das escolas, e por outro lado, ele vai entrar no cerne da questão que é o problema da degradação das instalações escolares.

Nas actuais circunstâncias, as instalações escolares estão extremamente degradadas e em boa parte essa degradação resulta do facto das pequenas reparações que são precisas fazer quase diariamente numa escola, não serem feitas porque depois não há os mecanismos para isso.

Portanto, se nós queremos ter escolas com qualidade, precisamos de lhes dar a capacidade para resolver estes problemas.

É evidente que esta autonomia de que aqui se fala não é aquela que as escolas precisam e o objectivo do Governo não é ficar-se por aqui. Este é, sim, um passo intermédio — e agora respondo mais às questões levantadas pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca — num processo que nós esperamos vir a aprofundar à medida que se vá ganhando experiência.

Este documento contém ainda entraves que eu considero desnecessários. Por exemplo a limitação, em termos de competência, para aligeirar despesas, que é posta aqui neste documento com um limite de 500 contos e que tem a ver com o facto de isto ser um regime que nesta altura é experimental a nível nacional e também a nível regional. Nunca foi feito assim.

Por isso, nós estamos aqui a introduzir um conjunto de mecanismos que esperamos serem o princípio de um processo de contínuo aprofundamento e aperfeiçoamento.

Eu gostaria de ver este diploma a vigorar durante um ou dois anos, para nós obtermos experiência, para obtermos comentários da escola, para obtermos — através da prática — mais informação e depois gostaria de ver esta Câmara voltar a pronunciar-se sobre esta matéria e aí então, se for caso disso, aprofundar mais a autonomia das escolas. E creio que vai ser o caso, isto é, aprofundar mais a autonomia das escolas e retirar as peias que neste momento ainda são postas aqui, peias essas que resultam apenas do facto de não haver experiência. Não que eu desconfie das pessoas que estão nas escolas ou da sua capacidade de administrar, mas sim porque não há experiência e porque nós, infelizmente, temos no sector da Saúde uma experiência muito desagradável que não gostaria de ver repetida no sector da Educação.

Portanto, face a isso, foram aqui introduzidos mecanismos intermédios que irão com o tempo — espero — sendo eliminados.

Por isso, eu gostaria que esta questão ficasse bem clara: por um lado, nós estamos aqui a iniciar um processo que tem que ser rápido e urgente, se nós não queremos que as escolas continuem no mesmo estado de degradação em que elas estão neste momento, perante a impotência dos seus concelhos directivos e perante a impotência da própria escola. A escola não pode fazer nada para resolver estes problemas.

Em relação à questão das transferências de verbas, eu gostaria de chamar a atenção para o que está estabelecido no nº2 do Artigo 5º que diz: "Em condição alguma pode o fundo escolar assumir responsabilidades, sem que disponha das necessárias dotações orçamentais".

Creio que isto está aqui perfeitamente claro. É evidente que sem disporem de dinheiro não podem assumir quaisquer responsabilidades. E, portanto, está aqui um mecanismo que faz com que o fundo fique vedado até por lei, de assumir qualquer responsabilidade sem dispor do dinheiro. E gostava de o deixar descansado, porque eu não espero de maneira nenhuma que as escolas vão ganhar dinheiro com bares, nem com cantinas, nem com o que quer que seja. Isso não dá dinheiro nenhum e espero que continue a não dar dinheiro.

As escolas vão ter que receber através de transferências do Plano e para isso os Srs. Deputados aprovaram hoje um documento que contempla escola a escola as verbas necessárias, que vão ter que receber através das transferências do Plano, as verbas necessárias para a sua manutenção.

O Sr. Deputado sabe muito bem que uma escola não dá lucro e esperemos que nunca venha a dar, porque é um serviço, é algo que nós fazemos para a educação, não é um negócio para se ganhar dinheiro com ele.

Portanto, esse risco não existe, o próprio documento contém um mecanismo "preto no branco" que diz que não pode haver despesas sem haver dotação orçamental. Ou seja, essas questões e essas dúvidas que foram levantadas, a meu ver, não fazem qualquer sentido.

Espero ter esclarecido os Srs. Deputados e muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É só para evitar que fique a ideia de que todas as escolas se atrasam nos pagamentos em relação a determinado tipo de reparações.

Eu sei que o Sr. Secretário não queria dizer bem esse aspecto da porta ou do vidro. É que há um companheiro nosso que já foi presidente de um conselho directivo e dizia-me e com razão que há escolas que de facto têm uma resposta rápida em relação a essas pequenas reparações e têm um pagamento atempado. Em relação a coisas maiores, como padarias e outras, às vezes por um atraso nas transferências do FRASE, as escolas atrasam-se também a pagar, mas não podemos generalizar e ficar com a ideia de que todas as escolas se atrasam, pois muitas até cumprem com uma regularidade que é notável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional aponta um conjunto de aspectos com os quais nós estamos de acordo, isto é, a autonomia das escolas, a capacidade das escolas poderem receber e pagar dentro de determinada medida. No entanto, há um outro aspecto que o Sr. Secretário não referiu, ou seja, a possibilidade proposta por si, das escolas poderem conceder a entidades terceiras as explorações. E quando me dizem que a escola vai conceder a entidades terceiras determinadas explorações, aí sim essas entidades vão pelo lucro e vão fazer aquilo que infelizmente se está a fazer nalguns serviços públicos, onde os utentes dos mesmos não têm o serviço nas condições de quando era o próprio serviço a fornecer — e isso passa-se por exemplo em hospitais com o serviço de refeições. Esta é uma realidade.

Portanto, este é um aspecto que nos preocupa, porque consideramos grave, relativamente a este documento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu no esclarecimento anterior esqueci-me de referir esta questão.

O que está aqui estabelecido é que os fundos escolares poderão cumprir essas funções, e por iniciativa da própria escola, pode ser feita a concessão a terceiros. E repare Sr. Deputado: por exemplo uma cantina é altamente subsidiada. O custo de uma refeição, sem contar com o pessoal, com electricidade e com o gás, só os géneros que são postos nessa refeição, nesta altura na Região, aproxima-se dos 250 escudos. Refeição essa que é vendida para a generalidade dos alunos, a valores que andam à volta dos 50 ou 100 escudos — a maioria está neste último valor.

O que é que isto quer dizer?

Significa que a cantina, jamais em caso algum, poderá fazer qualquer lucro, não pode fazer.

Quando são feitos contratos de concessão de cantinas, ou quando são feitos contratos de concessão de fornecimento de refeições em unidades de saúde, é estabelecido um caderno de encargos em que se garante os aspectos que têm a ver com a quantidade, qualidade etc., e a empresa que fornece esses alimentos, não ganha nenhum dinheiro com os utentes. Ela recebe por cada refeição servida uma quantia que é contratualmente estabelecida. Portanto, não há o pagamento total. E essa quantia obviamente numa escola será muito maior do que o somatório daquilo que os alunos pagam, já que eles têm todos — mesmo aqueles que estão no 5º escalão que têm um subsídio de 50 escudos/refeição, enquanto que os outros têm um subsídio que avança até aos 200 escudos — a refeição subsidiada.

Portanto, isto é para dizer que não há de maneira nenhuma uma ligação directa entre o preço da refeição e aquilo que o aluno paga, e muito menos uma relação de lucro directo face àquilo que paga o aluno. Há, sim, a possibilidade de se contratar com alguém que forneça em condições que são estabelecidas.

Eu gostava de dizer que ao contrário daquilo que o Sr. Deputado afirmou, a concessão do serviço de refeições a algumas unidades de saúde, tem-se revelado extremamente benéfica, do ponto de vista da qualidade, embora infelizmente, muito maléfica do ponto de vista do custo. Ou seja, normalmente acaba por se gastar mais dinheiro do que aquele que se gastaria de outra forma. Mas do ponto de vista da qualidade, particularmente quando as unidades de saúde têm nos seus quadros os

dietistas e até os técnicos que fiscalizam constantemente a composição das refeições, obviamente que a qualidade tem que ser boa. E numa escola — e por isso é que se põe aqui a condição da homologação antes da concessão — é evidente que se houver alguma que qualquer dia conceda o funcionamento de uma cantina, por exemplo, terá de ser com um contrato que garanta a qualidade e a quantidade das refeições fornecidas e terá que ser, como é óbvio, com o acompanhamento técnico, em termos de fiscalização, de um dietista ou de alguém devidamente habilitado para esse efeito. Portanto, não se trata aqui de maneira nenhuma de abrir a porta ao negócio selvagem das refeições dentro das escolas. É, sim, uma possibilidade de abrir uma porta à colaboração com a iniciativa privada, já que daí pode resultar um benefício claro na qualidade do serviço prestado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário traz à colação o que se passa por exemplo nalguns hospitais. E, embora a situação seja diferente, porque estou convencido que todos os nossos hospitais têm dietistas e técnicos ligados à capacidade de fiscalização da qualidade dos alimentos, estou também convencido de que serão capazes de ter orientação em relação à dieta alimentar de cada doente, apesar de tudo isso — repito — seria bom se nós pudéssemos avaliar aquilo que diz respeito às condições da dieta prescrita e da dieta efectivamente oferecida ao doente, mas isso é outra questão.

Porém, e apesar de todas essas condições, não há muito tempo, dos 3 hospitais da Região, parece-me que apenas um tinha inspecção de alimentos de origem animal. Os outros dois não têm ninguém que faça a inspecção dos alimentos dessa origem.

No entanto, se transferirmos isto para as escolas, a situação é completamente diferente, porque V. Ex^a. sabe perfeitamente bem que hoje muitas das nossas escolas não têm psicólogo. E não tendo isto, pensa o Sr. Secretário que amanhã vai ter um dietista ou alguém que seja capaz de analisar e de se pronunciar sobre a dieta que se oferece à escola?

E em relação à qualidade? As escolas estão preparadas hoje para efectivamente avalizarem a qualidade da refeição que amanhã vai ser fornecida por quem quer que seja?

É que uma coisa é de facto aquilo que se passa neste momento, em que é a escola, ela própria, a oferecer o alimento aos jovens, outra coisa será tudo isto entrar no circuito comercial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer que eu creio que as escolas nunca terão dietista próprio, mas o sistema educativo, que aliás pertence à mesma Secretaria que tem a tutela do sistema de saúde, nesta altura já beneficia da colaboração de dietistas.

O Sr. Deputado saberá que por exemplo foi elaborado um conjunto de sugestões para as refeições que são fornecidas nas escolas que foi elaborado por um dietista. E se a escola tem hoje a capacidade de saber se os elementos são bons ou maus, porque é que amanhã não terá se o alimento for comprado por outro?

Eu não estou a entender o que é acontecerá nestas circunstâncias.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Valadão)

O Orador: Em relação à questão da inspecção dos alimentos de origem animal em que haverá a necessidade de um veterinário, eu espero que as escolas vão comprar os alimentos que já estejam devidamente inspeccionados. Não espero que tenham um matadouro lá no quintal, ou no pátio da escola.

Bem, eu não queria adiantar mais esta questão, até porque estamos a passar o tempo. Acho que as posições já foram devidamente esclarecidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sinceramente pensava em não intervir sobre esta matéria, mas vejo-me obrigado a isso, embora o Sr. Secretário Regional tenha já dado um esclarecimento que me parece ser evidente.

Ora bem, ou se assume o princípio de que certo e determinado tipo de actividades económicas desenvolvidas dentro das escolas são para ser concessionadas, ou não se assume. E aí então faça-se a discussão nesse âmbito e estou aberto a fazê-la.

Acho muito bem que o PCP acredite que deve ser funcionalizado e operado por funcionários públicos, tudo bem. Agora, passar para a gestão privada as doenças de uma coisa que é do sistema e não dos operadores, isso não faz sentido. E tal como diz o Sr. Secretário e muito bem, apesar de estarem funcionalizadas as escolas hoje em dia em termos de cantinas, bem como a qualidade dos produtos animais, levanta-se o problema na origem e não em quem gere, pela simples razão de que a não ser que a escola tenha um matadouro próprio, mas então ela vai ter que matar as vacas e vai ter que fazer tudo, ou seja, não faz sentido.

É evidente que o que tem que ser feito é uma preparação a nível do sistema para delinear os cadernos de encargos e o enquadramento dentro dos quais se desenvolve esta actividade. E a partir daí fiscalizem. E depois, a prazo, até poderá beneficiar de pequenas unidades de gestão privadas que vão competir entre si e no médio/longo prazo vão fazer baixar os preços — não tenho qualquer sombra de dúvida sobre isto.

No limite, permitam-me dizer com toda a franqueza, que se alguma certeza se tem da experiência do passado, não me venham falar na qualidade das comidas que hoje em dia se tem nas cantinas de algumas escolas desta Região, sinceramente!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o Sr. Deputado José Monjardino põe o problema da qualidade daquilo que é fornecido hoje nas nossas escolas, muitas mais razões tenho eu para pensar no que se vai passar amanhã, com a aprovação disto que neste momento o Sr. Secretário procura colocar perante nós.

Isso vai-se passar, cumprindo todos os preceitos legais, todas as inspeções, todos os problemas de regras higio-sanitárias. O que não se vai cumprir são as premissas de qualidade que existem, felizmente, neste momento — e eu reconheço isso — nas escolas que eu conheço.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se hoje por exemplo, na Escola Básica e Secundária da Ilha das Flores, eu sei que os jovens têm a possibilidade de lhes ser fornecidas refeições com carne e que a mesma é de vitelo ou novilho, sei também que se este sector passa para o comercial, amanhã vai ser fornecida a mesma quantidade de proteína, o mesmo valor alimentar, mas em vez de os alunos comerem o vitelo ou novilho, vão comer alguma vaca velha que abatam, mesmo cumprindo as regras sanitárias e as inspeções sanitárias, só que em termos de qualidade, estamos conversados. E é contra isto que eu estou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uma nota muito breve na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Monjardino, para dizer-lhe que, felizmente, a qualidade das refeições nas nossas escolas não é assim tão má.

Eu tenho comido em muitas das cantinas e até agora tenho sido agradavelmente surpreendido por aquilo que lá se come. E convido, desde já, o Sr. Deputado a comer nelas e a conhecer o que por lá se passa e verá que se come bem.

Muito obrigado.

Deputado José Monjardino (*PP*): O senhor é Secretário, é diferente!

Presidente: Terminada esta discussão, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com os princípios genéricos do diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O diploma em apreço foi aprovado na generalidade com 24 votos a favor do PS, 20 a favor do PSD, 3 a favor do PP e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao problema posto aqui que tem a ver com a autonomia, estou de acordo. E o meu voto de abstenção neste momento, é para demonstrar a preocupação que tenho de ver consignado aquilo que considero um grave prejuízo para os utentes das nossas escolas e para os jovens que as frequentam, ou seja, na possibilidade de eles poderem vir a ser prejudicados com um determinado negócio que possa ser feito relativamente à concessão de serviços que, em nosso entender, devem ser fornecidos pela própria escola.

Presidente: Vamos passar à discussão na especialidade. E vamos fazê-la em conjunto para os Artigos 1º e 2º.

Está aberta a discussão na especialidade.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes dois artigos, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 1º e 2º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão dos Artigos 3º e 4º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções sobre estes dois artigos...

Vejo ares de alguma dúvida, por isso gostaria que as exprimissem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para interpelar a Mesa.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, foram postos à votação os Artigos 1º e 2º, em que este último é a aprovação das alterações aos Artigos 1º, 3º, 9º, 12º e 16º?

Presidente: Exactamente.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Só que há uma proposta de alteração ao Artigo 21º da Comissão.

Presidente: Exactamente. Teve-se em conta essa alteração da Comissão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Pronto, Sr. Presidente. Então já votámos.

Presidente: Sim senhor.

Agora estamos na discussão dos Artigos 3º e 4º em relação aos quais não há qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com estes dois artigos, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 3º e 4º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão do Artigo 5º, para o qual existem duas propostas de alteração, uma provinda da Comissão para a alínea f) e outra apresentada pelo PCP, propondo a eliminação do ponto 3.

Está aberta a discussão deste Artigo 5º, com estas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para manifestar a minha discordância em relação àquilo que a Comissão propõe relativamente à alínea f), uma vez que este acrescentamento não faz muito sentido, já que há uma norma que diz que "em condição alguma pode o fundo escolar assumir responsabilidades sem que disponha das necessárias dotações orçamentais".

Portanto, o que está aqui dito é a mesma coisa, o que significa que há quase uma repetição entre a alínea f) e este nº2 do mesmo artigo, embora isto não altere em nada o objectivo, mas há aqui uma norma que fica repetida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta questão foi discutida precisamente em Comissão e entendeu-se que, para não surgirem quaisquer dúvidas e para que ficasse "preto no branco", far-se-ia esta salvaguarda, desde que também fiquem asseguradas as devidas contrapartidas financeiras para quaisquer transferências que viessem a ser competências feitas para as escolas.

Presidente: Então vamos partir do princípio de que esse acordo mantém-se em vigor.

Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sobre a proposta de eliminação do PCP.

Nós discordamos que seja eliminado este ponto 3 do Artigo 5º, pelas razões que já foram aqui aduzidas no debate feito anteriormente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não vamos repetir aquilo que já dissemos.

Pensamos que é errado entregar a exploração de refeitórios, bufetes, papelarias, reprografias e outras valências similares, inclusivamente cria-se a possibilidade de se entregar tudo e mais alguma coisa. É uma preocupação que temos, pois isto prejudica gravemente a própria escola, porque é um risco para ela própria. E entendemos que a escola é o lugar onde, de facto, deve ser dada educação e instrução às crianças e aos jovens, e não um local onde se vá negociar com elas.

Para nós, esta é a entrada do negócio entre alguém e os próprios utentes das escolas que são os jovens.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

A primeira coisa que aqui se refere é que "os fundos escolares **poderão**", ou seja, depende deles em primeira instância. E poderão, desde que cumpram regras.

A iniciativa de uma situação destas partirá sempre, sempre da escola. Estamos a dar autonomia à escola. E se esta entender que é melhor para os seus alunos, para o seu corpo docente, fazer esse contrato, é ela que o fará, porque a administração nunca o poderá fazer, e aqui dá-se rigorosamente a situação contrária, isto é, as escolas é que hão-de propor para a Direcção Regional homologar, quando hoje temos situações muitas vezes inversas, isto é, a Direcção Regional é que impõe regras às escolas. E com este diploma pretende-se precisamente o contrário.

Se a escola entender que é melhor, que é preferível é que há-de dizer à administração "queremos isto", a administração nunca poderá impor qualquer tipo de contrato às escolas, mediante esta norma.

Eu penso que isto é que é dar autonomia às escolas, ou seja, elas poderem deliberar, em primeiro lugar, e serem elas a definir as regras e não o contrário que é a situação que temos hoje.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Todos nós temos a experiência de que estes debates quando entram no dia seguinte, são perigosíssimos.

(Risos da Câmara)

E eu não quero contribuir para esse arrastamento. Mas começamos a ouvir coisas aqui que não deixam de merecer alguma reflexão.

Dar autonomia às escolas é muito bonito. Mas já imaginaram que o interesse regional e o interesse da administração fica totalmente dependente das decisões de um núcleo que é uma escola?

Imaginemos escolas cujos responsáveis têm mentalidade comunista ou socialista pura. Vão-se criar "nichos" nesta Região, ou seja, vão haver escolas que têm uma dinâmica empresarial moderna, avançada, de economia de mercado; gente que confia nos empresários, gente para a qual o empresário é uma pessoa de bem, gente para a qual o negócio é uma coisa positiva que faz crescer as sociedades e as economias e não um perigo e uma ameaça à sociedade — como já hoje aqui ouvimos — gente que considera que fazer negócio é uma coisa positiva.

Portanto, eu estou muito preocupado com isso, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário vai ter na mesma localidade, na mesma zona ou cidade, uma escola que tem à sua frente pessoas abertas, evoluídas, com formação, que vão pôr a funcionar uma escola moderna, com benefícios para a administração, com menos

custos, com mais eficiência, com racionalidade e ao lado, porque tem um "marreta qualquer — sem ofensa para ninguém! — ...

(Risos da Câmara)

... ou um indivíduo qualquer que não acredita nesses princípios, aquela escola ficará semelhante a outra qualquer de outro sítio qualquer que já lá não existe!

Convenhamos que isso nos preocupa!

Portanto, se essa autonomia das escolas que aqui tanto apregoamos vai dar essa situação, como é que o Sr. Secretário - como responsável regional - vai compatibilizar esse aspecto? Se não houver aqui uma orientação superior, se não houver uma linha?

É que se a reforma da administração vai ser toda feita nessa base, vamos ver terras, escolas, hospitais evoluírem e outros andarem 50 anos para trás.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro de que as escolas têm uma gestão democrática. E, portanto, quando uma escola sentir que está a ficar para trás, escolhe outro gestor — é tão simples quanto isto!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu não vou responder a quaisquer provocações...

(Risos da Câmara)

... maniqueístas do Sr. Deputado que representa a extrema direita nesta Sala!

(Risos da Câmara)

Portanto, ele ficará com os seus conceitos e eu continuarei, honrada e orgulhosamente, com os meus. Certo de que tenho razão, certo de que a vida dar-me-á razão e certo de que já hoje a experiência dá-me razão.

Efectivamente, todos nós sabemos que até há escolas privadas nesta Região que têm papelarias. E eu posso afirmar categoricamente que quem as explora nessas escolas privadas, são os próprios proprietários. Eles não as entregaram — ao que me conste — até ao momento, a quem quer que seja, para que outros façam a exploração dessas papelarias. Esta é a realidade.

Por outro lado, eu devo dizer que não pus em causa nas minhas afirmações quem vai explorar a escola, nem a seriedade, nem a capacidade de fornecer de acordo com os seus negócios.

O que eu ponho em causa é o fornecimento, de acordo com estes negócios. Porque uma coisa é o fornecimento ser feito com qualidade e em determinadas condições pela própria escola, outra coisa é ser feito dentro de um outro âmbito, dentro de uma outra situação.

Por exemplo, não se coloca aqui o problema da escola deixar de ter refeitórios e passar a dar uma senha aos estudantes, de acordo com aquilo que eles têm que pagar, para eles irem comer ao restaurante do lado e a Secretaria é que pagar.

Portanto, se se quer optar por uma outra coisa, então vai-se optar por esta via. Mas não é esse o caso em questão.

Aquilo que está, sim, em causa aqui, é fazer entrar determinados interesses comerciais para dentro da escola, para que aí exista negócio com aqueles que não têm condições para o fazer, não têm condições para entrar no mundo dos negócios, porque o que eles estão lá a fazer é a serem educados e a serem instruídos.

Pensamos que com isto nas nossas escolas, só estamos a prejudicar o próprio ensino e os alunos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria da capacidade de gestão actual de algumas escolas a diversos níveis, apesar de já tê-lo feito em Comissão, gostaria de dar conta aqui ao Sr. Secretário de uma preocupação minha, adiantando desde já que acho que estas matérias devem ser objecto de uma acção muito pertinente por parte do Governo.

Para nos entendermos bem, gostaria de lhe dar conta do seguinte: há nesta Região toneladas e toneladas de carne de porco que são produzidas com leite distribuído às escolas da Região. Portanto, dos milhões de litros de leite que o Governo Regional dos Açores, sem qualquer controle, sem qualquer critério, sem qualquer fiscalização, distribui aos magotes por essas escolas dos Açores, garanto-lhe que há toneladas de porcos que são engordados com leite pago pela sua Secretaria, como já eram antes pela Secretaria do Dr. Aurélio da Fonseca!

(Risos do Deputado José Monjardino e da bancada do PSD)

Quero dizer ao Sr. Secretário — e às vezes é bom reflectir sobre isso — que para se actuar, há toneladas de carne de frango e de galinha que são produzidas nesta Região, com pão de leite fornecido pela Secretaria que o Sr. tutela, como antes era fornecido pela Secretaria do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

E se nós não tomarmos mão, se não tomarmos medidas de controle, de fiscalização, de actualização dos mapas que são enviados para as delegações escolares, se isso não for tudo controlado, garanto-lhe que há escolas nesta Região em que as criancinhas bebem em média por dia 2 a 3 litros de leite, de acordo com as estatísticas.

O Sr. Secretário sabe tão bem como eu que, infelizmente, aqueles que mais carecem e que mais precisariam de beber leite, são aqueles que menos gostam e que, infelizmente, não utilizam uma medida de política que na sua raiz está certa, mas que na prática deixa diariamente milhares de litros de leite por utilizar. E muito desse leite não regressa à origem.

Isto é um problema sério da nossa rede escolar, que temos que ter a coragem de denunciar, para que o Governo tome medidas de controle em relação a essas matérias. Portanto, isto não vem a respeito, mas também vem, porque estamos tratando aqui da capacidade de gestão e do rigor de muitas unidades escolares nesta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um pequeno esclarecimento e um pedido de esclarecimento.

Em primeiro lugar, o leite que é enviado às escolas é calculado em função do número de alunos que nelas existe, à quantia de 0,2 litros/aluno inscrito.

Portanto, se o Sr. Deputado diz que há toneladas de porcos, eu diria que há muitos milhares de crianças,

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): O problema é que há alguns que não gostam de leite.

O Orador: ... muitos deles o único leite que bebem é aquele e se muitos deles crescem e têm saúde é porque bebem esse leite!

A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: com isso o Sr. Deputado quer dizer que nós devemos cortar o leite e não dar mais...?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu percebo perfeitamente que a esta hora — como dizia o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro — de facto já não se sabe o que é que se diz.

Milhares de litros de leite por dia — e eu entendo que **milhares** tem que ser pelo menos 2 mil e qualquer coisa — significaria que as escolas dos Açores recebem todos os dias camiões de litros de leite para distribuir pela freguesia!

Eu estou à vontade — porque não foi há muitos anos que saí da escola e continuo a ir lá — para dizer que sei que uma das coisas que as escolas fazem é um controle mínimo desta situação. Até porque não há escola nenhuma dos Açores que tenha condições para armazenar estes **milhares de litros de leite** por dia que lá são depositados e que não são utilizados. Começaria pela coisa mais simples que é o depósito.

Por isso, e já agora como deputado desta Região e porque pago impostos, gostaria que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro nos dissesse qual ou quais as escolas, onde se gastam por dia milhares de litros de leite a ... alimentar porcos?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Louvado seja Deus! Onde isto já vai!

(Risos da Câmara)

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com o devido respeito, eu não vou repetir uma coisa que já foi dita aqui, mas sei que o Sr. Deputado Rui Melo não me vai levar a mal. É que a uma hora destas falar em leite e em pão de leite, é complicado!

(Risos da Câmara)

Eu compreendo, eu próprio e alguns de nós estão aqui com um modesto jantar!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que fui muito claro.

Há duas hipóteses: ou o Sr. Secretário toma devida nota desta situação que eu aqui referi — e é preciso coragem para o dizer! — se é que está de facto interessado, ou não se tente pôr aqui a situação de que amanhã ainda é capaz de dizer que não percebeu, e vai dizer que nós defendemos que se acabe com o leite nas escolas. Não foi isso que eu disse!

Eu disse que se controle o leite que é utilizado efectivamente nas escolas, para que aquele que as crianças não bebem — e há muito! — que é pago por todos nós, não seja destinado a fins que não a sua distribuição pelas escolas!

Isto é um contributo sério e honesto que é dado, relativamente à acção que compete ao Governo de fiscalizar essas medidas. E na nossa perspectiva, esse sistema não está a funcionar bem.

Quanto ao ilustre colega Deputado Francisco Sousa, eu devo dizer-lhe que eu até esperava que como especialista que é nessas áreas pela sua experiência, e não fazia mal nenhum se os próprios sindicatos se preocupassem com isso, porque é o interesse geral que está aqui em jogo e por uns pagam os outros!

Defender nesta Assembleia que haja fiscalização, quando eu falei em milhares de litros, foi no conjunto da Região e não na escola A, B ou C. Mas este alerta, este

despertar, que nos sirva para indagarmos como é que as coisas se passam e não termos uma postura defensiva de que está tudo bem, está tudo óptimo, de que o sistema é impecável, e quando quisermos abrir os olhos e quisermos saber como é que as coisas se passam na realidade, verificaremos que há situações ridículas e situações de aproveitamento ilegítimo de bens da Região que se deviam destinar às crianças e, por sobra, têm outro destino que não aquele que foi dado inicialmente. E é em pacotes de leite de longa duração que podiam ser melhor geridos! E há desperdício de dinheiros públicos!

E desafio daqui o Sr. Secretário, se tem dúvidas, que proceda a uma inspecção rigorosa!

Agora, por favor, não deturpem uma situação que é uma denúncia e respeitem, no mínimo, a atitude corajosa que é referi-la aqui!

Eu sei que não é bonito denunciar situações, mas é um desafio que é feito.

Presidente: Eu tenho ainda inscrito o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais. Queria apenas chamar a atenção para o facto de que estamos a correr um certo risco de sair do diploma e entrar no período de antes da ordem do dia e isso seria realmente muito mau.

Peço que o Sr. Secretário tenha em conta esta observação e seja breve.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não quero de maneira nenhuma fazer aquilo que o Sr. Presidente agora anunciou.

Vou dizer apenas duas coisas: por um lado, aceito o desafio, porque a questão do desperdício nas escolas é uma preocupação para mim. E este é um assunto que com toda a seriedade olharemos para ele.

Quanto às quantidades, pelas minhas contas, serão cerca de 1560 litros por dia, se não me enganei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para intervir também sobre esta matéria, porque fui professor do ensino primário até 1976 e se a memória não me falha, desde fins de 1973 ou princípios de 74 que começou a ser servido leite, pelo menos na escola onde eu trabalhava em Lisboa.

Nessa altura e até 1976 — porque fui professor na transição — nós éramos obrigados nas escolas a fazer, semanalmente, a nota da recepção do leite ou da chamada "merenda escolar", informando o superior hierárquico de quanto é que tínhamos recebido, bem como o número de alunos que beneficiavam do leite e da merenda escolar.

Portanto, a pergunta que eu faço ao Sr. Secretário é no sentido de saber se, neste momento, continua a haver esse controle de recepção e de frequência escolar, porque eu penso — e não estou a contestar nem positivamente nem negativamente as afirmações do Sr. Deputado — que este é um assunto sobre o qual temos que pensar e se de facto deixou-se de fazer esse controle, há razões para estarmos alertados e para nos preocuparmos. E por outro lado, se se deixou de fazer esse controle, é lamentável que isso tenha acontecido e deve-se voltar a fazê-lo, porque estas coisas para funcionarem têm que ter a tal fiscalização.

Já agora, isto vem dar razão àquilo que eu ainda há pouco afirmei, ou seja, se só dentro do sector público existem estas anormalidades, o que é que não haverá amanhã, quando se injectarem dentro das escolas pessoas estranhas e pessoas com outra finalidade que é o negócio. Felizmente, dentro do ensino não é muito normal as pessoas entrarem dentro do negócio. É mais normal elas dedicarem-se ao ensino, como profissionais que são e normalmente como profissão a tempo inteiro.

Portanto, quando a situação tiver que ter em conta pessoas estranhas ao meio escolar, com outra intenção que não a daquele meio, aí os senhores vão acabar por me dar razão, se é que já não o fizeram agora.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu creio que já falámos demais nesta matéria. Mas respondendo à pergunta directa que me foi feita, gostaria de dizer que o controle, do ponto de vista burocrático, ou seja, o controle em termos do impresso, existe.

Se o documento é preenchido com veracidade ou não, essa é uma questão que face à denúncia que foi feita pelo Sr. Deputado do PP, eu vou averiguar. E, a devido tempo, dar-vos-ei conhecimento disso.

Presidente: Terminada esta discussão, vamos passar à votação, começando exactamente pelo n.º 3 do Artigo 5º, ou seja, votando a proposta de eliminação desse número apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação para o n.º 3 do Artigo 5º foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 23 contra do PSD, 3 contra do PP e registou 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta proposta, porque muito embora ainda ontem tenha abordado a preocupação que também temos — e demonstrámos isso ontem na discussão sobre a proposta de Plano e Orçamento aqui apresentada, para a área da Educação e nas perguntas colocadas ao Sr. Secretário Regional — julgamos que quando se fala neste n.º 3 no "cumprimento das formalidades legais" e na homologação, nomeadamente pelo Director Regional, e face àquilo que mais uma vez foi aqui reafirmado pelo Sr. Secretário Regional, ou seja, que o binómio qualidade/preço mínimo será sempre tido em conta, julgamos que é uma prova de modernidade caminhar-se nesse sentido.

As escolas devem ter esta possibilidade e estou certo que os conselhos directivos, que desde sempre têm estado muito motivados para esta função social que é o fornecer-se aos alunos por vezes a única refeição decente e equilibrada que eles têm por dia, vão

também seguir muito de perto essa eventual refeição servida por terceiros e serão os primeiros a denunciar se alguma coisa estiver menos bem.

É uma justiça que se deve fazer aos conselhos directivos que, desde sempre, abraçaram com um grande empenho e com uma grande dedicação esta área, e estou certo de que eles serão os primeiros a alertarem para alguma irregularidade que aqui se verifique.

Presidente: Vamos passar à votação das restantes alíneas, bem como os n.ºs. 1 e 2 do Artigo 5.º, incluindo a alínea f), com a redacção proposta pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 5.º, com as alíneas e números acima referidos, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 3 a favor do PP e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos passar à discussão dos Artigos 6.º e 7.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 6.º e 7.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão dos Artigos 8.º e 9.º.

Está aberta discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 8.º e 9.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, com 24 votos favoráveis do PS, 23 votos a favor do PSD, 3 a favor do PP e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP absteve-se nesta votação final global, porque efectivamente em consciência, não me quero sentir responsável pelos possíveis negócios, que nesta Região, sejam feitos entre as crianças e os jovens das nossas escolas e as pessoas que lá explorem os refeitórios, bufetes, as papelarias, as reprografias ou outras valências que sejam entregues para negócio dentro da própria escola.

Como disse durante a discussão, penso que a escola não é propriamente uma feira de negócios. Entendo que na escola muitas vezes poderá ser cómodo para a sua direcção, entregar diversos serviços a quem quer que seja, no entanto, em nosso entender, isso é prejudicial para os jovens e para aqueles que lá estão para serem educados e para aprenderem.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar ao ponto 7 da nossa ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação da direcção administrativa e de gestão de estabelecimentos de educação pré-escolar do 1º ciclo do ensino básico"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O diploma que agora está presente nesta Câmara, tem uma grande importância.

A estrutura de administração e de gestão dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico mantém-se inalterada há mais de 4 décadas. Mantém-se basicamente a estrutura que foi criada pela reforma do tempo de Salazar. Com pequenas alterações esta estrutura manteve-se em funcionamento até aos nossos dias. É a única área do nosso sistema educativo que ainda não beneficiou da democraticidade da gestão, bem como das modernas estruturas de gestão participada.

Em boa parte o funcionamento está regulamentado por um despacho de 1975, que até parece que nunca chegou a ser publicado, ou seja, é um despacho que circula em fotocópia e apenas isto.

Portanto, trata-se de uma área em que é urgente legislar e trazer modernidade para as escolas.

Independentemente dos conceitos que existem sobre predomínio deste ou daquele órgão, este documento assume um papel fundamental.

E sem querer descer já à especialidade, porque ainda não é o tempo para isso, parece-me que há uma questão que na generalidade enforma este documento, é um aspecto que tem suscitado alguma discussão, que inclusivamente suscitou discussão na Comissão e que eu vi reflectido num recente debate televisivo sobre esta matéria, o qual eu gostaria aqui de esclarecer.

A proposta que foi elaborada pelo Governo e que foi aprovada pelo próprio, é uma proposta em que o predomínio do conselho pedagógico sobre os restantes órgãos, apesar de não estar expresso, está também lá presente.

Nós tentámos encontrar uma posição de equilíbrio, em que todos os órgãos da escola estivessem unidos de forma harmónica. E, portanto, foi essa a posição do Governo, a qual em Comissão — e muito bem — foi entendido que deveria ser esclarecida. E aí surgiram duas posições que, de alguma forma, acabam por "tramar" a posição, ou seja, partindo de uma posição de equilíbrio, acabou por haver duas posições que se foram distinguindo.

Eu, face às posições que foram expressas, gostaria de dizer — sem querer entrar já na especialidade — que a posição assumida pelo Partido Socialista (não por ser o partido que apoia o Governo) é aquela que me parece mais equilibrada, porque o conselho pedagógico, neste contexto, é um órgão mais alargado e é um órgão que pode e deve tomar algumas decisões. Se isto for feito dentro deste equilíbrio que aqui é apresentado, sem retirar as comissões de liderança à escola e sem causar à mesma um crescimento exagerado de órgãos que venha criar problemas de consensos e de gestão, creio que esse é o caminho correcto.

De maneira que, para desfazer quaisquer equívocos à partida, gostaria de dizer que a posição aqui defendida e que consta de uma proposta de alteração que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS é aquela que, face às posições que ao longo de todo este processo foram assumidas, quer pelos sindicatos e pelos diversos intervenientes

neste processo, quer pela própria Comissão, é aquela que me parece mais clarificadora.

De resto, e em termos gerais, creio que há um grande consenso em todo o documento. Há apenas um aspecto que eu gostaria também de esclarecer na proposta do Governo e houve outros aspectos que foram deixados para regulamentação posterior. Refiro-me, concretamente, à questão de um conselho de núcleo e de um coordenador de núcleo, ou seja, dos órgãos locais, a nível de freguesia ou a nível de escola.

Foi entendimento da Comissão que o documento deveria já introduzir esses órgãos e da minha parte acho que está muito bem assim.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Nesta matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata congratula-se com o facto de com esta proposta de diploma, estar-se a ir ao encontro daquilo que é um objectivo de há muito, isto é, procurar introduzir-se uma maior uniformização na forma como é gerida a rede, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Esta proposta aplica-se, como sabem, à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, e procura levar para estes dois aspectos aquilo que já é prática corrente em relação a ciclos seguintes de ensino, nessa tal perspectiva de articulação.

Nós entendemos que nesta fase em que se vai introduzir algo que é novo, a nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo do básico, deve-se abordar a problemática de uma forma gradualista, progressiva, não inovando em demasia. Com isto quero dizer que nós concordamos, à partida, com o documento que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais apresentou à discussão, nomeadamente em Comissão e que vem hoje aqui para também ser analisado e votado.

Nós estamos de acordo que o conselho directivo seja o órgão de direcção e de gestão destes estabelecimentos de educação e ensino, à semelhança do que acontece com os restantes dos ciclos seguintes da rede escolar. E só estranhámos — e já tive oportunidade de o dizer — que o Sr. Secretário Regional tenha no início da discussão e do esclarecimento das questões que foram colocadas nomeadamente sobre este

diploma, manifestado — como é óbvio, porque é essa a sua intenção e aquilo que foi aprovado em conselho — a sua simpatia por aquilo que está proposto e depois no final tenha dado liberdade à Comissão para evoluir noutro sentido, em algo que considero que é uma matéria de fundo e que não pode ser sujeita a uma variação deste género. É que estamos perante duas coisas muito diferentes, isto é, estamos a tratar de quem é que efectivamente vai ter a gestão e a direcção nestes estabelecimentos de educação e ensino, à semelhança do que existe nos outros estabelecimentos da rede escolar.

Achamos que o conselho pedagógico deve continuar a ser o órgão de coordenação e de orientação educativa. E nele devem ter, como é óbvio, assento os representantes dos pais e encarregados de educação, ou das respectivas associações quando existirem.

Não concordamos — e isso era algo que vinha sugerido e incluso na proposta do Governo — com o seu alargamento a outras entidades que são importantíssimas e cuja participação é querida por parte da rede das escolas, mas julgamos que não devem estar neste órgão que é o conselho pedagógico, no qual devem ter assento os professores, os pais ou encarregados de educação, ou os representantes das associações. As outras entidades, como sejam os representantes das assembleias municipais, os representantes das câmaras, das associações culturais, recreativas, desportivas, etc., cujo contributo é sem dúvida alguma muito importante, devem ter assento não neste órgão, mas sim num outro conselho que é consultivo, que vai permitir a todas estas entidades serem ouvidas, auscultadas, pronunciarem-se sobre instrumentos importantes para a gestão do dia-a-dia das escolas.

Logo, a nossa opinião é a de que regulamentos internos, planos de actividades, planos anuais de escola, que são instrumentos fundamentais para a condução de todo o processo educativo, devem ser preparados, elaborados, propostos pelo conselho pedagógico, ouvidos estes intervenientes, mas não naquele órgão e sim num outro conselho que é o consultivo. Cabendo ao conselho directivo o aceitar e aprovar, aquilo que é elaborado e proposto por quem de direito que é, efectivamente, o conselho pedagógico como órgão de coordenação e de orientação educativa.

Toda a divergência surgida ao longo da discussão, assenta basicamente nisto, tendo-se formado dois blocos, isto é, um bloco em que está o Governo com a sua proposta inicial; o Grupo Parlamentar do PSD e o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, que partilham da mesma opinião; e um outro bloco formado pelo Grupo Parlamentar do PS e pelo Sindicato dos Professores da Região Açores que querem dar a prevalência da deliberação da direcção ao conselho pedagógico.

São dois conceitos diferentes e pelas razões que eu aqui enunciei de gradualidade, de introdução de forma progressiva, a fim de se evitar rupturas, continuamos a aceitar e a defender que nesta fase do processo, deve manter-se aquilo que já é comum na restante rede, com a introdução de algo que é inovador, ou seja, o tal conselho consultivo.

Na nossa proposta também consta uma recomendação que fica escrita, de que realmente os conselhos directivos devem acatar as recomendações do conselho pedagógico e quando não o fizerem, têm obrigatoriamente de dar conhecimento disso ao conselho pedagógico e ao Director Regional de Educação, fundamentando o porquê do seu não seguir dessa recomendação do conselho pedagógico como órgão de coordenação e orientação educativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, estamos neste momento a legislar sobre uma maior democratização nos estabelecimentos de educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico.

Eu penso que este aspecto é importante para nos localizarmos em relação a quem estamos a legislar e para pensarmos seriamente na situação actual que existe relativamente a essas escolas.

Penso ter ouvido o Sr. Secretário Regional dizer que nestas escolas se mantinha uma situação igual à que vinha antes do 25 de Abril. Mas a realidade não é essa.

Embora eu discorde da realidade existente neste momento, houve realmente alguns passos que foram dados após o 25 de Abril na democratização ou na sua tendência destas escolas.

Efectivamente, nos anos de 1974, 75 e 76, procurou-se — os professores do respectivo sindicato — implementar a democratização nas escolas hoje conhecidas por 1º ciclo do ensino básico, porém, e lamentavelmente, a partir de 1976 essa situação recuou.

Dado o pouco espaço de tempo que houve no sentido dessa democratização, a super-estrutura intermédia de direcção destas escolas infelizmente nunca mudou.

Por isso mesmo, mantiveram-se os directores escolares, os delegados de zona ou delegados escolares, embora a nível de escola, tenha havido a formação e a eleição democrática de directores de escola, de conselhos pedagógicos e, inclusivamente, houve em determinada altura a existência de direcções administrativas que funcionaram apenas por alguns meses.

Portanto, este sector foi aquele onde, em nosso entender, não se aprofundou a democratização. Esta é que é a realidade histórica e é a realidade actual. É um sector onde continuam a existir os directores escolares, os delegados escolares, nomeados por decisão da administração, concretamente do Secretário Regional.

Da nossa parte, pensamos que é importante haver alterações. E seria muito importante para todos aqueles que vão entrar nesta experiência, que a fizessem pela via democrática. Agora, dá-nos a impressão que o Governo Regional, relativamente a algumas localidades e algumas ilhas, quer "queimar" etapas, porque quando neste Decreto e nesta Proposta ora presente, o Governo para além da gestão democrática deste sector do ensino, também quer avançar para as escolas integradas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundários, sem tão pouco muitas destas pessoas fazerem este 1º passo de experiência democrática, penso que é um risco que vai correr. A não ser que se fizesse esta integração de modo voluntário, pois se se propõe que a integração deve ser no sentido de melhorar as condições da escola, isto é, deve fazer-se a integração pedagógica, pensamos que para que ela se faça efectivamente, ou se faz por acordo do corpo docente, ou então muito dificilmente ela será feita.

Nós consideramos que a integração pedagógica não se faz por decreto. Mas sim, quando aqueles que participam no fenómeno pedagógico, voluntariamente, aceitam as regras que se lhes põe em cima da mesa e que, efectivamente, vão de modo voluntário, no sentido de poderem participar em todo o fenómeno pedagógico.

Por isso mesmo, pensamos que quer se opte pelo conselho directivo gerir a escola, quer se opte pelo conselho pedagógico para fazer essa gestão, a realidade é que estamos a criar estruturas democráticas dentro das escolas.

Para além disto, o que nos preocupa mais, é que nas ilhas com menos de 7 mil e 500 habitantes, querer-se apenas de um momento para o outro, fazer a integração do sector secundário, do ensino obrigatório dos 2º e 3º ciclos, conjuntamente com o 1º ciclo e com a educação pré-escolar.

Esta é a nossa maior preocupação e estamos convictos de que esta legislação, nesse campo, pode ser um falhanço rotundo.

Era esta preocupação que queria pôr aqui à discussão como primeiro aspecto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Dado o adiantado da hora vou colocar apenas duas ou três palavrinhas, sendo a primeira de congratulação — em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — por se estar hoje aqui a discutir um diploma desta natureza que vem modificar, inovar e alterar radicalmente a gestão das escolas do 1º ciclo e dos jardins de infância. Em segundo lugar, este diploma permite, pela primeira vez no âmbito concelhio, a criação de órgãos que, tal como disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, alguns deles existiram aqui nesta Região, alguns nunca chegaram a existir em 1974, 75 e 76, mas agora são efectivamente consagrados e constituídos com esta Proposta.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que esta é uma Proposta que nos agrada, exactamente porque cria órgãos colegiais, onde as decisões não são tomadas por uma só cabeça e ainda por cima por pessoas que nesta fase em que estamos hoje, não são minimamente responsáveis, quer perante os professores quer perante as escolas, no exercício das suas funções.

Portanto, com esta Proposta resolvem-se três problemas que são a democraticidade da escola, a colegialidade e, por outro lado, permite-se a participação de intervenientes no processo educativo.

De facto, é uma ruptura com um ciclo no ensino pré-escolar e primário. E essa ruptura, na nossa perspectiva, deve ser feita totalmente. E a fazer-se a experiência,

que se faça de vez o que deve ser feito, isto é, permita-se que intervenham no processo da escola todos os seus intervenientes. Esta é efectivamente a grande diferença que há entre os Grupos Parlamentares do PS e do PSD e que se viu também na Comissão. Ou seja, quem é que deve efectivamente dirigir a escola e ser responsável pelos grandes diplomas e normas da mesma.

Nós entendemos que deve ser o conselho pedagógico e, portanto, damos essa prevalência.

O PSD entende que deve ser o conselho directivo e dá-lhe essa prevalência. Portanto, julgo que a partir daqui é quase impossível podermos chegar a um entendimento, porque cada um tem a sua posição bem definida nesta matéria. Ainda talvez pudesse haver uma hipótese de consenso, se se entendesse que as deliberações do conselho pedagógico seriam assumidas pelo conselho directivo, só que assim não acontece e pela troca de impressões que inclusivamente já tivemos com o PSD, acho que isso não é possível.

Portanto, não sendo o conselho directivo obrigado a respeitar as deliberações do conselho pedagógico, desde que estas fossem legais, passando apenas a meras recomendações, penso que é isto que realmente nos divide e penso que não vale a pena continuarmos aqui este debate.

Devo dizer apenas que este diploma foi tratado durante 11 dias na Comissão, logo estamos perfeitamente cientes do que é que cada um de nós pensa e por isso, em termos de generalidade, não vamos progredir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas, e na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, prestar aqui um esclarecimento.

Quando eu fiz referência à estrutura anterior ao 25 de Abril, de maneira nenhuma estava-me a referir àquilo que se passa nas escolas, aliás estou perfeitamente de acordo com o que V. Ex^a. disse. Estava, sim, a referir-me à super-estrutura, ou seja, à

organização distrital e às delegações. De maneira nenhuma quis dizer que nas escolas se vivia um ambiente como esse.

Portanto, eu perfilho totalmente aquilo que sobre essa matéria o Sr. Deputado referiu. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Era apenas para partilhar aqui convosco aquilo que já acontece no dia-a-dia nos outros ciclos de ensino e que eu julgo que, com a nossa cultura democrática, será transposto também para a educação pré-escolar e para o 1º ciclo do básico. Ou seja, hoje já é muito raro (é quase impossível) que um conselho directivo vá contra a decisão de um conselho pedagógico. E é ver o que acontece nas nossas escolas dos 2º e 3º ciclos e secundário.

Efectivamente, quando o conselho pedagógico se pronuncia, é muito difícil, com a cultura democrática que já está instituída, um conselho directivo ir contra.

De qualquer forma, nós vamos ainda de alguma forma reforçar essa salvaguarda, ao introduzir uma coisa que já é da prática corrente, mas que nós pomos por escrito, que é o pressuposto de que se o conselho directivo não seguir aquilo que o conselho pedagógico tiver recomendado ou deliberado, ele tem em primeiro lugar de informar o conselho pedagógico, bem como o Director Regional de Educação, justificando o porquê de não o fazer.

Portanto, digamos que essa é ainda mais uma amarra, é mais uma peia que podia ser considerada desnecessária, porque hoje é quase impossível que isso aconteça, mas de qualquer forma fica aqui essa garantia, essa maior salvaguarda.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A nossa dúvida permanece. Ou seja, o Sr. Secretário no início defendia, obviamente, a sua Proposta que foi a que deu entrada na Comissão. Agora, defende a Proposta do Grupo Parlamentar do PS.

Porquê esta alteração tão radical?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de dizer que não se trata de qualquer alteração radical. Eu quando compareci perante a Comissão, também manifestei alguma incerteza diante deste facto e acabei por dizer que a Comissão deveria tomar a posição que entendesse.

Aquilo que é o meu entendimento e aquilo que enforma esta Proposta que veio do Governo, era uma situação de uma procura de equilíbrio entre as competências do órgão colegial ao mais alargado, que é o conselho pedagógico e o órgão mais pequeno, o órgão essencialmente executivo, que é o conselho directivo.

A primazia de um sobre o outro, é uma coisa que nunca, de forma explícita, me atravessou a mente, tanto mais que eu sou professor, embora de outro grau de ensino, estou habituado ao funcionamento de um departamento — já fui durante alguns anos director de departamento — e perante um conselho de departamento que é, para todos os efeitos, uma espécie de conselho pedagógico. E eu acredito que deve haver alguma predominância em termos de funcionamento do executivo, mas essa creio que surge naturalmente quando há capacidade de liderança de quem ocupa esses lugares, mas tem que haver um respeito e tem que haver um cumprimento das deliberações que são tomadas pelo órgão colegial, que neste caso é o conselho pedagógico.

Isto acaba por ser uma situação semelhante à situação que nós vivemos aqui entre o Governo e a Assembleia, em que — obviamente — aquilo que esta delibera o Governo é obrigado a cumprir e eu creio que numa escola deveria acontecer a mesma coisa.

Portanto, na Proposta que veio do Governo, procurou-se uma situação de equilíbrio que sem desrespeitar o conselho pedagógico, que deve ter uma elevada capacidade de decisão, se criassem condições para potenciar alguma liderança a nível do conselho directivo.

Foi essa a intenção inicial.

Face àquilo que foram os pareceres da maioria dos parceiros consultados, face à discussão, eu creio que nesta altura a Proposta, tal como ela é agora apresentada pelo

Partido Socialista, mantém esses requisitos, ou seja, mantém um grande espaço de liderança para o conselho directivo — que era isso que interessava — isto é, deixar o conselho directivo com capacidade de ser realmente um órgão executivo e, portanto, nesta altura, não me choca esta alteração, antes pelo contrário, penso que ela é de alguma forma clarificadora.

Em relação à Proposta apresentada pelo PSD, eu tenho uma discordância de fundo, isto é, eu não vejo a necessidade de ser criado um conselho consultivo. É mais um órgão na escola que só vai aumentar a entropia dentro dela, é mais um órgão de discussão, é mais um fórum e ao mesmo tempo, foi eliminada daqui uma participação que me parece muito importante e que é a participação autárquica. Por isso, eu não vejo qualquer vantagem em criar mais um órgão, quando os Srs. partem da posição de que querem é dar mais poder ao órgão executivo. Mas depois criam mais um órgão consultivo, portanto isso não me faz muito sentido.

Eu creio que seria melhor apresentar uma proposta com menos órgãos, ter o mínimo de órgãos necessários, em que eles tivessem um justo equilíbrio entre as funções deliberativas e as funções executivas.

É essa a procura que eu creio que deve ser feita, porque penso que essa é a forma das nossas escolas funcionarem melhor. Logo, não vejo necessidade nenhuma da criação do conselho consultivo, pois acho que existirem cinco órgãos já é muito, pôr um sexto é excessivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A esta hora, caímos no risco de já ninguém nos ouvir e já nem nos ouvirmos uns aos outros, indo certamente passar despercebido um facto que para mim é inédito, é completamente absurdo o que está aqui a passar-se. Ou seja, o Secretário Regional de Educação e Assuntos Sociais, perante uma questão que tem — como foi bem equacionada pelo Sr. Deputado Francisco Sousa — subjacente uma filosofia diametralmente oposta, isto é, pôr o conselho pedagógico, um órgão muito numeroso, com o poder máximo de decisão, e outra opção que é um conselho directivo, que são opções opostas de 180 graus, o Secretário que tem uma proposta inicial preparada,

estudada, fundamentada e apresentada num sentido, agora tanto lhe faz que seja a outra.

Esta é uma situação perfeitamente absurda, porque das duas uma: ou a proposta que é apresentada pelo Governo e que foi analisada na Comissão, está bem preparada, bem fundamentada, resulta daquilo que é decidido, meditado e trabalhado tecnicamente no departamento e tem que ser defendida, e que mais não seja é negociada entre o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ou então esta mudança radical de opinião é perfeitamente inexplicável, na minha perspectiva.

Do meu ponto de vista, o problema está equacionado e as opções são perfeitamente claras. Ou seja, quem defende uma solução que é inédita, no nosso ponto de vista não tem condições de operacionalidade que é um conselho pedagógico, com a participação de muitos elementos, tomar as decisões fundamentais da escola, ou outra — que é aquela que o PSD defende — que tenha um conselho directivo, que já por si é um órgão colegial, tenha um conselho pedagógico que toma as decisões e propõe-nas e elabora aquelas que são fundamentais para a escola, e um órgão consultivo para ouvir a opinião do ambiente exterior à mesma.

É uma destas duas opções. E, no meu ponto de vista, digamos que podemos avançar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É apenas para fazer aqui um esclarecimento, ou seja, os órgãos autárquicos estão representados no conselho consultivo, não ficaram de fora, tal como disse o Sr. Secretário. V. Ex^a. tinha na sua proposta incluídas as assembleias municipais no conselho pedagógico. Nós não deixámos de fora esse aspecto, aliás incluiu-se na Comissão para além delas, as câmaras municipais e o representante/representantes das freguesias.

Porém, eles estão onde nós julgamos que eles deviam estar e de acordo com o que foi a posição inicial do Sr. Secretário e do documento que apresentou à Comissão. Ou seja, nós achamos que se estamos a dar autonomia às escolas para elas poderem gerir os seus destinos, não faz muito sentido, para tentar obviar a uma dificuldade que irá surgir a este conselho pedagógico com esta inclusão de outros elementos que não

sejam professores, educadores e pais — e estou a pensar nomeadamente na inclusão de representantes das associações culturais, recreativas, desportivas e as assembleias — que não tenham o dever do sigilo e que, portanto, relativamente a determinadas matérias que podem vir a ser discutidas no conselho pedagógico, como a avaliação (de docentes), teriam à partida de não poder participar. Aliás, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sindicato Democrático, tentam contornar esta dificuldade, criando obrigatoriamente duas secções, uma secção mais voltada para os assuntos de ordem cultural e que não tem este pendor científico e pedagógico, e outra mais voltada para estas matérias específicas, onde só teriam assento os professores, os educadores e os pais.

Nós achamos que isto é coarctar a autonomia das escolas. As escolas devem poder funcionar com o seu conselho pedagógico em plenário ou por secções, mas não-de funcionar com as secções que quiserem.

Dizer, à partida, que elas têm que ter duas secções, para ultrapassar esta dificuldade da ausência do dever de sigilo, acho que não faz qualquer sentido.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito rápida, dado o adiantado da hora. No entanto, não gostaria deixar passar esta oportunidade sem dizer alguma coisa com respeito a este diploma, porque de facto foi um diploma tão discutido em sede de Comissão, que penso que devo salientar um aspecto destas posições que relativamente ao diploma até são consensuais e realmente há apenas divergências em relação à preponderância de um destes conselhos.

Para mim, a grande diferença, bem como para o Grupo Parlamentar do PS, é que nós não temos receio e propomos uma inovação.

Enquanto que todos já nos congratulámos com a aprovação deste diploma, no sentido de implementar estes órgãos democráticos colegiais a este nível de ensino, nós gostaríamos de avançar um pouco mais e como de facto a preponderância na escola deve ser sempre o âmbito pedagógico — porque é uma instituição que diz respeito à pedagogia — nós entendemos que poderíamos avançar e de que forma?

De forma a que este conselho pedagógico tivesse a participação activa de todas as entidades — pais e representantes da comunidade — neste órgão. Só que este órgão não é executivo. Este órgão, tal como posteriormente vamos esclarecendo melhor, deve definir apenas a grande linha pedagógica, como por exemplo aprovar o relatório anual, e não deve executá-lo. Ou seja, ele tem capacidade de funcionar.

Posto isto, é evidente que nós continuamos a entender que isto seria um momento bom de se fazer esta experiência, até porque há uma comissão de acompanhamento, e acho que quando nós temos uma oportunidade de inovar, de facto, que é tão raro nós termos, vale a pena dar esse passo. E o nosso Grupo Parlamentar acha que vale a pena dar o passo.

Para terminar, gostaria apenas de esclarecer uma coisa: na primeira audiência do Sr. Secretário na Comissão, desde cedo, ele referiu que esta posição também não o chocava e todos nós somos testemunhas disso. Portanto, não é uma questão de repentinamente, mudar de posição.

Deputado António Meneses (PSD): O Sr. Secretário é que mudou de posição. Não foi o PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Duas questões muito rápidas, dado o avançado da hora e creio que também estamos a resvalar rapidamente para a discussão na especialidade, em vez da generalidade como estávamos a fazê-lo.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado António Meneses que não vale a pena tentar aqui criar um facto político.

Deputado António Meneses (PSD): A esta hora já não se cria qualquer facto político!

Deputada Berta Cabral (PSD): O facto político já está criado!

O Orador: E criar uma questão que não existe.

Não houve de maneira nenhuma qualquer alteração da minha posição. Desde muito cedo, manifestei a mesma posição que manifesto agora. Foi do conhecimento de toda

a Comissão e dos deputados do seu partido que lá estavam e sabem o que é que eu disse.

Passando à frente dessa questão, que para mim é menor em relação a este aspecto — o que interessa é aprovar o diploma da melhor maneira possível para as nossas escolas e não fazer uma discussão em torno de aspectos que são perfeitamente marginais relativamente ao documento e ao objectivo — eu gostaria de dizer que no que respeita ao que foi dito na última intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, o principal objectivo daquilo que defendeu, mantém-se ao fim e ao cabo a mesma linha, as diferenças são muito poucas, apesar dos Srs. dizerem que há uma diferença filosófica. Mas o que há antes é uma diferença política que tem a ver simplesmente com qual dos sindicatos é que os Srs. querem alinhar.

Deputada Berta Cabral (PSD): Qual sindicato?!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Oh Sr^a. Deputada, fale daquilo que sabe!

Em relação às questões de fundo, não há realmente diferença nenhuma assinalável. Senão vejamos: o que é está aqui de diferente?!

Os Srs. acabam de dizer que querem que as posições do conselho pedagógico sejam vinculativas que acaba por ser a mesma coisa.

O que os estão a fazer é a dar uma volta enorme, a criar mais um órgão, para chegarem ao mesmo fim. Porque quando dizem que se o conselho directivo não quiser aquilo que deliberou o conselho pedagógico, tem que justificar e tem inclusivamente que fazê-lo para a Secretaria, o que acaba por ser uma espécie de violação da própria autonomia da escola que nós acabámos de aprovar há uns minutos atrás e acabam por cair exactamente na mesma posição que está defendida por esta bancada.

Qual é a diferença?!

A diferença tem apenas a ver com questões de política, porque na prática isto é o mesmo. Tanto mais que — e o Sr. Deputado sabe disto muito bem, porque é professor e já esteve muitos anos numa escola — no fim o que acaba por acontecer, é

um processo de equilíbrio entre órgãos que têm mais a ver com as pessoas e com a capacidade de liderança do conselho directivo, ou do conselho pedagógico, do que com qualquer outra coisa.

Portanto, é isso que acontece. E face a isso, eu creio que não temos que falar em 180 graus, temos sim que falar em 5 ou 10 graus.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções na generalidade, vamos passar à votação deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, na generalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão na especialidade e existem algumas propostas de alteração.

Portanto, nós até agora não tínhamos qualquer alteração para o Capítulo I, passámos a ter com a entrega na Mesa de uma proposta vinda do PCP para o Artigo 6º, que mantém em parte o texto original e acrescenta-lhe outra parte. Eu leio o texto integral:

"Com o objectivo de uma maior integração pedagógica dos diversos graus de ensino, as escolas dos 2º e 3º ciclos dos ensinos básico e secundário que sirvam comunidades com menos de 7 mil e 500 habitantes, **poderão** ser transformadas em escolas básicas integradas, **se o corpo docente que vier a constituir a referida escola decidir por essa transformação**".

Portanto, eu li esta proposta como introdução à discussão do Capítulo I que engloba os Artigos 1º a 7º, para os quais não há qualquer proposta de alteração, a não ser as que são propostas pela Comissão e que serão também tidas em conta nesta discussão e depois na votação, incluindo a proposta do PCP.

Assim sendo, está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta tem a ver com as escolas integradas. E nós, por princípio, não estamos contra elas.

Pensamos que as escolas integradas devem ser feitas, se efectivamente houver condições por parte do corpo docente de avançar para essa integração pedagógica.

Em nosso entender, na situação actual, se estivéssemos a viver numa gestão democrática do 1º ciclo do básico desde há muitos anos, acreditamos que esta integração seria feita com facilidade.

A realidade é que o 1º ciclo do básico vai fazer a sua experiência democrática agora, vai fazer a sua experiência com uma estrutura diferente. E querer, de um momento para o outro, avançar muito mais além, pensamos que isso poderá oferecer algum perigo em relação a estas escolas. E por isso mesmo, nós pensamos que a criação destas escolas básicas integradas, só se faria depois do corpo docente do conjunto das escolas — e estamos a referir-nos essencialmente ao 1º ciclo do básico — estar preparado para essa integração e para poder integrar-se num espaço muito mais amplo, com pessoas profissionalmente mais diversas e numa estrutura completamente diferente.

Chamamos, desde já, a atenção para este aspecto, porque pensamos que seria de boa política, neste momento, deixar esta integração um pouco à conta das escolas, pois é um passo que se deve dar com algum cuidado.

Nós não estamos a dizer que não se constituam escolas básicas integradas. Estamos, sim, a dizer que elas devem ser constituídas quando o corpo docente das escolas estiver preparado para tal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este capítulo tem, tal como se pode ver através das alterações propostas pela Comissão, diversas adaptações que nos parecem correctas e fundamentais.

No que diz respeito à proposta do PCP, pensamos que ela não pode ser tida em consideração, pelo menos pelo nosso grupo parlamentar, porque teríamos uma situação bastante díspar na Região, isto é, teríamos uma situação em que numa determinada ilha ou concelho, haveria um modelo de gestão das escolas e noutras

ilhas ou noutro concelho, com as mesmas características e a mesma dimensão, teríamos outro modelo bastante diverso.

Pensamos que com as duas situações que serão as mais normais e naturais, ou seja, escolas básicas integradas e áreas escolares, são estas as duas regras a gerir na Região, poderão ser transformadas o que significaria que em áreas semelhantes teríamos modelos bastante diferentes e que não nos parecem correctos.

Por outro lado, esta Assembleia virá ainda a analisar e observar pormenorizadamente a Proposta de Decreto Legislativo Regional que irá regulamentar essas escolas básicas integradas, de forma que também nessa altura poderemos verificar se é necessária ou não alguma adaptação, alguma alteração àquilo que foi pensamento exposto pelo Sr. Secretário durante a audiência na Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata também se debruçou sobre esta problemática e temos uma opinião idêntica à que foi aqui expressa pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

De facto, quando se está a tentar introduzir alguma uniformização na rede, não faz muito sentido — neste caso particular — deixar esta hipótese em aberto. Tanto mais que, uma vez que a própria direcção destas escolas básicas integradas será alvo de uma proposta de decreto legislativo regional, que também irá certamente ao encontro de um órgão colegial como todos os outros, o máximo que poderia acontecer era se algumas das escolas básicas integradas, ou algum dos ciclos que fazem dela parte — e o receio aqui centra-se precisamente na educação pré-escolar e no 1º ciclo do básico — se sentissem mal com a direcção, pois há sempre os meios normais de, nas primeiras eleições, "correrem" com aquele conselho directivo e elegerem outro. Para isso é que há eleições. Portanto, julgo que isto será ultrapassado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

Em nosso entender, é notória a contradição que aqui aparece por parte dos Srs. Deputados Francisco Sousa e Aurélio da Fonseca.

Ambos dizem que apenas querem o modelo de gestão. O primeiro diz que não quer dois modelos de gestão e o segundo diz que quer a uniformização da rede.

Srs. Deputados:

V. Ex^{as}. ao criarem agora o modelo das escolas integradas é que estão, efectivamente, a criar dois modelos de gestão, porque nas ilhas com mais de 7 mil e 500 habitantes os Srs. têm um modelo de gestão para o 1º ciclo do básico e os 2º e 3º ciclos e secundário têm um seu modelo de gestão, ou seja, dois modelos diferentes. No entanto, V. Ex^{as} querem que nas ilhas com menos de 7 mil e 500 habitantes se faça a integração do pré-escolar, do 1º ciclo, dos 2º e 3º ciclos e o secundário.

Portanto, V. Ex^{as}. querem de facto, dois modelos de gestão para as mesmas pessoas, para as mesmas escolas, apenas em função de uma dimensão e não propriamente em função de valores pedagógicos, de valores profissionais.

Esta é a realidade e é contra isto que nós estamos.

O que nós pensamos é que na realidade onde for possível esta integração por parte do corpo docente, tudo bem. Agora, nestas circunstâncias, aquilo que nós defendemos é efectivamente que haja um modelo de gestão para o pré-escolar e 1º ciclo do básico e um modelo de gestão normal para os 2º e 3º ciclos e secundário.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar deste Capítulo I. Talvez seja mais razoável e mais seguro fazermos em primeiro lugar a votação da alteração proposta pelo PCP para o Artigo 6º e depois os restantes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração do PCP para o Artigo 6º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do PCP para o Artigo 6º foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 23 votos contra do PSD, 3 contra do PP e registou 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos passar aos restantes artigos do Capítulo I, com as alterações provindas da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Capítulo I foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão do Artigo 8º, para o qual existem duas propostas de alteração, uma do PSD e outra do PS.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do Partido Socialista tem naturalmente a ver com aquilo que já foi discutido e debatido na generalidade, pelo que nós consideramos que o primeiro órgão da escola deve ser o conselho pedagógico, alínea a) e alínea b), o conselho directivo, alínea c), o conselho administrativo, alínea d), o conselho de núcleo e em último lugar estaria o coordenador de núcleo.

Portanto, discordamos da criação do conselho de coordenador, na medida em que no nosso conselho pedagógico estarão representados e serão intervenientes directos neste processo os membros do conselho pedagógico.

Já discutimos esta matéria e dado o adiantado da hora, fico-me por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Acho que isto já está mais do que explicado. Esta é uma questão de numa proposta dar prevalência a um órgão e noutra dar-se prevalência a outro órgão. Acho que isso ficou bem claro.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação tendo em conta que há também uma proposta da Comissão na qual é sugerida a eliminação da palavra **serviços**, suponho que na epígrafe do Artigo 8º, o que será tido em conta pela comissão de redacção.

Vamos então fazer a votação, começando pela primeira proposta que deu entrada na Mesa que foi a proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do PSD para o Artigo 8º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

É só para referir algo que a Mesa já disse, mas como da nossa proposta consta também a palavra **serviços**, é para a comissão de redacção fazer o favor de a retirar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Penso que a partir deste artigo ficaram definidas as situações, ou seja, a partir deste momento ficou assente que existirá um conselho consultivo, um conselho directivo que será aquele que estava previsto e, portanto, a partir de agora ficam prejudicadas as outras propostas. E a discussão será feita com base nas propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Presidente: Eu tenho apenas uma pergunta: ficam ou não prejudicadas as restantes propostas do PS?

Deputado Francisco Sousa (PS): Apenas para o Artigo 9º.

Presidente: Então vamos passar à discussão do Artigo 9º, para o qual não existe qualquer proposta de alteração neste momento.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 9º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão dos Artigos 10º, 11º e 12º para o qual existe uma proposta de alteração provinda da Comissão para os seus pontos 3 e 4, 13º para o qual também só existe uma proposta de alteração da Comissão, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º e 20º.

Não havendo intervenções vamos votar estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 10º a 20º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão dos Artigos 21º e 22º, para o qual existe uma proposta de eliminação da alínea a) provinda do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aqui está também uma questão que nós pensamos que é importante e que se prende com o facto do presidente do conselho pedagógico dever ser uma personalidade diferente do presidente do conselho directivo, funções essas que hoje estão acumuladas. Pensamos que isso devia ser diferente, pois viria dar uma maior funcionalidade a este órgão, razão pela qual quando aqui se diz "eleger o presidente de entre os docentes que o integram", nós pensamos que devia ficar "de entre os docentes que integram o conselho pedagógico", isto é, devia ser eleito o presidente do conselho pedagógico e seguindo-se o presidente do conselho directivo que é designado pelo mesmo.

Portanto, aqui pensamos que não devia ser eliminada a alínea a) deste Artigo 22º.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD entende, por uma questão de funcionalidade e articulação entre os órgãos da escola, que o presidente do conselho directivo deve ser como é actualmente o presidente do conselho pedagógico e deve também presidir ao conselho consultivo. No entanto, damos a hipótese — e isto depois estará consagrado no conselho consultivo — do conselho pedagógico estar representado no conselho consultivo através da indicação de um seu representante eleito para o efeito.

Portanto, há todo um traço de união que é feito entre o directivo, o pedagógico, o administrativo e o consultivo que é presidente do conselho directivo e no consultivo o pedagógico também terá lugar através desse elemento eleito para o efeito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para uma 2ª intervenção.

Julgo que esta é uma questão das tais que é central numa escola.

Com a proposta do PSD significará que o presidente do conselho directivo é presidente do conselho pedagógico, é presidente do conselho administrativo e é presidente do órgão consultivo.

Sinceramente, já que se criaram estes órgãos, que ao menos se permita que cada um deles eleja o seu presidente, o seu responsável. E não designar de entre si quem é o presidente do conselho directivo e a partir daí ele é simultaneamente presidente de todos esses órgãos.

Achamos que é peso a mais para uma só pessoa, quando se pretende que ao menos o conselho pedagógico tivesse o seu presidente e o conselho consultivo ao menos tivesse capacidade de ter o seu próprio presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta do Governo tinha como alínea a) "eleger o presidente de entre os docentes que o integram".

Eu julgo que este é um aspecto importante e é um dos tais em que nós começámos a afastar-nos cada vez mais do tal equilíbrio que se procurou ter na proposta inicial.

Na verdade, fazer com que um conselho pedagógico, que é um órgão com características totalmente diferentes do órgão executivo, isto é, daquilo que é o conselho directivo, e obrigar a que o presidente seja o mesmo por inerência, creio que é uma redução grande da democraticidade dos órgãos da escola e é uma concentração numa pessoa só de um conjunto de funções. Provavelmente o que vai acontecer é que vai reduzir a própria capacidade de intervenção dessa pessoa e a própria funcionalidade dos órgãos da escola.

Creio que este é um dos pontos em que não faz sentido esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A prática aponta para que o sistema funciona assim. E sempre que por qualquer razão o presidente do conselho directivo não possa presidir ao conselho pedagógico com as vantagens daí inerentes, delega competências, como também normalmente faz para o conselho administrativo.

Eu como professor com muitos anos de prática no ensino secundário, sei que isso funciona e é assim que as coisas acontecem, ou seja, quando não há essa possibilidade delega-se e a própria lei confere isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos de acordo com a intervenção do conselho directivo e penso que tem razão de ser, não vamos voltar a essa discussão. No entanto, institucionaliza-se também um conselho pedagógico, com o qual estamos de acordo, com todas as suas atribuições específicas do campo pedagógico.

Porém, pensamos que seria fundamental e importante que o conselho pedagógico, ele próprio, elegeisse o seu presidente, porque se queremos de facto fazer uma gestão democrática ao nível das escolas, vamos ter que entrar nestas regras. Pensamos que o presidente do conselho directivo, no fundo, ser o "todo poderoso" na escola, estaremos a cair naquilo que já existe. Se é essa a intenção, então não façamos nada. É melhor mantermos aquilo que está em vigor e está tudo bem.

Ou de facto caminha-se para a gestão democrática das escolas e dá-se ao conselho pedagógico a possibilidade de se gerir e a possibilidade de eleger o seu presidente, ou então de facto não estamos a querer partir para a gestão democrática das escolas.

Nós estamos contra a eliminação desta alínea a) e achamos que seria importante que o conselho pedagógico elegeisse o seu presidente.

Presidente: Vamos passar à votação do Artigo 21º, já o podíamos ter feito há pouco, mas foi um lapso meu.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 21º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do Artigo 22º que esteve a ser discutido e vamos votar em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta que prevê a eliminação da alínea a), fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 3 votos contra do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos favoráveis do PSD.

Presidente: Vamos passar à discussão do Artigo 23º, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que ao longo da discussão, na fase inicial, ficou bem claro o que é que está subjacente a este artigo. Ou seja, que na composição do conselho pedagógico estarão professores, educadores e pais e não vai haver esse alargamento aos outros órgãos que nós entendemos que devem estar no conselho consultivo, pelas razões que já foram aqui explicadas, isto é, quando se falou da composição do conselho penso que já ficou bem claro o porquê e a nossa razão invocada do funcionamento e do não querer que a escola seja obrigada, logo à partida, a ter que funcionar com duas secções. A escola há-de escolher funcionar em plenário ou por secções, conforme entender, dentro da autonomia que lhe é concedida.

Quanto à alínea a), é evidente que face à votação anterior, deixa de estar com a redacção que nós lhe demos, isto é, o presidente do conselho directivo que presidirá não terá o poder de presidir a.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas, por um lado, para chamar a atenção para o facto de que esta alínea a) está prejudicada pela votação anterior, embora isso já esteja claro. E, por outro lado, para dizer que creio que independentemente de existirem ou não secções e deixando a liberdade de se organizarem ou não secções, faz sentido abrir o conselho pedagógico, porque há matérias do foro pedagógico que não são de maneira nenhuma exclusivo dos docentes. Há matérias do foro pedagógico que dizem respeito também aos pais, às autarquias e a todos os outros órgãos.

Portanto, eu creio que não faz mal nenhum nós termos um conselho pedagógico aberto a essas entidades, porque a matéria pedagógica não é exclusiva do corpo docente da escola, é uma matéria que está no interesse e ao alcance de toda a comunidade educativa e, logo, quanto mais participado for o conselho pedagógico melhor.

É evidente que poderão haver matérias que sejam sigilosas, mas eu penso que quem faz parte de um órgão, tem que reger-se pelas suas regras e é óbvio que aquilo que acontecer no conselho pedagógico, deve ficar apenas entre os seus membros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para reafirmar que realmente o conselho pedagógico devia dar o salto seguinte.

Nós temos uma experiência — como já foi dito aqui várias vezes — de 20 anos de gestão nas escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Não temos qualquer experiência de gestão nas áreas escolares do 1º ciclo pelos mesmos órgãos.

O que é facto é que tem sido uma experiência dos conselhos escolares actuais.

Se se pretende efectivamente dar um salto nesta gestão, era importante que o poder local que vai continuar a ser pelo menos proprietário dos edifícios do 1º ciclo do ensino básico e dos jardins de infância, pudesse participar nesta gestão.

Por outro lado, naturalmente, com a evolução do que está a acontecer na nossa Região, serão transferidas competências possivelmente na área dos transportes escolares pelas autarquias. Pelo menos essa é uma discussão que começa a ser feita.

Como começa a ser feita a discussão de que as autarquias irão intervir no prolongamento do horário normal das escolas na nossa Região.

A ser assim, como é que se quer fazer essa gestão, excluindo as autarquias da mesma?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora estejamos a discutir o Artigo 23º, o Sr. Presidente pôs à votação a proposta de alteração do PSD, mas não votámos o Artigo 22º.

Presidente: Está bem, mas podemos fazer então essa votação quando começarmos a votar este.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão que já estava inscrito desde há pouco.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós ainda há pouco aprovámos o organigrama da gestão escolar. E por isso mesmo, esse organigrama passa pela existência do órgão pedagógico e de um órgão consultivo. Ora, não faz sentido quanto a nós, neste momento, voltar à discussão inicial.

Por isso, penso que de acordo com esse organigrama aprovado, há que constituir um conselho pedagógico constituído por docentes exclusivamente.

Portanto, o PCP vai votar favoravelmente a proposta de alteração apresentada pelo PSD, no sentido de que se dê encaminhamento àquilo que nós aprovámos inicialmente.

Da nossa parte é só isto que temos a dizer e não vamos voltar à mesma discussão.

Presidente: Vamos então passar à votação e de acordo com aquilo que foi sugerido, e que realmente estava em falha, vamos votar o Artigo 22º na parte que não foi votada.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 22º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação do Artigo 23º, de acordo com a proposta de alteração do PSD respeitante às alíneas d), e) e f), visto que a alínea a) se encontra prejudicada.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo PSD, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o Artigo 23º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É que efectivamente a partir de agora, tendo sido instituído um modelo, a este grupo parlamentar resta uma coisa: ou vota, ou passa a abster-se.

Pensamos que tendo sido esta a deliberação da Câmara de que o modelo a criar na gestão das escolas é este, não nos resta outra opção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para manifestar a minha concordância com o Sr. Deputado Francisco Sousa. Inclusivamente talvez pudesse fazer uma sugestão se me permitissem.

Se bem entendo — e o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca corrija-me se estou errado — praticamente todas as propostas de alteração vêm no alinhamento do modelo. E se não houver salvaguardas de ninguém, eu então propunha que se votasse em bloco as alterações e assim pouparíamos muito tempo, porque eles estão ligados uns aos outros.

Pelo que me foi dado ver, a partir de agora todas as propostas que o PSD faz estão ligadas, porque visam criar um órgão para dar competências e para tornar possível a ligação. A não ser que o PS veja algum artigo que especificamente tenha algum problema, nós podemos votar as propostas todas de alteração do PSD em bloco e, entretanto, depois se houver alguma específica do PS vota-se. Senão isto vai ser uma confusão enorme.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que nós podemos votar as alterações propostas pelo PS em bloco para os Artigos 27º, 27ºA, 28º e 38º. e uma vez que estas estejam votadas, poderemos então

votar as outras em bloco. Mas estas nós mantêmo-las, porque tratam das remunerações.

Portanto, temos que ter em conta todas estas alterações, as do PS, as do PSD e as da Comissão.

Presidente: Então vamos pôr à discussão os restantes artigos do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, afinal quais são os artigos que estão em discussão?

Presidente: A partir do Artigo 24º temos o Artigo 25º, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD, Artigo 26º, 27º que também têm propostas de alteração do PS e do PSD — estas estão numeradas até à alínea e) —, existe também uma proposta de alteração para o Artigo 27º da parte do PS (Artigo 27ºA), para o Artigo 28º existe uma proposta de alteração do PS (que acrescenta duas alíneas), e os restantes artigos, ou seja, Artigos 29º e 30º não têm quaisquer propostas de alteração, a não ser da Comissão.

Portanto, se fizéssemos a discussão e votação até ao final do Capítulo III, deixando para depois o Capítulo IV. acho que estaria bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, há também o Artigo 25º-A que igualmente vem da Comissão e que não referiu.

Presidente: Está certo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino também para interpelar a Mesa.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, só para confirmar. Iríamos então votar até ao Artigo 30º, com as alterações em bloco propostas pelo PSD, pelo PS e tendo em conta as alterações propostas pela Comissão.

É isso?

Presidente: Exactamente isso que está em discussão.

Não havendo intervenções, vamos pôr à votação os artigos que foram indicados, a começar no Artigo 24º até ao Artigo 30º.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 24º a 30º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão do Capítulo IV que engloba os Artigos 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º e 39º.

Para este conjunto de artigos existe uma proposta de alteração do PS para o Artigo 38º em relação às revogações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para interpelar a Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, era para requerer à Mesa que o Artigo 36º fosse votado separadamente.

Presidente: Sim senhor.

Assim sendo, vamos votar do Artigo 31º até ao Artigo 35º, tendo em conta as propostas de alteração da Comissão para os Artigos 31º e 34º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos que acabei de referir, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 31º a 35º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão do Artigo 36º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nesta alteração propõe-se que os auxiliares administrativos transitem para "auxiliares de acção educativa".

Nós discordamos totalmente desta proposta, na medida em que os auxiliares administrativos têm determinado conteúdo funcional que não é o mesmo inerente aos auxiliares de acção educativa.

Por isso mesmo, em primeiro lugar, pensamos que a administração não tem o direito de transformar determinado funcionário com determinada categoria noutra diferente.

Se a administração tem um funcionário com uma determinada categoria, ele deve ser transferido para categoria semelhante àquela que efectivamente tem, de acordo com a contratação que teve inicialmente.

Por isso mesmo, nós pensamos que não há razão para que os auxiliares administrativos sejam transformados em auxiliares de acção educativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria lembrar à Câmara que, salvo o erro na Terça-Feira passada, a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais deu um parecer sobre um diploma da República, onde foi extinta esta categoria, passando todos eles para 3^{os}. oficiais. Julgo que esse problema ficou perfeitamente ultrapassado, por um lado.

Por outro lado, queria chamar a atenção dos Srs. Deputados que é necessário eliminar o n^o 2 deste artigo, porquanto na alteração que introduzimos ao Artigo 28^o eliminámos o n^o3 e assim sendo, temos que eliminar o n^o2 deste Artigo 36^o, na medida em que os quadros que acabámos por criar são quadros de área escolar ou escola, desaparecendo os quadros a nível de direcção regional, isto é, os quadros circulares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Existe, neste momento, em tramitação uma proposta governativa, no sentido de transformar os auxiliares administrativos em 3^{os}. oficiais, a qual — estou convencido — vai ser promulgada daqui a algum tempo. Essa proposta entra em contradição com aquilo que aqui está consignado. E, portanto, surgiu-me a dúvida, se o Sr. Deputado diz que efectivamente se deve eliminar isto, ou se realmente se pretende manter este aspecto para que na Região estas pessoas sejam integradas como auxiliares de acção educativa, contrariando o decreto que será promulgado a breve trecho?

É esta a minha dúvida, daí a minha pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que esta parte do n^o1 deve manter-se. O que fica salvaguardado é a questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão pretende no sentido de não serem transferidos os auxiliares administrativos para auxiliares de acção educativa, porque essa transição

vai ser feita para 3ºs. oficiais que é a categoria que vai ter que acontecer na Região, como no todo nacional. Ou seja, se no todo nacional há a passagem para 3ºs. oficiais, nós na Região não podemos mantê-los na situação de auxiliares de acção educativa, porque não podemos ter na Região uma carreira da função pública diferente da carreira nacional. Se o diploma nacional os passa a classificar como 3ºs. oficiais, a Região vai ter inevitavelmente que classificá-los como tal, pelo menos é esta a leitura que eu faço.

Nesta fase transitória, enquanto o próprio diploma nacional não entrar em vigor, eles terão de transitar para auxiliares de acção educativa. Ou seja, a partir do momento em que o diploma nacional for publicado, ainda que este não tenha sido, eles terão que ser classificados como 3ºs. oficiais, pois o diploma nacional prevalece sobre este. Esta é a leitura que eu faço.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a esta matéria, e face ao desenvolvimento que está a acontecer a nível da República, eu não quero estar a fazer aquilo que não posso fazer aqui que é apresentar propostas nesta altura. Mas à guisa de esclarecimento, queria dizer que se nós aprovarmos o diploma com esta redacção que está aqui, há o risco dele entrar em vigor primeiro que o outro e nessa situação o que aconteceria é que eles passariam a auxiliares de acção educativa, portanto não seriam abrangidos pelo outro, não passando a 3ºs. oficiais.

Portanto, face a isso e sem querer fazer propostas, em jeito de sugestão, diria que poder-se-ia no nosso diploma passá-los já a 3ºs. oficiais e no nº2 do mesmo artigo, em vez de se dizer que se "cria no quadro único", dever-se-ia pôr que eles transitariam "para o quadro previsto no nº1 do Artigo 28º", ou seja, para o quadro da área escolar. Ou seja, mantendo a mesma redacção, devia referir-se apenas o nº1 do Artigo 28º, porque assim isso ficaria totalmente coerente.

Penso que isso resolve a contento de todos esta situação que de outra forma poderá ficar deveras complicada, se houver aqui uma publicação prévia ao outro diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu penso que aquilo que acaba de dizer é da mais elementar justiça. Aliás, esse foi um assunto avançado na Comissão, que foi trabalhado e que não foi concretizado. Ou seja, que estas pessoas sejam integradas como 3^{os}. oficiais.

Presidente: Então agradecia que alguém de algum grupo parlamentar formulasse uma proposta, no sentido de cobrir as duas alíneas, de forma inteligível, nomeadamente para o Presidente, o que não está a ser muito cumprido neste momento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, também para nós está a ser extremamente difícil.

Presidente: Portanto ficaria com a seguinte redacção:

"Os auxiliares administrativos das direcções e delegações escolares transitam para a categoria de 3^{os}. oficiais".

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E onde no n^o2 do mesmo artigo, se diz "os lugares resultantes da transição referida no número anterior serão acrescidos aos quadros previstos no n^o1 do Artigo 28^o".

Presidente: Assim sendo, temos uma nova redacção que está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

É para dizer que da minha parte estou plenamente de acordo com essa redacção e vou votar favoravelmente a mesma.

Presidente: Não sei se ainda há dúvidas por parte de alguma bancada em relação a esta alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para precisar um pequeno pormenor.

Essa reestruturação — Sr. Secretário — em termos de impacto no pessoal, vai absorver funcionalmente e vai dar origem a um aumento de necessidade de pessoal, ou vai disponibilizar funcionários?

Isso é uma racionalização em termos de recursos humanos ou ao contrário?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta alteração visa apenas a redistribuição do pessoal, ou seja, o pessoal que agora está nas direcções e delegações escolares transita para as escolas, essencialmente porque a generalidade da Região tem escolas que servem populações inferiores a 7 mil e 500 habitantes.

As secretarias das actuais escolas dos 2º e 3º ciclos que servem estas ilhas assumem essas funções, portanto não há qualquer aumento previsível de pessoal com esta medida.

O número de funcionários abrangidos por esta alteração que nós temos aqui — eu não o tenho exactamente — será talvez à volta de uma dezena, porque o número de funcionários nesta categoria é muito pequeno. Eu creio que nós falámos em 6, mas não quero afirmar categoricamente, porque não tenho a certeza, no entanto estamos a falar de um número muito pequeno de funcionários.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação, de acordo com as alterações propostas, ou seja, a transição dos auxiliares administrativos para 3ºs. oficiais e a sua integração nos quadros referidos no nº1 do Artigo 28º.

Os Srs. Deputados que concordam com esta redacção do Artigo 36º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Artigo 36º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão dos restantes artigos, incluindo o Artigo 38º que tem uma alteração proposta pelo PS, bem como Artigo 39º que tem uma alteração proposta pela Comissão.

Está aberta a discussão dos Artigos 37º, 38º e 39º.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 37º, 38º e 39º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na globalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade na globalidade.

Presidente: Tal como o diploma anterior, este fica entregue à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para congratular-me com a aprovação que acabámos de fazer e, sobretudo, esperar que com estes dois diplomas se possa alterar o funcionamento das nossas escolas, fazendo votos para que os professores que se vão empenhar e dedicar a esta transformação nos próximos anos, se sintam mais professores e mais realizados em benefício das crianças e jovens para os quais são razão de existir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino também para uma declaração de voto.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular associa-se a esta alteração na estrutura superior de administração e gestão das escolas, todavia não podemos deixar de lembrar que independentemente das alterações desta natureza, nós jamais poderemos ultrapassar o problema da gestão das escolas e de tudo o que se gera à volta delas, sem contar com as pessoas. Ou seja, nós através disso — por isso é que demos o nosso acordo — pretendemos que de facto se dê uma outra funcionalização e permitir um outro envolvimento no conjunto de outras entidades e ajudar a definir um pouco melhor certas áreas. Mas é bom que não nos esqueçamos que não é com um diploma que se altera o funcionamento. É facto que ele dá os instrumentos para a alteração desse funcionamento, porém sem as pessoas se envolverem e sem haver competência da parte das mesmas, isso jamais funcionará.

Por isso, o nosso desejo é de que vindo isto ao encontro de uma parte substancial dos professores e das suas estruturas organizativas e representativas que também deram opiniões importantes sobre esta matéria, fazemos sinceros votos de que esta seja uma alteração que vá funcionar, daí o apelo aos professores e a todas as outras pessoas envolvidas neste processo, no sentido de que se empenhem, porque o acompanhamento dos miúdos nesta idade é a melhor garantia do futuro e do desenvolvimento da nossa Região.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

Nós consideramos que foi dado um passo positivo no que diz respeito à maior democratização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e pré-primário.

Desejamos que com esta nova legislação aprovada, as escolas continuem a funcionar bem. No entanto, queremos fazer votos que as futuras escolas básicas integradas também possam funcionar.

Em nosso entender, o único senão deste documento, é poder criar algum caos nas ilhas pequenas, no que se refere à formação dessas grandes escolas, porque no fundo para essas ilhas elas vão ser grandes, ou seja, as escolas básicas integradas.

É uma preocupação que aqui deixamos e oxalá a vida não nos dê razão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca também para uma declaração de voto.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata também se regozija com a aprovação destes dois importantes diplomas, esperando que eles contribuam de facto para que todos os que labutam e trabalham na comunidade escolar se sintam mais realizados e que, ao cabo e ao resto, também contribua para o sucesso educativo.

Gostaria apenas de pedir ao Sr. Presidente para que se tivesse em atenção na comissão de redacção, na nossa proposta relativa ao conselho consultivo — Artigo 27º-B "Constituição do Conselho Consultivo" — a alínea i), quando se fala de

"médico escolar ou delegado de saúde", por uma questão de uniformização com a nova terminologia, em vez de **delegado de saúde** deve ler-se **autoridade de saúde**. Portanto, como houve a adopção de uma nova terminologia é assim que deve ficar. Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar ao último ponto da nossa ordem de trabalhos que é constituído por uma Proposta de Resolução, do Partido Popular, sobre a **"Constituição de uma comissão de inquérito"**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma 1ª intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento público, Membros do Governo e altos responsáveis da administração foram acusados, publicamente, de terem pressionado e aliciado cidadãos a integrarem listas candidatas às eleições autárquicas com o envolvimento de compromissos governamentais e orçamentais, nomeadamente o caso concreto do próprio líder regional do Partido Social Democrata. Problemas que na altura correram na comunicação social da Região com informações que a todos surpreenderam relativamente a funcionários camarários, no caso concreto da Ilha do Corvo e outras situações eventualmente a outros níveis, que de forma excessivamente "relâmpago" ficaram vinculados à administração regional para, logo depois, surgirem como candidatos às próprias eleições das câmaras onde prestavam as suas actividades.

O Partido Popular entendeu, na altura, através do seu elemento participante nos trabalhos da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais que, ao abrigo dos competentes artigos do Regimento, que a mesma desenvolvesse um conjunto de diligências por forma a que habilitasse o plenário com elementos suficientes que permitissem apreciar os factos eventualmente ocorridos.

Foi nosso entendimento também que essas matérias não deveriam passar fora do alcance da própria Assembleia, através das suas comissões competentes. E, aliás, foi também esse o entendimento na altura da própria Comissão que solicitou a Sua Ex^a. o Presidente da Assembleia que fossem efectuadas diligências no sentido de prosseguir o seu trabalho.

Entendeu o Sr. Presidente da Assembleia inviabilizar o trabalho daquela Comissão, através de um processo que respeitamos, mas naturalmente discordamos, mas que inclusivamente levou a que, publicamente, fosse sugerido por ele próprio a necessidade e a adequação da constituição de uma comissão de inquérito para esse efeito.

Posteriormente, foram recebidas na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais diversas queixas, apresentadas por cidadãos, relativamente ao processo de elaboração de listas para os órgãos autárquicos na Ilha do Pico.

Entendemos que face ao despacho do Sr. Presidente da Assembleia, não restava outra alternativa senão a da constituição de uma comissão de inquérito. Tanto mais que — e queria aqui reconhecer isso — as cartas entretanto enviadas a esta Casa, de facto apontam para denúncias de situações que, estas sim, ultrapassam e muito, o tipo e os objectivos que inicialmente tinham sido propostos e remetidos à já referida Comissão, tal como consta do conteúdo da nossa Proposta de Resolução e que eu próprio enunciei.

Portanto, há aqui situações distintas e, efectivamente, porque a constituição de uma comissão de inquérito só pode ser feita em plenário, e uma vez que após a reunião da Comissão de Política Geral esta é a primeira sessão da Assembleia, nessa perspectiva o Partido Popular, em consonância com a leitura feita pelo Sr. Presidente da Assembleia e por nós próprios face aos novos elementos em presença, vem propor a esta Assembleia que seja constituída uma comissão de inquérito que após proceder às auscultações e averiguações adequadas, elabore um relatório fundamentado e que habilite o plenário a formular um juízo sobre as eventuais irregularidades ocorridas no processo de elaboração de listas concorrentes às eleições dos órgãos das autarquias locais.

Parece-nos que esta é a resposta que o Parlamento deve dar perante situações que foram apresentadas a esta Casa e, por conseguinte, devem merecer, da parte do órgão máximo da autonomia regional, o tratamento adequado às mesmas.

Portanto, genericamente, são estes os fundamentos para a apresentação desta comissão de inquérito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma ou duas questões de natureza mais adjectiva ou processual e depois alguns comentários.

Relativamente à constituição desta comissão, em termos regimentais, parece-nos de facto que é a adequada. Pensamos que a Comissão de Política Geral não teria estas funções.

Como é sabido, o Artigo 62º do nosso Regimento permite a constituição de comissões de inquérito, mas depois não há mais nenhum normativo que discipline o funcionamento dessa comissão que em princípio deve funcionar como as outras. Todavia, como as comissões de inquérito têm funções muito específicas e muito especiais, até com algum melindre, em termos de Assembleia da República o assunto tem um tratamento muito mais preciso, inclusivamente existe uma lei dirigida àquela Assembleia que eu tenho aqui — a Lei V/93, de 1 de Março — que trata especificamente do regime jurídico dos inquéritos parlamentares.

É evidente que como se trata de um órgão de soberania, é uma comissão parlamentar de inquérito da Assembleia da República que tem poderes que vão um pouco para além do poder político, porque pode-se inclusivamente utilizar polícia, por exemplo, e pode-se investigar com uma natureza muito mais profunda e diferente, quase já com carácter jurisdicional ou policial, pode-se portanto ir mais longe. Nós não podemos fazer isso.

O poder de uma comissão destas é — digamos — de análise política das situações.

Entretanto, devo dizer que em relação ao nosso Regimento, nós entendemos que ela pode ser feita por qualquer representação parlamentar. E se repararem o nº2 do Artigo 62º diz que a "iniciativa da constituição pode ser exercida por um mínimo de 5 deputados ou pela totalidade dos deputados de qualquer representação parlamentar".

Poder-se-á pôr aqui o problema do que é que se entende por "representação parlamentar". Nós entendemos isto no sentido lato, portanto entendemos que ela pode ser constituída não só por um como também por 3, embora não se fale aqui de grupos parlamentares. Ou seja, esta questão fica também ultrapassada.

Voltando à questão do controle político, e uma vez que não existe qualquer disposição especial no nosso Regimento, sendo verdade também que não se pode integrar directamente essa lacuna com as disposições da Assembleia da República, o que é certo é que uma comissão destas — salvo melhor opinião — deve ter um objecto muito preciso. E nesta proposta fazem-se referências a situações ocorridas nas Ilhas do Corvo e Pico, mas depois na parte final e concreta, o objecto desta comissão é extremamente amplo, pois diz que se deve "formular um juízo sobre eventuais irregularidades ocorridas no processo de elaboração de listas concorrentes às eleições para os órgãos das autarquias locais". Ora isto significa **todas** as listas, porque não delimita o âmbito, isto é, não determina se é esta ou aquela lista, daquela ilha, daquele círculo eleitoral.

Portanto, é um trabalho enorme — presumo eu — este que a comissão vai ter, porque de facto terá que habilitar o plenário a formular um juízo sobre as eventuais irregularidades ocorridas no processo de elaboração das listas concorrentes. Ou seja, o objecto de trabalho desta comissão é uma coisa vastíssima. Não me parece que seja assim muito fácil.

Por outro lado, ela também não se pode substituir à Comissão Nacional de Eleições e outros órgãos que controlam muitas destas situações.

De qualquer forma, e feitas estas observações, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS, nós vamos viabilizar esta constituição, porque entendemos que as coisas devem ser esclarecidas, a democracia ganhará com isto, simplesmente gostaria que o partido proponente me explicasse exactamente qual é o âmbito ou o objecto desta comissão, isto é, até onde se pretende ir, porque pode haver equívocos e situações que ultrapassem não só os poderes desta Assembleia, como também os poderes dessa própria comissão.

Esta é a dúvida que eu tenho neste momento, portanto agradecia que me explicassem melhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me vou pronunciar sobre a essência da Proposta da comissão de inquérito, mas tão só como Presidente da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para fazer uma precisão a uma coisa que disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. E compreende-se essa imprecisão, na medida em que quem esteve na Comissão não era nenhum dos deputados que aí estão, mas sim o Sr. Deputado Nuno Barata.

O que acontece é que o Presidente da Comissão recebeu a Proposta de Resolução do PP e encontrando-se a mesma reunida ordinariamente em P. Delgada, foi apresentada aos seus membros o texto dessa Proposta. E a Comissão, por unanimidade, entendeu que ela não devia ser dirigida ao seu Presidente, mas sim ao Sr. Presidente da Assembleia. O vosso Deputado, por unanimidade, mudou o cabeçalho e enviou-se de imediato ao Sr. Presidente por fax.

A Comissão mandou-me para falar telefonicamente com o Sr. Presidente, pedindo-lhe urgência no despacho, na medida em que a Comissão encontrando-se reunida em P. Delgada, e dado que era um assunto urgente, precisava de saber o que é que devia saber.

Efectivamente, o Sr. Presidente comprometeu-se em dar a resposta de imediato, o que aconteceu. Essa resposta é conhecida, aliás o relatório ao abrigo do Artigo 119º relata isto exactamente.

O Sr. Presidente entendeu que não era regimental ser a Comissão a que eu presido a pronunciar-se sobre este trabalho, mas sim uma comissão de inquérito.

A partir daí, e porque naturalmente essas pessoas que referiu que dirigiram cartas relativamente a um processo eleitoral no Pico pensavam que a Comissão de Política Geral é que se ia debruçar sobre isso, eu recebi 3 cartas com algumas denúncias sobre esses aspectos.

Como já havia um despacho do Sr. Presidente, não tive outro remédio senão pegar nas cartas e enviar a ele. E por aqui se encerrou o processo relativo à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Este é um pequeno pormenor, mas nestas coisas acho que é bom que o assunto fique absolutamente esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Umhas breves palavras para deixar aqui aquele que é o entendimento do Grupo Parlamentar do PSD sobre esta Proposta do Partido Popular.

O PSD viabilizará esta Proposta, votando-a a favor. As razões de fundo são naturalmente a procura da verdade e da transparência nos processos políticos.

Entendemos que tal como olhamos para esta possibilidade que agora se abre, não será de todo grave o facto da Proposta apresentar um leque muito vasto de possibilidades.

Julgo que os deputados envolvidos, bem como os partidos, terão numa primeira fase que ter a preocupação de carrear informação, de modo a que a comissão se possa então pronunciar sobre algo de mais concreto, sendo certo que para o PSD não estamos, ao votar a favor da constituição desta comissão, a ter uma atitude prossecutória.

Nós achamos que o que deve ser essencial no final destes trabalhos é que a Assembleia possa construir aquilo que, pedagogicamente, possa ser a barreira entre uma actuação política legitimada e aquilo que vai para além do que é admissível, face à ética política, à legalidade democrática e àquilo que é o bom senso numa luta política e num processo eleitoral.

Mais do que qualquer conclusão concreta, sendo certo que a comissão — se tiver dados evidentes para tal — possa chegar a alguma conclusão deste género, tendo em conta os tais aspectos que foram trazidos preocupadamente pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, mais do que qualquer procura de informação específica nesta matéria, e sem tirar competência à tal comissão para o fazer — se ela tiver competência nessa matéria — para o PSD o que mais importa é ir neste Parlamento construindo uma doutrina sobre esses problemas. Se essa doutrina vier a ser pacífica, unânime, eu julgo que iremos aproximando as instituições do seu funcionamento de algo que será consensual e que também limitará a função daqueles que nos processos eleitorais têm naturalmente o interesse em ganhar eleições, mas também dará o limite evidente e pacífico e aceite por todos, para as actuações políticas que estão para além do que é legal e do que é eticamente admissível.

É essa a nossa intenção.

Naturalmente que o início dos trabalhos desta comissão, dificilmente poderá ser antes das próprias eleições autárquicas.

Julgo que não está na mente do Parlamento começar Terça-Feira que vem a reunir uma comissão de inquérito para avaliar a prestação dos políticos neste processo eleitoral.

Portanto — e esta é também uma razão acrescida — deve-se procurar, calma e serenamente, fazer um bom trabalho, que deve ser acima de tudo pedagógico.

É com este espírito que o Grupo Parlamentar do PSD, sem prejuízo de algumas explicações que podem ser trazidas ao debate pelo proponente, votará a favor desta comissão de inquérito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente a Proposta de formação de uma comissão de inquérito para analisar fundamentalmente estas irregularidades. Aliás, fala-se em irregularidades da formação de listas e nós pensamos que se deverá analisar esta matéria no próximo ano e não neste momento, pois dá-nos a impressão de que não há tempo de se poder avançar para esta situação. E até penso que pelo facto de estarmos praticamente em campanha eleitoral para as autarquias, poderá também não ser conveniente para a própria Assembleia entrar neste processo neste momento.

Agora, da nossa parte é desejável que se procure analisar todas as irregularidades, mas pensamos que as mesmas não se poderão cingir à formação de listas, mas sim a todo o processo eleitoral, desde essa época até às eleições, nomeadamente no que diz respeito a irregularidades que tenham a ver com toda a administração pública.

Além disso, durante a discussão do Plano aqui, foi levantada uma situação da qual se fala e que tem que ser também averiguada, ou seja, o facto de se distribuir os tais cimentos, os tais dinheiros, as tais tintas, etc. do erário público, portanto temos que averiguar todas essas situações.

Eu penso que tudo isto tem que estar incluído, tem que se fazer esta averiguação, até para procurar-se um equacionar de situações, fazer-se o seu levantamento e procurar fazer-se doutrina nesta matéria, pois uma das coisas que esta Casa terá que fazer é

precisamente isso. E essa doutrina terá que servir para, no futuro, nós e todos aqueles que intervêm no processo político, possam efectivamente respeitar aquilo que se entende ser o estrito cumprimento da legalidade.

Por isso, nós vamos votar favoravelmente, no desejo de que a legalidade seja cumprida por todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É aliciante esse tom final que o Sr. Deputado Paulo Valadão coloca como desafio a esta Assembleia.

Há aquela situação que já faz parte da história regional: cimento, ferro e tintas nas mãos de alguns autarcas desta Região, é pior do que droga em mãos de traficante. Quer dizer, temos todos essa noção.

Nalgumas freguesias dos Açores, há votos que vão custar ao erário público uma média de 50 contos.

Quando um autarca numa determinada freguesia praticamente pouco ou nada faz em matéria de habitação degradada e apoio à mesma, e a 15 dias das eleições entra em casas de pessoas indefesas pela idade, em preparação, e lhes passa um cheque de 100 contos por exemplo, para eles comprarem o que quiserem, azulejos, tintas, etc., no caso de um casal idoso já sem filhos, esse dinheiro é uma média de 50 contos por voto. Ou seja, é realmente um preço insuportável para uma Região da dimensão económica e social da nossa, mesmo até com o valor dos planos regionais.

Portanto, nessa e noutras matérias estou perfeitamente de acordo com algumas observações, tais como câmaras municipais que durante 4 anos não conseguem fazer um boletim informativo e 15 dias antes das eleições conseguem fazer quase 70 páginas de revistas ilustradas, que devem custar uma fortuna e algumas delas estão a ser distribuídas à pressa por funcionários camarários por esta Região fora, pelas casas das pessoas que até estão agoniadas sem saber se vão ter que pagar aquilo ou se é uma distribuição gratuita.

Quer dizer, há dramas nesta Região, neste momento, que estão a ser causados pelos autarcas e oxalá que as pessoas se assustem mesmo e não votem neles, porque se for assim isso vai ser mais uma desgraça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço desculpa de ter divergido um pouco, mas acho que já todos merecemos alguma tolerância. Isto só para dizer que estou de acordo com essas preocupações e talvez não fosse mau constituirmos mesmo um grupo. Já que o Governo constitui grupos de trabalho, a gente não constitui grupos, mas havemos de formar uma comissão para estudar e moralizar a nossa administração em geral, da freguesia ao director regional, já que os Secretários parece-me que realmente estão fora disso, porque não são candidatos.

(Risos da bancada do PSD)

Mas desde a freguesia ao director regional, isto é uma bagunça, toda a gente já percebeu e põe em causa a democracia, põe em causa os valores e a seriedade das pessoas e o respeito. Até alguns parecem pessoas razoavelmente serenas, pessoas calmas, pessoas sérias, mas pelos vistos, quando chega a este momento, elas desesperam com aqueles dinheirinhos que restam às câmaras e às juntas.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão e restantes Srs. Deputados, se esta Assembleia tiver a coragem e o Governo também, de fazer algo para que se evite esse tipo de abuso ilegítimo de aplicação de dinheiros públicos na influência do eleitorado, enfim esse tipo de comportamento é típico de quarto mundo e isso toca a todos. Se calhar o PP se tivesse muitas câmaras provavelmente fazia o mesmo, mas eu espero que não. E tenho o benefício de que ninguém pode provar que o PP faça isso nas câmaras. Mas quem tem gente em câmaras e em juntas de freguesia, está condenado a esse juízo.

Portanto, estamos de acordo e acho que o Governo devia colaborar nisso, era importante no futuro, para responsabilizar esses órgãos na atribuição desses dinheiros. Esse deve ser um problema nacional, isto é, deve-se criar normas e chegar a um ponto em que realmente as pessoas não possam utilizar os dinheiros públicos para campanhas eleitorais, porque isto não pode ser.

No caso em apreço, Sr. Deputado Paulo Valadão, julgo que de facto há aqui casos concretos, recentes, que foram apresentados a esta Assembleia e, portanto, a nossa perspectiva seria de evitar o objecto de resposta, como julgo que muito bem interpretou a vontade do proponente na intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, pois acho que o tom e o próprio conteúdo como estas coisas estão na redacção da Proposta, acho que é seguramente cauteloso e visa exactamente dar uma resposta e não objectivos menos rigorosos.

Gostaria ainda de dizer ao Sr. Deputado Fernando Menezes o seguinte:

Felizmente, não temos grande experiência de comissões de inquérito neste Parlamento. E se quisermos ser rigorosos, mesmo em relação ao passado, se calhar algumas dessas comissões não funcionaram da melhor maneira. Agora, é nossa obrigação com os instrumentos que temos, dar uma resposta. E já se trabalhou com comissões de inquérito no passado muito mais abstractas, tais como aquelas que visaram a avaliação e a averiguação de eventuais actos de corrupção da administração.

Se bem se lembram, fez-se anúncios por esta Região fora em toda a imprensa, solicitando aos cidadãos da Região que trouxessem até ao Parlamento situações e casos de corrupção. Isso era o mais genérico possível. Portanto, a partir do momento em que já se fez isso, eu acho que esta deve ser bem concreta, não podendo ser acusada de demasiado abstracta.

De qualquer forma, e isso já foi aqui salientado pelos Srs. Deputados que me antecederam, entendemos que não é ajustado durante o período da campanha eleitoral a Assembleia Legislativa Regional dos Açores formar uma comissão de inquérito.

Para isso há os tempos, mas uma vez terminada a campanha eleitoral, a nossa perspectiva é de que criada essa comissão, ela deve ser dinamizada rapidamente, para trabalhar com as denúncias que existem e avaliar as situações aqui descritas. E se quiserem introduzir outras áreas concretas e depois fazer uma maior abertura a quem se queira pronunciar, e se houver cidadãos que tenham coragem de trazer até à Comissão muitas coisas que se dizem por aí de boca em boca, muito bem, da parte do PP óptimo.

Portanto, se houver alguém que queira dar uma sugestão concreta em termos de redacção, é uma questão de 1 minuto, e à hora que é, mais minuto menos minuto tanto dá, introduzindo-se aqui algum alargamento.

Porém, a nossa perspectiva é a de chamar e apelar aos cidadãos que demonstrem, se tiverem possibilidades de o fazer, situações irregulares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para uma precisão. Talvez devido ao cansaço houve aqui uma pequena confusão. É que eu não disse que era uma Proposta abstracta. O que eu disse foi que o objecto era muito amplo. Ou seja, vai apanhar uma série de situações tal como referiu, e muito bem, o Deputado Paulo Valadão, das mais diversas que há, desde o cimento à tinta, à revista que é enviada, etc. e vai apanhar desde a freguesia até à câmara em todas as ilhas. E é essa amplitude que cria especiais dificuldades. Mas, enfim, as coisas são assim mesmo.

Outra precisão que eu gostaria de fazer para que não se fique aqui com más interpretações, sobretudo por parte da comunicação social, é que estas situações não se passam só nos Açores, embora o objecto disto tenha a ver com os Açores, mas isto passa-se por todo o lado. Devo dizer-vos que na minha casa tenho a felicidade de ter uma série de canais televisivos, portugueses e estrangeiros, e nos nossos vejo "spots" publicitários que nunca tinha visto em relação à Câmara de Almada, do Seixal, etc., que nunca vi antes. Portanto, é de facto uma situação generalizada que, por aquilo que eu conheço, tem cobertura da lei, pode haver algumas lacunas, mas o que é certo é que as pessoas não são penalizadas por isso.

Quero com isto dizer em resumo, que não se trata de um fenómeno açoriano, mas sim nacional e provavelmente internacional. Logo deve haver todo o cuidado nesta matéria, porque existem situações que são possíveis, são lícitas, nem tudo é ilícito nessas coisas que aparentemente nos causam alguma perturbação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que o texto que nós temos aqui pode pecar precisamente por ser concreto, porque se circunscreve o juízo sobre as eventuais irregularidades ocorridas no processo de elaboração de listas. Portanto, não é tão genérico como dizia o Deputado Paulo Valadão, é exactamente o contrário, isto é, cinge-se ao processo de elaboração de listas. E foi relativamente a esses processos que chegaram queixas concretas, cartas, denúncias, apelos que são feitos a esta Assembleia a quem cabe avaliar essas situações e também publicamente foram feitas denúncias de líderes partidários em relação a atitudes de altos elementos da administração ou até de membros do Governo no que respeita a processos de elaboração de listas.

Portanto, convenhamos que há aqui uma incidência no processo de elaboração de listas. E concordamos que quanto mais concreto for o âmbito, mais fácil será para a comissão de inquérito desenvolver o seu trabalho.

Se esta entender dar oportunidade ao povo dos Açores de carregar mais informação sobre essa matéria, é uma questão de trabalho interno da comissão se quiser fazer anúncio para quem for capaz de apresentar casos e situações das aduzidas no processo de elaboração de listas, muito bem, que se faça esse esclarecimento.

Portanto, a nossa perspectiva é exactamente essa. E talvez se verifique mais tarde outro tipo de avaliações e inquéritos por parte desta Assembleia.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da Proposta de Resolução do PP, sobre a "**Constituição de uma comissão de inquérito**", nos termos que vêm anunciados.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas queria interpelar a Mesa sobre o seguinte: uma vez constituída a comissão pelo Parlamento, salvo melhor opinião, ter-se-á que submeter à Assembleia uma votação sobre a composição dessa comissão.

Acho que uma das soluções — se me permitem — era o Sr. Presidente fazer uma proposta ao Parlamento sobre o número de deputados e a sua repartição pelas forças partidárias que constituirão a comissão.

Não sei se me fiz entender. Ou seja, uma vez constituída a comissão, se não for deliberado o número de deputados que a constituirão, bem como a sua distribuição...

Presidente: Salvo melhor opinião, se não for tomada nenhuma deliberação nesse sentido, deve-se seguir a regra geral da constituição das comissões da Assembleia que foi aprovada no princípio, com a composição de 13 membros, se não estou em erro, em que entram representantes de todos os partidos, ou seja, cinco, dois um.

Portanto, se não for tomada qualquer deliberação — e acho que não vale a pena tomar nenhuma deliberação em especial — o entendimento será esse, ou seja, a composição seguirá a da regra geral das comissões da ALRA, com a inclusão de representantes de todos os partidos.

Há alguma objecção a esta interpretação, Srs. Deputados?

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não ouvi a última parte da sua comunicação aqui ao plenário, portanto não sei se estava a sugerir desde já a votação.

Presidente: Não, não estava a sugerir a votação. Estava a sugerir uma interpretação para a circunstância de não se tomar nenhuma decisão nesse sentido.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, eu julgo que se deve aceitar a hipótese de não tomando decisão neste sentido se aplicar a regra, eu penso que a regra geral é claramente muito excessiva. Ou seja, não me parece que 12 ou 13 deputados seja importante para um trabalho deste género, portanto sugeria uma composição que tivesse 3 deputados do PS, 3 do PSD, 2 do PP e 1 do PCP.

Julgo que isto é suficiente.

De outra maneira, com trabalhos do Estatuto Político-Administrativo, é mais uma comissão — é já a sexta ou a sétima comissão — em funcionamento em simultâneo e assim os trabalhos começam a complicar-se, desde logo temos já a experiência disso.

É uma sugestão que deixo aqui e julgo que o juízo político da comissão está assegurado, porque estão todos os partidos lá. Quanto ao resto, não me parece que

haja necessidades especiais de habilitações para pertencer a essa comissão e, portanto, 3 deputados dos dois maiores partidos e depois 2 do PP e 1 do PCP, parece-me uma solução razoável ou pouco mais do que isso.

Portanto, esta minha sugestão, no essencial, mais do que uma proposta muito concreta, é evitar que seja mais uma comissão com 12 ou 13 deputados para esse efeito.

Presidente: Se não houver objecções à sugestão proposta, poderá a mesma ser entendida no sentido da comissão de inquérito ser constituída por esses elementos, isto é, 3 deputados do PS, 3 deputados do PSD, 2 deputados do PP e 1 deputado do PCP.

Com este entendimento, vamos fazer a última votação que ainda temos para fazer que se refere à **Proposta de Resolução** da Mesa da ALRA que "**Declara findo o Período Legislativo de Novembro**".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, terminamos os nossos trabalhos.

Boa noite a todos.

(Eram 3, 30 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** — António Silva Melo, Herberto Rosa, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes; **PSD** — Aires Reis, José Manuel Nunes; **PP** - Alvarino Pinheiro e José Monjardino)*

DOCUMENTO QUE ENTROU DURANTE A SESSÃO

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO

Foi tornado público, pelo Líder Regional do PSD, que membros do Governo Regional e altos responsáveis da administração teriam pressionado e aliciado cidadãos a integrarem listas candidatas às eleições autárquicas com o envolvimento de compromissos governamentais e orçamentais.

Também se tornou do conhecimento público que, surpreendentemente, um funcionário da Câmara Municipal do Corvo deixou de o ser, constando que entretanto foi vinculado à Administração Regional, para logo aparecer como candidato às eleições para aquela Câmara.

Face ao que antes se referiu e de imediato, o Partido Popular apresentou uma proposta na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, para que esta, ao abrigo das competências que lhe são deferidas pelo Artigo 57.º do Regimento da Assembleia, habilitasse o Plenário com os elementos que lhe permitissem apreciar os factos eventualmente ocorridos.

Se bem que o Artigo 120.º do Regimento confira poderes às Comissões para requerer ou praticar diligências necessárias ao bom exercício das suas funções, designadamente requerendo informações e solicitando depoimento de quaisquer cidadãos, o Senhor Presidente da Assembleia entendeu — a nosso ver, e com o devido respeito, sem razão — não ser de admitir a Proposta do Partido Popular e veio mesmo publicamente a sugerir a utilização do mecanismo regimental de criação de uma comissão de inquérito.

Posteriormente, foram recebidas na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais diversas queixas, apresentadas por cidadãos, quanto ao processo de elaboração de listas para os órgãos autárquicos na Ilha do Pico.

Tendo em conta quanto se referiu e porque o Partido Popular sempre se bateu pela transparência dos processos políticos, assim como pela moralização da actividade política regional, vem o Grupo Parlamentar do Partido Popular, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 20.º do Estatuto-Político Administrativo e n.ºs 1 e 2 do artigo 62.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propor a constituição de uma Comissão de Inquérito que, após proceder às auscultações e

averiguações adequadas, elabore relatório fundamentado que habilite o Plenário a formular um juízo sobre eventuais irregularidades ocorridas no processo de elaboração de listas concorrentes às eleições para os órgãos das autarquias locais.

Horta, 27 de Novembro de 1997.

Os Deputados Regionais: Alvarino Pinheiro, José Monjardino e João Greves.

A redactora de 2.^a classe: Maria da Conceição Fraga Branco